



PIPGH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

edufcg
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

MNEMOSINE

REVISTA

VOLUME 16, N. 1, JAN/JUN 2025 ISSN 2237-3217

Dossiê

Horizontes do Fazer Historiográfico:

Teoria da História e História da Historiografia



MNEMOSINE REVISTA

ISSN: 2237.3217

DOSSIÊ

Horizontes do Fazer Historiográfico: Teoria da História e História da Historiografia

Coordenação do dossiê
Prof. Dr. Fábio Feltrin
Prof. Dr. Ricardo Machado

MNEMOSINE REVISTA / Programa de Pós-Graduação em
História. Centro de Humanidades
Universidade Federal de Campina Grande. V. 16 n.1 (2025).
Campina Grande: CH / UFCG, 2022 - Semestral
ISSN 2237-3217

1. História I. Universidade Federal de Campina Grande.
Centro de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em
História

CDD 900

Rua Aprígio Veloso, 822, Bodocongó
58.439-900 – Campina Grande – PB – Brasil
e-mail: mnemosinerevista@gmail.com

Edição de Texto:
Helder Moraes Mendes Barros

EDITOR CHEFE

Dr. Joachin de Melo Azevedo Neto (UPE/UFCG, Garanhuns – PE – Brasil)

EDITORES CHEFES ADJUNTOS

Dra. Michelly Pereira de Sousa Cordão (UFCG, Campina Grande – PB – Brasil)

Dra. Noemia Dayana de Oliveira (Bolsista PRAPG/Capes, UFCG, Campina Grande – PB – Brasil)

Dr. Rodrigo Ceballos (UFCG, Campina Grande – PB – Brasil)

EQUIPE TÉCNICA

Dr. Helder Morais Mendes Barros (Campina Grande – PB – Brasil)

Dra. Mara Karinne Lopes Veriato Barros (UFCG, Campina Grande – PB – Brasil)

COORDENAÇÃO DO DOSSIÊ

Dr. Fábio Feltrin (UFPR)

Dr. Ricardo Machado (UFFS)

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Antônio Gomes Ferreira, Faculdade de Educação, Universidade de Coimbra, PORTUGAL

Dr. Cristian Wick, Lecturer for European and Atlantic History, University of the West Indies, TRINIDAD E TOBAGO

Dr. Dinaldo Barbosa da Silva Junior (Universidade Federal do Amapá - UNIFAP e Universidade Federal de Campina Grande - UFCG)

Dra. Elizeth Payne Iglesias, Escola de História/CIHAC, Universidad de Costa Rica, COSTA RICA

Dr. Iranilson Oliveira Buriti, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil

Dr. Jean-Frédéric Schaub, L'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, FRANÇA

Dr. Joanildo Albuquerque Burity, Pesquisador Sênior, Fundação Joaquim Nabuco, BRASIL

Dr. João Marcos Leitão Santos - Universidade Federal de Campina Grande

Dr. José Otávio Aguiar, Universidade Federal de Campina Grande

Dr. Martin Norberto Dreher, Professor Emérito de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, BRASIL

Dr. Paulo Donizeti Siepierski, Professor Titular de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, BRASIL

Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Dr. Ronald P. Morgan, Professor of History, Abilene Christian University, Abilene/TX, UNITED STATES

CONSELHO CONSULTIVO

- Dr. André Figueiredo Rodrigues, Universidade Estadual Paulista/Assis, São Paulo, BRASIL
- Dra. Ângela Maria Vieira Domingues, Universidade Nova de Lisboa, PORTUGAL
- Dr. Antônio Carlos Jucá de Sampaio, Universidade Federal do Rio de Janeiro, BRASIL
- Dr. Antônio Torres Montenegro, Universidade Federal de Pernambuco, BRASIL
- Dra. Brigitte Thierion, Universidade da Sorbonne, Paris 3, França
- Dra. Carla Mary S. Oliveira, Universidade Federal da Paraíba, BRASIL
- Dra. Carmem Margarida Oliveira Alveal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
- Dr. Dinaldo Barbosa da Silva Junior (Universidade Federal do Amapá - UNIFAP e Universidade Federal de Campina Grande - UFCG)
- Dr. Dilton Cândido Santos Maynard, Universidade Federal de Sergipe, BRASIL
- Dr. Durval Muniz de Albuquerque Junior, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, BRASIL
- Dr. Edson Hely Silva, Universidade Federal de Pernambuco, BRASIL
- Dr. Eduardo França Paiva, Universidade Federal de Minas Gerais, BRASIL
- Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL
- Dra. Iris Kantor, Universidade de São Paulo, Brasil
- Dra. Juciene Ricarte Cardoso Tarairú. Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
- Dr. Juan Marchena, Universidade Pablo Olavide, Espanha
- Dr. Marcos Fábio F. Montysuma, Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, BRASIL
- Dra. Maria Adelina Amirim, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
- Dra. Mary Catherine Karasch, Oakland University, Rochester/MI UNITED STATES
- Dra. Patrícia Cristina Aragão, Universidade Estadual da Paraíba, BRASIL
- Dr. Pedro Cardim, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
- Dr. Paulo Knauss de Mendonça - UFF
- Dra. Regina Celestino de Almeida, Universidade Federal Fluminense, Brasil
- Dra. Regina Célia Gonçalves, Universidade Federal da Paraíba, BRASIL
- Dr. Valdei Lopes de Araujo, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

REALIZAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/PB)

APOIO

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Centro de Humanidades da UFCG

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/PB)

Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ/PB)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

CONTATO

Programa de Pós-Graduação em História

Rua Aprígio Veloso, 822, PPGH-UFCG, 1º Andar, Sala 105, Bairro: Universitário

CEP 58 429-900 - Campina Grande/PB – BRASIL - Telefone: (83) 2101-1742

<https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/mnemosine/index>

mnemosinerevista@gmail.com

MISSÃO

A Mnemosine Revista se constitui em um espaço facultado a todos os campos disciplinares, especialidades, temporalidades e problemáticas históricas, esforço expresso a cada número, tem oferecido ao público geral e especializado a diversidade de abordagens em seus dossiês temáticos, resenhas, entrevistas e artigos livres.

SUMÁRIO

Apresentação **07**

ARTIGOS DO DOSSIÊ

A ideia de fato histórico: História, arte e ciência.

Cristhiano dos Santos Teixeira **09 - 25**

Escritas Freudianas da História: Michel de Certeau como leitor de o Homem Moisés e a Religião Monoteísta (1939) de Sigmund Freud

Reginaldo Sousa Chaves **26 - 36**

A Historicidade do Local: O Confronto com a Razão Histórica Heterônoma

Dagmar Manieri **37 - 45**

Gênero e Pirataria: Uma Revisão de Estudos de Abordagem

Camila Acosta Queiroz **46 - 57**

Entre Imagem e Narração: Uma Ética da Transmissibilidade como Exercício a uma Vida Corajosa

Fernanda de França Iglesias Canellas, Luís Antônio dos Santos Baptista & Maria Elizabeth Barros de Barros **58 - 71**

Entre tradição e ruptura: O projeto historiográfico de José Honório Rodrigues na explicação da formação histórica brasileira

Paulo Alves Junior **72 - 80**

Literatura, História Global do Conhecimento e a Poesia de Patativa do Assaré: Um Caminho Possível de Análise

Assis Daniel Gomes **81 - 97**

Contribuições de Altiva Pilatti Balhana para a Escrita da História Regional no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (1958-1969)

Meg Monique Maria Dias Bogo **98 - 114**

APRESENTAÇÃO

A pergunta pelo que faz da história um saber específico e, ao mesmo tempo, um espaço aberto de disputa atravessa os debates contemporâneos em Teoria da História e História da Historiografia. Não se trata apenas de discutir técnicas, métodos ou procedimentos de pesquisa, mas de interrogar o próprio lugar social da disciplina, suas promessas e seus fracassos, suas cumplicidades com projetos de poder e suas possibilidades de crítica. A teoria e a história da historiografia deixam de ser zonas periféricas para se converter em laboratórios privilegiados de reflexão sobre tempo, linguagem, memória e imaginação histórica. É nesse horizonte que se inscreve o dossiê “Horizontes do Fazer Historiográfico: Debates Contemporâneos em Teoria da História e História da Historiografia”, propondo que se tome o ofício do historiador não como uma tradição estabilizada, mas como um campo em aberto, permanentemente tensionado por novas experiências do passado e por novas sensibilidades políticas e epistêmicas.

Se as grandes narrativas sobre a modernidade costumavam supor uma temporalidade linear, cumulativa e progressiva, os debates contemporâneos em Teoria da História têm insistido na necessidade de deslocar esse regime de historicidade. Crises ecológicas e humanitárias, violências coloniais não reparadas, políticas de extermínio e formas renovadas de autoritarismo desafiam a imagem de um tempo que se deixaria ordenar por noções de avanço, superação ou maturidade histórica. A reflexão teórica volta a indagar as categorias que estruturaram a disciplina, como causalidade, objetividade e evidência, mas o faz a partir de uma consciência aguda de que não existe observação neutra do passado. Todo gesto historiográfico está atravessado por relações de poder, por localizações sociais e por linguagens que organizam o visível e o dizível. A teoria se torna, assim, um exercício de vigilância sobre os próprios instrumentos de conhecimento, uma forma de crítica à naturalização das convenções disciplinares e das fronteiras que separam o que conta como história do que é relegado à condição de não saber.

A História da Historiografia, por sua vez, afasta-se cada vez mais de um inventário de “grandes autores” para se tornar análise dos modos pelos quais comunidades específicas produziram e legitimaram certas formas de narrar o passado. Em lugar de um panteão de mestres, interessa investigar arquivos institucionais, trajetórias intelectuais marcadas por gênero, raça e classe, redes de sociabilidade, disputas por autoridade acadêmica e circulação transnacional de conceitos. Ao acompanhar o movimento da disciplina em diferentes escalas, da história local às histórias globais do conhecimento, abre-se espaço para perceber as hierarquias que recortam o campo e para reconhecer epistemologias situadas que, por muito tempo, permaneceram à margem dos cânones historiográficos. Com isso, a história da historiografia deixa de ser mero espelho da disciplina para tornar visíveis seus pontos cegos, as exclusões que a sustentam e as alternativas que foram sistematicamente desqualificadas.

Os Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais, o feminismo, as epistemologias indígenas e negras e as discussões em torno da história global produziram deslocamentos decisivos nesse quadro. A teoria da história já não pode ignorar que o universal da disciplina foi construído a partir de localizações muito específicas, frequentemente eurocentradas e androcêntricas, nem que a própria ideia de modernidade está enredada em histórias de conquista, racismo e expropriação. A crítica às “grandes narrativas” não significa abandono da ambição de compreender processos de longa duração, mas exige que se repense quem fala, a partir de onde e sobre quem, e de que modo certas experiências foram historicamente classificadas como periféricas, atrasadas ou meramente “locais”. A noção de local não remete apenas a uma escala territorial reduzida, mas a formas de vida que resistem à subsunção em esquemas homogêneos de tempo e de racionalidade. Pensar a historicidade hoje implica admitir a coexistência de temporalidades desiguais e de saberes em conflito, sem supor que um único modelo de ciência histórica tenha o direito de falar em nome de todos.

Nesse contexto, a narrativa historiográfica volta ao centro do debate. A virada linguística, que já havia apontado para o caráter construtivo e retórico da escrita da história, é reapropriada em chave ética e política. Não se trata de concluir que tudo é ficção, mas de reconhecer que a fronteira entre história e literatura é porosa, e que a disciplina, ao narrar, seleciona, hierarquiza e atribui sentidos. A discussão sobre formas de narrar torna-se inseparável de questões como testemunho, trauma, memória, violência de Estado e regimes

de verdade. Em sociedades atravessadas por políticas de esquecimento e por estratégias negacionistas, a escrita historiográfica é convocada a responder por sua responsabilidade pública, por sua participação na disputa pelos sentidos do passado e pela própria definição do que é lebrável. O problema da verdade não desaparece, mas deixa de ser pensado como correspondência transparente entre relato e fato, para ser recolocado como compromisso com procedimentos de crítica, com a escuta de vozes silenciadas e com a recusa de narrativas que reproduzam violências epistêmicas.

Organizadores:

Prof. Dr. Fábio Feltrin – Universidade Federal do Pará – UFPR

Prof. Dr. Ricardo Machado – Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

A IDEIA DE FATO HISTÓRICO: HISTÓRIA, ARTE E CIÊNCIA

LA IDEA DEL HECHO HISTÓRICO: HISTORIA, ARTE Y CIENCIA

THE IDEA OF HISTORICAL FACT: HISTORY, ART, AND SCIENCE.

TEIXEIRA, CRISTHIANO DOS SANTOS

Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Secretaria de Estado de Educação de Goiás

E-mail: cristhiano_mpl@yahoo.com.br .

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir sobre a historiografia que aborda a questão do conceito de fato histórico em diferentes épocas e contextos históricos. A partir desse pensamento reuni aqui alguns historiadores e filósofos no intuito de buscar esboçar uma discussão sobre o papel do “fato histórico” na construção científica do conhecimento e sua importância para a formação da história na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: fato histórico; arte; ciência.

RESUMEN

Este artículo busca analizar la historiografía que aborda el concepto de hecho histórico en diferentes períodos y contextos históricos. Con base en esta reflexión, he reunido a varios historiadores y filósofos para delinear una discusión sobre el papel del «hecho histórico» en la construcción científica del conocimiento y su importancia para la formación de la historia actual.

PALABRAS CLAVES: hecho histórico; arte; ciencia.

ABSTRACT

This article aims to discuss the historiography that addresses the concept of historical fact in different historical periods and contexts. Based on this thought, I have gathered together several historians and philosophers to outline a discussion on the role of "historical fact" in the scientific construction of knowledge and its importance for the formation of history today.

KEYWORDS: historical fact; art; science.

INTRODUÇÃO. DO PRINCÍPIO DO FATO HISTÓRICO.

Feia cousa seria, prosseguindo nossa história, se não escrevêssemos assim as desaventuras da nossa gente como seus bons aquecimentos, que diz Tulio em seus livros, que entre os grandes cargos do historiador, principalmente deve ser lembrado de escrever verdade, e que escrevendo a verdade não mingue dela nenhuma cousa.

(Zurara)

O conceito de “fato histórico” tem sua origem na etimologia da palavra latina “factum” que, como particípio passado do verbo “facere”, remete-se, ao mesmo tempo, ao “fazer” e ao “acontecer” historicamente. Seu vínculo com essas duas dimensões, da historiografia e da história, ou seja, do “fazer” e do “acontecer”, reflete ainda hoje, desde a sua origem, a busca pelo equilíbrio entre a narrativa e a realidade.

Leopold V. Ranke, por exemplo, no livro *The theory and Practice of History*, como consta no manuscrito de 1830, já defendia que a ideia elaborada sobre o “fato” seria uma forma de garantia da verdade, essencial para se pensar a realidade no tempo. O seu resultado deveria partir do pressuposto de que todo fazer científico sobre a realidade narrada seria, portanto, uma maneira de garantir a providencialidade de sua expressão verdadeira. Esse tipo de pensamento, segundo ele, configuraria não só o pensamento do fato histórico, mas o principal motivo que nos levaria à prática historiográfica, que traça uma distinção entre o fazer e o viver no tempo. Isso, segundo ele, diferenciaria a história “de todas as outras ciências por ser também uma arte” (Ranke, 1973, p. 33).

Essa afirmação reverbera ao longo dos séculos uma marca própria da essência positiva da história. Que provaria, por um lado, que toda história deveria ser, primeiramente, pensada como uma forma narrativa sobre a realidade. E, posteriormente, como pensava Ranke, poderia ser qualificada sob a prova da sua dimensão na realidade, isto é, contextualizada a partir do poder temporal determinada pelo enunciado das fontes. Para o século XIX, todo fato deveria ser um fundamento indispensável para tal afirmação sobre a localização de determinada realidade histórica. Os cientificistas, no século XIX, diziam que se o formato do romance havia de ter sido condenado pela sua liberdade e expressividade excessiva, criatividade e imaginação. Já o historiador, por outro lado, foi, desde a antiguidade, condenado por ter que buscar sempre a verdade por meio do fato, em seus registros e argumentação.

Thomas Hobbes, por exemplo, em 1651, já havia setenciado que todo tipo de “registro do conhecimento dos fatos seria chamado de história” (William, 2010, p. 11). Onde o “fato histórico” se impõe para o pensamento racional. Ele é tão importante para a ciência histórica que, no século XIX, passa a contrariar não só a filosofia, mas, também, a própria a realidade social.

Sendo assim, se o fato histórico havia sido convertido em “uma função da vida” (Reis, 2003, p. 84), isso significaria dizer que ele não seria apenas a sua expressão, mas, também, a sua orientação para o futuro. Como disse José D’Assunção Barros, o fato é a expressão não só de uma verdade no tempo, mas, também, a sua própria realidade através do qual a história deve operar sobre as funções interiores do seu significado. Por isso mesmo que se buscássemos por meio de uma via direta da palavra “história” uma expressão do que seria o “fato”, nos confrontaria a expressão de tudo aquilo que nos refletiria o “tempo”. A própria ideia de “fato histórico” seria, assim, a principal manifestação do tempo. Ou seja, uma espécie de condicionante historiográfico que situaria toda realidade nos moldes da sua vivência e da sua expressão no tempo.

Não podemos, nesse caso, de forma alguma, ignorar que a realidade vivida é, também, um ponto de conversão. Em algum momento, o historiador entra em conflito com o tempo do fato, na busca por uma extensão dos corpos e das mentes que configuram no passado essa existência social dos homens a partir da sua condição na realidade. Um exemplo disso, seria o fato de que o tempo nos imporá diferentes formas de duração, de manifestação e existência no tempo da nossa própria insignificância na sociedade. Essa relação entre o tempo social e a socialização do tempo, revelam os objetivos e possibilidades abertos por ele que confluem ao ponto subjetivo dessa suposta realidade. Isso constituiria um ponto crucial do nosso pensamento, que recai sobre a lógica variável daquilo que chamamos de dimensão da vida humana no tempo, e sua condicionante factual.

Observe que o fato se tornou, assim, tão importante para as humanidades que foi, aos poucos, sendo incorporado às ciências históricas na busca pela vida dos homens no tempo. Mesmo que, às vezes, de forma equivocada preenchemos o vazio sobre determinada realidade social através de hipóteses e suposições, sobre como os personagens pensaram o seu tempo, o investigador sempre se depara com a identificação dos fatos as condições em que essa realidade foi expressa, e



como ela permitiu a possibilidade de tal expressão. Segundo Le Roy e Poincaré, todo investigador-cientista se torna o principal responsável por dar sentido aos fatos (Poincaré, 1995, p. 141). Segundo G. Benzoni, os fatos se tornam merecedores do “amor e respeito” de quem os detém (1990, p. 46 In Iggers; Powell). É ele, nesse sentido, que diametralmente justifica qual o verdadeiro desígnio da vida por meio do uso das palavras. Que, segundo B. Croce, foram convertidos na revelação de tudo aquilo que nos chegaria “do outro lado e que é anunciado, mas não explicado” (2023, p. 71).

Essa lógica sobre a longa tradição descrita sobre o uso e aplicação do fato se tornou, aos poucos, um importante fator para as ciências humanas no século XIX - um ponto que o diferenciava da literatura ou da filosofia. A história passa a cobrar do cientista certa segurança na argumentação lógica sobre a expressão do passado. Onde passa a compreender sobre os efeitos dos acontecimentos e seus desdobramentos. Não podemos negar que a Revolução Francesa, por exemplo, ou a primeira guerra mundial, constituem, em si, fatos históricos. Pois não podemos negar que esses acontecimentos estão situados a determinada condição no tempo que os regula, e que os condiciona a certas peculiaridades econômicas, sociais e políticas próprias de sua época.

Para Charles Seignobos toda forma de expressão do conhecimento científico conduziu o século XIX a busca pela autoridade do fato. A ideia de fato histórico não foi pensada, de forma alguma, apenas como algo “indireto” ao cientista que os detém. Pelo contrário, na verdade a ideia de fato histórico fez com que a história se tornasse “essencialmente uma ciência de raciocínio” (Seignobos, 1901, p. 15). Pois o fato é incorporado como um produto direto” da razão de quem o elabora.

Através dessa lógica, E. H. Carr afirmou que o século XIX deu um grande salto no tratamento com a ideia de objetividade histórica, pois, segundo ele, foi “uma grande época para os fatos” (1982, p. 12). Sendo assim, toda ciência passa a depender do “fato”, que, em sua totalidade, se projeta socialmente na forma de argumentação, e que compreende o conjunto do seu acontecimento. No caso do fato histórico, por exemplo, o conhecimento científico passaria a indiciar no tempo uma ação individual e coletiva dos homens que buscam, sempre, impor o seu domínio sobre a natureza. Essas formas de domínio é o que constitui a existência do fato. No entanto, a construção do fato histórico não poderia ser diferente da construção literária. O fato não poder ser, assim, apenas o reflexo de uma objetividade estoica, mas, de uma subjetividade que constitui justamente a “arte da sua apresentação” (Vierhaus, 1990, p. 62).

Esse procedimento fez com que a pragmática do fato científica “encontrasse as razões para fatos históricos nos homens” (Croce, 2023, p. 71). Para Benedetto Croce as manifestações e funções do fato pertencem aos homens, que, por sua vez, deve expressá-los empiricamente na forma de arte.

Wilhelm Von Humboldt, em seu icônico tratado intitulado “*Über die Aufgabe des Geschichtsschreibers*”ⁱ, publicado em 1822, dirigiu-se a Karl Theodor Welcker as seguintes palavras: “Comparei a história à arte, que não é apenas uma imitação da forma, mas dá forma à ideia que subjaz à forma” (Vierhaus, 1990, p. 63). Essa sentença nos sugere exatamente o que buscamos apresentar neste artigo sobre o sentido do fato na história. Assim como a arte, a história não poderia se limitar apenas a buscar pela mera reprodução imparcial e desapaixonada dos fatos, mas, como disse Poincaré, com “amor e respeito”. Pois, é por meio da prática interpretativa, do nosso envolvimento direto, que devemos expressar o verdadeiro amor científico pelo significado.

No século XIX, Henri Poincaré reiterava que todo “fato científico jamais seria outra coisa que não o fato bruto traduzido para uma outra linguagem” (1995, p. 146). Observe que a história passou a exigir de si o uso científico de determina linguagem que varia de acordo com cada campo de conhecimento e que é adaptada a sua forma de objetivação. Compreender isso, significa traduzir a realidade como uma forma de ciência da expressão, ou seja, como um tipo de arte adaptada. Nesse caso, a ciência se imporia como uma forma de linguagem objetiva, o que quer dizer que ela seria parte de uma linguagem elaborada a partir do fato que o significa. Pois, toda forma de linguagem objetiva, segundo Rudolf Vierhaus, busca:

A perfeição das “grandes combinações que existem nas coisas”, a elaboração do “contexto do todo”, o esforço “para compreender as coisas ao mesmo tempo nas profundezas de sua existência e na variedade de sua manifestação característica”, a investigação da “conexão” do indivíduo “com as circunstâncias gerais e a necessidade que resulta destas e reside nas coisas”, é a narrativa do historiador, uma conquista pela qual ele converte fatos históricos em história e tenta demonstrar a verdade histórica (Vierhaus, 1990, p. 63).



A partir desse pressuposto, os historiadores incorporaram a responsabilidade por aquilo que o século XIX havia qualificado como sendo a “ciência do fato histórico”. Essa ciência que busca o fato através de um conjunto de combinações entre a fonte, a prova, a interpretação e a narrativa (linguagem) histórica. Para Koselleck, essas combinações constroem o fato histórico, o que reflete a sua construção científica no tempo e determina a razão da sua experiência por meio da linguagem.

Se a narrativa histórica foi convertida nesse campo de expressão do fato, ao assumir a linguagem racional como forma de expressão da sua cientificidade, ela mesma se submeteu ao controle da verdade. O século XIX passou a exigir que cada ciência se revestisse por uma forma de linguagem objetiva que pudesse expressar com segurança a totalidade específica do seu pensamento, regimentando o seu viés metodológico. Segundo Humboldt e Vierhaus, a incorporação dos fatos reflete a delimitação dessa forma de linguagem, que não caracteriza uma história em si (Vierhaus 1990, 63). Isso significa dizer que se o fato se torna um determinante do produto da prova racional da humanidade, então ele incorpora essa combinação entre a “arte de sua representação” e sua linguagem (Koselleck, 2014, p. 92).

A busca incansável pela verdade no fato para Christian Delacoix, é o que motivou Berthold G. Niebuhr a qualificar Leopold von Ranke sob a alcunha de um “escravo da verdade” (2012, p. 77). Poincaré (1854-1912) se indagou ao que “parece supérfluo investigar se o fato bruto está fora da ciência [ou não], pois não pode haver nem ciência sem fato científico, nem fato científico sem fato bruto, já que o primeiro é apenas a tradução do segundo” (1995, p. 147). Ao passo que para Ranke o fato deveria ser apenas a transcrição dos fatos brutos contidos na fonte, para Poincaré todo fato científico seria uma tradução do fato bruto.

Itamar Freitas endossa essa discussão sobre a relação entre o fato acontecido e a sua tradução. Segundo ele, quando invocamos a ideia de ‘cientificidade do conhecimento histórico’, a partir dessa discussão atribuída ao século XIX, levanta-se muitas dúvidas em relação de como os historiadores em sua época pensaram sobre o sentido da história. Ao fazer esse questionamento, Freitas levanta um sério debate sobre o papel da ciência na historiografia, pensada com a finalidade de construção de modelos sociais a partir de orientações sobre as ações dos homens no passado. Condicionando à ideia de história o “caráter de ser ou de existir do objeto e o caráter de ser conhecido do ‘objeto’, como uma ideia ou coisa situada em frente ou na mente do sujeito conhecedor” (Freitas, 2021, p. 275).

Observe que para Freitas a historiografia pensa o fato de ‘ser’ ou existir do fato como objeto, ou seja, aquilo que estaria na ‘mente do sujeito conhecedor’: o seu objetivo. Isso se aproxima ao fato no pensamento de Henri Poincaré, onde, segundo ele, nessa direção, já indicava que todo “fato científico *seria* apenas o fato bruto traduzido para uma linguagem cômoda” (1995, p. 147). Ainda na primeira metade do século XIX, Humboldt já chamava nossa atenção para a questão da importância da linguagem científica na construção do fato histórico. Segundo ele, não devemos desconsiderar a linguagem já que ela exerceria um papel indispensável na construção científica do nosso conhecimento. Para ele, seria mais urgente saber como se processaria essa construção da totalidade a que pertence o fato traduzido e não a materialidade do fato objetivo propriamente dito. Assim, o historiador seria obrigado a se entregar a textualidade do fato construído, na busca pela realidade da sua tradução (Vierhaus, 1990, p. 64).

A totalidade objetiva do fato pertenceria àquilo que H. Poincaré disse. Segundo ele, pensar a objetividade histórica requer do historiador um exercício hercúleo de aceitação da história como uma forma de manifestação da “linguagem”. A linguagem seria a única chave possível de nos libertar dessa opressão imposta pela rigidez do fato na busca pelo retrato material da sua existência verdadeira. É inegável que há conclusões objetivas na história, sem sombra de dúvidas. Porém, tais conclusões indicariam que a objetividade é resultado da sua ingerência por meio da linguagem. A ideia de realidade do fato, de acordo com Rudolf Vierhaus, é o que permitiu, no século XIX, os historiadores se assentarem sob a ideia de totalidade a partir da ideia de narrativa do acontecimento, que ela mesma representa (1990, p. 64).

O emprego do conceito de totalidade, combinaria a função da linguagem, sugerida por Poincaré, aos termos do pensamento sobre a importância da habilidade narrativa do historiador na expressão do saber científico. Essa ideia sobre a linguagem, passaria a cobrar que o historiador dominasse a arte de expressão dos fatos, com uma escrita científica precisa e segura, seguindo os parâmetros textuais com “sequência interna, para tornar visíveis as forças efetivas reais, a fim de dar ao seu relato a forma na qual sua verdade e veracidade se baseiam” (Vierhaus, 1990, p. 64). T. Kuhn, por exemplo, analisou os meios das realizações textuais e sua concretude, condicionando as funções internas da narrativa à uma ideia de teoria da escrita. Sob o direito de instrumentalização e aplicação do seu conhecimento.

Sendo assim, neste artigo nos propomos a pensar como as ciências históricas, no geral, buscaram pensar a literalidade científica do seu conhecimento no século XIX. E como esse pensamento constituiu um novo caminho aberto pelas ciências através de uma ideia de cientificidade para o futuro. Ela mesma que se converteria no próprio produto da sua realização. Pois, a ciência, a partir dessa concepção lógica sobre a linguagem, seria condicionada, pela primeira vez, a sua variável. Que, segundo Seignobos, seria organizada de acordo com cada espaço do conhecimento. Ou seja, enquanto as ciências biológicas se dedicariam à elaboração de uma linguagem dos fatos biológicos, a matemática com uma linguagem sobre os fatos



numéricos, ou a geografia como uma ciência da linguagem sobre os fatos geográficos e o direito como uma linguagem sobre os fatos jurídicos, a história, por sua vez, se formalizou, no século XIX, como uma linguagem dos fatos no tempo (Seignobos, 1901, pp. 14-15). Darwin, por exemplo, na mesma época em que se processava essa compartimentalização do conhecimento, reuniu uma incrível variedade de fatos biológicos, que, segundo ele, foram, variavelmente, submetidos a diferentes formas de interrogação dentro das inúmeras possibilidades oferecidas pela sua cientificidade, de diferentes formas de linguagem – seja pela linguagem do comportamento, ou da paleontologia, da biogeografia, da sistemática, da morfologia ou da embriologia. É a partir dessa lógica variável sobre as formas de linguagem que Darwin desenvolveu, no campo da Biologia, um meio de formalização da sua ciência, como uma ciência do pensamento evolutivo (Rüsen, 1999; 2009).

DA SUBJETIVIDADE E OBJETIVIDADE DO FATO HISTÓRICO

Giuseppina D’oro disse que a compreensão sobre a diferença existente entre a aplicação das ciências naturais e as ciências humanas deveria levar em consideração, primeiro, as diferenças entre os fundamentos da sua facticidade. Segundo ele, enquanto o objetivo das ciências naturais seria o da previsão do domínio sobre a natureza da humanidade, resultante da sua generalização indutiva, o objetivo das ciências humanas deveria nos levar a uma compreensão do domínio humano sobre a natureza, que lhe impõe sentido (D’oro, 2009, p. 145).

Para Jörn Rüsen, esse domínio sobre a natureza seria determinado pela ação humana como simples propósito de controlá-la. Impondo-lhe, através dos sentidos, uma natureza dominante que se forma através das forças econômicas, políticas e sociais que lhe impõe. Segundo ele, toda ação seria o reflexo do “conteúdo material da manifestação empírica da vida no tempo” (Rüsen 2015, p. 175). Semelhante ao pensamento do filólogo alemão Friedrich Wolf, que defendia que todas as formas de ações humanas sobre a natureza foram transformadas em objeto científico justamente porque os homens são, naturalmente, atraídos pelas ações de outros homens. O que os ajudaria a aliviar a dor de sua própria existência em não se sentir totalmente alheio ao domínio dos outros. Essa justificativa sobre a realidade empírica da vida social demonstrou ao longo do tempo que os homens sempre serão eternamente interessados pela estranheza de outras épocas. Como dizia Marx, “a história só é feita pelos homens” (1844, p. 146).

A grande sacada de Ranke em sua época foi propor que a ideia de objetividade (a partir da imparcialidade) do fato histórico deveria partir da sua preexistência universal. Ele vincula, assim, o indivíduo à totalidade da sua natureza no tempo da história. Em 1882, Ranke escrevia que estaria se tornando consciente do fato de que se esforçava, o historiador deveria “separar objetivamente o acidental e o passageiro do permanente na *Weltgeschichte*” (1981, p. 82).

Foi no século XIX que se gestou a ideia de “objetividade” e “subjetividade” que, como apontou Lorraine Daston, foram produzidas através da expressão do fato. Ambas as palavras surgiram pela primeira vez no dicionário de língua alemã nas duas primeiras décadas do século XIX. Ocasão em que foram diretamente vinculadas à ideia de unidade do individual em seu tempo universal. Ou seja, foi um “período crucial para a emergência da objetividade científica, e particularmente pela fusão de seus componentes epistemológico e moral” (Daston, 2017, p. 73). Para Daston, só a partir de 1830 é que a ideia de “subjetividade” e “objetividade” foram, então, sendo, aos poucos, incorporadas por outras línguas europeias fora da Alemanha, como, por exemplo, o francês e o inglês.

Para Collingwood (1981) essa crítica em relação à objetividade e subjetividade do fato, no século XIX, ao contrário do que se afirmava, não possuía materialidade suficiente nas psicologias dos agentes históricos como justificativa para o apelo das verdades gerais sobre a natureza humana e suas ações, ao contrário do que pensava Ranke.

O próprio Collingwood chegou a renunciar, na primeira metade do século XX, essa “objetividade” positivista, a qual Droysen havia qualificado como “objetividade eunuca”. Collingwood buscou substituir, por exemplo, a ideia de objetividade da “fonte” pela ideia de “prova histórica”. Segundo ele, essa concepção de “prova” histórica seria mais eficiente do que a ideia de “fonte”, cunhada no século XIX. Chamá-la de *prova*, segundo ele, traduziria não só uma realidade inerente ao fato, mas, também, o sentido dado para a sua expressão narrativa.

Sendo assim, a ideia sobre a dependência entre o “fato” e a “fonte”, foi convertida nas ações humanas que não seria apenas uma prática de imitação do passado, como dizia Ranke, mas, mais do que disso, uma expressão da perspectiva atualizada. Segundo Collingwood, definir o uso da expressão de “prova histórica” evidenciaria um componente característico ao historiador, que busca por reviver o passado por meio da prova de sua própria reflexão. Collingwood se afasta



completamente dos exageros positivistas que tratou a objetividade como uma mera expressão da realidade austera contida nas fontes. Para ele, todo tipo de objetividade concentraria na prova histórica uma realidade mutilada.

Collingwood (1981), no início do século XX, estava convencido de que toda lógica que recaiu sobre a expressão dessa realidade objetiva da história, seria diferente da explicação dos eventos meramente naturais como uma realidade essencial. Collingwood foi um historiador realista, porém, de um novo tipo, como dizem alguns pensadores. Segundo ele, a história deveria ser algo a priori equiparada à natureza subjetiva do historiador. Algo intrínseco à sua mente, aos seus sentidos e aos esforços que submeteriam o princípio da construção objetiva às qualidades e virtudes da sua escrita, ou seja, do fazer historiográfico.

Esse ponto de vista levantado por Collingwood significaria dizer que a “veracidade do historiador tem que buscar de modo semelhante ao artista, isto é, partindo de eventos individuais para a compreensão de sua inter-relação” (Vierhaus, 1990, p. 64). Observe que esse trecho vai de encontro ao que pensava Collingwood, que afirmava, em sua época, que toda forma de operação científica seria, também, indistintamente determinada pelo particular de quem o constrói. Já que todo historiador deveria se prestar ao contexto geral, em toda a sua complexidade. A partir do qual nos fornece explicações gerais sobre o que não se esgota pelas ações decorrentes de contextos individuais ou leis fantasiosas.

Essa ideia de processamento da história geral se baseia na visão cientificista de que todo fato seria um produto da mente. O que deveria ser abordado não só pelas questões relativas ao lugar na sociedade ao qual o historiador pertence, mas, também, ao tempo que ele é submetido – sua relação com a vida humana e o seu significado universal configurariam o fato da sua existência. Essa questão normalmente só seria discutida no contexto geral da filosofia da mente ou da linguagem, e não da história. A história passou, no século XIX, a adotar um novo modelo interpretativo de universalização dos fatos, em que pese a sua especificidade. Sendo influenciada, por exemplo, pela filosofia da hermenêutica. O próprio historiador passou a se basear nessa premissa filosófica da sua capacitação moral, baseando-se no seu discernimento universal. A partir dessa visão, a história permitiu servir a sociedade o “fundamento e sustentáculo do processo (*Gerschehen*) em que o presente tem suas raízes” (Dosse, 2003, p. 182).

O próprio Friedrich Schleiermacher, figuraria essa indispensável adaptação filosófica do conhecimento histórico na aplicação da filosofia hermenêutica, que teve como principal representante Leopold V. Ranke. Quem, de fato, fundamentou na prática “a autonomia do pensamento histórico” (Reis, 2003, p. 19), e que combinou os elementos inerentes à objetividade no processo de interpretação dos fatos históricos a partir de sua utilidade futura.

Não se pode negar que foi a partir dessa hermenêutica filosófica que a história atingiu a sua profundidade metodológica. O método empregado sobre o tempo, pelas *Geisteswissenschaften*ⁱⁱ, foi fruto desse pensamento hermenêutico. Que permitiu que a história confrontasse o intérprete das fontes com a tarefa de reconstrução do passado. Os historiadores positivistas, por exemplo, argumentariam que as explicações mentais propostas pelo método hermenêutico sobrevinham as explicações físicas, e, portanto, as propriedades mentais que recaíam sobre as leis do “fato” deveriam ser, primeiramente, submetidas às propriedades físicas da mesma forma que, para Locke, as propriedades mentais haviam sido submetidas às qualidades secundárias que incorreram às propriedades primárias dos seus objetos (D’oro, 2009).

Essa qualidade interpretativa do fato histórico estabeleceu, assim, sua coligação com as propriedades físicas e mentais do seu progresso historiográfico. Definida por C. B. McCoullagh como uma matéria que nos liga à sua “coligação” no tempo, e que, por sua vez, resultaria na “coligação de fatos”. Segundo ele, “podemos aplicar este termo a todos os casos em que, por um ato do intelecto, estabelecemos uma conexão precisa entre os fenômenos que se apresentam aos nossos sentidos”, coligando, assim, “subjetividade” e “objetividade” na história. A própria palavra “coligar”, nesse caso, deriva da palavra latina *colligere*, que significa, por sua vez, unir fatos ou coisas (Whewell, 1967, p. 36 Apud McCoullagh, 2009, p. 152).

Essa busca pela coligação dos fatos deveria ocorrer a partir do equilíbrio entre objetividade e subjetividade, estabelecendo, assim, “uma relação direta com a questão fundamental da humanidade” (Vierhaus, 1990, p. 65). Muitos historiadores, como é o caso de Collingwood, discutido aqui, ignoraram a importância de Ranke e sua contribuição para pensamento historiográfico no século XIX, mesmo ele ignorando a importância da escrita na operação científica da história. Ranke também praticava, indiretamente, dessa coligação objetiva e subjetiva da escrita histórica. Segundo Rudolf Vierhaus, “para Ranke, a orientação divina do homem e da história do homem era a condição da possibilidade de uma compreensão objetiva da história; a historiografia como arte era o instrumento, o órgão para descrever a história como um processo significativo” (1990, p. 65).

Sendo assim, Ranke considerava que o fato histórico era uma expressão metafórica da própria vida humana na realidade. Considerando que a “obra historiográfica representaria o gênio da linguagem, a educação e os valores culturais de seu tempo” (Vierhaus, 1990, p. 65). Peter Gay criticou essa postura, afirmando, por outro lado, que o emprego de um estímulo



imparcial de escrita, buscaria, por objetivo, transcrever a “histórias a partir de outras histórias” (1990, p. 76), o que não levava em consideração o papel fundamental da subjetividade na construção do fato histórico.

Peter Gay, ao se dirigir ao século XIX, nos chama atenção para o fato dos historiadores dessa época terem instituído as “relações intrínsecas” existentes na construção histórica da realidade. Que, segundo ele, instituíram as conexões existentes no seu interior, levando à transgressão do pensamento ou das ideias que constituíam a expressão máxima dessa universalidade extraída das ações humanas. O próprio historiador Dilthey, nessa época, defendia que a construção do fato histórico deveria ser uma forma científica de conversão do pensamento subjetivo em uma série de ações que poderiam ou não estabelecer uma relação objetiva direta com os propósitos que determinariam a sua prova documental.

Para alcançar esse propósito, o historiador deveria se equipar “de instrumentos e técnicas de pesquisa mais aprimorados que apresentam uma descrição objetiva do passado” (Vierhaus, 1990, p. 67). Aqui, “o historiador interroga-se, então, sobre as diversas modalidades da fabricação [*do fato*] e da percepção do acontecimento a partir de sua trama textual” (Dosse, 2003, p. 180) que determina, por sua vez, a presença humana em cada época.

Seja como for, o fato, a *prova* ou o *indício* acontecimental são processados por meio da subjetivação dos espíritos de cada época. Toda ciência, sem dúvida, é dependente de algum fato que o determina. E que, por sua vez, deve qualificar o seu campo de domínio. Ankersmit, por exemplo, chamou os fatos de “substâncias narrativas” ou “narratios”. Segundo ele, todo fato pode ou não ser nomeado a partir de conceitos coligatórios (Ankersmit, 1983, p. 100). Ou seja,

O termo “narrativa” (derivado do latim “narrare” = contar, relacionar, narrar, relatar) aplicado à historiografia sugere que o texto historiográfico é, basicamente, uma história contada pelo historiador sobre algum aspecto ou parte do passado. A proposta de conceber a historiografia dessa forma remonta à Antiguidade (cf. Quintiliano: “*historia scribitur non ad probandum sed ad narrandum*”; “a historiografia não é escrita para provar, mas para contar”), foi adotada por historiadores do século XIX na Alemanha (Ranke, Droysen), França (Barante, Michelet) e Inglaterra (Carlyle, Macaulay) e determinaria grande parte da discussão sobre a natureza da historiografia na segunda metade do século XX (Ankersmit, 2009, p. 199).

Observamos que no decorrer dos séculos, os historiadores buscaram estabelecer certa unidade entre o tempo da narrativa e os eventos gerais inerentes aos fatos que determinam essa unidade. Por exemplo, há eventos físicos e humanos que constituem e determinam a Revolução Francesa. Ou pelo menos a versão que alguns historiadores contam sobre ela. No entanto, os fatos se tornam versões que constituem, em si, os eventos gerais e/ou particulares observáveis, que partem de uma realidade própria no tempo e que marcam a ordem dos seus acontecimentos. Já no caso da chamada revolução constitucional francesa (1791), ao contrário da própria revolução em si, os historiadores partem de um processo de reflexão ou teorização das leis.

Não é possível que o conjunto dos acontecimentos que compõem o fato não possa estabelecer a relação necessária entre os encadeamentos eventuais que constituem o seu acontecimento. E que, por sua vez, se projeta no fato a sua dinâmica. Collingwood dizia que toda ação seria passível de outros pensamentos. E que o historiador deveria, independentemente da sua crença, ter em mente que aquilo que o sujeito histórico torna produto do seu pensamento é, na verdade, uma realidade preexistente que possibilita a sua avaliação (Collingwood, 1981). O próprio sujeito histórico é traduzido, em parte, pelas regras da sua objetivação. Onde cada época é determinada pelo fato da sua existência. Mas, todo fato ganha dimensão narrativa, que é preenchida pela subjetividade de quem o interpreta. Isso permite pensar a amplitude do fato em cada época, que é verificado e cocebido apenas em seu tempo e nunca fora dele. Os fatos são organizados em uma linha de sucessões, caótica, que organiza o seu acontecimento, e que parecem se autorregular entre si, por conta própria, em uma linha reta, mas que na verdade, não possuem autonomia suficiente que os leve a existir devinulado de quem os interpreta (McCoullagh, 2009, p. 155).

A relação entre os fatos e os acontecimentos, ou entre “explicação” e “previsão” na história, só pode existir caso as leis gerais possam ser também simetricamente relacionadas ao seu desdobramento no tempo, dentro cada espaço que condiciona as situações de cada época. Não como nas equações newtonianas de movimento da natureza, mas, nesse caso, de acordo com as circunstâncias humanas da política, da economia e da sociedade que pesam sobre cada indivíduo em sua época. As leis humanas, de forma alguma, não obedecem a uma simetria física rigidamente perfeita e bem alinhada no tempo da sociedade, como ocorre com as forças da natureza. Se fosse assim ela mesma seria estabelecida apenas através das relações mecânicas próprias da sua natureza. Na verdade, a vida humana é uma operação caótica. Ela é socialmente assimétrica. Algo temporalmente econômico, político e cultural (Berry, 2009).



Os filósofos da história debateram por séculos se existia ou não objetividade no tempo passado. Ou seja, se existia ou não alguma base racional na escrita histórica. Para Philippe Ariès, o século XIX discutiu sistematicamente sobre as distinções entre a ideia do ‘fato histórico’ e os ‘fatos da natureza’. Alguns historiadores, inclusive, chegaram a afirmar que essa distinção se assentaria no fato da “própria natureza de suas pesquisas” (Ariès, 2013, p. 289). Segundo Ariès, as ciências naturais buscavam, naturalmente, reduzir a história ao campo da leitura ou da memorização de datas e acontecimentos. A história não pode ser reduzida a uma mera ciência do observável.

A mudança mais surpreendente no status das leis naturais é observada quando observamos as maiores escalas da investigação científica. Na cosmologia contemporânea, é perfeitamente concebível que nossas leis "universais" da natureza sejam meramente condições ambientais locais de nossa região particular do universo, o "universo observável", que pode ser parte de um universo muito maior (Carroll 2006). Tais propriedades do universo, como as observamos hoje, são talvez apenas uma solução peculiar das leis fundamentais; a evolução do nosso universo, que deu origem às suas características particulares, pode ser apenas uma dentre um vasto número de possíveis histórias alternativas. (Berry, 2009, p. 163).

Sendo assim, não poderíamos abrir mão facilmente do fato, já que é ele próprio quem delimita a história como sendo, em parte, uma ciência de reflexão. O ‘fato histórico’ é o que diferencia a disciplina histórica de outras ciências. O que significa que ela mesma existe para além do campo da mera transcrição das fontes, como pensava L. Ranke. A história não se baseia apenas em ações repetitivas ou concepções meramente instrumentais da natureza histórica. A história é uma ciência que se alimenta das forças vitais a sua relação com a temporalidade do fato e o seu significado.

Contraopondo a história, por exemplo, a matemática se pretende processar a busca do seu objeto na forma como ela organiza os números a partir de uma linha reta e contínua dos seus resultados, o que a possibilitaria expressar, através dos cálculos apresentados, o quadro geral da sua operação. Diferente da matemática, a história, por outro lado, teria por objetivo medir a descontinuidade do tempo. O que, por sua vez, refletiria a sequência dos fatos e expressaria o quadro geral dos seus acontecimentos.

O facto de que, assim como nas matemáticas a grandeza da relação é uma coisa diferente de cada um dos termos relacionados, assim a História é a relação, a conjunção, estabelecida, por iniciativa do historiador, entre dois planos da humanidade, o passado vivido pelos homens de outrora, o presente em que se desenvolve o esforço de recuperação desse passado em proveito do homem, e dos homens de depois (Marrou 1966, 33).

Foi na década de 1840 que “ocorreu outra grande mudança no discurso científico, que os historiadores foram forçados a adotar uma nova tática para autorizar o status científico de sua disciplina” (Reil 1990, 23 In Iggers; Powell). Nessa ocasião, os historiadores, em fim, conquistaram a sua libertação da filosofia. Onde passaram a distinguir historicamente o seu objetivo nas ciências humanas e sua operação (*Ib.*, 23). Essa distinção operacional da história implicaria incorporar os princípios, implícito ou explicitamente, sobre a sua técnica na utilização e função dos fatos como uma prova do passado. O que faz com que “a História se tornasse uma ciência dos fatos” (Ariès 2013, 289).

Sabemos que a prova da objetividade histórica do fato depende da ação subjetiva que o cientista impõe sobre eles. Eis o desafio que o historiador oitocentista se depara. Alguns tentaram impor à história a sua autoridade objetiva. Outros tentaram por meio do equilíbrio entre os valores técnicos e sua narrativa impor um meio de reflexão. Contudo, a história passaria a provar a natureza do conteúdo empírico contida nas fontes, empregando, também, uma lógica fundamentada na sua própria argumentação. Esse é o caso da história, que no século XIX se processou com certa racionalidade e objetividade do fato histórico através da sua operação narrativa. Como era próprio do século XIX, ainda hoje, reverbera aquele velho postulado hegeliano-rankeano, segundo o qual todo real é, também, racional (Dosse 2003, 236).

O próprio Ranke havia argumentado sobre o fato da razão histórica ser algo totalmente real – expressando a sua herança oriunda de Hegel. Segundo ele, o procedimento de racionalização que se assenta sobre o fato científico é fundamentado em três aspectos indispensáveis dessa lógica da argumentação, ou seja: o da prova dos fatos, o do valor dos fatos e o da explicação sobre os fatos. Para Philippe Ariès, esse modelo proposto por Ranke, sobre o procedimento da argumentação, corresponderia, portanto, a três significados levantados por ele. Ou seja, “o estabelecimento dos fatos, a continuidade dos fatos estabelecidos e a explicação dos fatos assim encadeados no tempo” (Ariès 2013, 239). A partir desse modelo, em que



o historiador busca argumentar a racionalidade do fato científico, o tempo se tornou, no século XIX, o principal fundamento de reflexão sobre a sua realidade objetiva. Onde, segundo François Dosse, “ele não se torna um espetáculo vazio, mas, como em Aristóteles, o tempo é tudo” (Dosse 2003, 239).

Ariès propôs que os historiadores, como vimos, repensassem sobre o valor de cada época como um fundamento essencial do estabelecimento da sua unidade objetiva no tempo. Que passaria a ter que compreender a particularidade dos fatos como um determinante do fato universal. Sabe-se que, tradicionalmente, esse problema sobre a veracidade histórica dos fatos universais seria o ponto crucial para que a história se sobressaísse àquela velha crítica aristotélica, que dizia que a poesia era muito mais verdadeira que a história porque ela lidaria com o “universal” e não com o particular. Essa universalidade proposta pelo século XIX influenciou, de diferentes maneiras, o modo como passamos imaginar a universalidade do real e a realidade do particular em outras épocas.

Para C. Seignobos, embora alguns historiadores insistissem que a historiografia era “necessariamente uma ciência subjetiva”, a grande maioria deles não questionava a presunção dessa objetividade, ou seja, daquilo que viria a ser tal qual como se vivenciara em outras épocas (1901, 217). Collingwood argumentava que toda explicação objetiva decorrente das ciências humanas deveria ser diferente da explicação decorrente sobre a sua natureza. Não porque a primeira se dedicaria aos estudos dos homens no tempo, mas porque ela mesma seria responsável por responder as dúvidas sobre as funções do passado através dos fatos verdadeiros. A história científica propõe repensar o passado a partir do cruzamento de dados extraídos das fontes, contrastando determinadas informações e eliminando os seus erros. Para o século XIX, interpretar as fontes exigia do historiador certa precisão nos detalhes da narrativa (D’oro In Aviezer 2009, 144). Para alguns historiadores, são os detalhes que conferem universalidade à narrativa.

Ater-se à precisão dos detalhes oferecida pelas fontes impõe certa densidade à narrativa histórica, necessária a todo historiador. Para Henri Marrou, “mais que estabelecer os ‘factos’, importava-lhes compreendê-los e aliás os acontecimentos que lhe interessam são as mais das vezes de uma essência mais subtil que essas constatações materiais” (Marrou 1966, 48). Em outras palavras a história, no século XIX, foi convertida nessa matéria da ciência da humanidade, onde seria responsável por refletir “parte da vida em que é preservada a escrita” (Tucci 1990, 100).

Jörn Rüsen defende que é por meio da escrita histórica que o historiador comunica a objetividade do passado, de modo que ela expressa a sua razão na sociedade. É essa a razão social que converte a história em uma “necessidade humana básica” (Martins; Schimdt 2016, 26). Rüsen não se apegaria ao fato histórico apenas com o intuito de demonstrar a existência de uma realidade puramente objetiva, mas como parte de uma realização criativa que tem por objetivo sua função social. Rüsen pensa que todo “fato histórico” não deve ser, de forma alguma, algo totalmente empírico ou algo totalmente subjetivo. Para ele, o fato não existe em nenhum desses extremos. Na verdade, para Rüsen, o fato histórico carrega a beleza pela sua existência no tempo de quem lhe imputa a realização. É ele quem devolve ao historiador toda a beleza poética da sua existência e que condiciona determinada realidade como forma de sua provação.

Toda a poética atribuída ao fato histórico não se faz como uma mera cópia da sua existência na realidade. A representação do fato não é algo menos real do que a própria realidade vivida. Para Foucault, pensar o fato histórico nos leva a refletir sobre o instante do factual através do tempo do acontecido. Essa lógica certamente difere o fato do seu instante vivido. Mas, de forma alguma, essa realidade histórica narrada seria inferior ou menos real do que a própria realidade do tempo vivido. O historiador que só transcreve os fatos, como se fossem uma imitação da realidade, esgota a sua forma poética ao tentar retirar do presente o seu significado. Como afirmou Peter Kosso, “os fatos são; as teorias e poesia descrevem” (2009, 12). Caso contrário não haveria história possível.

O problema é que os fatos, mesmo com as interferências dos historiadores sobre eles, não deixam de existir jamais. Contudo, eles não poderiam, de forma alguma, falar por si só. O cientista é quem deve animá-los, dar-lhes voz e visibilidade por meio da linguagem narrativa. São os fatos que confrontam a razão objetiva do historiador e sua ciência. A partir dessa relação o fato se torna o objeto principal do historiador. Cabe a ele selecionar e esmiuçar uma identidade sobre ele. Para isso, o historiador conta com um amplo aparato teórico. O que lhe permite ampliar, por meio da teoria, a sua própria concepção de realidade. É por meio desse processo de racionalização da narrativa que o historiador se relaciona com a estranheza de outros mundos. Só a História “pode responder a esse espanto e reduzir, ou pelo menos limitar e precisar, o absurdo do mundo. Ela lhe explica o porquê das estranhezas que constata, da profundidade ao que de outra maneira seria uma superfície sem densidade” (Ariès 2013, 297).

Tal estranheza não configuraria sozinha a realidade completa dessa realidade histórica. O historiador é quem oferece ao leitor as sensções desse mundo estranho por meio da sua poética. O que, por sua vez, lhe confere significação. No entanto, deve-se considerar a importância dessa subjetividade no processo de representação dos fatos que significam, também, refletir a mentalidade de outras pessoas no passado. Mergulhando no seu pensamento, mais do que as suas próprias ações práticas em vida (Kosso 2009, 14).



Appleby et al. (1994: 10) afirmaram que a objetividade teria que ser “redefinida como um compromisso com a investigação honesta, processos abertos de pesquisa e discussões públicas engajadas sobre o significado dos fatos históricos”, admitindo que essa compreensão “reconhece a impossibilidade de qualquer pesquisa ser neutra (o que também se aplica aos cientistas) e aceita o fato de que a busca pelo conhecimento envolve uma luta viva e contenciosa entre diversos grupos de buscadores da verdade” (Newall 2009, 176-177).

Para Paul Newall, o historiador seria o responsável por compartilhar o seu conhecimento através da intersubjetividade, que nos conecta ao passado e ao pensamento de outras pessoas. Nenhum filósofo da história chegou a ser questionado seriamente sobre isso. Edmund Husserl, por exemplo, havia se dedicado a descrever como os fatos se tornaram fenômenos observáveis em suas percepções. Para ele, a verdade estaria ligada aos fenômenos que conseguimos perceber e descrever de forma objetiva. Já para a sociologia, Halbwachs (1992), por exemplos que chegam a nos dizer como os fatos, a partir de um quadro geral de semelhanças estabelecidas, seriam convertidos em um conceito essencialmente social e coletivo.

A história, como observou o historiador Ariès, passou a ter que se comprometer em encarar a estranheza dos fatos de outra forma. Segundo ele, mesmo que os fatos sejam individualmente independentes das nossas ideias atuais, eles formam coletivamente uma imagem que se torna uma questão de interpretação (Ariès 2013).

A. Wehling criticou essa postura, de quem ignora a importância dos fatos para a historiografia. Segundo ele, os estudos históricos, na verdade, devem se dedicar às evidências dos fatos que, na verdade, podem ou não ser suficientes para eliminar muitas hipóteses improváveis da historiografia. É assim que, segundo ele, devemos evitar o equívoco criado pela ideia de que a interpreta os fatos, que não se dá “fora dos documentos, pois qualquer explanação engajada na atualidade seria necessariamente uma atitude anticientífica” (Wehling 1973, 177).

DA FONTE HISTÓRICA.

No livro *Introdução aos Estudos históricos*, Langlois e Seignobos afirmaram que a ideia de que não existe história fora das fontes. Segundo eles, o historiador deveria, antes de tudo, saber interpretar os documentos. O que, por sua vez, seria “o ponto de partida, o fato seu objetivo” (Langlois; Seignobos 2023, 51).

O trabalho feito por Ranke também seria uma prova disso. Seu pensamento, sem dúvidas, não havia rejeitado totalmente a influência da filosofia de Niebuhr ou Kant, por exemplo. Ranke criticou, sem dúvidas, no sentido moderno da ciência histórica, a não utilização das fontes pela filosofia, como base para o estabelecimento do conhecimento empírico.

Mas, na verdade, ele não formulou uma crítica direta e bem elaborada sobre metafísica filosófica. Apenas rejeitou a aplicação dos seus conceitos filosóficos pré-estabelecidos na pesquisa histórica. Segunda D’Assunção Barros, quando nos dirigimos ao pensamento de Ranke, devemos compreender, historicamente, o quanto essa atenção meticulosa ao documento, e esta obsessão arquivística, representaram em termos de um novo espírito que se agregava à historiografia profissional no século XIX. No entanto, sua contribuição à narrativa historiográfica representou, segundo Barros, um grande avanço. De acordo Georg Iggers, essa ideia de que Ranke havia recusado totalmente a filosofia é uma falácia. Segundo ele, nenhum outro historiador alemão do século XIX se preocupou tanto com as fundamentações teóricas da prática historiográfica do que Leopold V. Ranke. Ele, certamente, tinha por base uma teoria empírica da história, que refletiu a consolidação do historicismo como uma prática historiográfica. Para Ranke, a metafísica do conhecimento, que parte da filosofia, não se utilizava de uma base material com o objetivo de assegurar a autorrealização científica através dos documentos. Pelo contrário, ela busca pelo processo histórico, questionando o seu sentido, finalidade e as possibilidades de conhecimento sobre o passado. A partir desses questionamentos filosóficos, Ranke pôde, então, cobrar da prática historiográfica que ela fosse, antes de tudo, uma prática empírica, sendo o historiador um vertedor ou copista das fontes, um copiógrafo das palavras.

Ranke fez da profissão de historiador uma especialidade das fontes. As informações extraídas das fontes precisavam ser destiladas e submetidas a um sistemático inquérito através de operações que já discutimos anteriormente. Para Nietzsche, por exemplo, inclusive o trabalho do maior empirista deveria ser feito, antes de tudo, com poesia e arte. Esse “historiador-artista”, segundo Nietzsche, seria o único que poderia converter a história em um instrumento de potencialização para a vida por meio das palavras (Nietzsche 2005).



Com Ranke, a história teria o pretexto da imparcialidade, como justificativa de uma história objetiva. Desprezando o uso da linguagem literária ou filosófica, Ranke optou pelo uso de uma linguagem imparcial. Para Nietzsche, o emprego da ideia de arte e linguagem na história ampliaria ainda mais o seu espírito racionalista sobre o passado. Segundo ele, o historiador, mesmo os historicistas mais radicais, seria um artista ao interpretar as fontes e demonstrar toda a sua crença exagerada na transcrição dos fatos, ou, como disse Ranke “apenas mostrar, como realmente aconteceu” (“*wie es eigentlich gewesen*”). Mesmo Ranke pretendendo a total imparcialidade na transcrição dos fatos, é por meio da linguagem científica ou da sua poética empirista que ele sugere conservar determinada sensação de imparcialidade sobre a realidade retratada.

Para Jules Michelet, o historiador deveria, antes de tudo, absorver a totalidade das fontes, de todas as camadas dessa “poeira do tempo” que, segundo ele, se chama história, para, depois, revelar a sua veracidade (Delacroix 2012, 39). Ele mesmo exalou a poeira dos tempos, que formavam camadas sobre os arquivos. Defendia que a busca pelos fatos deveria ocorrer por intermédio dos arquivos, que nos desperta uma certa vontade técnica da sua organização material. A história pragmática, caracteriza-se por uma abordagem sintética e integral de suas criações, em seu conjunto, sem separar a história política, jurídica, artística ou literária.

Michelet dizia que a presença dos historiadores nos arquivos seria o pontapé inicial que fundamentaria a sua prática científica. Isso é o que levaria o historiador a pensar que a história assume, nos arquivos, o risco da sua vitória ou da sua derrota sobre ele (Farge, 2022, 33). As fontes, segundo François Hartog, é o que contrasta o passado, o presente e o futuro, pois são nos arquivos que o fato se conserva, ao passo que “pressupõe um horizonte histórico” (Hartog 2013, 53).

C. Pinsky (2008) afirma que, nesse exercício de consulta aos arquivos o historiador desenvolve uma habilidade artística no manuseio das fontes, indispensável aos historicistas. Compreender os fatos consistia ao historicismo justamente dar sentido àquilo que os homens fizeram ou pensaram a nossa respeito. C. Delacroix reforçaria essa ideia, ao considerar que o arquivo seria algo diretamente indissociável à nossa condição humana. De uma forma ou de outra, é o arquivo quem “colocaria o discurso histórico em tensão entre a arte e a ciência”. A partir dele, às vezes, “o historiador-narrador se insinua, à maneira de um romancista, no foro íntimo de um dos indivíduos que ele põe em cena” (Delacroix 2012, 43).

Para Wizenmann, a função geral dos arquivos seria apenas um, o de preservar a “fonte do qual deve emanar tudo”. Tudo aquilo que fundamenta o campo das possibilidades e que fundamenta a existência no tempo para além das trivialidades da nossa vida no presente (Koselleck 2016, 126). Michel Foucault defendeu que os arquivos constituem uma espécie de santuário da verdade (Farge 2022). Onde, querendo ou não, os arquivos nos impõem certa influência e poder. Seja por meio da temporalização do pensamento ou por meio do conhecimento sobre o tempo. Independente da ordem, o arquivo, de qualquer forma, atua como um condicionante desse poder sobre a memória social, que pesa a nossa própria existência em outros tempos.

Submeter as fontes a esse processo de interpretação crítica, manifesta não só uma relação de poder, através do qual seria imposta uma forma de linguagem, mas, também, uma relação de submissão, que, por vezes, nos impõe o seu percurso. O historiador deve se dedicar, então, a extrair dos fatos essa realidade vivida, dentro das suas possibilidades e condições sociais. O historiador converte os vestígios em uma força reguladora dos personagens humanos que ele conserva no foro íntimo da sua realidade. Esses personagens são “figuras reais”, é a partir deles que o historiador retira dos arquivos suas histórias e é obrigado a se submeter a um posicionamento delimitado, que articularia a realidade do seu presente à intimidade figurativa do seu passado (Foucault 2006).

Os arquivos históricos só provariam que a realidade, na verdade, não poderia existir por si só, sem um objeto da interpretação científica. Já que eles só existiriam por meio do registro das fontes. Desde a antiguidade já se tinha essa noção de que “o escrito *valeria* como prova” (Hartog 2013, 70). Em que as lembranças seriam, portanto, a nossa única salvação. As fontes conservam os sentidos para a vida, que corresponde ao seu ‘espaço de experiência’, enquanto os arquivos se transformam em “guardião” dessa memória coletiva. As fontes não substituem a experiência do mundo vivido, mas que permitem que esse mundo do vivido seja elevado ao espaço de sua imaginação.

Se os arquivos configuram uma espécie de imaginário social, como “guardião da memória”, então, seria através deles que as palavras nos chegariam carregadas de sentido e de um forte estímulo vital. A fonte é que configura a base dessa construção dos sentidos. É por meio dela que a escrita histórica ganha profundidade empírica e realismo. A fonte nos permite atribuir profundidade ao tempo. Onde, por meio da história o documento ganharia vida. Ela estimula a razão histórica que fundamenta a arte de narrar historicamente. Os arquivos guardam o tempo, ao passo que o historiador se projeta neles através do processo de sua própria realização. Wilhelm von Humboldt já expressava a ideia de que todo arquivo deveria alimentar a arte empírica da história. Pois a sua realidade, ao qual se pretende, também é parte da sua própria imaginação. A história, pela sua natureza científica, dependeria, assim, dos documentos que expressam, através deles, a poesia dos fatos. Para Delacroix, “a história, longe de ser concebida como mera cópia do real, é apresentada como uma imitação, à imagem da criação artística das fontes” (Delacroix 2012, 78).



Humboldt pensava a história para além do seu sentido empírico, ou seja, buscava atingir uma concepção de saber constituído pela historicidade do observador em relação ao observado. Para ele, estudar a política e a linguagem seria o melhor referencial para se pensar sobre a essência do historicismo, não apenas como um problema para a história, mas, também, para todo o mundo intelectual. Segundo Humboldt, a história sofreu um grande avanço na transição do século XVIII para o XIX. Peter H. Reil chegou a nos dizer que Humboldt e Ranke, nessa época, eram “tão intimamente ligados na maioria dos relatos sobre o desenvolvimento do pensamento e da prática histórica na Alemanha que muitas vezes pareciam se fundir como dois elementos da mesma persona” (Iggers; Pawell, 1990). No entanto, haviam diferenças óbvias entre os dois pensadores: enquanto Humboldt valorizava a questão da *teoria* das fontes, Ranke passou a valorizar mais a *prática* histórica sobre elas.

Estevão C. de Rezende Martins reforçou essa questão da prática para Ranke. Segundo ele, “a história era ao mesmo tempo ciência e arte das fontes” (2017, 51), em que “o artista em Ranke exigia que ele representasse a amplitude sensível do acontecimento” (Martins 2017, 51), e cujo raciocínio se fundiu à sua lógica e ao seu método por meio das fontes.

A arte de interpretar e traduzir historiograficamente as fontes, elevaria o *eu* do historiador a uma relação de poder que ele teria sobre o não-vivido, próprio da prática histórica. Para C. Pinsky (2008, 07), somente por meio dessa relação de domínio sobre o fato documentado é que o historiador viabilizaria sua atividade criadora sobre o tempo da humanidade, e, assim, imporia à linguagem um papel primordial na formação histórica de cada povo.

O ato de interpretação das fontes também nos impõe uma forma de poder e dominação, que, segundo Foucault, atravessa o processo da leitura e da imaginação, que nos representa. Heidegger dizia que o hábito de comunicar o passado por meio do presente deveria nos levar em ao seu vínculo com a autorrepresentação, autorrealização e autopreservação por meio da narrativa. Segundo ele, toda forma de historicidade nos impõe um gesto simples de comunicação, que só tem sentido caso seja preservado a sua própria temporalidade no horizonte de “ser-aí” (*Dasein*), na qual é determinado pelo modo como nos projetamos no tempo (Heidegger 2005).

Como salientou Ariès, a fonte é naturalmente uma forma de registro, que expressa, na história, “o interesse que o homem tem pelo homem” (2013, 297), convertendo-o em “seu esqueleto” através da narrativa historiográfica (2013, 291).

Ranke, por exemplo, se questionava: se caso os filósofos tivessem incorporado as fontes como instrumento de trabalho, se não seria o seu trabalho também uma prática histórica? Para Ranke, se os cientistas de sua época, por exemplo, tivessem atribuído à poesia a tarefa de reconhecimento da vida humana através das fontes, então ela mesma seria, sim, uma prática histórica. Até porque essa prática de interpretação das fontes, segundo ele, diferentemente da filosofia, buscaria estabelecer essa intimidade própria do historiador com outras épocas.

De fato, o que justifica o desvio pela poética é, antes de mais nada, levar em consideração o leitor. É para este último que o historiador deve fazer com que sua história se assemelhe “um pouco” ao poema épico com a preocupação de levá-lo a “descobrir as ligações” e a “chegar ao desfecho”. Neste aspecto, ele distingue-se totalmente do erudito que “segue seu gosto sem consultar o público” e, página atrás de página, acumula os achados de sua “insaciável curiosidade”. Fénelon passa da retórica para a poética, equiparando historiador e poeta, até concluir – sem dúvida, com um sorriso – que um excelente historiador é, talvez, ainda mais raro que um grande poeta (Hartog 2013, 181).

Croiset, por exemplo, foi influenciado por questões do pensamento aristotélico, onde relacionou a história a partir de uma “perspectiva da divisão mais moderna entre a história como arte e a história como ciência – com a verdade da arte e da ciência” (Hartog 2013, 89). Essa dupla personalidade da história, através da sua concepção sobre a recriação do passado, foi fundamental para que ele pudesse defender os meios criativos pelo qual a história ganha uma conotação poética. Para os mais pragmáticos, seria através do emprego de uma linguagem mais imparcial que o historiador conservaria a sua relação com a objetividade do tempo representado. A fonte, além de trazer em seu conteúdo a amplitude dos fatos passado, ela mesma também se converteria nesse tipo, mais específico, de ato histórico.

O filósofo Hegel dizia que a *Geschichte* passou a reunir, na língua alemã, “tanto o lado objetivo quanto o subjetivo, que significa tanto a *historiam rerum gestarum* quanto as próprias *res gestas*” (Koselleck 2016, 134). Para ele, a qualidade de fonte histórica, configuraria também uma busca pela ideia ou espírito absoluto, como um processo dialético. O resultado desse movimento estabeleceria, portanto, uma constante histórica, que tenderia a superação das contradições e nos levaria ao tempo do desenvolvimento e do conhecimento na realidade. Observe que a dialética da interpretação resulta a busca pela unidade dialética entre o cruzamento do conhecimento científico e a realização do conhecimento poético. Ou seja, o



conhecimento material e artístico, ou conhecimento prático e poético, aqui, reafirmam a máxima aristotélica de que “o poeta [é]... senhor sobre a História; e ele pode aproximar os acontecimentos tanto quanto queira” (*Ib.* 137).

A história jamais poderia ser reduzida apenas a uma coleção de fatos antigos, que exporia seus objetos em uma vitrine de antiguidades, como criticava Croce. Ter certa habilidade em manuseá-los e interpretá-los se tornou indispensável para que o historiador viabilizasse a verdade histórica por meio do seu discurso e saber científico. Na verdade, para Croce todo passado-presente possuiria um vazio, que deveria ser preenchido cientificamente pela habilidade do historiador.

Hartog reafirma que o século XIX nunca se limitou apenas transcrever os fatos documentados, como pensavam alguns historiadores. Para ele, o século XIX, foi mais além do que isso. Foi preciso, antes de tudo, saber interpretar as fontes, adquirir um saber artístico capaz de contar com veracidade e realismo os fatos retratados. Segundo ele, diferentemente de outras ciências, a história não se contentaria simplesmente em registrar o que foi encontrado; A história, requeria, antes de tudo, a capacidade de recriar as condições de realidade que as fontes ofereciam, dentro das suas possibilidades históricas.

CONCLUSÃO

Como vimos, observamos que o século XIX, como em Ranke, a história se foi manifestada mais como o resultado da incorporação da filosofia e da poesia, do que uma ‘física histórica’. Só assim a história pôde se abrir a um novo caminho – como resultado dessa união. A diferença é que enquanto a filosofia e a poesia se projetavam para um reino do idealismo, a história se emancipou delas e passou a se projetar a partir de registros da realidade vivida pela própria humanidade. Abrindo, assim, um novo caminho através do amparo das fontes.

As primeiras realizações da história como ciência se deram, primeiro, através da poesia e, depois, da filosofia, para que, assim, segundo Ranke, ela pudesse, enfim, conquistar a sua própria faculdade científica. Similar ao que se projeta no mito de Hesíodo, no poema épico *Os trabalhos e os dias*, em que ele narra a trajetória dos homens que foram expulsos do Olimpo e tiveram que se dedicar, sozinhos, a tarefa árdua de arar a terra e lidar com as próprias adversidades, em uma nova realidade áspera e severa. A trajetória da cientificização da história no século XIX seguiu um caminho parecido com a história dos homens do Olimpo.

Aqui, o historiador no século XIX havia descido do reino mítico da poesia e da filosofia, e abraçado a crueldade científica da dura realidade factual na esperança de ter conquistado o reino do progresso e da nação. A história deixou o amparo da filosofia e da poesia, ou seja, do tempo dos deuses, para se dedicar, especificamente, ao tempo dos homens.

Pode parecer contraditório, mas ao passo que a história se libertava da filosofia e da poesia, ela, aos poucos, teve que se unir novamente as duas para que, assim, pudesse abrir para si mesmo um novo caminho. Como disse Benedetto Croce, a história, ao se emancipar da filosofia, teve que se afirmar como uma ciência do tempo dos homens, em que os fatos não seriam mais percebidos *sub specie aeternitatis*ⁱⁱⁱ. Não seriam mais percebidos como imutáveis, divinos e imortais, mas humanos e transitórios (Croce 2023, 80).

Para Ranke, se alguém atribuísse ao filósofo a tarefa de ter que preencher o passado com a temporalidade dos homens, ele estaria se dedicando, certamente, a busca pelo contexto das fontes. Todo historiador deveria, a partir do século XIX, ter que se debruçar sobre a variedade dos arquivos. Em sua sala de leitura, no habitual sigilo, ele irromperia o silêncio dos arquivos e das fontes, e ofereceria nesse tempo o peso dos sentidos. Segundo Johann G. Fichte, o historiador “na medida em que é artista, possui em si aquilo que é comum a todas as almas cultas, e, em vez do senso individual, que nos separa e distingue, deve habitar nele na hora do entusiasmo como que o senso universal de toda a humanidade” (Beckenkamp 2017, 140).

O próprio Ranke havia proclamado que a libertação da história se deu pela sua capacidade no modo de oferecer uma nova abordagem (Ranke 1973, 34). Ironicamente, Benedetto Croce havia dito que todo “fato não histórico seria um fato que não foi pensado e, portanto, não existiria, e até agora ninguém se deparou com um fato inexistente” (Croce 2023, 80). Essa colocação vai de encontro ao que tratamos aqui. Ou seja, com o que Ranke disse quando atestou que a descoberta do fato transmitiria aquilo que as fontes teriam a lhe oferecer a partir da sua própria época.

Sérgio da Mata disse que o historiador não poderia, de forma alguma, ignorar a “beleza da composição” poética com que Ranke, por exemplo, havia, no século XIX, objetificado as questões da sua própria realidade. Segundo ele, “a despreensão e a concisão do estilo, e, diria mais, o equilíbrio de julgamento e a extraordinária capacidade de identificar e construir conexões históricas, tudo isso tinha-o Ranke no mais alto grau” (Da Mata 2011, 248).



Giambattista Vico também trouxe sua contribuição para o campo dessa nossa análise sobre os fatos na filosofia, através da ideia de que a ciência deveria narrar e descrever a amplitude do tempo da fonte, pois todo fato equivale às criações humanas. A história seria, portanto, o resultado desse reconhecimento sobre os registros. Que, para Vico, deveria elevar os fatos ao nível da “embriaguez poética”, o que implicaria certa liberdade criativa na organização dessa realidade documentada (Vico 1990; Croce 2002).

Segundo a clássica afirmação de Quintiliano: "*Historia est proxima poetis et quodammodo carmen solutum*"^{iv}, a história deveria enfatizar a importância do caráter libertador que lhe impõe todo o respeito através do rigor com que confronta a seleção dos seus testemunhos. Historiadores como no caso de Heródoto, deram mais ênfase ao caráter artístico da história, outros, como no caso de Tucídides, deram maior importância para a verdade do acontecido (autopsia). Ninguém, até o século XIX, havia visto a necessidade de unir os dois (filosofia e poesia) em um só. Por isso mesmo que o pensamento de Ranke foi tão importante para a sua época, pois marcaria o início de uma nova era para a história.

O próprio Maquiavel já havia tentado nos ensinar que o “conceito de tempo não seria suficiente para guiar as ações dos homens no mundo, e isso pela simples razão de que o que chamamos história é a ordem da ação e do fazer, e não do mero acontecer” (Bignotto 2003, 110). Mas, nessa época, muito pouco ainda se sabia sobre a relação histórica entre a “ação” e o “fazer” historiográfico.

Com o século XIX, surge um novo problema, o “do conhecimento histórico tanto nos termos da representação rigorosa dos fatos, quanto naqueles do desenvolvimento da unidade e da progressão dos acontecimentos documentados” (Araújo In Parada 2013, 74). Onde a nova tônica histórica atribuída pelo historicismo, deveria sobressair a mera questão da cientificidade, elevando-se, também, ao nível da criatividade.

A história seria, portanto, ao mesmo tempo, arte e ciência no século XIX. Arte, porque ela repousaria sobre a necessidade de criação. E ciência, porque não se reduziria ao simples produto de imaginação do historiador.

REFERÊNCIAS

AGAJELU, Abuoma C. & ORIZU, Oluchukwu N. "*Leopold Von Ranke and Development of Modern Historiography*". Renaissance University Journal of Management and Social Sciences, RUJMASS, Vol. 4, (Issue 1), 2018.

ANKERSMIT, Frank. *Narrative Logic: A Semantic Analysis of the Historian's Language* (The Hague: Martinus Nijhoff), 1983.

_____. Narrative and Interpretation. In. TUCKER, Aviezer. *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. United Kingdom: Blackwell publishing, 2009. Disponível em: <https://analepsis.org/wp-content/uploads/2011/08/blackwell-companion-to-the-philosophy-of-history-and-historiography.pdf>.

ARAÚJO, Valdeia L. de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

ARAÚJO, André de Melo. "Leopold Von Ranke (1795-1886)". In. PARADA, Maurício. *Os historiadores: clássicos da história*. Petrópolis, RJ: PUC-Rio, 2013.

ARIÈS, Philippe. *O tempo da História*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BARROS, *O tempo dos historiadores*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BECKENKAMP, J. *Fichte e a filosofia do espírito de Hegel*. Revista eletrônica estudos hegelianos, ano. 14, nº 24, 2017.

BEISER, Frederick C. "Ranke's Romantic Philosophy". In. *The German Historicist Tradition*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

BENATTI, Antonio P. "História, Ciência, Escritura e Política". In. GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira & RAGO, Margareth (Org.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2014.

BENZONI, G. Ranke's favorite source: The venetian relazioni Impressions with Allusions to Later Historiography. In. IGGERS, Georg G. & POWELL, James M. *Leopold von Ranke and the shaping of the historical discipline*. New York: Syracuse University Press, 1990.



- BERRY, Stephan. The Laws of History. In: TUCKER, Aviezer. *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. United Kingdom: Blackwell publishing, 2009. Disponível em: <https://analepsis.org/wp-content/uploads/2011/08/blackwell-companion-to-the-philosophy-of-history-and-historiography.pdf>.
- BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel e a história*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2003. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/860/3/000860.pdf>.
- BOLDT, Andreas. *Leopold Von Ranke: A Biography*. London: Routledge, 2019. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9781351042741/leopold-von-ranke-andreas-boldt>.
- CARR, E. H. *Que é História?* Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- _____. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papius, 2012.
- COLLINGWOOD, R. G. *A Ideia de História*. Lisboa: Presença, 1981.
- CROCE, Benedetto. *Teoria e História da Historiografia*. Curitiba: antoniofontoura, 2023.
- _____. *The Philosophy of Giambattista Vico* (translated by R. G. Colingwood, introduction by Alan Sica). New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers, 2002.
- DA MATA, Sérgio. *Ranke reloaded: entre história da historiografia e história multiversal*. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 4, n. 6, pp. 247–251, 2011. DOI: 10.15848/hh.v0i6.244. Disponível: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/244/178>.
- DASTON, Lorraine. *Historicidade e objetividade*. São Paulo: LiberArs, 2017.
- DELACROIX, Christian. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- DILTHEY, Wilhelm. *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- D'ORO, Giuseppina. Historigraphic Understanding. In: TUCKER, Aviezer. *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. United Kingdom: Blackwell publishing, 2009.
- DOSSE, François. *A história*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- FARGE, Arlette. *O Sabor dos Arquivos*. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2022.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões*. Petrópolis, RJ: Vozes., 1999.
- _____. *Poder e saber* (2006). In M. B. Motta (Org.). *Estratégia, poder-saber* (Coleção Ditos & Escritos, Vol. 4, pp. 223-240). 2a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FONTES, José Silvério Leite. *Formação do fato histórico na cultura ocidental*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2020.
- FREITAS, Itamar. *Objetividade histórica no manual de teoria da história de Roberto Piragibe da Fonseca (1903-19086)*. Revista de teoria da história, Goiânia, v. 23, n. 2, 2021., p. 275. DOI: 10.5216/rth.v23i2.63979. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/63979>. Acesso em: 28 mar. 2025.
- GAY, Peter. *O Estilo na História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GIL, Thomas. *Leopold Ranke*. In: TUCKER, Aviezer. *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2008. Disponível em: <https://analepsis.org/wp-content/uploads/2011/08/blackwell-companion-to-the-philosophy-of-history-and-historiography.pdf>.
- HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora Universidade de Brasília., 2003.
- _____. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Atênica Editora, 2013.
- HALBWACHS, Maurice. *On Collective Memory*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1992.
- HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 2005.



- IGGERS, Georg G. & POWELL, James M. *Leopold von Ranke and the shaping of the historical discipline*. New York: Syracuse University Press, 1990.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- _____. *O conceito de história*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.
- KOSSO, Peter. Philosophy of Historiography. In. TUCKER, Aviezer. *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. United Kingdom: Blackwell publishing, 2009. Disponível em: <https://analepsis.org/wp-content/uploads/2011/08/blackwell-companion-to-the-philosophy-of-history-and-historiography.pdf>.
- LACOMBE, P. *De l'histoire considérée comme Science*. Paris: Hachette, 1894.
- LANGLOIS, C. & SEIGNOBOS, C. *Introdução aos Estudos Históricos*. Curitiba: antoniofontoura, 2023.
- LAFERRIÈRE, J.-E. "L'art et la science en histoire". dans *Semaine d'histoire du Canada. Compte rendu et mémoires/première session tenue à la bibliothèque Saint-Sulpice à Montréal, du 23 au 27 novembre 1925*, Montréal, Société historique de Montréal, 1925. Disponível em: <https://books.openedition.org/pum/13157>.
- MARTINS, Estevão C. de Rezende. *Teoria e Filosofia da História*. Contribuições para o Ensino de História. Curitiba: W & A Editores, 2017.
- _____. & SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Org.). *Jörn Rüsen: contribuições para uma teoria da didática da história*. Curitiba: W. A. Editores Ltda, 2016.
- MARROU, H.-I. *Do conhecimento histórico*. Lisboa: Editorial ASTER, 1966.
- MCCULLAGH, C. Behan. Colligation. In. TUCKER, Aviezer. *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. United Kingdom: Blackwell publishing, 2009.
- NEWALL, P. Historiographic Objectivity. In. TUCKER, Aviezer. *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. United Kingdom: Blackwell publishing, 2009.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre a utilidade e desvantagens da história para a vida*. Escritos sobre a história. São Paulo: Loyola, 2005.
- REIL, Peter H. History and the life sciences in the early nineteenth century. In. IGGERS, Georg G. & POWELL, James M. *Leopold von Ranke and the shaping of the historical discipline*. New York: Syracuse University Press, 1990.
- PINSKY, Carla. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- POINCARÉ, Henri. *O valor da ciência*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.
- PRIORE, Mary Del. *Biografia, biografados: Uma janela para a história*. In. AVELAR, Alexandre de Sá & SCHMIDT, Benito Bisso. *O que pode a biografia*. São Paulo (SP): Letra e Voz, 2018.
- RANKE, L. *The theory and Practice of History*. Indianapólis, NY: The Bobbs-Merril Company, 1973.
- _____. *The secret of world history: Selected writing oh the Art and Science os History*. New York: Fordham University Press, 1981.
- _____. *Sobre las epocas em la Historia moderna. Pueblos y épocas em la Historia Moderna*. México: Fondo de Cultura Economica, 1948.
- REIS, José Carlos. *Wilhem Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais*. Londrina: Eduel, 2003.
- RÜSEN, Jörn. *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.
- _____. *Razão histórica: teoria da história – os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- SEIGNOBOS, Charles. *La méthode historique appliquée aux sciences sociales*. Paris: F. Alcan, 1901. Disponível em: <https://classiques.ugam.ca/classiques/seignobos charles/Methode historique appliquee aux sc soc/Methode historique appliquee aux sc soc.pdf>.



THIESSE, Anne Marie. *A criação das identidades nacionais*. Temas e debates actividades editoriais: Lisboa, 2000. Disponível em: [file:///C:/Users/crist/Downloads/THIESSE Anne Marie A criacao das identid.pdf](file:///C:/Users/crist/Downloads/THIESSE%20Anne%20Marie%20A%20criacao%20das%20identid.pdf).

TUCCI, Ugo. Ranke and the Venetian document market. In: IGGERS, Georg G. & POWELL, James M. *Leopold von Ranke and the shaping of the historical discipline*. New York: Syracuse University Press, 1990.

TUCKER, Aviezer. *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. United Kingdom: Blackwell publishing, 2009. Disponível em: <https://analepsis.org/wp-content/uploads/2011/08/blackwell-companion-to-the-philosophy-of-history-and-historiography.pdf>.

UDEHN, Lars. The Ontology of the objects of Historiography. In: TUCKER, Aviezer. *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. United Kingdom: Blackwell publishing, 2009. Disponível em: <https://analepsis.org/wp-content/uploads/2011/08/blackwell-companion-to-the-philosophy-of-history-and-historiography.pdf>.

VICO, Giambattista. *On the Study Methods of Our Time* (translated by Elio Gianturco, with a preface and a translation of The Academies and the Relation between Philosophy and Eloquence by Donald Phillip Verene). Ithaca: Cornell University Press, 1990.

VIERHAUS, Rudolf. Historiography between Science and Art. IGGERS, Georg G. & POWELL, James M. *Leopold von Ranke and the shaping of the historical discipline*. New York: Syracuse University Press, 1990.

WEHLING, Arno. *Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica*. Revista de História, São Paulo, v. 46, n. 93, 1973. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/131940/128085>.

WILLIAN, Robert C. *The Historian's Toolbox: A Student's Guide to the Theory and Craft of History*. New York: M.E. Sharpe, 2010.

WHITE, Hayden. *The Content of the Form: narrative discourse and historical representation*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/1/monograph/book/98234>.

NOTAS

ⁱ “Sobre a tarefa do historiador”.

ⁱⁱ “ciências espirituais”

ⁱⁱⁱ “Sob o aspecto da eternidade”

^{iv} “A história se aproxima do poeta e de certa forma o poema se liberta”.



ESCRITAS FREUDIANAS DA HISTÓRIA: MICHEL DE CERTEAU COMO LEITOR DE *O HOMEM MOISÉS E A RELIGIÃO MONOTEÍSTA* (1939) DE SIGMUND FREUD

ESCRITAS FREUDIANAS DE LA HISTORIA: MICHEL DE CERTEAU COMO LECTOR DE *EL MOISÉS Y LA RELIGIÓN MONOTEÍSTA* (1939) DE SIGMUND FREUD

FREUDIAN WRITINGS OF HISTORY: MICHEL DE CERTEAU AS A READER OF *MOSES AND MONOTHEISM* (1939) BY SIGMUND FREUD

CHAVES, REGINALDO SOUSA

Professor na Universidade Estadual do Piauí, Brasil; Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará, Brasil

E-mail: reginaldosousa@ors.uespi.br

RESUMO

O presente artigo objetiva abordar uma constelação de pontos decisivos de *Ficção da História*, ensaio em que Michel de Certeau propõe uma leitura do livro *O Homem Moisés e a Religião Monoteísta: Três Ensaios* (1939) de Sigmund Freud. Abordamos a discussão sobre a relação entre História e Psicanálise a partir da premissa ceriteudiana de que Freud subverte os não ditos dos procedimentos sociais, políticos, técnicos e escriturísticos da construção da História. Não se trata de uma interdisciplinaridade "frouxa", mas da compreensão de que o inventor da psicanálise invade a História, deslocando alguns pressupostos inconfessáveis dos historiadores presentes na operação historiográfica. Dessa forma, construímos nossa argumentação a partir de três estratégias. Primeiro, situamos preliminarmente Freud e sua obra dentro do contexto de suas asserções e do momento histórico em que foi gestada. Em seguida, particularizamos a mirada ceriteudiana dentro do horizonte de certas leituras de *O Homem Moisés*. Por fim, destacamos algumas linhas de argumentação do ensaio do historiador francês, sem pretender esgotá-las: escrita fragmentária, lugar social e a língua do outro e, finalmente, a relação entre História e ficção.

PALAVRAS-CHAVE: Michel de Certeau; Freud; escrita da História; Psicanálise; Operação Historiográfica.

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo abordar una constelación de puntos decisivos de *La Invención de la Historia* (ou *Ficción de la Historia*), un ensayo en el que Michel de Certeau propone una lectura del libro *Moisés y la religión monoteísta: Tres ensayos* (1939) de Sigmund Freud. Abordamos la discusión sobre la relación entre Historia y Psicoanálisis a partir de la premissa ceriteuniana de que Freud subvierte los "no dichos" de los procedimientos sociales, políticos, técnicos y escriturísticos de la construcción de la Historia. No se trata de una interdisciplinariedad "laxa", sino de la comprensión de que el inventor del psicoanálisis invade la Historia, desplazando algunos presupuestos inconfesables de los historiadores presentes en la operación historiográfica. De esta forma, construimos nuestra argumentación a partir de tres estrategias. Primero, situamos preliminarmente a Freud y su obra dentro del contexto de sus aserciones y del momento histórico en que fue gestada. A continuación, particularizamos la mirada ceriteuniana dentro del horizonte de ciertas lecturas de *El Hombre Moisés*. Por último, destacamos algunas líneas de argumentación del ensayo del historiador francés, sin pretender agotarlas: escritura fragmentaria, lugar social y la lengua del otro y, finalmente, la relación entre Historia y ficción.

PALABRAS CLAVES: Michel de Certeau, Freud, Escritura de la Historia, Psicoanálisis, Operación Historiográfica.

ABSTRACT

This article aims to address a constellation of decisive points in *The Writing of History*, an essay in which Michel de Certeau proposes a reading of Sigmund Freud's book *Moses and Monotheism: Three Essays* (1939). We approach the discussion on the relationship between History and Psychoanalysis based on Certeau's premise that Freud subverts the unspoken aspects of the social, political, technical, and scriptural procedures involved in the construction of History. This is not about a "loose" interdisciplinarity, but the understanding that the inventor of psychoanalysis invades History, displacing certain unavowable assumptions held by historians present in the historiographical operation. Thus, we construct our argument using three strategies. **First**, we preliminarily situate Freud and his work within the context of his assertions and the historical moment in which it was conceived. Next, we particularize the Certeauian perspective within the scope of certain readings of *Moses and Monotheism*. Finally, we highlight several lines of argument from the French historian's essay, without attempting to exhaust them: fragmentary writing, social place and the language of the other, and ultimately, the relationship between History and fiction.

KEYWORDS: Michel de Certeau, Freud, Writing of History, Psychoanalysis, Historiographical Operation.

INTRODUÇÃO

Michel de Certeau (1925-1986) é, por justificadas razões, fortemente associado à psicanálise, dado não apenas os usos que faz desse saber, mas por sua socialização intelectual no campo analítico. Especialmente no momento em que Jacques Lacan empreendia seu “retorno a Freud” e assinalava uma definitiva modificação dos discursos e práticas psicanalíticas. Em 1964 o historiador francês participou, junto com integrantes do círculo lacaniano, da fundação a *Escola Freudiana de Paris* (EFP) em ruptura com a *International Psychoanalytical Association* (IPA), resultado de diversas controvérsias e disputas pelo legado freudiano após a Segunda Guerra Mundial. Enquanto permaneceu na instituição – até a polêmica dissolução por Lacan em 1980 do qual Certeau foi contrário – ele tomou parte de suas atividades através de debates, seminários, colóquios, publicações, etc., porém, sem reclamar para si nada além de uma interlocução na condição de historiador (FREIJOMIL 2010, p. 76-77).

Por outro lado, cabe destacar que Michel de Certeau atuou no amplo processo histórico de recepção francesa da obra de Sigmund Freud na Companhia de Jesus na condição de integrante desta instituição católica. Um ator importante nesse processo é Louis Beirnaet (1906-1985), jesuíta e analista, também fundador da EFP, que “exerceu influência direta sobre” o historiador francês. Os dois amigos jesuítas mantiveram diálogo sobre *Der Mann Moses und die monotheistische Religion: Drei Abhandlungen (O Homem Moisés e a Religião Monoteísta: Três Ensaios)* (1939) de Sigmund Freud (1856-1939), sobre o qual também escreveram (GIARD, 2002, p. 29-36)¹.

Michel de Certeau era particularmente fascinado por esse livro de Freud. O que pode ser atestado pelo longo e acalentado ensaio *A Ficção da História* dedicado a essa obra e que encerra um dos livros capitais do historiador francês, *A Escrita da História* (1975). Este, por sua vez, comporta em sua quarta e última parte a seção *Escritas Freudianas* constituída por duas interpretações de textos do criador da psicanálise, *Uma neurose demoníaca do século XVII* (1923) e *O Homem Moisés e a Religião Monoteísta*. Estes estudos mostram como Freud foi um importante ponto de partida para sua teorização da historiografia.

É desse ponto de partida que propomos neste artigo científico certa leitura de *A Ficção da História* cujo material é mencionado, retomado ou desenvolvido em outras direções em alguns dos ensaios situados entre o final dos anos 1970 e início de 1980 que integram a coletânea *História e Psicanálise: entre a ciência e a ficção* (2002). “Por volta de 1982”, no plano de elaboração de um segundo tomo de *A Escrita da História*, malgrado por sua morte em 1986, havia o intento de construção de “uma longa meditação sobre o Moisés de Freud” que o deveria reelaborar, “sob outra perspectiva, tanto mais que o livro freudiano “suscitava um novo interesse entre os historiadores.” (GIARD, 2002, p. 37-38). O que comprova mais uma vez a importância que os três ensaios de Freud de 1939 tinham para o historiador francês.

Assim, objetivamos abordar uma constelação de pontos decisivos de *Ficção da História* somando-nos a esforços anteriores (MIRANDA JÚNIOR, 2017, p. 76-86) de elucidação deste ensaio ainda que buscando outros modos de construção argumentativa. Pretendemos abordar a discussão, em Michel de Certeau, sobre a relação entre História e Psicanálise a partir da sua perspectiva de que Freud subverte o campo histórico ao adentrá-lo. Não se trata de uma interdisciplinaridade “frouxa”, mas da compreensão de que o inventor da psicanálise invade a História deslocando alguns pressupostos inconfessáveis dos historiadores presentes na operação histográfica.

Propomos, dessa forma, abordar Michel de Certeau como leitor de *O Homem Moisés e a Religião Monoteísta* seguindo três estratégias. Primeiro, situando preliminarmente a obra freudiana dentro do contexto de suas asserções e momento histórico em que foi gestada. Em seguida, particularizamos a mirada certeaudiana dentro do horizonte de certas leituras de *Der Mann Moses*. Por fim, destacamos aspectos do ensaio do historiador francês sem pretender esgotá-los: escrita fragmentária, lugar social e a língua do outro e, por fim, a relação entre História e ficção.

LIVRO DO EXÍLIO

Sigmund Freud era obcecado pela figura do Moisés, o homem guiado por Deus que libertou o povo judeu do cativeiro egípcio levando-o a errância pelo deserto no Êxodo. Ele visitou com frequência a Itália para contemplar a escultura do herói bíblico que ornava o túmulo de Júlio II na Igreja de São Pedro. A estátua feita por Michelangelo, segurando as Tábuas de Lei, foi alvo de interpretação no ensaio *Moisés de Michelangelo* (1914), estudo publicado sob anonimato na revista *Imago*



às véspera da Primeira Guerra Mundial: “em sua fúria contra seu povo, estava prestes a deixar cair” os mandamentos, mas “a calma sucedeu a tempestade.” Freud teria então se identificado com o artista renascentista que fizera do libertador dos judeus “o próprio exemplo da capacidade humana de autocontrole.” (ROUDINESCO, 2016, p. 199)

O Der Mann Moses começou a ser escrito em 1934 um ano após a ascensão de Adolf Hitler ao poder na Alemanha, momento em que “o progresso selou aliança com a barbárie.” (FREUD, 2014, p. 89). Desta forma, o tratado se constituía da seguinte forma:

O livro, tal como foi impresso no final de 1938, consiste de três ensaios estreitamente ligados, de extensão muito desigual: “Moisés, um egípcio” é um rápido esboço cobrindo algumas meras páginas; “Se Moisés fosse um egípcio...” é quatro vezes longo; e o terceiro ensaio, “Moisés, seu povo e a religião monoteísta”, ocupa um espaço bem maior do que os dois primeiros juntos. Além disso, esse ensaio final vem acompanhado de dois prefácios iniciais que, em larga medida, anulam-se mutuamente, e mais um terceiro prefácio, este à segunda parte, bem no meio do ensaio, o qual está repleto de materiais deliberadamente repetidos dos artigos anteriores. Não é senilidade; ler *Moisés e o Monoteísmo* é participar de sua feitura, das pressões internas e políticas que operavam sobre Freud naqueles anos, e captar ecos de épocas anteriores, menos angustiantes. (GAY, 2012, p. 605)

Pressão documentada, por exemplo, na *Nota Preliminar I* do terceiro ensaio: “Vivemos aqui [Áustria] em um país católico, sob a proteção dessa Igreja, incertos quanto ao tempo que essa proteção durará.” (FREUD, 2014, p. 90) De fato, Freud chegou a reter essa última seção da publicação, pois temia a ação do Padre Schmidt, estudioso da religião, que nutria aversão a psicanálise. Receava que a obra gerasse hostilidade entre os católicos que eram, ainda, aos seus olhos, um anteparo para o avanço nazista.

Há outra decisiva marca histórica das tensões que atravessa todo *O Homem Moisés*, qual seja, o avanço do racismo contra os judeus na Europa e na *Mitteleuropa* em particular. Ora, um dos objetivos destes três ensaios era justamente interpretar as razões históricas e inconscientes do antissemitismo. Entretanto, Freud não ignorava que estava “implicado na obra, como alguém que pertence ao povo judeu, mas cuidando de deixar claro que não iria se deixar persuadir por qualquer interesse que não o de perseguir a verdade segundo a lógica da psicanálise.” (BETTY, 2014, p. 45)

Nesse contexto, a primeira parte é publicada em 1937 e, no ano seguinte, um fragmento da segunda é lido por sua filha, Anna Freud, no *Congresso Internacional de Psicanálise* em Paris. Temos então a obra do “fundador” da psicanálise “ausente, dita pela voz do outro”; “Quando o texto vem a público”, Freud “se retira” (CERTEAU, 2011a, p. 33-334). Por fim, o momento em que está sendo concluído coincide com aquele em que Hitler decide pela anexação da Áustria (*Anschluss*) em 1938 tornando a estadia de Freud em Viena impossível. Após hesitações, parte para o exílio na Inglaterra nessa mesma data. Assim, “pode-se dizer que a errância no deserto, o nomadismo, o Livro e a Lei tomaram de assalto a pena de Freud durante seu êxodo de Viena a Londres.” (FUKE, 2000, p. 87)

Com efeito, vivendo como “hóspede”, o inventor da psicanálise pôde finalmente apresentar o trabalho completo que, a seus olhos, assemelhava-se a “uma bailarina que se equilibra na ponta de um dos dois pés” (Freud, 2014, p. 89). Meses após a publicação ele morre em 23 de setembro de 1939 depois de suportar longa e penosamente uma grave doença (GAY, 2012, p. 649-650; ROUDINESCO, 2016, p. 470-471).

Der Mann Moses, obra freudiana das mais comentadas dentro e fora do campo analítico, tem as asseverações mais controversas (Roudinesco, 1998, p. 518) e o próprio autor reconhecia seu livro como “uma imagem de bronze com pés de barro.” (Freud, 2014, p. 45) Trata-se de um intrincado em que o inventor da psicanálise recupera, aos oitenta e três anos, muitos temas psicanalíticos centrais tais como complexo de Édipo, “pai primevo”, retorno do reprimido, renegação (“desmentido da realidade”), entre outros (GAY, 2012, p. 643).

Com efeito, é possível começar a recapitular suas ideias com a proposição de que o monoteísmo não foi criado pelos judeus. Nem Moisés, o seu grande líder, um judeu. Segundo Freud, o monoteísmo teria sido criado no Egito Antigo pelo faraó Amenófis IV no século XIV (a.C.) como uma religião do Estado para adoração ao deus-sol Aton. Para Freud a nova religião “caracterizava-se pela crença *exclusiva* em um [único] Deus, pela rejeição do antropomorfismo, da magia e da bruxaria, e pela negação absoluta de uma vida posterior à morte.” (YERUSHALMI, 1992, p. 25) Com a morte do faraó houve a retomada do politeísmo.

Freud lança então a hipótese de que Moisés teria sido um egípcio segundo duas pistas. A primeira, filológica, é a de que o nome Moisés é de origem egípcia. A segunda diz respeito a narrativa bíblica da vida do herói do Êxodo que tem a estrutura do mito do nascimento do herói. Nesses monomitos os heróis (Sargão I, Ciro, Rômulo, Édipo, Hércules, etc.) tem sua origem



narrada da seguinte forma: a) ele nasce em sua família nobre; b) por alguma espécie de perseguição do pai (ou do substituto deste) o herói, para ter sua vida preservada, é deixado nas águas; c) ele é salvo por um animal ou família humilde; d) em seguida cresce, vinga-se do pai ou símile e retoma sua vida nobre. Este raciocínio de Freud – baseado na obra *O Mito do Nascimento do Herói* (1909) de um dos seus discípulos, Otto Rank – tem como pano de fundo suas ideias sobre o “romance familiar do neurótico” (ROBERT, 2007, 33-60).

Depois de findar o período de fascinação da criança pelos seus pais, advém uma decepção frequentemente acompanhada pela elaboração imaginária de que sua família, na verdade, é outra. Esta sim perfeita, livre de fraquezas e máculas. Normalmente, a segunda família (vilipendiada) é a real; enquanto a primeira (nobre) é imaginária. Para o psicanalista, o nascimento de Moisés inverte a fábula: ele nasce na família humilde e, em seguida, é salvo pela família egípcia. Através da interpretação analítica Freud deduz que Moisés é de origem egípcia (sua primeira família) e sua segunda pertença judia é inventada.

Desta forma, o homem Moisés, provavelmente, ocuparia a função de sacerdote ou nobre que fora seguidor ardoroso de Amenófis IV e de seu monoteísmo rigoroso. Com o objetivo de impedir o fim da nova religião ele teria se tornado líder de uma tribo semítica libertando-os e conduzindo-os no Êxodo. Ele, impondo de modo ainda mais espiritualizado os novos dogmas, introduziria então o costume egípcio da circuncisão. A nova fé mosaica, muito exigente, teria causado uma revolta entre os semitas que os levaram a matarem seu líder Moisés.

A partir daqui começa um segundo momento da narrativa freudiana. O grupo semita, antes escravizado no Egito, encontra outros em Meribá-Cades (sul da Palestina) com quem formam uma aliança e passam a adorar um deus vulcânico de nome Jeová ou Javé (nome que ganharia na tradição judaica seu aspecto impronunciável): “ele”, nos diz Freud (2018, p. 51), “é um demônio sinistro, ávido de sangue, que vagueia pela noite e receia a luz do dia.” O intermediário da nova divindade era um cuidador de rebanhos, o genro de Jetro da Bíblia. Chamamos atenção para a importante inversão apontada por Freud. Um processo histórico de fusão e, fundamentalmente, do *retorno do recalçado* abordado pela psicanálise age na tradição cultural dos semitas. É a volta do reprimido à semelhança do que ocorre nas neuroses.

A morte do pai Moisés – evento traumático instaurador da lei tal como explicada por Freud em *Totem e Tabu* (1913) – teria como efeito retardado a volta culpada de sua doutrina monoteísta e seus preceitos até, finalmente, se sedimentarem. Aqui os nomes entram em deriva. Eles trocam de lugares após um longuíssimo tempo histórico de acomodação de conflitos dentro da tradição. O adorador da divindade vulcânica torna-se o Moisés egípcio, assume o seu nome. E Javé transforma-se a partir de então no deus único trazido do Egito. Assim, Freud (2014, p. 78-79) conclui que “foi o homem Moisés quem criou os judeus”, ele fez dos semitas o seu povo. Justamente daí nasceu o judaísmo que irá fornecer o material cultural monoteísta ao cristianismo e ao islamismo.

Resta a questão: por que existe o antissemitismo? Problema que o fundador da psicanálise tenta enfrentar diretamente explicando as razões da perseguição aos judeus buscando “revelar as raízes inconscientes do antissemitismo a partir do próprio judaísmo e já não apenas como fenômeno exterior a ele.” (ROUDINESCO, 2010, p. 111) Ele aponta várias razões. Sua alegada estrangeiridade, não importa onde estejam eles vivem em comunidade. A persistência da resistência a todas as opressões e a manutenção do costume da circuncisão que aciona o temor inconsciente da castração. Sob um tênue verniz de monoteísmo, os “mal batizados” “bárbaros cristãos politeístas” (Freud, 2014, p. 179) não aceitariam rancorosamente a verdade mosaica de um Deus único. Moisés teria dotado seu povo, em função de sua religião, de uma grande amor-próprio a ponto dos judeus se serem superiores: os escolhidos do Deus Pai. Os filhos preferidos e primogênitos, edipianamente, são alvos de ciúmes por meio da rivalidade fraterna.

Mais importante do que isso parece ser o fato de que os judeus, em sua extrema espiritualidade, não admitirem que mataram o pai (Moisés, inclusive). Esse, como mencionado, é o tema de *Totem e Tabu* (1913), onde a morte do pai da horda primordial – evento traumático – instaura a própria cultura. Assim, ao contrário da religião do filho, o cristianismo negado por eles, os judeus não falam de morte e sacrifício do pai. Eles são, todavia, acusados pelos cristãos de matarem Deus e, por isso, carregam enorme culpa trágica.



O TRATAMENTO FREUDIANO DA HISTÓRIA

No cenário francês Marthe Robert (1914-1996) lançou em 1974 *De Édipo a Moisés: Freud e a consciência judaica* (1974), marco importante na discussão sobre *O Homem Moisés e a Religião Monoteísta*. Publicado apenas um ano antes de *A Escrita da História*, o livro é o mais recorrentemente citado por Michel de Certeau em *Ficção da História*. Muitos temas são retomados por ele, sob outra perspectiva, a exemplo do paralelo Sigmund Freud/ Franz Kafka. Este último o escritor sobre quem a premiada ensaísta e tradutora de autores alemães mais escreveu – ela que se ocupou dos dilemas literários e políticos do judaísmo na entrada do século XX.

Marthe Robert apresenta o fundador da psicanálise fraturado entre a tradição judaica e a cultura alemã. A autora propõe perscrutar a relação de Freud com seu pai Jakob transformando a obra freudiana em uma espécie de *Carta ao Pai* (1919): este não teria lhe deixado uma sólida herança cultural judaica nem compreendido sua entrada nos debates intelectuais da Viena fim-de-século e seu cosmopolitismo. Concluindo que Freud teria erigido seu nome longe das filiações judaicas e germânicas já “que quer ser apenas o filho de suas obras, e de sua obra, que, à semelhança do profeta assassinado [Moisés], deixa os séculos perplexos frente ao mistério de sua identidade.” (ROBERT, 1989, p. 165-166) As leituras posteriores de *O Homem Moisés* farão a crítica – incluindo o próprio Michel de Certeau (2011, p. 358) – de que Marthe Robert pretendeu fixar uma verdade ao psicanalisar Freud. Além de ser abordagem controversa que, como outras anteriores e posteriores, tentaram psicanalisar Freud e o judaísmo ou mesmo judaizar a psicanálise (FUKS, 2000, p. 49-54).

Esforço distinto veio de um historiador de ofício, Yosef Hayim Yerushalmi (1932-2009) com *O Moisés de Freud: judaísmo terminável e interminável* (1991). Neste livro o especialista na História Judaica buscou investigar as condições históricas de elaboração de *Der Mann Moses* desde um ponto de vista baseado nos arquivos. Esforço que o levou a problematizar a história dos intelectuais judeus da *Mitteleuropa* entre o final do século XIX e primeira metade do XX, a relação entre o inventor da psicanálise e a identidade judaica, o trabalho historiográfico empreendido por Freud sobre a Saga moisaica, entre outros aspectos. De fato, esse importante trabalho histórico suscitou, a partir de então, debates renovados sobre *O Homem Moisés*.

Jacques Derrida – em interlocução direta com o livro de Yerushalmi – discutiu em *Mal de arquivo: uma impressão freudiana* (1994) a relação entre memória, esquecimento, poder, rastro e pulsão de morte. Já Edward Said – também dialogando com *O Moisés de Freud* – construiu sua leitura da obra freudiana de 1939 por meio da crítica da identidade e da diferença e sua relação com a política contemporânea na Europa, Israel e Palestina em *Freud e os não-europeus*. Said (2004, p. 58-59), entre outras coisas, enfatiza o “estilo tardio” da obra freudiana forjado na “não resolução ou reconciliação” através de uma “disposição para deixar os elementos inconciliáveis assim como estão: episódicos, fragmentados, não terminados (isto é, sem polimento).”

Michel de Certeau toca em muitas questões levantadas por essa bibliografiaⁱⁱ, mas o faz partir da particularização de uma mirada advinda da História. Porém, não à maneira de Peter Gay (1989), que pretendeu propor um “Freud para Historiadores”, pensando um tipo de pesquisa histórica informada pela psicanálise. Nem mesmo como Carl E. Schorske (1988, p. 179-199; 2000, p. 237-213) – citado em *A Ficção da História* (p. 343) – que, por um lado, imerge Freud no contexto da Viena *Fin-de-Siècle* lendo os temas do inconsciente e do complexo de Édipo à luz das crises políticas e culturais da época. E que, por outro, apresenta *Der Mann Moses* marcado pelo triunfo da ascensão de Hitler ao poder, mas também pelas diferentes investidas do inventor da psicanálise no estudo sobre as culturas do passado. Ora como explorador psicoarqueológico da antiguidade clássica grega, ora como historiador dos monoteísmos egípcio e judeu, confrontando-se com o historicismo e a perseguição antissemita.

Com efeito, a perspectiva certeauidiana pode ser resumida na pergunta: qual é “o tratamento freudiano da História” (CERTEAU, 2011a, p. 320)? No ensaio que abre a seção *Escritas Freudianas* – intitulado significativamente *O que Freud fez da História* – ele nos diz:

Como analista, o que faz ele da história? [...] Talvez esta observação seja ela também uma reação contra uma maneira de se servir da psicanálise. Um certo número de trabalhos, tanto em etnologia quanto em história mostram que o uso dos conceitos psicanalíticos ameaça tornar-se uma nova retórica. Eles se transformam, então, em figuras de estilo. O recurso à morte do pai, ao Édipo ou à transferência, serve para tudo. Sendo estes “conceitos” freudianos supostamente utilizáveis para todos os fins, não é difícil calcá-los sobre as regiões obscuras da história. Infelizmente não são mais do que utensílios decorativos quando tem por objetivo apenas o de designar ou cobrir pudicamente o que o historiador não compreende. Circunscrevem o inexplicado; não o explicam. Confessam uma ignorância. Instalam-se onde



uma explicação econômica ou sociológica deixa um resto. Literatura de eclipse, arte de apresentar os detritos ou sensação de uma questão, sim; mas análise freudiana, não. (CERTEAU, 2011, p. 308-309)

Assim, interrogar o “tratamento freudiano da História” (CERTEAU, 2011a, p. 320) não é uma tentativa de isolar uma franja obscura do passado sob a forma de mentalidades, aparelhagem mental, inconscientes coletivos, irracionalismos, etc., mas arriscar-se “no texto freudiano com uma demanda de historiador” (CERTEAU, 2001a, 378). O que significa dizer que Michel de Certeau quer saber o que Freud fez da História enquanto prática e discurso.

O historiador francês busca expor o teatro freudiano onde a ficção remete ora a produção/fabricação, “ora um disfarce ou embuste.” Misto de “produção e logro.” (CERTEAU, 2001a, 331-332) Procedendo desse modo Freud subverte os dados da operação historiográfica estudada por Certeau (2011a, p. 362): as relações entre o lugar, a prática e a escrita: “O que me interessa neste exame da escrita freudiana é o ‘romance’ como prática, tal como se faz, de acordo com o que diz.” Ora, isso ocorre justamente porque Freud subverte os não-ditos dos procedimentos sociais, políticos, técnicos e escriturísticos da construção da História.

Se a operação historiográfica se finca na relação entre um lugar social, uma prática científica e uma escrita, as incursões do inventor da psicanálise na História não pretendem erigir para si nenhum álibi, nem tratar como “leis silenciosas” essa conexão. Se “o gesto que liga as ‘ideias’ aos lugares é, precisamente, um gesto de historiador” analisando “em termos de produções localizáveis o material que cada método instaurou inicialmente segundo seus métodos de pertinência”, o próprio historiador não pode requerer imunidade para “o estatuto do seu trabalho”. (CERTEAU, 2011, p. 45-47) Precisamente *O Homem Moisés* não dá um lugar autorizado para escrita da História e a prática historiadora através de um corte entre sujeito e objeto, presente e passado entre “o que a história cria e o que o relato dissimula”, em suma, “a elucidação não escapa ao que ela explica.” (CERTEAU, 2011, p. 332)

Por outro lado, é possível dizer que Michel de Certeau realiza um esforço para não tornar o fundador da psicanálise um modelo a ser seguido. Por isso, ele menciona o Freud monumentalizadoⁱⁱⁱ e seduzido pela condição de fundador/pai de uma ciência:

Mesmo a história psicanalítica da psicanálise pratica este “esquecimento”. Um exemplo, conservado até aqui porque se trata de um texto notável: a *Contribution à l'étude de l'histoire du mouvement psychanalytique* [Contribuições a História do Movimento Psicanalítico], publicada em *Scilicet*, nº 4, 1973, p. 323-343. O estudo obedece a disciplina da Escola freudiana: lugar de publicação (*Scilicet* é o órgão da Escola), anonimato do autor (como na “tradição sacerdotal” de que Freud fala, a revista não conhece outro nome próprio além do pai fundador), etc. [...] Este discurso diz o contrário do que faz. É a “lenda” de uma Escola: aquilo que é necessário dizer lá. As condições de sua produção não se introduziriam no texto como falhas e lacunas de uma tão bela “doutrina”. (CERTEAU, 2011a, p. 332n)

O historiador francês nos diz que o psicanalista vienense recai na lenda que ele denuncia em *O Homem Moisés* quando se entrega a uma escrita apologética que se quer associar. Aí as condições de produção e o lugar não entram no texto.

Michel de Certeau (2011a, p. 332n) também alude a tradução/traição francesa que retira as lacunas de *O Homem Moisés* e as marcas de pertença ao lugar com o intuito de objetivar/corrigir a redação do livro. Meio através do qual o pai fundador é apresentado como monumento eternizado fora de qualquer historicidade e imune a equívocos. Logo, seus tradutores nada mais fizeram do que ocultar o Freud que expõe a construção histórica dos textos sagrados, mas fundamentalmente, os vazios de seu próprio texto: “A tradução francesa apaga este vestígio (“no primeiro capítulo deste livro...”). Ela oculta o corte. O texto fragmentado recebe, desta maneira, a aparência de um discurso erudito e contínuo, de um ‘livro’. Esta transformação não deixa de ter analogia com a mutação dos ‘escritos intertestamentários’ em ‘Bíblia’ no decorrer do século II.”

Por isso, Michel de Certeau (2011b, p. 80-81) chegou a destacar de forma mais ampla sobre a História da Psicanálise: “a criação, brigas e cisões de sociedades psicanalíticas, nos últimos setenta anos, relatam os processos da teoria com sua exterioridade que, frequentemente, ela denega; entretanto, nesses debates é que se deve procurar os verdadeiros esboços de uma história psicanalítica.” Com efeito, quando o discurso analítico “esquece” sua própria historicidade, ou seja, sua relação interna com conflitos de poder e posição, ela torna-se um mecanismo de pulsões, ou um dogmatismo do discurso, ou uma gnose de símbolos.”



A ESCRITA FREUDIANA DA HISTÓRIA

Para Michel de Certeau (2011b, p. 106) Freud joga com as implicações mútuas entre o que ocorre com seu objeto (narrativa mosaica) e sua escrita da História, pois se um lado temos o fictício, a fabulação e a lenda bíblica do outro temos ficção, fábula e romance histórico. O fundador da psicanálise “não se exime dos mecanismos que desvela em seus objetos: além de não dispensá-los, como se ocupasse a posição privilegiada de uma observação, ele elucida um funcionamento ao qual, por sua vez, está submetido.”

Dentro da mirada certeuadiana Freud não escamoteia o lugar do discurso; não separa, por corte definitivo, o presente de um passado, ou seja, o mesmo e o outro: “O lugar de onde Freud escreve e a produção de sua *escrita* entram no texto como *objeto* do qual ele trata. Como se forma uma lenda religiosa? Como o Judeu tornou-se o que é? O que é que constrói uma escrita? As três perguntas se combinam.” (CERTEAU, 2011a, p. 332) Trata-se da maneira utilizada pelo analista vienense de burlar a heterologia da História que “transforma a própria diferença em objeto.” Uma fabricação da escrita como “*logos* do outro” que intenta pôr em ordem e disciplinar a alteridade (CERTEAU, 2011b, p. 182).

É por esse jogo, segundo Michel de Certeau, que Freud procede mostrando, do lado do objeto, que “Moisés egípcio” significa que uma divisão interna trabalha a identidade judaica. O próprio é cesurado pelo impróprio: “*duas* massas populares [...], *dois* reinos [...], *dois* nomes [...], *duas* fundações de religião [...]” (FREUD, 2014, p. 85). O historiador francês enfatiza esses cortes ao longo do seu ensaio: são dois os Moisés (o egípcio e o do sul da Palestina); a circuncisão costume egípcio, se torna lei de pertencimento para os judeus; são dois os deuses, Javé vulcânico e único Deus único; o Êxodo não é apenas separação do Egito, mas internalização da diferença cultural levada através do deserto; o deus do povo eleito não era dele mesmo, mas, inicialmente, do outro (dos egípcios); a origem da religião judaica não é a vida, mas a morte de Moisés.

Desta forma, o jogo de substituições da série criada por Freud – Moisés egípcio/madianita, Aton/ Javé, politeísmo/monoteísmo, etc. – ganha a forma de um bailado escritural. Trata-se de um “*Chassé-croisé*”, dança francesa em que os parceiros trocam de lugar cruzando e perseguindo-se na coreografia (CERTEAU 2011a, p. 342). Afinal, se Freud nos diz que seu livro arrisca-se como bailarina em precário equilíbrio, Michel Certeau (2011a, p. 342), questiona: “(...) que inquietante estranheza traça a escrita freudiana no território do historiador, no qual entra dançando?” A seguir não destaquei senão alguns efeitos proliferantes desses oximoros em que a diferença não é recusada, mas internalizada.

Com efeito, Freud analisa os textos bíblicos indicando suas roturas e omissões para extrair seu “Moisés egípcio”:

O relato sacerdotal pretende estabelecer um *continuum* entre seu presente e os antigos tempos mosaicos; ele pretende desmentir precisamente aquilo que qualificamos como fato mais chamativo da história religiosa judaica, a saber, que entre promulgação da lei por Moisés e a posterior religião se abre uma lacuna que de início foi preenchida pelo culto de Jeová e apenas mais tarde foi fechada lentamente. (FREUD, 2014, p. 102)

Como destacamos, da mesma forma o analista vienense realiza a autoanálise da construção da sua escrita. Ela não tem “segurança e limpeza eruditas”: a escritura freudiana é falhada, disseminada, repetitiva. Ao ler *O Homem Moisés* vemos a “obsedante menção de” Freud às “lacunas” e contradições transformando o livro em “rumor e opacidade de um corpo de palavras.” Esse “discurso de fragmentos” acompanhava os últimos anos de vida do psicanalista, com seu envelhecimento, seu câncer: “seu corpo cai pedaço por pedaço. O corpo aparece, aqui, também, como uma escrita que se desfaz. Uma continuidade do corpo com o texto prende a escrita ao processo de envelhecimento” (CERTEAU, 2011a, p. 335-338).

Isso também opera na língua em que escreve Sigmund Freud, o alemão no qual nunca se identificou por completo, pois considerando “o judaísmo uma experiência cultural e histórica de exclusão, de descentralização e diversidade”, ele “treinou-se como intérprete do desconforto – requisito também necessário à própria formalização da psicanálise.” (Fuks, 2000, p. 47) Assim, ao contrário de Martin Heidegger, para quem a linguagem é a morada do ser, para Freud ela “é o lugar de uma alteração itinerante” (CERTEAU, 2011a, p. 344).

Mais ainda nos anos 1930 quando da sedimentação da *Lingua Tertii Imperii* (Linguagem do Terceiro Reich – LTI) discutida dramaticamente por Victor Klemperer (2013). O filólogo alemão mostrou que o jargão *Völkisch* em geral e particularmente o nacional-socialista – povo, nação, guerra, ariano, sacrifício, etc., termos atravessados pelo antisemitismo – imiscuiu-se na língua alemão. Assim, Freud não está “em casa” na língua que sua análise atravessa.” O inventor da psicanálise tenta



explicar o ódio ao povo judeu enfrentando constantes partidas e sua escrita também está marcada pela perseguição (CERTEAU, 2011a, p. 344).

O discurso fragmentário freudiano faz-se então como exílio na língua. Para dar conta dessa experiência Michel de Certeau, seguindo pistas de Marthe Robert, recorre a alguém próximo de Freud nesse assunto: o judeu-tcheco Franz Kafka que escrevia em alemão. É a partir de uma tal complexidade que ele cita a conhecida passagem em que o autor de *O Castelo* (1922) trata da situação dos escritores judeus sob domínio germânico:

Eles viviam entre três impossibilidades (que chamo ao acaso impossibilidades de linguagem, é mais simples chama-las assim, mas se poderia dar-lhes um outro nome): a impossibilidade de não escrever, a impossibilidade de escrever em alemão, a impossibilidade de escrever em outra língua, ao que se poderia quase acrescentar uma quarta impossibilidade: a impossibilidade de escrever (pois seu desespero não era alguma coisa que a literatura tivesse podido atenuar, era o inimigo da vida e da literatura, a literatura não era aqui senão um estado provisório, como para qualquer um que escrevesse seu testamento imediatamente antes de se enforcar, um estado provisório que pode muito bem durar toda uma vida...) (KAFKA *apud* CERTEAU, 2011a, p. 344)

A angústia de Kafka frente a essa situação política e literariamente aporética estava ancorada na condição de muitos escritores judeus que ficavam a meio caminho entre a cultura judaica, em parte abandonada por seus pais, e a cultura germânica em que foram educados, mas que era atravessada pelo antissemitismo.

De modo que Kafka pôde escrever:

O que a maioria dos que começaram a escrever em alemão desejava era abandonar o judaísmo, em geral sob a vaga aprovação dos pais (esse vaga é que é revoltante), eles desejariam, mas suas patas traseiras ainda estavam presas ao judaísmo do pai, e suas patas dianteiras não encontravam outro solo. O desespero que se seguiu a isso foi sua inspiração. (KAFKA *apud* ROBERT, 1989, p. 16)

O escritor judeu-tcheco, assim como Freud (2014, p. 33), também conjuga impossibilidade e possibilidade da escritura. O psicanalista abre seu livro da seguinte maneira: “Privar um povo do homem [Moisés] a quem se enaltece como o maior de seus filhos não é algo que uma pessoa empreenda com gosto, ou de maneira leviana, sobretudo quando ela mesma pertence a esse povo.”

O analista vienense nunca escondeu sua ligação com a cultura judaica, mas em 1926, diante do avanço do antissemitismo ele se expressou da seguinte forma: “Minha língua é o alemão. Minha cultura, meus êxitos, são alemães. Considerei-me intelectualmente alemão até perceber o crescente preconceito antissemita na Alemanha e na Áustria germânica. Desde então, prefiro denominar-me judeu.” (FREUD *apud* GAY, 1992, p. 136)

Contudo, e é esse é fundamental para Michel de Certeau (2011a, p. 345), Freud não se liga a nenhum desespero, pois ele “Traça um caminho prudente e metódico no elemento da *Saga* judia ou da *Kultur* germânica, linguagens” que são, para ele, “maternais e, entretanto, estrangeiras, ‘emprestadas’”. Portanto, “desapossamento e pertença” que “criam na identidade uma falha a partir da qual surge a escrita.” Freud nem quer negar sua judeidade, nem abraçar o judaísmo sem aplicar-lhe cesuras históricas, pois sabe que Moisés é egípcio. Daí suas distâncias em relação ao movimento sionista e às identidades territoriais: “A terra prometida investida por Freud não conhece fronteiras nem pátria. Não é cercada por nenhum muro e não precisa de nenhum arame farpado para afirmar sua soberania.” (ROUDINESCO, 2009, p. 196)

Levando em conta essas questões podemos constatar, seguindo ainda Michel de Certeau (2011a, p. 346; 350), que *O Homem Moisés* questiona os discursos históricos que se querem a-tópicos, pois Freud “não se autoriza nem a partir de um não-lugar nem da ‘verdade de um lugar’. Não é ideológico como o discurso, assim dito, associar. Nem doutrinal como o discurso sacerdotal que pretende falar sempre do mesmo lugar originário e fundador.” Ele aposta na “divisão” e na “incerteza” do lugar sem autorização de um solo alemão ou judaico.

Por fim, assim como em *Der Mann Moses* o lugar está entre identidade e diferença, pertencimento e não-pertencimento, ele também está situado no *entre-deux*, entre a ciência e a ficção. Freud chegou a descrever seu livro como romance histórico. Michel de Certeau (2011a, p. 341) aponta que Donatien Alphonse François, o Marquês de Sade (1740-1814),



distingua História e Romance. Mas, Freud, diferentemente, “desfaz uma conjunção (um ou outro) engendrando manifestações contrárias a partir de uma clivagem” que parte do assassinato do herói bíblico. O analista vienense “coloca seu romance no lugar da história, como coloca o Egípcio no lugar de Moisés judeu, para fazê-los girar em torno do ‘pedacinho de verdade’ que o jogo deles representa.” A ficção da História freudiana é, na perspectiva cerateauiana, “romance com função teórica” marcado pela historicidade. A escrita espedaçada do analista vienense não decreta o discurso como a lei do real, nem escamoteia as ausências da qual parte (CERTEAU, 2011b, p. 95-97).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Homem Moisés segundo a leitura de Michel Certeau (2011a, 348-349; 378), em suma, mostra como “Freud é cúmplice do que aí se diz do outro, porque permanece estranho à intimidade opaca de cada lugar e da sua própria terra”. Esta “obra ‘testamentária’, no sentido de Kafka, é consagrada à análise das relações que a escrita mantém com o lugar. Nela, a incerteza do lugar, ou a divisão, não é o que é necessário eliminar para que o discurso se organize.” Como “construção (*Konstruktion*)” os três ensaios anticartesianos sobrepõem “dúvida e método” ao se recusar “fundar[-se] num cogito inalterável”. Essa forma freudiana de lidar com a operação historiográfica dá a medida do interesse do historiador francês em torno de *Der Mann Moses*: “Eu me arrisquei no texto freudiano com uma demanda de historiador.”

O que não o impediu de apontar certas rasuras nos ensaios. Como o ocultamento do “nome e trabalho de Karl Abraham”, um dos diletos aliados de Freud, “ao retomar quase textualmente, suas teses sobre Akenathon [Amenófis IV]”. Ao que Michel Certeau (2011a, p. 364n; 376) questiona: “O discípulo (morto em 1925), foi ele apagado por ter tocado no recalçamento do pai pelo fundador?” No coração das asserções de *O Homem Moisés* o analista vienense “nada diz do Midianita inspirado que ele distinguiu do ‘majestoso egípcio’; nada da palavra dada por Deus que se retira.”

Mesmo assim, *Ficção da História* recorre com certa frequência a oposição entre a escrita freudiana da História e os discursos dos historiadores. Em parte, à maneira de dois polos em que o segundo funciona com déficit crítico que desmente a realidade da operação historiográfica. De um lado, a “história erudita” que ignora a morte, as lacunas e ausências de todo discurso autorizando-se por meio do “lugar presente do especialista”, “apagando sua própria relação com o tempo”. De outro, *Der Mann Moses* que é, por sua vez, “escrita, trabalho de passar o tempo sem esquecer que aquilo que o organiza conta na sua relação com o tempo como laço de pertença” (CERTEAU, 2011a, p. 353).

Mais ainda. Teríamos “nossa historiografia”, defensora da “razão do lugar”, submetida “à lógica do lugar e do nome instituídas como saber pelo enraizamento num solo”: “discurso científico e didático” que foge da “vertigem” que poderia surgir do abalo das “frágeis fronteiras” entre o próprio e o impróprio, mesmo e o outro, ficção e História. Diferentemente, a historiografia é “submetida à deformação (*Entstellung*) freudiana”, pois “reintroduz o outro no lugar. É o Moisés egípcio.” (CERTEAU, 2011a, p. 378)

De fato, o ensaio de Michel de Certeau (2011a, p. 384) encerra vacilante: “Eu mesmo duvido ter entendido este ‘saber.’” Mas, essa distinção entre o que Freud fez da História e o que os historiadores fazem da História dá o que pensar. Pois, o historiador francês acabou por deixar marcas “no espaço de um ‘estudo’ que ‘toma o lugar’ do de Freud”: jogo de substituições. Ele segue justamente “as pegadas estranhas (alemãs) dos passos da bailarina.” E o faz recobrando “a palavra de um outro, Jean Cavaillès, que considerava o progresso da ciência como uma ‘perpétua revisão dos conteúdos por aprofundamento e rasura.’” O que resta dessa enunciação erigida por meio do *Der Mann Moses* acusa o que já foi apontado como “uma marca de profunda afinidade entre Freud, que se transforma no historiador da herança judaica, e Michel de Certeau, que se tornou historiador da espiritualidade e de místicos cristãos por solicitação dos superiores da Companhia de Jesus.” (GIARD, 2011, p. 35-38)

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3ª ed. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011a.

CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise: Entre a Ciência e a Ficção**. Tradução: Guilherme João de Freitas Texeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011b.



- CERTEAU, Michel de. **A Fábula Mística**: séculos XVI e XVII (v. 1 e 2). Tradução: Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Tradução: Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- FREUD, Sigmund. **O Homem Moisés e a Religião Monoteísta**: três ensaios. Tradução: Renato Zwick. Revisão técnica de Betty Bernardo Fuks. Porto Alegre: L&PM, 2014.
- FREUD, Sigmund. Moisés e o Monoteísmo. In: **Moisés e o Monoteísmo, Compêndio de Psicanálise e outros textos**. Tradução: Paulo César de Sousa. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- FREIJOMIL, Andrés. Clío, entre Freud y Lacan. El gesto psicoanalítico en Michel de Certeau. **Prohistoria**, vol.14 Rosario jul./dez. 2010.
- FUKS, Betty B. **Freud e a Judeidade**: a vocação do exílio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FUKS, Betty B. **O Homem Moisés e a Religião Monoteísta** - Três Ensaio. O desvelar de um assassinato. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- GAY, Peter. **Freud para historiadores**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GAY, Peter. **Freud**: uma vida para nosso tempo. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- GAY, Peter. **Um judeu sem Deus**. Freud, ateísmo e a construção da psicanálise. Tradução: Davi Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- GIARD, Luce. Um Caminho não Traçado. In: CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise**: Entre a Ciência e a Ficção. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- KLEMPERER, Victor. **LTI – a linguagem do Terceiro Reich**: cadernos de um filólogo. Tradução: Miriam Abramovay. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- MIRANDA JÚNIOR, Robson Freitas de. **Estratégias do tempo e discurso narrativo**: relações entre história e psicanálise em Michel de Certeau. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- ROBERT, Marthe. **De Édipo a Moisés: Freud e a consciência judaica**. Tradução: Luís Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- ROBERT, Marthe. **Romance das origens, origens do Romance**. Tradução: André Telles. Cosac Naify, 2007.
- ROUDINESCO, Elisabeth. **Retorno à questão judaica**. Tradução: Paulo Neves. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- ROUDINESCO, Elisabeth. **Freud, na sua época e no nosso tempo**. Tradução: Paulo Neves. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- ROUDINESCO, Elisabeth. **Em defesa da psicanálise**: ensaios e entrevistas. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- ROUDINESCO, Elisabeth. PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Tradução: Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- SCHORSKE, Carl E. Política e Parricídio em *A Interpretação dos Sonhos* de Freud. In: **Viena fin-de-siècle**: política e cultura. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SCHORSKE, Carl E. Para a escavação egípcia: a psicoarqueologia das culturas de Freud. In: **Pensando com a história**: indagações na passagem para o modernismo. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SCHORSKE, Carl E. Carl E. Schorske e a Viena fin-de-siècle: uma entrevista. In: SOUZA, Paulo César de. **Freud, Nietzsche e outros alemães**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- YERUSHALMI, Yosef Hayim. **O Moisés de Freud**: Judaísmo Terminável e Interminável. Tradução: Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1992.



NOTAS

ⁱ Em nossa discussão optamos pela versão em português feita por Renato Zwick (2014) muito embora reconhecendo a importância da tradução de Paulo César de Souza (2018), auxílio frequente na compreensão dos ensaios. Escolha que também leva em conta várias considerações da crítica sobre o peso decisivo da ênfase no “*Der Mann Moses*” na obra freudiana e bastante presente na leitura de Michel de Certeau – que empreendeu uma leitura diretamente do alemão. Ponto de vista reforçado pelas observações de Marthe Robert (1989, p. 204n): “[Freud considerou dois títulos para seu livro]. O primeiro era: *Der Mann Moses, ein historischer Roman* [*O Homem Moisés, um romance histórico*]. O segundo, que prevaleceu: *Der Mann Moses und die monotheistische Religion* [*O Homem Moisés e a Religião Monoteísta*]. Suprimindo esse “homem” que obcecou Freud durante tantos anos, o título francês deixou de lado um aspecto essencial do seu pensamento.”

ⁱⁱ Para acessar uma revisão detida da bibliografia sobre *Der Mann Moses* indicamos o trabalho de Betty B. Fuks (2014, p. 47-58).

ⁱⁱⁱ O problema da monumentalização ou historicização de Freud opôs Carl E. Schorske (1995, p. 69-73) e Peter Gay. Voltaremos a essa questão nas considerações finais à propósito de Michel de Certeau.



A HISTORICIDADE DO LOCAL: O CONFRONTO COM A RAZÃO HISTÓRICA HETERÔNOMA

LA HISTORICIDAD DEL LUGAR: LA CONFRONTACIÓN CON LA RAZÓN HISTÓRICA HETERÓNIMA

THE HISTORICITY OF THE LOCAL: THE CONFRONTATION WITH HETERONOMICAL HISTORICAL REASONING

MANIERI, DAGMAR

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor Associado do Colegiado de História (*campus* de Araguaína) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Membro do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PPGEHIST) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

E-mail: dagmar.manieri@ufnt.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/0328674543484561>

<https://orcid.org/0000-0001-5082-3599>

RESUMO

O objetivo desse artigo é o estudo da possibilidade de realização de uma forma de se fazer História que se liberta de potências intelectuais heterônomas. Esta forma de liberdade corresponde a uma nova postura epistêmica no campo da História que dê sentido histórico às práticas de agentes do local. Trata-se de ter a atenção epistemológica que se traduz em um cuidado com a forma narrativa, bem como a precaução para que a historicidade do local não seja obscurecida por instâncias de domínio unitário e metafísico. Optamos pelo contraste da noção de historicidade em Hegel em relação a uma historicidade liberada da metafísica ocidental.

PALAVRAS-CHAVE: : Historicidade do local, razão histórica heterônoma, metafísica, Georg Hegel.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es estudiar la posibilidad de lograr una forma de hacer historia libre de poderes intelectuales heterónomos. Esta libertad corresponde a una nueva postura epistémica en el campo de la historia que otorga significado histórico a las prácticas de los agentes locales. Implica una atención epistemológica que se traduce en el cuidado de la forma narrativa, así como en la precaución de que la historicidad de lo local no se vea oscurecida por instancias de dominación unitaria y metafísica. Hemos optado por contrastar la noción de historicidad en Hegel con una historicidad liberada de la metafísica occidental.

PALABRAS CLAVES: Historicidad del lugar, razón histórica heterónoma, metafísica, Georg Hegel.

ABSTRACT

The aim of this article is to study the possibility of creating a form of History that is free from heteronomous intellectual powers. This form of freedom corresponds to a new epistemic stance in the field of History that gives historical meaning to the practices of local agents. It involves paying attention to the epistemological aspect that translates into care with the narrative form, as well as taking precautions to ensure that the historicity of the local is not obscured by instances of unitary and metaphysical dominance. We have chosen to contrast Hegel's notion of historicity with a historicity freed from Western metaphysics.

KEYWORDS: Historicity of the local, heteronomous historical reason, metaphysics, Georg Hegel.

INTRODUÇÃO

Uma das grandes contribuições do historicismo foi evidenciar o conceito de historicidade. Em especial no pensamento de Georg Hegel, o historicismo ingressa no âmbito da filosofia. É século XIX, período em que muitos intelectuais denominam de “século da História”. Mas a grande questão que envolve a historicidade é seu vínculo com uma instância de ordem metafísica (em Hegel, especialmente); nesse horizonte, só através da metafísica a historicidade adquire sentido. Esse detalhe (do aprisionamento da historicidade a instâncias transcendentais) se transformou em obstáculo para novas formas de pensamento histórico, especialmente a do local. Neste exemplo, podemos citar as objeções de Cornelius Castoriadis; em sua concepção, “representação, imaginação, imaginário” sempre foram estudados como temas incorporados à “ontologia herdada”. No debate filosófico sobre o Ser, ocorre uma redução do social-histórico, bem como da dimensão do imaginário. Desde então, o momento social e a prática histórica ficaram associados às “funções lógicas”. São categorias filosóficas que apreendem “alguns existentes particulares” e que são “colocados pela filosofia como universais” (CASTORIADIS, 1986, p. 203).

Eis o obstáculo que visualiza Castoriadis ao se estudar o social-histórico; ele propõe “explodir a lógica e a ontologia herdadas” para que possa emergir uma “lógica diferente e nova”. No fundo o que realiza a ontologia herdada se expressa em termos como “encobrimento”, “ocultação”, “marginalização”, “desnaturalização”. Para Castoriadis, a operação filosófica ocidental que realiza esta redução é a determinação. Desde os gregos antigos, o pensamento sobre o Ser se resume, desta forma: “Ser é ser algo de determinado (*einai ti*)”; com isso, “dizer verdadeiramente é determinar o que dizer e o que se diz pelas determinações do Ser (...)” (CASTORIADIS, p. 259). Assim, através da tradição ocidental, instituiu-se o pensamento como razão. Como se pode averiguar em Castoriadis, a tradição filosófica ocidental executa uma forma de razão que obscurece o surgimento de novas potencialidades (no exemplo de Castoriadis, a imaginação radical).

Esta forma de dominação da ordem cognitiva também pode ser averiguada na distribuição (geral) do conhecimento produzido; na própria ordem do conhecimento de âmbito geral há uma divisão que prejudica a produção de conhecimento em áreas periféricas, bem como a do local. O artigo de Jean-Claude Guédon (2011) enfrenta este desafio ao denunciar a natureza estratificada da produção científica; há um poder científico apropriado pelos países do centro capitalista. Aqui, a “universalidade” científica se apresenta em língua inglesa, deixando evidente que há uma “ciência principal” e, outra, “periférica”. Nas palavras de Guédon: “As publicações são “locais” ou “principais”, sendo que há um fosso evidente entre os dois grupos” (GUÉDON, 2011, p. 148). Aqui, portanto, se questiona o universalismo da ordem “científica”, já que esta pretensa “universalidade” não é útil, ou aplicável, ao nível local (Ibid., p. 150). Há um efeito modernizador nesta forma de divisão do poder científico; por isso Guédon indica a “exclusão” da forma de produção local. A consciência científica aponta: “(...) somos a ciência “principal” e não existe outra alternativa” (GUÉDON, p. 154). Este exemplo denunciado por Jean-Claude Guédon mostra de que forma a diversidade de produção de conhecimento do local é afetada pela distribuição do poder científico.

A elaboração da historicidade do local também é permeada por esses poderes que denuncia Guédon. Um dos grandes problemas ao se executar a historicidade do local, principalmente os relacionados aos grupos excluídos, é a presença de documentos. Mas nos últimos anos o desenvolvimento da arqueologia histórica, bem como uma historiografia que dá espaço para a História oral, tem contribuído de forma substancial para a renovação historiográfica. Cynthia Martínez (2024) nos dá um exemplo ao nos mostrar como a História pode resgatar importantes historicidades do local (no caso, a região do porto de Veracruz, no México). Aqui a própria historiografia faz seu trabalho ante a “exclusão, o desconhecimento e a invisibilização das populações afrodescendentes no passado (...)” (MARTÍNEZ, 2024, p. 159). Observar neste estudo de Martínez que as “memórias comunitárias” ingressam como elementos de vital importância para a “história local”. Há a consciência de que o trabalho historiográfico é dificultado, pois há “vazios” documentais. Mesmo assim, a reconstrução da memória pode ser realizada; nela, os jornais de época podem auxiliar. Martínez nos dá o exemplo da *Gazeta de México*, periódico que circulou de 1784 a 1809. A pesquisadora indica a figura de Francisco Martínez, um ex-escravo que residia no porto de Veracruz. A *Gazeta de México* de 28 de março de 1786 mostra seu percurso de vida e finaliza que “em que pese sua larga idade”, diariamente se dirige ao campo para apanhar frutas, lenha, na qual vende para sua sobrevivência. No final do relato, afirma que ao vender seus produtos na rua não se porta como “gravoso nem impertinente ao público” (Apud MARTÍNEZ, 2024, p. 175). Cynthia Martínez, de forma apropriada, comenta que a memória individual apesar de “efêmera, frágil e estar permeada de subjetividade” corresponde a um material valioso para se enriquecer “as narrativas históricas” (MARTÍNEZ, 2024, p. 178).



A impossibilidade de se executar a historicidade do local pode ser compreendida como efeito da subalternização do conhecimento histórico. O perigo de o sujeito cognoscitivo (na figura do historiador) não visualizar a História efetiva dos agentes subalternos ocorre porque na própria História há pouco espaço para expressar esses agentes. Para além desse resgate (dignidade da voz dos agentes) é a própria política inscrita na vida que é rejeitada pela política (polícia) oficial. Já na nova abordagem histórica surgem “diversos *loci* de observação e enunciação” (MIGNOLO, 2020, p. 171).

Por isso esta proposta de estudo optou, de forma inicial, por dar atenção à historicidade no sistema hegeliano. Tal historicidade está fundamentada em uma noção de realização do Espírito, algo que conduz a própria historicidade a um vínculo estreito com instâncias metafísicas: isto lhe retira o potencial de historicizar o local. Posteriormente, desenvolvemos as peculiaridades de uma historicidade liberta de instâncias dominadoras. Nesta nova operacionalidade, procurou-se detectar os elementos que compõem a operação historiográfica. Assim, para além do programa de uma nova *episteme* é necessária uma visão exata das etapas e dos componentes para tal realização.

A HISTORICIDADE NO PENSAMENTO HEGELIANO

Como filósofo de início do século XIX, Georg Hegel é herdeiro da era das Luzes que desenvolve a noção de sentido histórico. É algo quase comum se crer que os intelectuais do Renascimento (como Maquiavel, por exemplo) cultivavam a ideia de um sentido histórico como temos hoje, na contemporaneidade. No caso de Maquiavel é frequente em seus escritos uma abordagem da história como *magistra vitae* (expressão de Cícero); no florentino, a história nos oferece exemplos de boas práticas do campo político. Mas é só em meados do século XVIII, na interpretação de Reinhart Koselleck, que o paradigma da *historia magistra vitae* se desvanece: “A nova história (*Geschichte*) adquiriu uma qualidade temporal própria. Diferentes tempos e períodos de experiência, passíveis de alternância, tomaram o lugar outrora reservado ao passado entendido como exemplo” (KOSELLECK, 2015, p. 47). O que Hegel acrescenta em relação aos pensadores do século precedente é um aprofundamento da noção de história em seus vários aspectos. Os seres humanos são compreendidos, agora, em um contexto histórico específico. Na linguagem hegeliana: “O espírito de uma época é a vida substancial da mesma, é este espírito imediatamente vivo, efetivo. (...) O espírito da época é, pois, o modo como um espírito determinado aí está como vitalidade efetiva” (HEGEL, 2015, p. 123). Dessa forma, o ser humano como objeto de estudo, não é mais um ser abstrato, geral; ele deve ser inserido em seu tempo histórico para adquirir sentido. Isto traz como consequência a impossibilidade de revivermos, de forma temporal, outro período histórico: “(...) nenhum indivíduo está por cima da sua época, [ele] é filho do seu tempo; (...)” (HEGEL, 2015, p. 122).

Eis o historicismo em Hegel que acaba por estar presente até na leitura que se faz da filosofia. Na *Introdução à história da filosofia* é evidente esta abordagem historicista; na obra é a própria filosofia o objeto de estudo. Isto quer dizer que resgatar uma história da filosofia é focar princípios que no passado compuseram a formação da filosofia. Não se trata de um passado em si, mas de algo que foi incorporado e está imanente na composição filosófica da época presente:

No Espírito, também existe esta sucessão, esta refutação, mas de modo tal que os estádios anteriores permanecem na unidade. A última e mais recente filosofia deve, pois, conter em si os princípios de todas as filosofias anteriores, por conseguinte, ser a mais elevada (HEGEL, 2015, p. 104).

O passado é “vivo” na medida em que está presente na constituição atual. Isto explica as objeções de Hegel ante o passado em si mesmo. Ao comentar sobre a atitude do Renascimento em reviver as filosofias antigas, o filósofo alemão acrescenta que “quando as filosofias passadas mais uma vez se repetem são, então, por assim dizer, apenas múmias do anteriormente passado” (HEGEL, 2015, p. 101). Então, qual o interesse de se estudar algo (no caso, a filosofia) no passado? Hegel insiste que “o histórico, isto é, o passado enquanto tal, já não é, está morto” (HEGEL, 2015, p. 109). Por isso o presente é valorizado em relação ao passado: na expressão de Hegel, o presente é mais concreto do que o passado. Foi através da dialética que o Espírito evoluiu através de etapas: “A verdadeira intensidade do espírito é chegar à força da oposição, da separação, da cisão; e a sua difusão é o poder de se estender além da oposição, de superar a separação” (HEGEL, 2015, p. 116).

O que se experiencia através da temporalidade é a própria intensificação do Espírito. Quanto mais próximo do presente – aqui nos referimos à filosofia – maior é a capacidade de se pensar o presente. Assim, se a tarefa da filosofia é pensar



seu momento histórico (“cada filosofia é a filosofia da sua época”), de nada vale invocar as filosofias precedentes. Hegel é enfático ante a ideia da valorização do presente na filosofia, pois “não devemos julgar encontrar respondidas, nos antigos, as questões da nossa consciência, do nosso interesse” (HEGEL, 2015, p. 117). Questões do presente só podem ser respondidas através de um pensamento filosófico contemporâneo. Sobre esta ideia - da efetividade das filosofias do presente - Hegel nos oferece o exemplo da subjetividade:

O homem [no mundo antigo] ainda não retornara a si como nos nossos tempos. Era certamente sujeito, mas ainda não se estabelecera como tal; sabia-se apenas na unidade essencialmente ética com o seu mundo, nos seus deveres perante o Estado. O ateniense, o romano, sabia que a sua essência é ser um cidadão livre (HEGEL, 2015, p. 118).

Mas ser um cidadão livre para a representação dos antigos era algo Em-si (a liberdade objetiva) e não Para-si (a liberdade subjetiva): os antigos não reconheciam a liberdade subjetiva como algo essencial. Isto explica o fato de que as filosofias do mundo antigo como “simples, abstratas e gerais”, segundo Hegel. Notar como é incisiva, neste último, a noção de progressão; a temporalidade que surge no hegelianismo é de ordem teleológica, pois há um fim definido a ser alcançado. Contradição, exteriorização/interiorização e devir são termos importantes para o hegelianismo:

Dizer que o devir do Espírito é contingente e livre é dizer que, a partir do Espírito que é o fim ou o resultado do devir, é possível reconstruir a marcha deste último, mas que não é possível prevê-la a partir de seu começo, nem dela deduzir o Espírito (KOJÈVE, 2014, p. 406).

O presente é valorizado porque é o resultado do movimento dialético. Neste processo, o ser humano não é uma entidade com plena consciência do que produz no processo histórico: a relação do ser humano com a história deve ser pensada através da mediação do Espírito. Na verdade, a história representa a realização do Espírito. Isto explica a versão hegeliana da evolução através das comunidades históricas: “Hegel denomina *Volksgeist* essas comunidades históricas concretas ou esses povos que são corporificações (mais ou menos adequadas) do Espírito. Eles são os sujeitos da história” (TAYLOR, 2014, p. 425). Ser sujeito da história não significa que o agente possui plena consciência do verdadeiro valor daquilo que realiza. A famosa expressão “astúcia da razão” já indica essa ausência de consciência (histórica) nos agentes. Ao interpretar Hegel, Charles Taylor comenta que “os seres humanos [em Hegel] não compreendem plenamente o que estão fazendo na história” (TAYLOR, 2014, p. 427). É a própria filosofia hegeliana que adquire esse saber pleno sobre a história:

A razão é apresentada nessa imagem como “usando” as paixões dos seres humanos para cumprir seus próprios propósitos. Os seres humanos particulares e seus propósitos tombam na batalha, mas o propósito universal prossegue em segurança, acima disso tudo (TAYLOR, 2014, p. 427).

Assim, mesmo que os seres humanos tombem “na batalha”, o Espírito segue o percurso em busca de sua realização. É no interior desta lógica (filosofia da história) que os grandes líderes são compreendidos. Eles são o veículo do Espírito universal (*Weltgeist*). A força, impulso, que sentem os grandes líderes representa, no fundo, a obra do *Weltgeist*. A especificidade dos grandes líderes é que “eles também são os primeiros a sentir e articular aquilo que terá de ser o próximo estágio” (TAYLOR, 2014, p. 428).

Como se verifica, os sujeitos da história realizam algo para além de suas intencionalidades; eles contribuem para a própria qualidade da consciência (a valorização da liberdade subjetiva e a busca do reconhecimento). É neste momento que a historicidade em Hegel pode ser apreendida; quando Alexandre Kojève comenta sobre este conceito em Hegel, nos apresenta esta passagem:

Explicar a história é, portanto, explicar o homem, compreendido como um ser livre e histórico. E só se pode explicar o homem assim compreendido se for levada em conta a negatividade que ele implica ou realiza, isto é, caso se descreva o movimento dialético de sua existência real, que é a de um Ser que



permanece ele mesmo mas sem permanecer o mesmo. É por isso que as descrições na ciência hegeliana têm um caráter dialético (KOJÈVE, 2014, p. 453).

Nesse sentido, a história está no ser humano (“explicar a história (...) é explicar o homem”); a historicidade no ser humano (histórico) permite apreender o nível de consciência de ser livre. Mas como o Espírito utiliza o ser humano para se realizar, no fundo a historicidade do ser humano (histórico) é correspondente ao estágio do Espírito na história geral. É a universalidade do Espírito que determina a historicidade do local (no ser humano, nas comunidades históricas).

Dentre os intérpretes “inovadores” de Hegel, encontramos Slavoj Žižek, especialmente na obra *Menos que nada*. Žižek, ao que tudo indica, se distancia de um estilo interpretativo ao modelo de Charles Taylor. A interpretação em Žižek resgata um Hegel para além da tradição hermenêutica (do filósofo) que o insere como um idealista de ordem objetiva. Žižek erige um Hegel mais materialista que o próprio Marx (ŽIZEK, 2013, p. 305, 306); contudo, em diversas passagens de *Menos que nada*, surgem diversas insuficiências e hesitações em Hegel. Um fato que nos chamou a atenção foi a concepção do Estado em Hegel (“Interlúdio 3 – Rei, população, guerra... e sexo”). Ao se utilizar de vários comentadores de Hegel (como Frank Ruda, Rebecca Comay, entre outros), Žižek evoca o tema da “população” no interior do hegelianismo. Como parte da “população”, o proletariado “designa tal elemento “irracional” da totalidade social “racional” (...)” (ŽIZEK, 2013, p. 286). Em Hegel, a pobreza (objetiva) interiorizada como “injustiça radical” provoca uma postura rebelde: “(...) o sujeito sente que não tem nenhum dever ou obrigação para com a sociedade” (ŽIZEK, 2013, p. 286, 287). Žižek comenta que Hegel é sensível a essa injustiça, pois a sociedade deve oferecer “vida livre, autônoma e digna”. Contudo, há um acento crítico de Hegel em torno dessa “população”:

Além disso, há um sutil *non sequitur* no argumento: Hegel passa diretamente da indignação da população contra os ricos/a sociedade/o governo para sua falta de respeito próprio – a população é irracional porque demanda uma vida decente sem trabalhar para isso, negando o axioma moderno básico de que a liberdade e a autonomia se baseiam no trabalho da mediação em si. Consequentemente, o direito de subsistir sem trabalho (ŽIZEK, 2013, p. 287).

Essa inconstância que Žižek constata em Hegel, provavelmente, é produto do próprio Hegel que Žižek nos apresenta. A objeção de Hegel ante a postura da “população” como “uma particularidade irracional” surge porque ela possui um meio “egoísta” de perseguir “seus próprios interesses particulares” ante a “universalidade existente e organizada racionalmente, (...)” (ŽIZEK, 2013, p. 289). É nesse instante que Rebecca Comay é utilizada como meio de interpretação; ela enfatiza que a “população” em Hegel não corresponde ao proletariado (de Marx). Comay comenta que a “população” em Hegel apresenta-se em sua “reação informe, “elementar, irracional, selvagem e terrível” (...) um enxame cuja integração continua irrealizada e irrealizável (...)” (Apud Žižek, 2013, p. 289). A “população” é irracional porque não participa da lógica hegeliana; nesta última não há espaço para novas figuras históricas que não contribuem para a efetivação do Universal racional e ético. Na reflexão final sobre a historicidade em Hegel compreende-se que seu sistema de pensamento não promove a atenção (nele não há um espaço) para figuras outras que se recusam ao movimento de reconciliação, negação determinada, superação, etc. Na verdade, a historicidade em Hegel está presa a uma lógica filosófica.

Esse aprisionamento (metafísico) empreendido por Hegel em relação à historicidade não deixou de chamar a atenção de Paul Ricoeur. Em *Tempo e narrativa III* há um capítulo dedicado à filosofia da história (“Renunciar a Hegel”). No início do texto, Ricoeur se reserva à tarefa de interpretar as principais ideias de Hegel sobre a história. Ele concede destaque especial à liberdade e à Razão; sobre a primeira, o intelectual francês comenta que ela é “a um só tempo racional e real no processo de autorrealização do Espírito” (RICOEUR, 2010b, p. 330). Em torno da Razão há o destaque de ela ser uma potência, basta verificarmos a famosa afirmação de Hegel de que “o que é, é racional – o que é racional, é”. Mas em determinado momento do texto, Ricoeur lança suas objeções ante o hegelianismo:

Mas, para o filósofo [Hegel], o que conta do passado são os sinais de maturidade de onde irradia uma claridade suficiente sobre o essencial. A aposta de Hegel é que sentido suficiente se acumulou até nossos dias para poder decifrar nele o objetivo último do mundo na sua relação com os meios e com o material que garantem sua efetuação (RICOEUR, 2010b, p. 343).



O problema da relação do “passado histórico com o presente” se “dissolve” no hegelianismo. Se para Ricoeur a distância temporal entre passado e presente (o “problema”) é compreendida como algo intrínseco (ela não se resolve) ao conhecimento histórico, então a ideia hegeliana de que “o passado ultrapassado é retido no presente de cada época” representa o domínio da filosofia sobre a História. Ricoeur comenta que a relação entre “Espírito em si, desenvolvimento e diferença”, na verdade “explodiu” nas novas leituras que pretendem se libertar do evolucionismo do Espírito: “Pois a compreensão por si da consciência histórica nasce precisamente do caráter incontornável dessa diferença [temporal]” (RICOEUR, 2010b, p. 384).

Com isso a própria especificidade do presente, bem como do passado, se dissolve no hegelianismo. Eis a objeção de Ricoeur: “A saída do hegelianismo significa renunciar a decifrar a suprema intriga” (RICOEUR, 2010b, p. 350). A “suprema intriga” é a lógica em torno da realização do Espírito que apagou a especificidade do passado em sua relação (incontornável) com o presente.

A renúncia ao hegelianismo em Ricoeur corresponde a uma curiosa prova: fazer com que o historicista Hegel seja julgado através das lentes do próprio historicismo. Por isso a proposta do hegelianismo ser compreendido como um “fenômeno hermenêutico, uma operação interpretante, submetida à mesma condição de finitude” (RICOEUR, 2010b, p. 351). Eis o tratamento historicista a que é submetido Hegel: “(...) todo pensamento pensante tem pressuposições que ele não controla (...)” (RICOEUR, 2010b, p. 350). Ricoeur fez a História vencer sobre a filosofia (de Hegel) e nos aconselhou a não “pensarmos conforme Hegel, mas depois de Hegel”.

A HISTORICIDADE LIBERTA

Através do conceito de historicidade em Hegel, mostramos como a prática historiográfica corre o risco de ficar dissociada do lugar: a metafísica em torno do Espírito obscureceu a historicidade do local. Daí a tarefa de libertar tal historicidade dessas formas de determinação que fazem com que ela esteja em função de um universal abstrato. O historiador ao se converter em um pensador do local pode promover um tipo de História que se atenta ante os efeitos negativos desse universal dominador.

Um bom exemplo desta ideia pode-se encontrar em Walter Mignolo (2020) que interpreta Angel Rama e Frantz Fanon. Para Mignolo, Rama confunde a “consciência americana” com uma de suas manifestações históricas, ou seja, “o imaginário “hegemônico” da *intelligentsia* crioula dentro do local subalterno da América Latina na ordem do sistema mundial colonial/moderno” (MIGNOLO, 2020, p. 225). Já em Fanon, há a correta apreensão de que 1939 representa um acontecimento importante, pois “houve uma mútua mudança de percepção entre esses povos”. O retorno de Aimé Césaire e sua positividade em torno da “negritude”, bem como a derrocada (durante a Segunda Guerra Mundial) do colonialismo francês. Se antes de 1939, “os negros na Martinica não se consideravam nem agiam como negros”, com a virada histórica se tem o seguinte: “Os martinicanos mudaram de atitude e o imaginário do orgulho pela negritude substituiu a antiga rasura do habitante negro das Índias Ocidentais que apoiava o habitante europeu dessas Índias” (MIGNOLO, 2020, p. 225). Passagem importante para os efeitos deste artigo. A historicidade do local (ver o ano de 1939 como se transforma em acontecimento) deve reconhecer (e recuperar) a importância de um determinado momento histórico. Antes de 1939 os negros não se representavam, nem mesmo “agiam” como negros. Aqui a historicidade (em Fanon, especialmente) indica que a partir de 1939 nasce um novo sujeito histórico com consequências na forma de se representar, bem como na pragmática de suas vidas. Na proposta de Mignolo, deve haver uma nova consciência (epistemológica) do intelectual do local, exercitando uma “consciência dupla” que se denomina pensamento liminar.

Dessa forma, a inversão hegeliana pode promover essa “consciência dupla”, com o Espírito (agora) representando a realização do sujeito histórico do local. Se antes este último fazia história sem ter consciência da real importância de sua prática, neste novo modelo haverá a consciência (histórica) que se ampara na História efetiva do local. Nesta inversão, o universal adquire um sentido negativo (a modernidade estranha, o nacional como ideologia, etc.) que deve ser considerado na operação historiográfica.

O desvirtuamento de uma História do local tem suas condições de produção. Desde sua formação, a História como um campo do saber não deixou de estar a serviço de alguma potência. Esta última surge em Michel de Certeau como “o corpo mudo que o sustenta” (CERTEAU, 2017, p. XVII). Influenciado pela teoria do discurso de Michel Foucault, Certeau intenta localizar o que fundamenta o “fazer História”. Na era moderna, o historiador deve assumir uma ética renovada, não mais a “ética do historiador” (*êthos historias*) como em Políbio que objetivava um conhecimento confiável,



independente de sentimentos pessoais (SEBASTIANI, 2006, p. 91). No início da era moderna o historiador se converte em um “técnico da administração política” (Maquiavel é seu protótipo).

O pensar sobre o fazer História em Certeau indica que “o real que se inscreve no discurso historiográfico provém das determinações de um lugar” (Ibid., p. XXIII). Este “lugar” explica as razões da produção do discurso. Os “fatos” da História podem conter uma “verdade”; por isso eles funcionam como signos em uma forma escriturária. Isto não deixa de ser uma forma de capital travestido em símbolos. Essas ideias de Michel de Certeau podem ser comprovadas, de forma visível, nos historiadores da Roma antiga. Lúcio Floro comenta em seu *Breviário da História Romana* que pretende contribuir “um pouco, (...), para a admiração do povo-príncipe, se expuser, num só lance e por inteiro, toda sua grandeza” (Apud NOVAK; NERI; PETERLINI, 1999, p. 229). Sobre a revolta de escravos na Sicília, Lúcio Floro qualifica o líder como “fanático” ou “cruel” (pois esses exércitos de rebeldes haviam saqueado aldeias, fortalezas e cidades). Já Tito Lívio na *História do Povo Romano* comenta que fará a História de um “povo (...) vigoroso”. Desde a fundação de Roma o que se presencia é a “glória de guerra do povo romano” (*belli gloria est populo romano*) (Apud NOVAK; NERI; PETERLINI, 1999, p. 90, 91). Aqui, temos pequenos exemplos da forma como a História havia se posicionado ante as potências políticas, ou seja, ela estava impregnada de relações de poder.

Em parte, ocorre com a História o mesmo fenômeno que Foucault denuncia em seus estudos, ou seja, “teorias globais” acabam por refrear os saberes locais. No indicativo de saída, em Foucault, se propõe “uma espécie de produção teórica autônoma, não centralizada, isto é, que não tem necessidade, para estabelecer sua validade, da concordância de um sistema comum” (FOUCAULT, 1979, p. 169). Nesta perspectiva teórica, os saberes comportam relações de poder; dessa forma, surgem saberes subjugados e representados como “saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento ou de cientificidade” (Ibid., p. 170). Daí a proposta de confrontar esses “saberes locais, singulares” com os saberes denominados “científicos”. O que Foucault pretende é resgatar o “saber histórico da luta” (Idem). Termo importante para o programa genealógico do pensador francês:

Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns. (...) Trata-se da insurreição dos saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa (FOUCAULT, 1979, p. 171).

No exemplo específico da historicidade, deve haver a precaução deste conceito não estar subsumido por uma “instância teórica unitária”. Uma questão de alta relevância é saber se a historicidade liberta dessas potências (centralizadoras, metafísica) de poder representa, no âmbito da História, uma “epistemologia Outra”, na acepção de Adolfo Achinte (2012). Formas de organização e de lutas, segundo Achinte, podem sofrer “marginalização, exclusão social e negação das particularidades (...)” (ACHINTE, 2012, p. 24). É exatamente neste ponto que se deve manter a atenção, na medida em que a historicidade do local represente uma “produção de conhecimento” organicamente vinculada ao local. Assim, quais os tipos de eventos que o historiador deve elencar em sua narrativa? Como situar os agentes (históricos) em relação a esses eventos? Como devem ser narrados tais eventos? Aqui, só alguns exemplos de indagações importantes que nos alertam diante do erro da historicidade retornar ao antigo enclausuramento. Outro detalhe importante é a atenção da História às subjetividades através de vários elementos da estrutura mental: anseios, frustrações, ideais, sentimento de solidariedade, entre outros.

O que Achinte denomina de “violência epistêmica” corresponde ao domínio de “universais”; ele traz como consequência “a negação do lugar e/o de/do particular” (ACHINTE, 2012, p. 26). Assim, ao se romper com esta forma de dominação epistêmica e intentar outra prática do saber se está realizando um ato político. São as condições sociais do local que respondem como sujeito enunciativo.

Por isso a historicidade do local deve ser compreendida como uma prática do lugar, termo utilizado por Arturo Escobar. Como prática do lugar, a historicidade promove a visibilidade dos agentes no âmbito da História. Achinte se refere a essa visibilidade como algo compreendido no campo das “lutas” e da “criação histórica”. A face objetiva se entrelaça com a dimensão subjetiva, promovendo “outras formas de sentir, perceber e transformar a vida” (ACHINTE, 2012, p. 28). São detalhes importantes para a nova prática historiográfica que deve estar atenta às criações locais: invenção de



formas de resistência; táticas que enfrentam as estratégias de poder e configurações em torno da solidariedade. Sem esses elementos, a historicidade estará esvaziada de “modos de ser” do local.

Tanto Achinte, quanto Walter Mignolo indicam formas de pensamento que percorrem “bordas”, “margens”. Mignolo propõe uma prática de saber do subalterno, denominada de “gnose liminar”. Eis o que ele afirma sobre este saber liminar:

A razão subalterna é aquilo que surge como resposta à necessidade de repensar e reconceitualizar as histórias narradas e a conceitualização apresentada para dividir o mundo entre regiões e povos cristãos e pagãos, civilizados e bárbaros, modernos e pré-modernos e desenvolvidos e subdesenvolvidos, todos eles projetos globais mapeando a diferença colonial (MIGNOLO, 2020, p. 139).

É preciso estar atento ao se produzir este conhecimento (liminar) do “lugar de anúncio”. É este último que promove o “descentramento das práticas teóricas”; tal descentramento corresponde a uma política do saber realizada nos “locais geoistóricos” (MIGNOLO, 2020, p. 151). Aqui, a História não perde seus princípios constitutivos (a evidência, o espírito crítico, a atenção à narrativa, a argumentação, a explicação); o que ocorre é que agora a História é produzida a partir de um local. O que antes era impensável e estava invisível, com o deslocamento da posição enunciativa torna-se pensável e inteligível. O que estava reprimido pela *episteme* anterior, neste instante (da virada decolonial) torna-se clarificada: isto quer dizer que a historicidade do local produz “autoconsciência narrada e teorizada” (MIGNOLO, 2020, p. 155). Não deixa de ser interessante a postura de intelectuais como Walter Mignolo e Nelly Richard que não rejeitam *in totum* a produção teórica do ocidente. Neles há inversão (Mignolo) ou exploração de vazios e contradições do aparato teórico ocidental (Richard); isto permite que se utilize o potencial teórico ocidental agora a serviço dos agentes subalternos. Mignolo comenta:

Mas agora as perguntas feitas e os temas levantados não são mais os de se compreender uma consciência e uma autoconsciência incorpóreas, mas a de se compreender a partir das experiências históricas possibilitadas pelo próprio conceito de Razão que Hegel estava tentando elucidar em A fenomenologia do Espírito (MIGNOLO, 2020, p. 155, 156).

Com esta nova postura epistemológica a experiência histórica local adquire contornos definidos. A própria “história silenciada” (MIGNOLO, 2020, p. 180) é evidenciada através de práticas locais na qual se destacam as “situações novas, permitindo criatividade, resistência e sobrevivência em grande parte modelada pela diferença colonial” (MIGNOLO, 2020, p. 210). Agora o que se denomina de potencial epistemológico - sem romper com o campo da História - pode ser desenvolvido na perspectiva de agentes históricos do local. Como bem enfatizou Walter Mignolo, o local neste momento se expressa através de suas “sensibilidades” e suas formas de conhecimento, inseparáveis de seus momentos de luta.

A TEMPORALIDADE E O ACONTECIMENTO

Ao se praticar a historicidade do local é necessária a atenção ante uma operação fundamental: trata-se da temporalização dos setores da sociedade (ou comunidade). Isto quer dizer que um determinado objeto (foco de estudo) deve ser compreendido em um setor social específico (econômico, cultural, político, etc.), sendo que cada um desses setores são atravessados por temporalidades próprias. Não se trata de uma simples convenção (do campo da História), mas da construção de ritmos temporais diversos. Ao comentar sobre os estratos do tempo, Reinhart Koselleck acentua:

Todas as mudanças efetivas, mais rápidas, mais lentas ou de longa duração, para especificar as categorias de Braudel, permanecem ligadas à mudança variável entre repetição e singularidade. (...) Então, a diacronia se gradua estratificadamente por superposições que permitem classificações diversas e transversais às periodizações convencionais (KOSELLECK, 2021, p. 58).



Por isso o evento – objeto de atenção do historiador – só chamou a atenção pelo fato de ter alterado algo na duração temporal. Como exemplo, uma conquista importante na ordem econômica (para determinado grupo) e que afeta a rotina dos agentes envolvidos. Daí a atenção ante “a multiplicidade de tempos históricos”, na expressão de Koselleck. Sem esta estratificação temporal a própria experiência histórica pode se tornar abstrata (muito genérica); com os estratos (de tempo) a própria experiência adquire contornos mais definidos. É isto que Koselleck denomina de “critérios de movimento”, ou seja, o que explica o fato de o evento ser compreendido segundo um ritmo temporal específico.

Dessa forma, desconfia-se da cronologia tradicional que toma como padrão um universal (a Nação, por exemplo) centralizador. Nela, eventos “menores” são subsumidos pelos denominados “grandes acontecimentos”, com seus sujeitos históricos em sua grandeza. Ao se rejeitar este modelo do “grandioso” ingressa-se em um campo mais concreto. Eis o que Koselleck assinala sobre isto:

A “dessubstantivação” das nossas categorias leva a uma temporalização de seu significado. Assim, a gama de possibilidades passadas ou futuras nunca pode ser definida a partir de um único portador de ação ou de uma única unidade de ação. Antes, essa escala remete imediatamente à escala dos rivais, fazendo com que apenas as diferenças, refrações ou tensões temporais consigam expressar a tendência em direção a uma nova estrutura da realidade. Relações temporais divergentes e fatores de aceleração e retardação inserem-se sorrteiramente (KOSELLECK, 2021, p. 285, 286).

Neste caso é o contexto intersubjetivo que chama a atenção do historiador, algo que faz com que se rejeite a noção de sujeito histórico no quadro da antiga cronologia. Na proposta de Koselleck é preciso evidenciar sujeitos históricos situados em “contextos intersubjetivos” e atravessados por estratos de tempo. Neste modelo epistemológico, a criação (e o novo) adquire visibilidade na narrativa, assim como enfatizou Anibal Quijano:

O tempo pode ser novo, pois não é somente a extensão do passado. E, dessa maneira, a história pode ser percebida já não só como algo que ocorre, seja como algo natural ou produzido por decisões divinas ou misteriosas como o destino, mas como algo que pode ser produzido pela ação de pessoas, por seus cálculos, suas intenções, suas decisões, portanto como algo que pode ser projetado e, conseqüentemente, ter sentido (QUIJANO, 2005, p. 124).

São lições que a historicidade deve acompanhar, caso contrário, se pode efetuar uma *pseudo* (ou “fraca”) História. A lição de Koselleck é válida: “[Realizar] uma teoria dos tempos históricos que faça jus à realidade histórica complexa exige afirmações relacionadas a múltiplos estratos [de tempo]” (KOSELLECK, 2021, p. 290). Essa forma de analisar a história do local também está presente em Paul Ricoeur. Em *Tempo e narrativa I*, ao comentar sobre o pensamento de Maurice Mandelbaum, Ricoeur enfatiza a etapa em que o historiador ingressa na “explicação”. Nesta fase, “(...) a questão do por que se autonomiza assim que a análise em fatores, em fases, em estruturas, se liberta ela mesma da apreensão global do fenômeno social total” (RICOEUR, 2010a, p. 332). Ricoeur indica que essa fragmentação do social (para efeito de estudo) corresponde a uma “análise longitudinal”, pois “uma sociedade é um tecido institucional de malhas mais ou menos estreitas que permite graus variáveis de abstração na tópica institucional (...)” (RICOEUR, 2010a, p. 333). Essa “análise longitudinal” extrai do tempo decorrido “níveis temporais” que qualifica o evento de uma “nova qualidade”. Daí a consciência (epistêmica) ante a “pluralidade dos tempos históricos” (Cf. RICOEUR, 2010a) se converter em algo importante para configurar os diversos eventos da ordem social.

Outro elemento importante da historicidade do local é a configuração dos acontecimentos. Entre os gregos antigos encontramos o termo *chrêma*: não o *érge megála* (o grande evento) de Heródoto, algo que merece ser objeto da História. *Chrêma* é um termo comum em Homero, Hesíodo, Anaxágoras ou Protágoras, com variações de sentido. Na interpretação de Mario Untersteiner o termo corresponde a evento; segundo este último autor, após a idade homérica o termo “amplia seu significado a ponto de designar tudo o que o homem pode *chrêsthai*, a partir de um evento diante do qual deve, de alguma maneira, reagir; (...)” (UNTERSTEINER, 2012, p. 128). Assim, o evento (*chrêma*) é aquele fenômeno social que atinge a vida humana; daí receber um duplo significado. O ser humano diante de um *chrêma* pode “padecer” ou “agir”:



Fica evidente que a palavra *chrémata* constitui tudo o que está diante do homem, do sensível ao inteligível, do evento como realidade acontecida ao evento em seu devir. Esse mundo designado por *chrémata* constitui a esfera da ação do homem que diante dela deve exercitar uma obra de interpretação ou domínio. Esse duplo aspecto de *chrémata*, “ação do homem” e “realidade que o homem encontra diante de si”, manifesta-se na linguagem filosófica de Anaxágoras (UNTERSTEINER, 2012, p. 129).

Isto explica que em Protágoras o conjunto de minhas relações com o mundo (no “agir” e “padecer”) se denomina de *prágmata*, que muitos traduzem como “experiências” (Ibid., p. 130). O que é interessante nesses dois termos (*chrémata* e *prágmata*) é que eles mostram como o ser humano é atingido pelos eventos do mundo social. Assim, não só os eventos grandiosos (*érga megála*) merecem ser historiados, mas todo evento que se relaciona com o ser humano, obrigando-o a “agir” ou “padecer”.

A lição grega antiga pode nos servir de orientação sobre a reflexão em torno da noção de acontecimento. Nas palavras de Gilles Deleuze, “os acontecimentos se efetuam em nós, e esperam-nos e nos aspiram, eles nos fazem sinal (...)” (DELEUZE, 2009, p. 151). A noção importante que Deleuze associa a acontecimento é “efetuação”:

Em todo acontecimento existe realmente o momento presente da efetuação, aquele em que o acontecimento se encarna em um estado de coisas, um indivíduo, uma pessoa, aquele que designamos dizendo: eis aí, o momento chegou; e o futuro e o passado do acontecimento não se julgam senão em função deste presente definitivo, do ponto de vista daquele que o encarna (DELEUZE, 2009, p. 154).

Observar que o acontecimento é compreendido como um “presente definitivo” e, por que não, um presente que promoveu um impacto, pois afeta “o futuro e o passado de minha vida”. Nessa interpretação de Deleuze, o acontecimento deixa de ser algo fugidio (que só está em função da História): ele se entrelaça às nossas experiências diárias. Isso nos conduz à ideia de que o acontecimento do local apresenta-se com duas faces: “É por isso que não há acontecimentos privados e outros coletivos; como não há individual e universal, particularidades e generalidades. Tudo é singular e por isso coletivo e privado ao mesmo tempo, particular e geral, nem individual nem universal” (DELEUZE, 2009, p. 155). Acontecimento que não é um acidente, muito menos necessidade; ele foi produzido por um conjunto de forças sociais que estão em confronto com outro conjunto de forças sociais.

Se o evento é um fenômeno concreto do meio social, por outro lado o acontecimento é uma construção do historiador. Assim como vimos (acima) sobre os estratos do tempo, o acontecimento adquire sentido em uma determinada faixa. Ricoeur nos dá um exemplo;

(...) a morte de Felipe II só continua sendo um acontecimento importante devido à subintriga de “A política e homens” [na obra de Braudel]; ela tende para o não acontecimento, quando a colocamos na grande intriga da luta entre os gigantes políticos e na trajetória do declínio do Mediterrâneo, que só encontra sua conclusão relativa algumas décadas depois (RICOEUR, 2010a, p. 359).

Então, se um evento (a morte de Felipe II) torna-se acontecimento (através da prática historiográfica) ao nível do jogo político mais imediato, deixa de sê-lo em outro nível (na luta/declínio dos grandes Estado). Outro detalhe deve ser evidenciado aqui. O sujeito enunciativo (que em Ricoeur surge como “as preferências ideológicas”) também deve ser levado em consideração ao se evidenciar o acontecimento. “Amplitude” e “ritmos desejáveis” acabam por ser incorporados à explicação que “ordena acontecimentos e processos em narrativas” (RICOEUR, 2010a, p. 275). Essa problemática que surge em torno do acontecimento mostra como ele é um *constructo* da História: ao se estudar a História do local, precisamos nos conscientizar da importância de uma epistemologia Outra, na expressão de Adolfo Achinte.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como procuramos mostrar neste artigo, o resgate de uma autêntica historicidade do local é uma tarefa importante para os estudos históricos em sua atenção ao contexto social mais imediato. Por uma série de razões as tentativas de historicizar a vida do local têm enfrentado grandes obstáculos. Denunciamos que há uma razão histórica dominante por detrás desses obstáculos; os efeitos das relações de poder no seio da historiografia reproduzem esta razão (histórica) dominante apagando o que seria, de fato, a potencialidade de sujeitos subalternos. Por isso ensaiamos nessas considerações finais uma pequena reflexão da historicidade no contexto de espaços marginais, periféricos e invisibilizados.

A historicidade deve percorrer os traços de uma realidade efetiva; neste caso, através da historicidade a História se mostra não como entidade abstrata, mas como apresentação e afirmação do sujeito histórico: uma “*monstration de soi*” em um campo de lutas (MARCUSE, 1991, p. 318). Ao se mostrar através da historicidade, rompe-se com a invisibilidade característica desses seres objetificados pelo processo social dominador. A historicidade é uma forma de saber local, “forma de seu saber” e não um “saber sobre”. Já a face subjetiva desta historicidade se traduz em um “meu saber” que executou o conhecimento histórico e se transformou em consciência histórica. Portanto, a história concreta realizada no local só é interiorizada se a realidade efetiva adquirir inteligibilidade através da historicidade.

Ao libertar o objeto de sua obscuridade (o domínio que inclui o discurso “sobre”), a historicidade promove outra História na gênese de uma temporalidade singular do local. É desta forma que a inteligibilidade da História adquire concretude: só assim se pode falar de um *processos historique*. Se observarmos com atenção percebe-se que a historicidade é a porta de entrada do objeto na História; sem esta abertura o objeto corre o risco de estar apagado pela razão histórica dominante.

Com a historicidade liberta a própria História deixa de ser uma “ciência” do passado; não mais amarrada a determinações metafísicas (como no exemplo do hegelianismo) a “historicidade se caracteriza essencialmente como um modo determinado de futuro” (MARCUSE, 1991, p. 329). As tarefas a serem realizadas estão plantadas em seu solo tenso; por isso ela contém uma *advenir* que se “objetiva” em práticas auxiliadas pela consciência histórica.

Tais reflexões em torno da historicidade explicam sua pertinência nos estudos históricos. Por isso o programa de Homi Bhabha de “recuperar [as] histórias reprimidas” (BHABHA, 2013, p. 31). Isto quer dizer que na historicidade executada pelo historiador do local, não ocorre esta perigosa vigilância (nem mesmo como imanência) da razão histórica dominante. Vontades, anseios, ideais e toda uma gama do complexo subjetivo dos sujeitos locais são relocados em um processo de lutas. Trata-se de uma “historiografia do subalterno” no qual a temporalidade está intimamente associada a uma “agência transgressora” (BHABHA, 2013, p. 307, 308).

Sem esta associação e atenção aos pequenos detalhes (que afloram nesta transgressão), a historicidade pode estar prejudicada. Bhabha indica “um futuro intersticial, que emerge no entre-meio entre as exigências do passado e as necessidades do presente” (BHABHA, 2013, p. 346). Notar que essas “exigências do passado” já correspondem a uma postura epistêmica que rompe com a razão histórica dominante que glorifica o presente, pois realizou o passado: em Bhabha, o passado exige, ainda. Deve-se estar atento para que o presente desta História do local surja como algo tensionado; isto mostra que nasce a consciência de que “a História está sendo escrita” em um espaço de lutas no presente (BHABHA, 2013, p. 368).

Como se pode verificar, há em torno da historicidade liberta (das instâncias de dominação) uma postura epistemológica que concebe a história como criação. Bem ao estilo do pensamento de Castoriadis, a história representa a emergência de figuras singulares, Outras. Por isso o “tempo é isso mesmo, a manifestação do que algo diferente daquilo que é, se faz ser, e se faz ser como novo (...)” (CASTORIADIS, 1986, p. 220). O que se constata é uma História que pensa essas novas figuras de forma temporal, ou seja, “fazendo ser modos de ser (e de pensamento) outros” (CASTORIADIS, 1986, p. 237). Neste novo modelo interpretativo, a historicidade agora é sensível (percorre os contornos) ao novo.



REFERÊNCIAS

ACHINTE, Adolfo A. Epistemes “outras”: epistemes disruptivas? *Kula*, n. 6, Abril, 2012. Disponível em: <https://plarci.org>kula>issue>download>. Acesso em: 5/Setembro/2025.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. 2ª Ed. Tradução de Myriam Ávila, Eliana L. de L. Reis e Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 2ª Ed. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3ª Ed. Tradução de Maria de L. Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. 5ª Ed. Tradução de Luiz R. Salinas. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GUÉDON, Jean-Claude. El acceso abierto y la división entre ciência “principal” y “periférica”. *Crítica y Emancipación – Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*. Ano III, n. 6, 2º Sem., 2011. Disponível em:

https://www.clacso.org.ar/criticayemancipacion/detalle.php?id_libro=642

Acesso em: 10/Setembro/2025.

HEGEL, Georg W. F. *Introdução à história da filosofia*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2015.

KOJÈVE, Alexandre. *Introdução à leitura de Hegel*. Tradução de Estela dos S. Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre a história*. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma P. Maas e Carlos A. Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da PUC-Rio, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. *Uma latente filosofia do tempo*. Textos organizados por Hans U. Gumbrecht e Thamara de O. Rodrigues. São Paulo: Editora da UNESP, 2021.

MARCUSE, Herbert. *L'ontologie de Hegel et la théorie de l'historicité*. Traduit par Gérard Raulet et Henri-Alexis Baatsch. Paris: Gallimard, 1991.

MARTÍNEZ, Cynthia G. Ecos del pasado: prácticas de memoria histórica entre afrodescendientes en el Veracruz colonial. *Revista de História de América*, n. 169, p. 155-185, sept.- diciemb., 2024. Disponível em:

<https://www.revistasipgh.org/index.php/rehiam/article/view/5848/6548>

Acesso em: 5/Setembro/2025.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange R. de Oliveira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2020.

NOVAK, Maria da G.; NERI, Maria L.; PETERLINI, Ariovaldo A. (Orgs). *Historiadores latinos*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa I: a intriga e a narrativa histórica*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: wmf Martins Fontes, 2010a.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa III: o tempo narrado*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: wmf Martins Fontes, 2010b.



SEBASTIANI, Breno B. Ao conceito ciceroniano de história a partir das definições historiográficas gregas. *PHAOS*, n. 6, 2006.

Disponível em: file:///C:/Users/Cliente%20Especial/Downloads/esmeraldo,+Gerente+da+revista,+05_sebastiani.pdf

Acesso em: 15/Setembro/2025

TAYLOR, Charles. *Hegel: sistema, método e estrutura*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: É Realizações Editora, 2014.

UNTERSTEINER, Mario. *A obra dos sofistas: uma interpretação filosófica*. Tradução de Renato Ambrósio. São Paulo: Paulus, 2012.

ZIZEK, Slavoj. *Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético*. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013.



GÊNERO E PIRATARIA: UMA REVISÃO DE ESTUDOS DE ABORDAGEM

GÉNERO Y PIRATERÍA: UNA REVISIÓN DE LOS ESTUDIOS DE ENFOQUE

GÉNERO Y PIRATERÍA: UNA REVISIÓN DE LOS ESTUDIOS DE ENFOQUE

QUEIROZ, CAMILA ACOSTA

Doutoranda em História no Programa de pós-graduação em história da UFRS. Professora de história no Colégio Militar de Santa Maria

E-mail: camilaacosta1901@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar uma revisão sistemática em torno das formas como a historiografia tem produzido discussões sobre gênero através da observação do fenômeno da pirataria moderna e vice-versa. Aqui entende-se como pirataria moderna o fenômeno da predação marítima no Atlântico entre os séculos XVI e XVIII. Embora trate-se de uma proposta que não constitui uma tradição historiográfica consolidada, trata-se de uma ótica tangenciada desde a década de 1980, com mudanças substanciais nas formas de compreensão, análise e tratamento documental. Assim, o artigo busca mapear os diferentes trabalhos que discutem gênero no fenômeno da pirataria moderna, compreender as formas como foram desenvolvidos e identificar continuidades e mudanças nas formas de análise. Por fim, discute-se o perfil dos trabalhos interessados nesse recorte temático e o papel da historiografia brasileira nessas produções.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, Pirataria moderna, História atlântica, Historiografia.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es presentar una revisión sistemática de las formas en que la historiografía ha producido debates sobre el género a través de la observación del fenómeno de la piratería moderna y viceversa. Por piratería moderna se entiende aquí el fenómeno de la depredación marítima en el Atlántico entre los siglos XVI y XVIII. Aunque se trata de una propuesta que no constituye una tradición historiográfica consolidada, ha sido una perspectiva tangencial desde la década de 1980, con cambios sustanciales en las formas de entender, analizar y tratar los documentos. El artículo busca, por lo tanto, mapear los diferentes trabajos que discuten el género en el fenómeno de la piratería moderna, comprender las formas en que fueron desarrollados e identificar continuidades y cambios en las formas de analizarlos. Finalmente, discute el perfil de los trabajos interesados en esta área temática y el papel de la historiografía brasileña en estas producciones.

PALABRAS CLAVES: Gender, Modern piracy, Atlantic history, Historiography.

ABSTRACT

The aim of this article is to present a systematic review of the ways in which historiography has produced discussions on gender through the observation of the phenomenon of modern piracy and vice versa. Modern piracy is understood here as the phenomenon of maritime predation in the Atlantic between the 16th and 18th centuries. Although this is a proposal that does not constitute a consolidated historiographical tradition, it is an approach that has been taken since the 1980s, with substantial changes in the ways of understanding, analyzing and treating documents. Thus, the article seeks to map the different works that discuss gender in the phenomenon of modern piracy, understand the ways in which they were developed and identify continuities and changes in the forms of analysis. Finally, it discusses the profile of the works interested in this thematic area and the role of Brazilian historiography in these productions.

KEYWORDS: Gender, Modern piracy, Atlantic history, Historiography.

INTRODUÇÃO

Para além da construção e fortificação de suas instituições oficiais em terra, os impérios modernos foram caracterizados pela extensão de seus domínios através dos oceanos, sobretudo pelo Atlântico, por meio de suas ilhas e corredores de soberania no mar, conforme Lauren Benton (2010). O domínio desses espaços perpassou pelo conhecimento das rotas comerciais, marés e corredores de barlavento, que oportunizaram conexões marítimas mais ou menos eficientes do ponto de vista imperial. Por essa razão, as monarquias ibéricas, Holanda, Inglaterra, França e outros Estados mobilizaram suas forças marítimas por meio de disputas pelo conhecimento técnico de navegação e pelo domínio político e comercial do ultramar. Neste jogo, essas disputas não se limitaram às ações oficiais, corporificadas na figura de agentes dos impérios. A criminalidade, materializada por meio da predação marítima praticada por corsários e piratas, foi utilizada de maneira estratégica como recurso para minar os impérios inimigos.

Neste cenário, entre a segunda metade do século XVII e o início do século XVIII, grupos de piratas e bucaneiros que efervesceram pelo Atlântico diluíram progressivamente seus vínculos, antes estreitos, com uma coroa específica e passaram a agir em benefício próprio. Utilizando conhecimentos de navegação e legislação a seu favor, consolidaram o que hoje conhecemos como a Era de Ouro da Pirataria. Esses indivíduos, geralmente provenientes de classes subalternas, desenvolveram formas de organização e configurações culturais próprias, conceituadas por Linebaugh e Rediker (2008) como hidrarquia, o oposto complementar da força oficial institucional, o Estado marítimo. O ponto central dos autores em *A Hidra de muitas cabeças* (2008) é apresentar as ideias que circulavam pelo Atlântico inglês através de diferentes agentes, as quais, ao longo do tempo, deram origem a diferentes formatos de uma mesma classe trabalhadora multinacional, multiétnica e multicultural.

Sob essa perspectiva, os autores (2008, p. 157) argumentam que a pirataria moderna teve origem na oposição entre o Estado marítimo e a hidrarquia, isto é, entre o domínio imperial pelos oceanos e as atividades ilegais dos piratas, que agiam contra as coroas. Os grupos de piratas que circularam pelo Atlântico nos séculos XVII e XVIII, portanto, eram compostos majoritariamente por ex-trabalhadores das marinhas oficiais ou ex-corsários que se organizavam em benefício próprio, formando uma estrutura de organização particular. Dessa forma, unindo sua experiência em navegação com a coesão baseada em respeito, igualdade e afetividade, os trabalhadores marítimos passaram a se organizar em grupos independentes das coroas e a atuar nos oceanos de maneira ilegal diante das jurisdições imperiais.

Situamo-nos, portanto, em um período no qual os navios que partiam da Europa rumo à América e África circulavam por rotas marítimas mais ou menos estabelecidas em um sistema de produção e comércio que, incipientemente, conectava os continentes. O Atlântico, portanto, foi palco do fluxo de pessoas, produtos, costumes e ideias, a respeito dos quais se construiu – e constrói – o campo de conhecimento que David Armitage identificou como História Atlântica (2009). Isto é, o estudo dessas conexões entre continentes e as sínteses por elas produzidas. A interpretação de Linebaugh e Rediker, expressamente marxista thompsoniana, é intitulada por David Armitage (2014, p. 208) como “Atlântico Vermelho”, exemplificando as diferentes correntes interpretativas da história Atlântica desenvolvidas posteriormente ao clássico *The Black Atlantic* (1993) de Paul Gilroy.

Dentre os produtos e ideias que circularam pelo Atlântico, também se propagaram os costumes e as organizações sociais orientadas pelas relações de gênero, que se somaram à construção de relações e trocas entre os sujeitos. Como sugere Sarah M.S. Pearsall, observar outras facetas dessas conexões, para além da perspectiva das políticas institucionais ou internacionais, permite compreender a complexidade da História atlântica: “Em parte, há uma necessidade de tornar a História atlântica mais do que simplesmente a história do império em uma nova roupagem”ⁱ (PEARSALL, 2009, p. 151, tradução nossa). A autora ainda enfatiza que o gênero foi peça-chave não apenas para a formação do mundo atlântico britânico, mas também das derivações dessas conexões: “A adoção de uma abordagem atlântica para a história do gênero ilumina tanto a história do gênero quanto a história do mundo atlântico britânico” (PEARSALL, 2009, p. 153, tradução nossa)ⁱⁱ. Todavia, a produção historiográfica em torno das dinâmicas e disputas políticas e jurisdicionais que permeavam o atlântico moderno, com ênfase na pirataria e na predação marítima, raramente incluem debates em torno de questões de gênero. Assim, o próximo tópico se propõe a compreender a lógica de produção de conhecimento acadêmico em torno dessas questões.



GÊNERO E PIRATARIA: A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO GENERIFICADO SOBRE A PIRATARIA MODERNA

Em “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” (1995), como o título sugere, Joan Scott considera gênero como uma categoria de análise histórica. Assim, para a autora, devemos pensar gênero como um elemento estruturante de relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos e que representa, sobretudo, uma relação de poder (SCOTT, 1995, P. 86). Para entender como as diferenças sexuais edificam a organização social, a autora propõe desconstruir a naturalização dos conceitos de homem e mulher e observá-los como ideias históricas, portanto, mutáveis (SCOTT, 1995, P. 86).

A ideia de gênero carrega consigo diferentes interpretações que buscam abordar as várias camadas envolvidas nas relações que ela abrange. Uma delas é a masculinidade, ou as masculinidades. No Atlântico moderno, o termo “homens do mar” tinha razão de ser: um fator que uniformiza aqueles que se arriscavam na pirataria era o fato de que eram homens. Daniel Garrido Calixto em sua tese de doutorado *Las ordenanzas de corso y el marco de actuación corsario* (2016) aponta que na Idade Moderna o pirata era um indivíduo que desenvolvia sua existência em um ambiente espacialmente alterado, sensível e sempre rodeado por mais homens (CALIXTO, 2016, p. 217). Peter Leeson, em *The Invisible Hook* (2009), faz uma afirmação um tanto exagerada de que os grupos piratas modernos eram “comunidades movidas pela testosterona” (LEESON, 2009, p. 174, tradução nossa).

Raewyn Connell (2000, p. 16-17) aponta que há dificuldades em conceituar masculinidade e que os usos do termo podem se centrar em noções simplificadas das relações de gênero. “Se queremos falar sobre homens, por que recorremos a um conceito tão difícil de definir, como o de masculinidade? Pergunta a pesquisadora (CONNELL, 2000, p. 17). Connell encontra uma boa resposta para essa questão. A autora argumenta que, ao abordar um grupo de homens, pressupõe-se a distinção em relação ao grupo de “mulheres”, uma vez que um define o outro por meio de uma relação dialética, inscrita, portanto, nas relações de gênero de uma determinada sociedade. Qualquer recurso conceitual que utilizemos acaba refletindo o movimento dos sujeitos na criação e manutenção dessas configurações, tanto em níveis materiais quanto discursivos. Abraçar o conceito de masculinidade significa nomear conjuntos de práticas que são orientadas pelas relações de gênero e socialmente categorizadas por elas. Como já se atenta o prefácio de *História da Virilidade* (2013), esta última é “histórica como ela é, inevitavelmente, antropológica” (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, 2013, p. 9).

Pesquisadores e pesquisadoras já se propuseram a relacionar gênero e pirataria moderna desde 1983, de maneiras bastante distintas. No entanto, essas produções são pontuais e ainda não constituem o que se pode chamar de tradição historiográfica. Esses trabalhos são incipientes e raramente dialogam com as produções teóricas em torno do gênero, desde a própria ideia de seu uso enquanto categoria analítica, seja discutindo teorias mais recentes, como a teoria queer. Por um lado, as barreiras para desenvolver esse tipo de pesquisa são características dos estudos historiográficos que abordam temáticas pouco populares. Por outro lado, cria-se a oportunidade de contribuir para a construção de conhecimento histórico em torno dessa proposta interpretativa. As próximas páginas são dedicadas a apresentar um levantamento desses trabalhos e uma análise em relação a forma como esse conhecimento foi produzido. Embora se trate de poucas produções, é possível observar padrões nos trabalhos produzidos e em suas formas de abordagem. A partir desses critérios, identifiquei cinco diferentes tipos de produções, que nomeei aqui como trabalhos precursores, paralelos, revisores, direcionadores e práticos.

PRECURSORES

Em 1983, Barry Richard Burg, na época professor de história da Arizona State University, publicou pela primeira vez a obra que abriu portas para considerar que a sexualidade e o gênero eram elementos que faziam parte da vida dos sujeitos envolvidos no fenômeno da pirataria moderna. *Sodomy and the Pirate Tradition: English Sea Rovers in the Seventeenth-Century Caribbean*, editada e publicada pela New York University Press, surgiu a partir do contato de Burg com a produção de Alfred Kinsey (1948), cujo trabalho investigava os comportamentos sexuais de homens em ambientes de socialização homosociais logo após a II Guerra, além de seu interesse de estudo pela pirataria, através da obra de Exquemelin (1678). Por seu caráter precursor, o trabalho de Burg deve ser encarado dentro de sua relevância para o debate. Entretanto, é necessário colocá-lo em perspectiva ao cenário político que envolveu sua produção e a forma como foram construídas suas análises, a fim de usar esse trabalho mais como um ponto de partida do que uma obra com fim em si mesma.

Sodomy é dividida em quatro capítulos. No primeiro, Burg apresenta um panorama em torno da relação da sociedade e as legislações da Inglaterra no período da dinastia Stuart com questões que envolviam sodomia. A premissa subjacente a



toda a obra é a de que comportamentos homossexuais alternativos serão uma marca em sociedades nas quais os comportamentos homossexuais são percebidos de formas variadas e encarados pela sociedade de maneiras diferentes. Burg afirma isso a partir de análises tanto de legislações estipuladas no período da dinastia Stuart quanto de casos de julgamentos de pessoas condenadas por sodomia (BURG, 1995, P. 41). Sob essa lógica, Burg observa diferentes relações de mais ou menos tolerância em relação a sodomia. Burg argumenta que é possível observar o fenômeno da sodomia na pirataria a partir da chamada perspectiva da reação social (BURG, 1995, P. 41), uma abordagem metodológica característica dos estudos da psicologia, para a qual Burg se baseia em pesquisadores como Kenneth Plummer (1975), Edwin M. Schur (1971) e John I. Kitsuse (1961). Ou seja, para traçar uma análise histórica e social, Burg utiliza recursos que se localizam muito mais no campo da psicologia do que da história ou ciências sociais. A obra oferece análises de relatos de viajantes que circularam pelo Caribe inglês na segunda metade do século XVII e apresenta o que Burg caracteriza como “atitudes tolerantes em relação ao comportamento homossexual” (BURG, 1995, P. 41. Tradução nossa)ⁱⁱⁱ. Isto é, ele observa as relações sociedade da metrópole inglesa com a sodomia e busca sinais dessas relações em suas colônias na América.

Ao longo da obra, Burg constrói pontes entre a homosociabilidade característica dos grupos piratas e aquela característica das comunidades carcerárias. De acordo com o raciocínio de Burg, ambas comunidades compartilham de possibilidades de relações sexuais semelhantes: “A masturbação solitária, fantasias, sonhos sexuais noturnos e contato sexual com membros do mesmo sexo são suas alternativas” (Burg, 1995, P. 108. Tradução nossa)^{iv}.

A lógica de Burg é bastante evidente e assertiva. Usando a abordagem que relaciona prisões e navios, a obra assume que na medida em que a ordem de custódia nas prisões é reduzida, a atividade sexual aumenta. Neste contexto, Burg trata ora de condenações da Inglaterra dos setecentos, ora de prisões contemporâneas. Seguindo seu raciocínio, uma vez que mais isolamento é sinônimo de maior contato homossexual, Burg assume que as relações homossexuais eram inerentes aos grupos piratas, por se tratarem de comunidades isoladas em alto mar. Isto é, uma vez que as atividades sexuais não-solitárias disponíveis aos piratas e encarcerados eram tão somente as homossexuais – no raciocínio de Burg –, a resposta lógica é que nessas comunidades, portanto, todas as relações são inerentemente homossexuais ((Burg, 1995, P. 108-111). Conforme Burg:

A relação entre homens com preferências homossexuais e homens que participavam de condutas homossexuais na ausência de oportunidades para compromissos heterossexuais ou por insatisfação com as alternativas solitárias ou não sexuais disponíveis, exerceu influência considerável nas taxas de contato homossexual. (BURG, 1983, P. 111. Tradução nossa)^v

Burg traça uma análise quase psicológica dos piratas e assume que um suposto tédio na vida em alto mar aumentava a possibilidade de relações homoeróticas em razão da falta de diversões alternativas (BURG, 1983, P. 109-110). Mas não apenas o cotidiano tedioso teria influenciado tais contatos, o consumo de álcool e o clima caribenho, no raciocínio de apresentado, também pode ter levado a situações propícias ao contato sexual (BURG, 1983, P. 110).

Observar Sodomy em perspectiva com seu contexto de produção permite compreender as intenções de Burg com a obra. Sodomy foi escrita nos Estados Unidos da década de 1970, um período chave para a luta pelos direitos da comunidade gay – que décadas depois seria incorporada a sigla contemporânea LGBTQIAP+ –, além disso, os debates em torno das perspectivas feministas também fervilhavam nas academias. Burg, a partir de sua posição como pesquisador das humanidades nesse período, se inseriu nos debates em voga e trouxe sua contribuição. No prefácio da segunda edição de Sodomy (1995), podemos observar essa relação entre academia e sociedade que marca a obra. Burg identifica que no período de produção da primeira edição de Sodomy a pesquisa historiográfica em torno de gênero e sexualidades, sobretudo homossexualidade, ainda estava dando seus primeiros passos. Burg atribui isso a dois fatores, primeiro à uma suposta falta de documentações que tratassem desses grupos subalternos, e em segundo lugar, um desencorajamento, por parte dos acadêmicos, para construir pesquisas sobre temáticas do tipo. Conforme indica Burg:

Ao contrário dos acadêmicos de outras disciplinas que investigaram assuntos homoeróticos, no entanto, os historiadores pareciam ter pouco com que trabalhar. Enquanto antropólogos, sociólogos, psicólogos e estudiosos da literatura tiveram seu trabalho de campo, investigações clínicas ou textos, a natureza oculta da homossexualidade durante grande parte do passado aparentemente deixou os historiadores desprovidos de fontes. A pesquisa sobre homossexualidade também foi desencorajada por estudiosos



seniores que aconselharam seus alunos que escrever sobre um fenômeno tão bizarro poderia condenar suas perspectivas futuras. (BURG, 1995, P. XVII. Tradução nossa)^{vi}

E segue:

O desejo da maioria dos historiadores de localizar e contextualizar a homossexualidade dentro do âmbito da experiência humana comum foi, em parte, responsável pela relutância. Do ponto de vista dos historiadores, parecia que as interações homoeróticas de todos os homens condenados e das populações de asilo eram melhor deixadas como reserva exclusiva dos sociólogos. Além disso, a concentração em populações criminosas ou patológicas era incompatível com o foco esperado dos estudiosos "gays afirmativos" que tinham chegado a dominar a história do homoerotismo. (BURG, 1995, P. XXI. Tradução nossa)^{vii}.

Por se posicionar contrário tanto aos acadêmicos que não assumiam a relevância desses debates quanto às tradições historiográficas que não consideravam tais questões, sobretudo a escola metódica, Burg não apresenta seu trabalho como história. Indica que seu objetivo com *Sodomy* não era reconstruir um fragmento do passado, mas sim “descobrir a coerência em um pequeno segmento da sociedade humana, o grupo masculino estritamente definido” (BURG, 1995, P. XL. Tradução nossa)^{viii}. Isto é, depois de construir uma perspectiva em torno de como os piratas lidavam com a sexualidade e possíveis práticas em torno disso, Burg diz que, por se basear mais em teorias da psicologia e sociologia que na hermenêutica historiográfica em si, ele utiliza o passado, mas não lida com ele (BURG, 1995, P. XLI).

Apesar das críticas e propostas de Burg, foi somente em 1999 que nasceu outro trabalho que propôs observar a pirataria a partir da ótica do gênero. *Rum, Sodomy and the Lash* também foi publicada pela New York University Press, com autoria do pesquisador estadunidense Hans Turley e cujo recorte abrange a Inglaterra e o Atlântico Inglês dos séculos XVII e XVIII. Embora os estudos de gênero na historiografia já tivessem avançado consideravelmente em relação aos anos 70 – Joan Scott publicou *Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history* em 1989, por exemplo – *Rum* entra em cena ainda durante esse período de autoafirmação desses estudos, semelhante a proposta de *Sodomy*. Por essa razão a obra é definida pelo autor como uma história não tradicional, alternativa (TURLEY, 1999, P. 5).

O trabalho de Turley foi influenciado, em grande parte, pelo ensaio de Christopher Hill, *Radical Pirates?* (1986). Neste texto, Hill encara os piratas da idade moderna como dissidentes tanto economicamente quanto em relação aos costumes cristãos. Turley, propõe que além dessas dissidências, as comunidades de piratas e bucaneiros da região do Atlântico eram também transgressoras sexuais frente aos padrões ingleses.

O objetivo de Turley é menos reconstruir as relações de gênero na pirataria moderna que compreender a construção e repercussão de uma imagem, segundo ele, erotizada e heroizada dos piratas ao longo dos séculos que sucederam a era dourada da pirataria (TURLEY, 1999, P. 22). Para isso, o autor se atenta aos modos como a história e a ficção se fundiram na representação do pirata no início do século XVIII e ao longo dos últimos três séculos. Turley discorda tanto do que Burg propõe em *Sodomy* (1983) quanto do que aponta Marcus Rediker em *Between Devil and the Deep Blue Sea* (1987), e propõe compreender os piratas do século XVII e XVIII como sujeitos simultaneamente desviantes econômica, cultural e sexualmente e cujos desvios foram retratados na literatura posterior, que, por sua vez, fundiu ficção e realidade e construiu uma figura nova.

Sob essa perspectiva, o autor indica que o objetivo de *Rum* é duplo: analisar as formas como a literatura do século XVIII retratou os piratas do período e como essa imagem repercutiu de maneira a se associar a uma imagem de criminoso e o anti-herói romantizado nos séculos seguintes (TURLEY, 1999, P. 17). Assim, a grande tese da obra se ancora na ideia de que os piratas retratados na literatura, especificamente em *Robinson Crusoe* (1719), *Captain Singleton* (1720) e *General History of the Pirates* (1724), são descritos como anti-heróis, transgressores culturais e econômicos e hiper-masculinos. (TURLEY, 199, P. 15-16)^{ix}.

Turley apresenta um panorama sobre como a vida no mar foi retratada pela literatura e pelos panfletos do início do século XVIII, assim como as formas como essas perspectivas foram recebidas pelos leitores do período. Turley articula a tese de seu trabalho através do conceito de *piratical subject*. Conforme o autor:



O "piratical subject" é meu termo para a fusão do pirata legalmente definido – *hostis humani generis* ou *homo economicus*– e do pirata culturalmente reverenciado, um sujeito hipermasculino, transgressivo, desejoso. Através de representações históricas e fictícias do pirata, estas duas representações se fundiram no anti-herói - o piratical subject - amado por gerações de leitores. (TURLEY, 1999, P. 24, Tradução nossa)^x.

Para desenvolver essa ideia, Turley (1999) usa recursos semelhantes aos de Burg (1983). Ambos autores apresentam uma abordagem semelhante para observar a sexualidade e o gênero na pirataria moderna, que aqui chamo de perspectiva do mimetismo terra-mar. Ambos recorreram a vínculos entre as comunidades piratas em alto mar e algum outro grupo social em terra, identificaram uma determinada forma nesse último e tentaram observar essa forma na pirataria sem critérios teórico-metodológicos. Enquanto observamos isso em Burg com os piratas e a população carcerária, que sequer inclui um recorte temporal, é possível observar em Turley em relação aos piratas e aos sodomitas na Inglaterra do século XVIII. De acordo com o autor, conforme o pirata era um indivíduo definido pelo seu desejo antinatural de viver e de desfrutar em um mundo homosocial violento e transgressivo, o sodomita, por sua vez, também era definido por desejos não naturais, mas essencialmente sexuais. Evidentemente, Turley extrapola as definições de pirata como aquele que comete crimes em alto-mar, uma definição profundamente circunstancial para a idade moderna, e adentra outros campos para construir sua definição de pirataria.

Ao tempo que identificamos isso em Burg com os piratas e a população carcerária, que sequer inclui um recorte temporal, é possível observar em Turley em relação aos piratas e os sodomitas na Inglaterra do século XVIII. De acordo com o autor, conforme o pirata era um indivíduo definido pelo seu desejo antinatural de viver e de gozar em um mundo homosocial violento e transgressivo, o sodomita, por sua vez, também era definido por desejos não naturais, mas essencialmente sexuais. Evidentemente, Turley extrapola as definições de pirata como aquele que comete crimes em alto-mar, uma definição profundamente circunstancial para a idade moderna, e adentra outros campos para construir sua definição de pirataria. De acordo com o autor:

Esta representação paradoxal da identidade pirata pode iluminar nossa compreensão do sodomita do início do século XVIII. Tanto o pirata quanto o sodomita são, em certo sentido, fora-da-lei. Entretanto, o sodomita é um membro da sociedade - não como o pirata, que se autoconscientemente se retira da sociedade. O sodomita realiza suas transgressões em segredo, com medo de ser descoberto e arruinado ou, pior ainda, condenado e executado. O sodomita é o criminoso sexual feminino, efeminado. O barba negra também é um criminoso, mas seus crimes são explicitamente econômicos. Na superfície, a sexualidade do Barba Negra é retratada como excessivamente masculina. Sua hipermasculinidade impede qualquer suspeita de que ele possa se entregar à sodomia. (TURLEY, 1999. P. 19-20. Tradução nossa)^{xi}.

Ou seja, na tentativa de afirmar gênero e pirataria como objetos de estudo válidos, ambos recorreram a aproximações com grupos que tivessem alguma característica em comum com os grupos piratas e que dispusessem de um grau maior de documentação e, através da análise desse primeiro grupo, replicaram tais padrões, em maior ou menor grau, para a pirataria. Neste perfil de raciocínio, trata-se de replicar forma: uma vez que o sodomita é culturalmente transgressor, o pirata, culturalmente transgressor, também será um sodomita. Uma vez que as populações carcerárias homosociais apresentam taxas de relações homossexuais, os piratas, comunidades homosociais, também apresentarão relações homossexuais.

Ambos autores apresentaram propostas semelhantes e enriquecedoras: a ideia de que grupos piratas transgrediram as normas sociais e desenvolveram formas de socialização particulares não apenas em termos de jurisdição, mas em diferentes esferas, sobretudo a de gênero^{xii}. Todavia, nem Burg nem Turley definiram estudos comparativos como objetivos de seus trabalhos. Portanto, construir conhecimento em torno de gênero e pirataria como uma espécie de satélite de outros recortes temporais, geográficos e temáticos, além de restringir a produção de conhecimento em torno do tema, pode apontar para direções equivocadas e limitadoras. Apesar das problemáticas de tais abordagens, ambos trabalhos representaram obras reconhecidas entre historiadores da pirataria moderna e reverberaram de maneiras diferentes, tornando-se peças chave para adentrar na temática de gênero na pirataria.



PARALELOS

Além do avanço nos estudos de gênero nas últimas três décadas, os estudos sobre pirataria avançaram em paralelo, resultando em uma diversidade de livros, teses e dissertações que observaram esse fenômeno por meio de diferentes perspectivas e em diferentes escalas, ora mais panorâmicas, ora mais pontuais. Em obras com esse viés panorâmico, muitas vezes existe um pequeno espaço, um subcapítulo ou um tópico dentro de um subcapítulo, destinado a gênero e pirataria. Por essa razão, considero esses trabalhos como paralelos. Entre essas obras estão: *Chocolate, piratas e outros malandros* (1999), *The Many-Headed Hydra: Sailors, Slaves, Commoners, and the Hidden History of the Revolutionary Atlantic* (2000), *Villains of All Nations* (2004), *The Invisible Hook: The Hidden Economics of Pirates* (2009), *The Sea: A Cultural History* (2011), *Pirate Nests and the Rise of the British Empire, 1570-1740* (2015) e *Pillaging the Empire: Global Piracy on the High Seas, 1500-1750* (2016).

Os conteúdos desses textos, via de regra, não constituem análises historiográficas em torno das relações de gênero na pirataria. Seu conteúdo se volta muito mais para mencionar rapidamente e de forma geral a existência das relações de *matelotage*^{xiii} e a presença das mulheres piratas Anne Bonny e Mary Read, quando muito, narram suas trajetórias. As relações entre gênero e pirataria, nesses trabalhos, são abordadas de maneira acessória, sobretudo em função dos objetivos panorâmicos de seus autores. Essa abordagem, por um lado, não apresenta grandes avanços em termos de análises sobre as temáticas. No entanto, por outro lado, indica a relevância dessas questões para compreender as formas como as comunidades piratas modernas se organizavam. É importante destacar que a produção historiográfica sobre pirataria, especialmente a internacional, com ênfase na academia anglófona, já produziu e continua produzindo diferentes obras sobre o tema. Obras coletivas, trabalhos de síntese e grandes estudos panorâmicos cumprem essa tendência ao abordar gênero e pirataria pontualmente. Dentro dos meus limites como pesquisadora, não tive acesso a todas as produções recentes sobre pirataria para além das obras supracitadas e das demais produções mencionadas neste trabalho. Isso se dá por razões diversas, portanto é bastante provável e bem-vindo que pesquisas futuras dedicadas a essa temática acrescentem outras obras e perspectivas, o que contribuirá para avançar nesses debates.

REVISORES

Um conjunto de três resenhas forma o bloco de trabalhos que intitulo como revisores, aqueles cujas perspectivas agregam aos trabalhos dos autores precursores supracitados. Como os autores dessas revisões não têm gênero e pirataria como suas temáticas de pesquisa centrais, trata-se de reflexões paralelas às quais os autores e a autora se dedicam em seus trabalhos principais. Ao contrário dos trabalhos classificados no grupo anterior, estes se diferenciam relativamente entre si.

Em 1985, Luiz Mott publicou pela *Nieuwe West-Indische Gids/New West Indian Guide* uma resenha da obra de Burg intitulada *Reviewed Work: Sodomy and the Pirate Tradition: English Sea Rovers in the Seventeenth-Century Caribbean* by B.R. Burg. Além de apresentar a obra rapidamente, Mott (1985, p. 264-265) identifica imediatamente a grande problemática da obra de Burg: as lacunas documentais e os anacronismos em relação à bibliografia. Nessa perspectiva, Mott sustenta que o maior avanço de Sodomy foi partir da premissa de que a homossexualidade é fruto de um conjunto de diferentes e complexos fatores, e que a historiografia, assim como as demais ciências, não deve encarar esse tipo de relação como uma patologia inerente aos sodomitas do passado ou aos gays contemporâneos, mas como uma “variante de expressão sexual inerente ao comportamento humano normal” (MOTT, 1995, p. 265, tradução nossa)^{xiv}.

Em relação ao trabalho de Turley, foram produzidas três resenhas com maior alcance: uma publicada em 2000 por Kris Lane, outra em 2001 por Marcus Rediker, e outra em 2012 por Kathryn R. King^{xv}. Rediker identifica as lacunas na documentação características de Rum e inicia seu texto com críticas contundentes^{xvi}. O autor finaliza sua revisão indicando que Rum é uma obra que explora temáticas com grandes potenciais de pesquisa. Kris Lane aponta uma qualidade dupla em Rum: por usar fontes literárias, o trabalho de Turley pôde indicar direcionamentos e possibilidades tanto para pesquisadores do campo da história quanto do campo da literatura. Lane, que encara a pirataria como um fenômeno global na Idade Moderna, critica o anglocentrismo de Turley, que interpreta as configurações da pirataria inglesa como regra para as demais. Por fim, o texto de King faz parte da introdução ao volume que homenageou Turley, e indica a relevância do trabalho ao rejeitar dicotomias entre pirata masculino e sodomita efeminado, propondo interpretar como a literatura construiu uma imagem ambivalente da figura do pirata moderno. É importante notar que Lane e Rediker são autores especializados na pesquisa sobre pirataria. Suas obras *Pillaging the Empire: Global Piracy on*



the High Seas, 1500-1750 (2016) do primeiro autor, e *Between Devil and the Deep Blue Sea* (1987) e *Villains of All Nations* (2004) do segundo, marcaram a forma de pensar a pirataria moderna e a vida no mar. A existência das resenhas de Lane e Rediker atesta que a temática recebe atenção dos autores especializados em pirataria e, mesmo que de forma parcial, se insere em suas perspectivas de entendimento do fenômeno.

DIRECIONADORES

Os trabalhos de Laura Rosenthal (2012) e Claire Jowitt (2004) são aqui classificados como direcionadores em razão de que eles não apenas analisam os trabalhos sobre gênero e pirataria já produzidos, como fazem os autores das resenhas, mas seu objetivo é identificar um panorama sobre esse objeto e indicar caminhos para as pesquisas em torno dele. Semelhante aos revisores, os textos em questão tratam de temáticas paralelas às principais linhas de pesquisa das autoras.

Em 2004, Jowitt publicou 'Parrots and Pieces of Eight': Recent trends in pirate studies, artigo no qual propõe apresentar uma espécie de "estado da arte" anglófono em torno dos estudos culturais na pirataria. Semelhante ao trabalho de Turley, a autora também identifica que a raiz das interpretações de piratas como transgressores culturais se localiza no ensaio de Christopher Hill (1986). Além disso, considera os trabalhos de Burg e Turley como obras que ampliaram o alcance do trabalho de Hill até a esfera do gênero. A autora então passa a indicar as maneiras como piratas foram retratados na literatura, desde Exquemelin até Shakespeare, de maneira que "[...] a pirataria era endêmica à cultura renascentista: como tempestades e ventos, era um dos perigos do mar" (JOWITT, 2004, P. 8. Tradução nossa)^{xvii}. A autora indica que, para além dos estudos envolvendo literatura, as pesquisas que observaram as formações dos impérios da idade moderna a partir da perspectiva da pirataria também ganharam relevância na academia anglófona. Nessa linha, de acordo com Jowitt, conforme os estudos envolvendo as construções das identidades na idade moderna crescem, também se observa uma margem cada vez maior para estudos que envolvam identidade, gênero e pirataria na idade moderna.

Em 2012, Laura Rosenthal publicou *Cultural Studies and Pirate Studies: Straight on 'til Morning* no volume da *Literature Compass* dedicado à memória de Hans Turley. Rosenthal diagnosticou diferentes ataques aos estudos culturais na academia anglófona e uma alta taxa de abandono nos cursos de humanidades no período. Como solução, a autora propõe visitar e trazer à tona assuntos como aqueles abordados por Turley^{xviii}. Rosenthal indica que "Os estudos culturais abriram a possibilidade de explorar objetos antes negligenciados e, em muitos casos, desprezados. Turley foi um dos pioneiros deste tipo de trabalho em estudos do século XVIII, uma decisão que lhe trouxe sucesso, mas também alguns desafios" (ROSENTHAL, 2012, P. 384-385. Tradução nossa.)^{xix} Rosenthal indica, portanto, que o que ela define como *pirate studies*, sugere diferentes maneiras de compreender os significados de elementos culturais nas próprias sociedades em que estavam inseridos ou eram excluídos deliberadamente. Ou seja, a autora está interessada muito mais no objeto que Turley propõe, sexualidade e gênero na pirataria, do que no estudo que ele desenvolve em si.

Semelhante aos revisores, os textos em questão tratam de temáticas paralelas às principais linhas de pesquisa das autoras. Ambos os trabalhos respondem muito menos a problemas de pesquisa sobre pirataria e gênero do que aos debates em voga no momento de sua produção envolvendo a academia de humanidades anglófona e os estudos culturais.

PRÁTICOS

Por último, classifico os trabalhos de Erin Mackie (2009), Sarah Chrysler (2013) e Nicole Keegan (2021) como práticos, isto é, eles encaram a tarefa de produzir análises que colocam gênero e pirataria de maneira central em suas pesquisas. *Fight Like a Man or be Hang'd Like a Dog: Gender, Class, and Material Culture During the Golden Age of Piracy* (2013) de Chrysler tem como foco as mulheres piratas Anne Bonny e Mary Read. A autora busca analisar as diferenças entre elas e como ambas foram compreendidas pela sociedade inglesa do período. Através disso, a autora consegue perceber nuances das relações de gênero e classe na Inglaterra do século XVIII. Chrysler propõe compreender a trajetória de vida das piratas além da ideia de amantes ou vítimas, e sim como agentes das dinâmicas políticas que se desenhavam na Idade Moderna. A autora compreende que as piratas desempenharam e representaram características que poderiam ser atribuídas tanto à figura masculina quanto à feminina. No entanto, apesar de todas as exceções, Bonny e Read eram mulheres comuns da época, cujas trajetórias peculiares foram moldadas por ambições completamente comuns para as classes subalternas do século XVIII: bens, oportunidades e uma vida razoável.



Em *Rakes, Highwaymen, and Pirates: The Making of the Modern Gentleman in the Eighteenth Century* (2009), Mackie se atenta ao desenvolvimento da autoridade masculina na Idade Moderna inglesa, baseada na hierarquia de gênero que culmina no poder patriarcal e em concepções específicas de honra, virtude, boas maneiras, entre outras convenções. A singularidade do trabalho da autora é que seu objeto de estudo se concentra não nas figuras com poder hegemônico, mas naqueles considerados moralmente transgressores, como os libertinos e os piratas. Mackie identifica que o surgimento da masculinidade moderna na Inglaterra e as negociações culturais que a acompanharam foram construídas tanto por sujeitos que agiram dentro da normatividade quanto por dissidentes.

Por fim, *Men and Matelotage: Sexuality and Same-Sex Relationships within Homosocial Structures in the Golden Age of Piracy, 1640-1720* (2021) de Keegan, é um dos trabalhos mais recentes que abordam gênero e pirataria até a escrita deste texto. A autora se atenta às relações de matelotage nos meios sociais dos navios piratas e, para isso, faz uso tanto da literatura quanto de processos judiciais, ambos remetentes à Inglaterra do século XVIII. Keegan busca definir os contornos dos vínculos e relacionamentos entre homens dentro da estrutura homosocial do navio pirata, contrapondo a ideia de Burg (1983) de que essas relações eram inerentemente sexuais. Sua tese é de que as relações sexuais entre homens marinheiros foram relegadas a uma subcultura da sexualidade pirata. Keegan (2021) acredita que isso ocorre como fruto de uma continuidade entre as relações sociais em terra e no mar, mas não de maneira mimética. Ou seja, na medida em que legislações inglesas que criminalizavam a homossexualidade e a sodomia se estendiam até suas colônias na América, Keegan observa uma continuidade da intolerância culturalmente promulgada também naqueles que “viraram suas costas” para o Império.

Diante disso, essa classificação evidencia a diversidade de abordagens sobre gênero e pirataria moderna, destacando avanços e lacunas no campo. Enquanto os precursores abriram caminhos pioneiros, os paralelos trataram o tema de forma acessória, e os revisores contribuíram com críticas e reflexões pontuais. Os direcionadores mapearam o estado da arte e sugeriram direções futuras, enquanto os estudos práticos trouxeram análises mais aprofundadas e metodologicamente robustas. Essa diversidade reflete um campo em construção, que carece de maior articulação entre as abordagens. Para consolidar essa área de estudos, é essencial superar fragmentações, integrando profundidade analítica e interdisciplinaridade, e avançar em pesquisas que centralizem gênero e pirataria em suas investigações.

DIRECIONAMENTOS FINAIS

A presente revisão sistemática destaca as contribuições e limitações da produção historiográfica acerca da interseção entre gênero e pirataria moderna, enfatizando como esse tema foi tangenciado por abordagens teóricas e metodológicas desde a década de 1980. Identificou-se que, apesar de não constituir uma tradição consolidada, a análise de gênero como categoria central possibilita uma compreensão mais abrangente das dinâmicas sociais que emergiam no atlântico moderno. Trabalhos pioneiros, como os de Burg e Turley, abriram caminhos importantes, mas também apresentaram lacunas que motivaram críticas posteriores e novas abordagens. A análise de diferentes perspectivas – de precursores a estudos mais recentes – revela padrões recorrentes, como a dificuldade em superar leituras miméticas e as limitações impostas por um corpus documental fragmentado. Ao mesmo tempo, a crescente atenção a questões de masculinidades e a ampliação dos estudos sobre gênero na historiografia global oferecem oportunidades para um avanço interpretativo.

No Brasil, a escassez de trabalhos específicos sobre gênero e pirataria reflete tanto a dificuldade em acessar e integrar a vasta bibliografia internacional quanto a necessidade de fortalecer estudos marítimos e atlânticos sob novas perspectivas teóricas. A historiografia nacional, apesar de consolidada em outros campos, ainda aborda questões de gênero de maneira limitada quando relacionadas a história atlântica e os estudos sobre predação marítima. Isso cria um cenário de grandes possibilidades para pesquisadores interessados em explorar as complexas relações de gênero, sexualidade e masculinidades no contexto atlântico, alinhando-se aos avanços globais e contribuindo para a construção de uma historiografia brasileira mais diversa e conectada a debates contemporâneos.

Dada a natureza ainda pioneira desses estudos, os direcionamentos futuros devem buscar integrar análises de gênero às abordagens historiográficas já consolidadas no Brasil, explorando as formas como as relações sociais no mar dialogam com os contextos culturais e políticos em terra. A ampliação desse campo de pesquisa não apenas enriquecerá a historiografia nacional, mas também permitirá contribuir de forma original para os debates globais sobre os vínculos entre gênero e organização social em comunidades.



REFERÊNCIAS

- ARMITAGE, David. “Três conceitos de história atlântica”. *História Unisinos*, v. 18, n. 2, 2014. p. 206-217.
- BAJATTA, Andrés Ulpiano Alba. *El Pirata Imaginario: Charles Johnson Y La Representación Histórica De La Piratería*. Dissertação de mestrado em História. Centro de Investigación y Docencia Económicas - CIDE. Cidade do México, 2018.
- BENTON, Lauren. *A Search for Sovereignty: Law and Geography in European Empires, 1400 – 1900*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- BLAKEMORE, Richard. Thinking outside the gundeck: maritime history, the royal navy and the outbreak of British civil war, 1625-1642. *Historical Research*, v. 87, n. 236. p. 251-274. Maio, 2014. Disponível em Blakemore Thinking Outside the Gundeck.pdf (reading.ac.uk). Acesso em 28 de out 2023.
- BURG, B. R.; BURG, B. R. *Sodomy and the pirate tradition: English sea rovers in the seventeenth-century Caribbean*. 2ª Ed. New York: New York University Press, 1995.
- CALIXTO, Daniel Garrido. *LAS ORDENANZAS DE CORSO Y EL MARCO DE ACTUACIÓN CORSARIO*. Tese de Doutorado, Universidad Carlos III de Madrid, Madrid, 2016.
- CHRYSLER, Sarah Jeanne. *Fight Like a Man or be Hang'd Like a Dog: Gender, Class, and Material Culture During the Golden Age of Piracy*. History and Archaeology, Wesleyan University, Middletown, 2013.
- CONNEL, Raewyn. *Masculinities*. 2ª Ed. Los Angeles: Califórnia Press, 2005.
- CONNEL, Raewyn. *The men and the boys*. 1ª Ed. Sidney: Allen & Unwin, 2000.
- COSTA, Nicássio Martins da. *Navegando em águas perigosas: A abordagem literária e a construção de estereótipos dos piratas caribenhos do Setecentos*. Dissertação de mestrado em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. São Leopoldo, 2016.
- FARGE, Arlette. Virilidades populares. In: CORBIN, Alain; COURDINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs). *História da virilidade*. (1. A invenção da virilidade, da antiguidade às Luzes). Petrópolis: Ed: Vozes, 2013. P. 495-523.
- FOX, Edward Theophilus. “‘Piratical Schemes and Contracts’: Pirate Articles and Their Society 1660-1730”. Tese de doutorado em Philosophy in Maritime History. University of Exeter. Londres, 2013.
- GINZBURG, Carlo; TEDESCHI, John; TEDESCHI, Anne C. *Microhistory: Two or three-things that I know about it*. *Critical Inquiry*, v. 20, n. 1, p. 10-35, 1993.
- HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: Ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HILL, Christopher. ‘Radical Pirates?’. In. *Collected Essays*, vol. 3. Amherst: University of Massachusetts Press, 1986. pp. 161–187.
- JOWITT, Claire. ‘Parrots and Pieces of Eight’: Recent trends in pirate studies. *Literature Compass*, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2004.
- KEENAN, Nicole. *Men and Matelotage: Sexuality and Same-Sex Relationships within Homosocial Structures in the Golden Age of Piracy, 1640-1720*. Loyola Marymount University, 2021. Disponível em: <https://digitalcommons.lmu.edu/ultra/awards/2021/2>.
- KING, Kathryn R. Introduction: Hans Turley, Queer Studies, and the Open-Hatched Eighteenth Century. *The Eighteenth Century*, v. 53, n. 3, p. 265–272, 2012.
- LANE, Kris E. *Pillaging the empire: global piracy on the high seas, 1500-1750*. 2ª ed. [rev. and expand.]. New York: Routledge, 2016.
- LEESON, Peter. Equal prey for equal pay: the economics of pirate tolerance. In: *The Invisible Hook: The Hidden Economics of Pirates*. 1ª Ed. New Jersey. Princeton University Press, 2009. P. 156-176.



- LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- MACK, John. Ships as societies. In: *The Sea: A Cultural History*. 1ª Ed. Londres: Reaktion Books, 2011. P. 136-165.
- MACKIE, Erin. *Rakes, highwaymen, and pirates: the making of the modern gentleman in the eighteenth century*. JHU Press, 2009.
- MAXWELL, Kenneth. Democracia pirata. In: MAXWELL, Kenneth (Org.). *Chocolate, piratas e outros malandros: Ensaio Tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. P. 69-88.
- MOTT, Luiz R.B; SCOTT, R. Reviewed Work: *Sodomy and the Pirate Tradition: English Sea Rovers in the Seventeenth-Century Caribbean* by B.R. Burg. *Nieuwe West-Indische Gids / New West Indian Guide*. Caribe: v. 59, no. 3/4, P. 262–65. 1985.
- PARAVISINI-GEBERT, Lizabeth. Cross-Dressing on the Margins of Empire: Women Pirates and the Narrative of the Caribbean. In: *Women at Sea. Travel Writing and the Margins of Caribbean Discourse*. Ed. Paravisini-Gebert/ Ivette Romero-Cesareo. Houndsmills, Basingstoke: Palgrave, 2001. P. 59-97.
- PEARSALL, Sarah M. S. Gender. In: ARMITAGE, D.; BRADDICK, M. J. *The British Atlantic World, 1500-1800*. 2ª ed. Houndsmills, Basingstoke, Hampshire; New York: Palgrave Macmillan, 2009. p. 133-152.
- QUEIROZ, Camila. “MAKING HIS MEN BELIEVE HE WAS A DEVIL INCARNATE”: GÊNERO, HIDRARQUIA E MASCULINIDADE NA PIRATARIA MODERNA ATRAVÉS DE GENERAL HISTORY OF THE PYRATES (ATLÂNTICO, SÉCULO XVIII). 2024. Dissertação (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2024.
- REDIKER, Marcus. *Between the devil and the deep blue sea: merchant seamen, pirates and the Anglo-American maritime world, 1700 - 1750*. 1ª paperback ed., 15ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- REDIKER, Marcus. Rum, Sodomy, and the Lash: Piracy, Sexuality, and Masculine Identity. *Journal of Social History*. Oxford: v. 35, n. 1, p. 213–215, 1 set. 2001.
- REDIKER, Marcus. Villains of all nations: Atlantic pirates in the golden age. Beacon Press, 2004. ROSENTHAL, L. J. Cultural Studies and Pirate Studies: Straight on 'til Morning. *The Eighteenth Century*, v. 53, n. 3, p. 381–390, 2012.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TURLEY, H. *Rum, sodomy, and the lash: piracy, sexuality, and masculine identity*. New York: New York University Press, 1999.

NOTAS

ⁱ No original: “*In part there is a need to make Atlantic history more than simply imperial history in a new guise.*” (PEARSALL, 2009, p. 151)

ⁱⁱ No original: “*Adopting an Atlantic approach to the history of gender illuminates both the history of gender and the history of the British Atlantic world.*” (PEARSALL, 2009, p. 153)

ⁱⁱⁱ No original: “*Tolerant attitudes toward homosexual behavior.*” (BURG, 1995, P. 41.)

^{iv} No original: “*Solitary masturbation , fantasies , nocturnal sex dreams, and sex contact with members of the same sex are their alternatives.*” (Burg, 1995, P. 108)

^v No original: “*The ratio between men with homosexual preferences and men participating in homosexual conduct in the absence of opportunities for heterosexual engagements or out of dissatisfaction with available solitary or nonsexual alternatives exerted considerable influence on rates of homosexual contact.*” (BURG, 1995, P. 111)

^{vi} No original: “*Unlike academics in other disciplines who investigated homoerotic subjects, however , historians seemed to have little to work with . While anthropologists , sociologists , psychologists , and literary scholars had their field work, clinical investigations , or texts , the covert nature of homosexuality throughout much of the past apparently left*



historians bereft of sources . Research on homosexuality was also discouraged by senior scholars who advised their students that writing on so bizarre a phenomenon could doom their future prospects.” (BURG, 1995, P. XVII)

^{vii} No original: “The desire of most historians to locate and provide context for homosexuality within the span of ordinary human experience was in part responsible for the reluctance. From the perspective of historians , it seemed that the homoerotic interactions of all-male convict and asylum populations were best left as the exclusive preserve of sociologists. In addition , concentrating on criminal or pathological populations was incompatible with the focus expected of “gay-affirmative” scholars who had come to dominate the history of homoeroticism.” (BURG, 1995, P. XXI)

^{viii} No original: “I have instead set out to discover coherence in one small segment of human society , the strictly defined male group.” (BURG, 1995, P. XL)

^{ix} A ideia de uma figura de pirata construída através da tradição literária desde o século XVII e que funde ficção e realidade não é exclusividade do trabalho de Turley, apesar de sua novidade no que toca às questões de gênero. Para além da literatura anglófona, os trabalhos de Nicássio Martins da Costa (2018) e Andrés Ulpiano Bajatta (2018) buscam compreender a construção da imagem desse pirata “clássico” através da literatura e mídia, sobretudo utilizando *A General History* como documentação principal. A grande característica de tais produções é abordar a pirataria e a imagem do pirata na literatura.

^x No original: “The “piratical subject” is my term for the merging of the legally defined pirate—hostis humani generis or homo economicus—and the culturally revered pirate, a hypermasculine, transgressive, desiring subject. Through historical and fictional representations of the pirate, these two depictions merged into the antihero—the piratical subject—beloved by generations of readers.” (TURLEY, 1999, P. 24).

^{xi} No original: “This paradoxical representation of pirate identity can illuminate our understanding of the early-eighteenth-century sodomite. Both pirate and sodomite are, in a sense, outlaws. However, the sodomite is a member of society—unlike the pirate, who self-consciously pulls himself out of society. The sodomite performs his transgressions in secret, afraid he will be discovered and ruined or, worse, condemned and executed. The sodomite is the feminized, efeminate sexual criminal. Blackbeard, too, is a criminal, but his crimes are explicitly economic. On the surface, Blackbeard’s sexuality is depicted as excessively masculine. His hypermasculinity precludes any suspicion that he might indulge in sodomy.” (TURLEY, 1999. P. 19-20).

^{xii} Alguns anos depois, Marcus Rediker e Peter Linebaugh, embora não tenham adentrado diretamente em questões de gênero, trouxeram propostas próximas com sua obra *The Many Headed Hydra* (2000), ao analisar as formas como as classes populares da idade moderna eram capazes de construir visões de mundo singulares àquelas das classes dominantes, e cujas expressões podem ser vistas através da ação dos trabalhadores marítimos.

^{xiii} Remete a ideia de um vínculo entre colegas piratas. Para mais, consultar QUEIROZ, Camila. “MAKING HIS MEN BELIEVE HE WAS A DEVIL INCARNATE”: GÊNERO, HIDRARQUIA E MASCULINIDADE NA PIRATARIA MODERNA ATRAVÉS DE GENERAL HISTORY OF THE PYRATES (ATLÂNTICO, SÉCULO XVIII). 2024. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2024.

^{xiv} No original: “a variant form of sexual expression inherent in normal human behavior.” (MOTT, 1995, p. 265)

^{xv} O texto de King faz parte do volume *Essays in Memory of Hans Turley* da revista *The Eighteenth Century*, dedicado à memória de Turley, que faleceu em 2008. Apesar da homenagem, com exceção do texto de Laura Rosenthal, que será apresentado adiante, a maioria dos artigos não trata de gênero, sexualidade e pirataria, por isso não são mencionados aqui. De qualquer maneira, a existência do dossiê atesta a relevância e o impacto da vida e obra de Turley.

^{xvi} “First things first. The lurid title is misleading. Although the book contains a fair amount about sodomy, it has little, too little, about the lash, and, alas, nothing at all about the kill-devil rum.” (REDIKER, 2001, p. 213)

^{xvii} No original: “[...] piracy was endemic to Renaissance culture: like storms and winds, it was one of the hazards of the sea.” (JOWITT, 2004, P. 8)

^{xviii} De acordo com a autora: “What I want to consider in this essay, however, is Rum, Sodomy, and the Lash as a revealing example in the ongoing debate over cultural studies, an approach that has recently been under attack from more than one direction [...] want to suggest that returning to Rum, Sodomy, and the Lash can help demonstrate the continuing value of the admittedly loose set of practices that sail under this flag. Works like Rum, I will argue, remind us that cultural studies has been productive rather than destructive, and that in spite of its many points of vulnerability, it continues to hold potential for future work in the field.” (ROSENTHAL, 2012, P. 381-382)

^{xix} No original: “Cultural studies opened up the possibility of exploring previously overlooked and in many cases despised objects. Turley was one of the pioneers of this kind of work in eighteen-century studies, a decision that brought him success, but also some challenges” (ROSENTHAL, 2012, P. 384-385).



ENTRE IMAGEM E NARRAÇÃO: UMA ÉTICA DA TRANSMISSIBILIDADE COMO EXERCÍCIO A UMA VIDA CORAJOSA

ENTRE IMAGEN Y NARRACIÓN: UNA ÉTICA DE LA TRANSMISIBILIDAD COMO EJERCICIO HACIA EL “CORAJE DE VERDAD”

BETWEEN IMAGE AND NARRATIVE: AN ETHIC OF TRANSMISSIBILITY AS AN EXERCISE IN COURAGEOUS LIVING

CANELLAS, FERNANDA DE FRANÇA IGLESIAS

Doutoranda do Programa de Pós - Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGSI/UFES)
E-mail: iglesias.canellas@gmail.com

BAPTISTA, LUIS ANTONIO DOS SANTOS

Professor do Programa de Pós - Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGSI/UFES)
E-mail: baptista509@gmail.com

BARROS , MARIA ELIZABETH BARROS DE

Professora Titular do Programa de pós graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo
E-mail: betebarros@uol.com.br

RESUMO

O artigo apresenta uma proposta de transmissão da história como passagem de uma evidência contrariante. Ao abordar temas como o fundo imemorial da memória, a transmissão da coragem de verdade, do escândalo, do fundo do próprio trabalho da morte na linguagem, convoca um modo de pensar a História de forma a ampliar seus objetos e metodologias. Ao trazer para o debate pensadores como Maurice Blanchot, Roland Barthes e Walter Benjamin, aborda questões da História, mas, também, da Narração e da Memória, uma vez que, no nosso entendimento, são temas que se diferenciam, mas não se excluem. Encontramos, ainda, em Michel Foucault, algumas pistas ao pensar uma linguagem em ato, apresentada como gesto; um modo de dizer que se expresse, cuja apresentação seja ela mesma uma coragem em exercício, a noção de coragem da verdade. Portanto, essa é nossa direção: trazer estudos sobre a produção do saber, políticas da memória, narração e transmissão, ancorados em perspectivas teóricas e metodológicas que podem contribuir para esse debate, mas também para uma possível ampliação crítica a respeito do fazer historiográfico, indagando suas formas de inscrição no presente. Buscamos analisar práticas em História como plano em transformação permanente, apresentando disputas de sentido e diferentes modos de articular a relação entre passado, conhecimento e imaginação histórica.

PALAVRAS-CHAVE: : Coragem da verdade; memória; narração.

RESUMEN

El artículo presenta una propuesta de transmisión de la historia como el pasaje de una evidencia contradictoria. Al abordar temas como el fondo inmemorial de la memoria, la transmisión del coraje de verdad, el escándalo, el fondo del trabajo de la muerte en el lenguaje, convoca a una forma de pensar la Historia que amplíe sus objetos y metodologías. Al traer al debate pensadores como Maurice Blanchot, Roland Barthes y Walter Benjamin, aborda cuestiones de la Historia, pero también de la Narración y la Memoria, ya que, en nuestro entendimiento, son temas que se diferencian, pero no se excluyen. Encontramos, además, en Michel Foucault, algunas pistas para pensar un lenguaje en acto, presentado como gesto; una forma de decir que se expresa, cuya presentación es en sí misma un coraje en ejercicio, la noción de “coraje de verdad”. Por lo tanto, esta es nuestra dirección: aportar estudios sobre la producción del conocimiento, las políticas de la memoria, la narración y la transmisión, basados en perspectivas teóricas y metodológicas que puedan contribuir para este debate, pero también a una posible ampliación crítica sobre la práctica historiográfica, indagando sus formas de inscripción en el presente. Buscamos analizar las prácticas en Historia como un plano en permanente transformación, presentando disputas de sentido y diferentes modos de articular la relación entre pasado, conocimiento e imaginación histórica.

PALABRAS CLAVES: coraje de verdad; memoria, narración.

ABSTRACT

This article presents a proposal for transmitting history as the passage of contradictory evidence. By addressing themes such as the immemorial background of memory, the transmission of true courage, scandal, and the very essence of death in language, it calls for a way of thinking about history that broadens its objects and methodologies. By bringing thinkers such as Maurice Blanchot, Roland Barthes, and Walter Benjamin into the debate, it addresses issues of History, but also of Narration and Memory, since, in our understanding, these are themes that differ but are not mutually exclusive. We also find in Michel Foucault some clues for thinking about language in action, presented as a gesture; a way of expressing oneself, whose presentation is itself an exercise in courage, the notion of courage of truth. Therefore, this is our direction: to bring studies on the production of knowledge, politics of memory, narration, and transmission, anchored in theoretical and methodological perspectives that can contribute to this debate, but also to a possible critical expansion regarding historiographical practice, questioning its forms of inscription in the present. We seek to analyze practices in history as a plan in permanent transformation, presenting disputes of meaning and different ways of articulating the relationship between the past, knowledge, and historical imagination.

KEYWORDS: courage of truth; memory; narration.



INTRODUÇÃO

Quase não era canto, no sentido em que este é aproveitamento musical da voz. Quase não era voz, no sentido em que esta tende a dizer palavras. O canto flamenco é antes da voz ainda, é fôlego humano. Uma palavra ou outra às vezes escapava, revelando de que era feita aquela mudez cantada: de história de viver, amar, e morrer (LISPECTOR, 2018: 266).

Passando pela Espanha, Clarice Lispector é cruzada por esse canto¹ que se expressa em modulações que vão da alegria ao sofrimento. Segundo ela, grita também o silêncio, cuja falta de palavras transmite, sobretudo os espasmos que “Até à exaustão, comunicam-se durante horas através dessa linguagem que, se algum dia teve palavras, estas foram se perdendo pelos séculos – até que a tradição oral passou a ser transmitida de pai para filho apenas como ímpeto de sangue.” (LISPECTOR, 2018: 267). Como capta Clarice, sequer se trata de um espetáculo para ser assistido, mas uma comunicação que acontece em vibrações e cuja apreensão dessa linguagem, entre canto, palmas e sapateio, se dá num entendimento outro: “E nem é uma dança. O sapateado é antes da dança organizada – é o corpo manifestando-se, pés transmitindo até à ira em linguagem que Espanha entende.” (LISPECTOR, 2018: 266). A dança flamenca é, ainda, além da alegria, uma alegria séria. Como admite Clarice, “Esta dança é a coragem.” (pag.268).

“O que transmitimos, afinal, quando narramos?” é a pergunta aqui disparada, a que nos impede de que acomodemos em qualquer definição simplista o que acontece quando nos contamos histórias, essa coisa da narração. Uma questão de transmissão, se apresenta, certamente. Mas recusamos, contudo, o desejo de apenas comunicar um conteúdo, de reivindicar ‘narrativas e imagens outras’, como alternativas às tantas que nos interpelam cotidianamente, nem propor o que seriam imagens ou narrativas ‘melhores’ para pensar o presente, pois não se trata de um juízo de valor. O que desejamos quando insistimos nesse limiar como uma ética na transmissibilidade, é uma atenção parecida com a de Clarice ao deparar-se com a linguagem flamenca: passar adiante uns aos outros não um assunto, um conteúdo, mas o modo mesmo como se transmite, o embate que ali sucede. Interessa-nos, dessa passagem, essa coisa pouco definida, que conserva, contudo, uma intensidade, a que chama de ímpeto de sangue.

Nesse sentido é que traçaremos aqui uma proposta que, no ensejo de ampliar as contribuições para pensar a História, a abordará pela perspectiva de uma transmissibilidade operada nos domínios da memória, entre lembrança, esquecimento e narração, bem como no âmbito das imagens que emergem nesse processo. Embora entendamos a diferença de tais domínios, os consideraremos indissociáveis nessa direção que apostamos, pela qual uma transmissibilidade dá a prova não apenas de um conteúdo, mas de um modo e exercício ético-político a uma vida que se exponha ao risco pela narração e por um trabalho de memória no qual um legado imemorable se inscreve e é passado adiante.

Não obstante, atentos às pistas deixadas por Walter Benjamin, a descobrir no espaço da ação política o espaço completo da imagem – que de modo algum é uma imagem contemplativa (BENJAMIN, ANO: 34), mas, ao contrário, imagens capazes de equivocar a linearidade da História e abrirem outros rumos para a narração – é que entendemos que a escolha dessa direção desemboca em uma também aposta ético-política de imaginação histórica. Como nos sugere Didi-Huberman (2018), remontar o tempo, a partir de um gesto de montagem, gesto esse que não desenvolveremos, por ora, nesse artigo, é poder fazê-lo abrir numa outra configuração; um tempo que se encontre, então, submetido a um trabalho de memória (DIDI-HUBERMAN, 2018: 156). Trabalho esse, acionado numa também entrega à imprevisibilidade do lembrar, tendo a escrita como a ferramenta e exercício desse movimento.

Em Barthes encontramos, ainda, um modo de pensar a história que nos interessa: História como narrativa. A História não seria um espelho do real, mas um discurso construído que funciona como uma narrativa. Em seu texto *O discurso da História* (2012), afirma que o historiador não recupera o passado, ele o narra. O passado em si é inacessível, o que temos é uma reconstrução discursiva feita com escolhas narrativas e linguísticas. Para o semiólogo francês, a História é uma forma de escrita, não uma reprodução neutra do real, que usa recursos narrativos que produzem um efeito de evidência, como se o narrado fosse “natural” e “real”. Tal efeito, dentre outros, é produzido pelo apagamento de detalhes supostamente neutros.

O historiador é, portanto, um narrador. A História é, em Barthes, uma narrativa constituída por escolhas e pode funcionar como um mito, quando naturaliza construções sociais, apaga as contradições, apresenta ideologia como fatos. Ao ocultar sua construção, a narrativa histórica vira um mito moderno, uma vez que se apresenta como “evidência”, “como o que realmente aconteceu.” Assim, ao ocultar seu caráter narrativo, o discurso histórico se torna um mito.



(...) sem que haja necessidade de recorrer à substância do conteúdo, o discurso histórico é essencialmente elaboração ideológica, ou, para ser mais preciso, imaginário, se é verdade que o imaginário é a linguagem pela qual enuncia-se um discurso, (2012: 176)

Pensando com Nietzsche, Barthes considera que “Não existe fato em si. É sempre preciso começar por introduzir um sentido para que haja um fato”. (BARTHES apud NIETZSCHE, 2012: 176). História não reflete o passado, ela o narra, não mostra o real, produz o discurso sobre o passado, não é acesso direto aos fatos, existe apenas a linguagem que os fatos expressam. Ao naturalizar certos signos a ideologia dominante apresenta construções culturais como se fossem verdades eternas e óbvias. A análise barthesiana busca, justamente, expor o mecanismo ideológico na construção do mito, apresentando a “evidência contrariante” de que aquele signo é, na verdade, uma construção histórica e arbitrária, e não algo natural. Uma “evidência contrariante” como o elemento no texto, na linguagem, que resiste a essa domesticação do sentido, quebrando a expectativa e a obviedade. O semiólogo francês questiona, interrompe e subverte uma leitura óbvia, naturalizada ou hegemônica de um signo, de um texto ou de uma imagem, logo, de uma História que privilegia o assim ‘aconteceu’ (BARTHES, 2012: 178).

Nesse caminho, então, é que no ensaio *Tradição do Imemorável*, Giorgio Agamben introduz uma questão parecida com a nossa no que se refere à transmissibilidade na e pela linguagem: para pensar tradição se faz necessário atentar-se para o fato de que nos transmitimos uns aos outros a linguagem, sem a qual sequer seria possível uma tradição. Mas se detém numa pergunta similar a nossa e que, como aponta, constitui o tema da filosofia “Mas o que transmite o homem ao transmitir a linguagem?” (AGAMBEN, 2015: 133). Volta-se, então, a pensar já não a coisa transmitida, mas o que entendemos que seria a transmissão da possibilidade mesma de transmissão, “a própria ilatência (*aletheia*), a própria abertura em que algo como uma transmissão é possível” (AGAMBEN, 2015: 134). E, é às voltas em como isso é possível, que Agamben colocará em cena a tradição da transmissibilidade como questão, o que chama de um legado imemorável que é passado adiante na linguagem, inscrito no que transmitimos uns aos outros, e que seria o que constitui a linguagem humana como tal. Busca em Platão o que seria essa abertura, o passar adiante não o que se sabe, mas na memória “o tempo em que o homem não era ainda homem” (AGAMBEN, 2015: 135), o esquecimento mesmo:

(...) a memória não tem de guardar esta ou aquela verdade, esta ou aquela recordação, mas deve velar pela própria abertura da alma, por sua própria *ilatência*. A estrutura anamnésica do conhecimento não se refere a um passado cronológico ou a uma preeminência ôntica, mas a própria estrutura da verdade. Esta, não podendo apreender-se e transmitir-se sem se tornar ela própria uma coisa rememorada, só pode se conservar permanecendo imemorável na memória e se desmentindo sempre – como ideia – em seu dar-se a ver, isto é, não como um ensinamento (*didaskalia*), mas como uma missão divina (*theia mora*) – em termos modernos: como abertura histórico-epocal (AGAMBEN, 2015: 135)

Esquecimento esse muito próximo à maneira como entendemos o conceito de ‘experiência’, a partir do que Maurice Blanchot retira da obra de Rilke: não como acúmulo de coisas vividas, mas a ação de um silêncio pelo qual se experimenta um novo contato com o ser, no qual uma metamorfose entra em curso, pelo qual pode nascer a primeira palavra de um verso; silêncio e esquecimento dos quais permanecem a prova mesma de uma indeterminação. (BLANCHOT, 2011: 89). Silêncio e transformação esses os quais persegue e dos quais também testemunha a sua obra, o que de *O livro por vir* podemos tomar como sendo aquilo de que o crítico literário ressalta da literatura: que ela não seja ainda um pensamento, mas o seu “ainda não”, retirando qualquer dado seguro da existência para fazer-nos provar do que na narrativa não nos preserva ou protege, mas são o seu risco e o seu escândalo. Daquilo que de sua obra faz cintilar o trabalho de uma morte em curso, agindo como luz impessoal a ressoar do fundo da linguagem. O risco, o escândalo, o malogro, o trabalho da morte que nos serão tão caros e roçarão esta escrita.

Aqui nos lembramos de Rolnik (1992) quando fala do terror que a alteridade produz quando pensada como caos e devir-outro. A conexão que nos vem aqui é: uma narrativa não nos preserva, muito ao contrário, pode produzir terror quando nos lança a um devir-outro. Narrativa como produtora de caos. A autora afirma que é na coexistência entre os corpos que se produzem turbulências e transformações irreversíveis em cada um deles. Não seria esse um efeito também da narração?



A realidade não se restringe ao visível e a subjetividade não se restringe ao eu: à sombra disso tudo, no invisível, o que há é uma textura ontológica que vai se fazendo de fluxos e partículas que constituem nossa composição atual, conectando-se com outros fluxos e partículas com os quais estão coexistindo, somando-se e esboçando outras composições. Tais composições, a partir de um certo limiar, geram em nós estados inéditos, inteiramente estranhos em relação àquilo de que é feita a consistência subjetiva de nossa atual figura. Rompe-se assim, irreversivelmente, o equilíbrio dessa nossa figura, tremem seus contornos. Podemos dizer que a cada vez que isso acontece há uma violência, vivida por nosso corpo em sua forma atual, que nos desestabiliza e nos coloca a exigência de criarmos um novo corpo - em nossa existência, em nosso modo de sentir, de pensar, de agir etc. - que venha encarnar o estado inédito que se fez em nós, a diferença que reverbera à espera de um corpo que a traga para o visível (ROLNIK, 1992: 36)

A alteridade vista da perspectiva do invisível é, portanto, o próprio caos, bem como os devires outro que aí se engendram. Assim, a alteridade (e seus efeitos), embora invisível, é real: nossa natureza é essencialmente produção de diferença e a diferença é gênese de devir-outro. Se consideramos que a processualidade é esse devir-outro, ganha maior consistência a ideia de que a processualidade é intrínseca à(s) ordem(ns) que nos constitui(em) e essa abertura para a alteridade, tomados como caos e devir-outro, implica a conquista de uma abertura também nas formas-subjetividade, que depende da capacidade de suportarmos o fato de que para além de uma individualidade, somos também, um permanente devir-outro, em que mudam os contornos do campo em que nos reconhecemos. “E isso depende de uma abertura para suportarmos o caos, próprio da dimensão invisível da alteridade; de suportarmos a violência das diferenças que aí se engendram, sem associá-la ao perigo de desintegração, de modo que o caos deixe de ser tão aterrador”. (ROLNIK, 1992: 41) Um estranhar o acúmulo de coisas vividas, experimentar um outro novo modo de subjetivação, que engendra uma metamorfose, um devir-outro que retira qualquer dado seguro da existência. A narrativa nos lança nessa experiência, não nos preserva ou protege. Tão próximo ao que, outrora, apresentou Walter Benjamin (2020) em *Metafísica da juventude: a conversa*: “No silêncio, a energia foi renovada: o ouvinte conduziu a conversa à borda da linguagem e o falante criou o silêncio de uma linguagem nova, ele, o primeiro que a escutou.” (BENJAMIN, 2020: 300).

Quando pensa linguagem, ainda, nos aponta o que para ele é o seu caráter imediato: “cada linguagem comunica-se a si mesma” (BENJAMIN, 2018: 11). E, com esta afirmação, é que no ensaio *Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem humana* discorrerá sobre essa sua condição não mediatizada, o que para o filósofo trata-se de sua magia e, por esse seu caráter mágico, trata-se também de sua infinitude. Mas o que implica afirmar a magia e infinitude da linguagem? Em primeiro lugar, o que Benjamin coloca em cena é que não é para comunicar conteúdos verbais que a linguagem se diz, senão para comunicar o que ela é, a sua comunicabilidade mesma, o que chama de essência espiritual das coisas “(...) e por isso toda linguagem contém em si a sua incomensurável e inconfundível infinitude.” (BENJAMIN, 2018: 12). Por essência espiritual, podemos considerar: o que sendo na linguagem expressado, assim o é, por ser inseparável de sua comunicabilidade, ou seja, a linguagem não revela as coisas, mas as expressa expressando a si mesma; volta-se, então, incessantemente para si, para o que nela se expressa sem mediar.

Parece-nos dizer daquilo que na linguagem comunica um *ethos*, o seu modo mesmo de ser e, por isso, Benjamin o designa como sendo a sua magia. E por que não poderíamos já pensar que essa comunicabilidade encarnada tratar-se-ia do intercâmbio de experiências a que nos indica o ensaio *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. Esse contador de histórias, figura forjada boca a boca e advinda de uma oralidade sem nome, mescla em si tanto o viajante que traz consigo histórias longínquas, como o homem de sua terra que conserva as tradições; ambos capazes daquilo que para Benjamin é a essência da narrativa: o intercambiar experiências. É, ainda, aquele que se move para cima e para baixo nos degraus das experiências, como quem transita por “uma escada que chega até o centro da terra e se perde nas nuvens (...)” (BENJAMIN, 2012: 232) Para, por fim, incorporar ao tecido da experiência dos ouvintes a coisa narrada, advinda de uma experiência alteritária. Tal como essa coisa incerta a que nos remete Clarice Lispector, captada na linguagem sem palavra da dança e do canto flamenco, o seu ímpeto de sangue: a dança que não diz, apenas, mas expressa-se; também em gesto e é ela mesma uma coragem, uma espécie de risco no qual se pode lançar, arrematando-nos, afinal com isso que na narração, nas histórias as que chama de viver, amar e morrer, no movimento de contá-las, “É o triunfo mortal de viver o que importa” (LISPECTOR, ANO: 267)

Katia Muricy (2009) nos ajuda a entender essa linguagem voltando-se e agindo-se para si mesma que nos aponta Walter Benjamin:

No malogro da linguagem e na tentativa de superá-lo se estabelece uma unidade entre ato e palavra, entre ação e conhecimento. Nesta dialética, o silêncio é a origem sempre reencontrada onde as palavras



fracassam em sua intenção comunicativa, mas se redimem na imediaticidade de uma linguagem que reconhece a sua dimensão criadora como ato (MURICY, 2009: 95)

Desse modo, se recoloca para nós o conceito de experiência pensados por Walter Benjamin e Maurice Blanchot, a saber: não o acúmulo de coisas a serem comunicadas, mas a transmissão de um malogro, de um silêncio e de uma abertura criadora na qual a linguagem encarna o seu caráter mágico, criador e infinito, que Muricy (2009) aponta ainda como sendo o seu caráter material, audível e também visual e que, segundo ela, já indica na obra do filósofo alemão a passagem de uma teoria da linguagem para uma teoria da escrita (MURICY, 2009: 88) A linguagem então, não servindo a valores exteriores a ela, não cumpriria, desse modo, uma função utilitária, mas pode ser pensada em seu exercício, como ação política, não por submetê-la ao que seria essa função, pois é irreduzível a qualquer comando exterior o caráter de sua ação, mas por comportar na maneira mesma como se expressa também a sua ação, e nisso consiste o seu caráter político (MURICY, 2009: 94). Para a autora, ainda, ao pensar linguagem, Benjamin traz o passado como condição de uma conversa. Como também nos indica Barthes, a língua é fascista porque nos coloca a falar de determinado modo. Sua proposta é produzir uma virada nessa dimensão fascista da língua a partir de criação de uma linguagem outra, de um comando ético-político que deriva, que segue direções outras. Uma linguagem não hermenêutica, mas que pinta mais do que perscruta. Linguagem que trabalha com narrativas, imagens, expressões, idioletos, paixões, que jogam ao mesmo tempo com uma aparência de verossimilhança e com uma incerteza de verdade. "...usar o signo como um véu pintado, ou ainda uma ficção" (BARTHES, 2020: 42)

Nesse sentido, a ação política não seria para nós um comando pela linguagem, mas a aposta de que ela em seu exercício, no limiar entre imagem e narração, é que podemos afirmá-la, a "(...) descobrir no espaço da ação política o espaço completo da imagem. Mas esse espaço da imagem não pode mais absolutamente ser medido de forma contemplativa" (BENJAMIN, ANO: 34). Ação política essa, não sendo a da imagem contemplativa, como já mencionamos, é o que cunha na obra de Benjamin o conceito de imagem-dialética: a que encarna o pensamento como *práxis* e o faz operar no mundo, produzindo efeitos de desmonte; emerge estilizando determinado momento histórico, conferindo-lhe chances a um porvir. Portanto, nos interessa, nesse espaço limiar entre imagem e narração, justo a sua potência de abalo, capaz de provocar efeitos de dispersão, de instaurar aberturas ao pensamento. É nesse engendramento que situamos a ação política que nos interessa, a saber, a que na transmissão, por um trabalho de memória, no borrar do que seria uma linearidade entre passado, presente e futuro, inscreve-se uma fenda, uma evidência contrariante, irreduzível até mesmo a qualquer utilidade que pretendêssemos dar ela. Seria, então, a radicalidade da transmissão de um embate no qual o porvir se faz e é decidido.

Nesse sentido, Barthes (2012) nos fala do efeito do real produzido por determinado modo de narrar. Indaga uma ilusão de objetividade do discurso histórico, que se apresenta como transparente e científico. A escrita histórica cria um "efeito de realidade", (BARTHES, 2012:175) ao ocultar seu caráter narrativo, uma vez que o historiador confere significação, não apenas relata dados. "A partir do momento em que a linguagem intervém (e quando não intervém), o fato só pode ser definido de maneira tautológica: o notado procede do notável, mas o notável é – desde Heródoto, quando a palavra perdeu a sua acepção mítica – senão aquilo que é digno de ser notado". (BARTHES, 2012: 177)

Logo, ao tomar a História como narrativa, Barthes considera que ela pode ser contada, transmitida, de outros modos. Não há uma verdade única, mas discursividades concorrentes a respeito do passado, o que ele chama de polissemia da História. Se assim é, História não é realidade passada, mas uma narrativa produzida por códigos discursivos que criam o efeito de realidade e naturaliza escolhas ideológicas. O texto historiográfico, neste ponto específico, teria propriedades próximas ao texto literário posto que é também texto. Não textos idênticos, sem especificidades próprias da narrativa literária e histórica. O que queremos é pensar a construção da narrativa histórica a partir do que Barthes fala do "detalhe insignificante" na literatura ao texto histórico – e o semiólogo francês já abre, em seu estudo, essa via de compreensão.

Secularizada, a relíquia nada mais detém de sagrado, a não ser esse sagrado mesmo que está ligado ao enigma daquilo que foi, que já não é e que se dá, no entanto, a ler como signo no presente de uma coisa morta. Inversamente, a profanação das relíquias é de fato destruição de todo real, a partir dessa intuição de que o real nunca é mais do que um sentido revogável quando a história o exige e pede uma verdadeira subversão dos próprios fundamentos da civilização. (BARTHES, 2012: 178)

Retomemos, vez mais, o que Agamben nos deixa como pista: um legado imemorable na memória, que é passado adiante na linguagem e que constituiria a linguagem humana como tal. Maurice Blanchot (2010) nos ajuda a corroborar com esse legado ao expor-nos à uma imagem da memória como abismo, como um luzir impessoal, uma recordação que nada recorda,



pois é sem origem e sem recordação. A força narrativa a qual nem os poetas e nem seus ouvintes teriam acesso, pois é ela o longínquo de todos. Essa que chama de memória esquecida, seria a divindade primeira, o antepassado e a presença primordial do que desembocará, pela passagem das gerações, à *Mnemosuna*, à mãe das musas, retirada dos poemas gregos: A essência da memória é assim o esquecimento, esse esquecimento em que é preciso beber para morrer. Isso não significa apenas que tudo começa, tudo termina no esquecimento, no sentido pobre que damos a essa fórmula; pois o esquecimento aqui, não é um nada. O esquecimento é a própria vigilância da memória, a força tutelar graças à qual se preserva o oculto das coisas e graças à qual os homens mortais, assim como os deuses imortais, preservados daquilo que são, repousam no oculto de si próprios (BLANCHOT, 2010: 50)

Esse repouso do oculto de si nos interessa, porque nos faz tomar a memória como sendo o solo desse fazer e da inscrição de uma evidência contrariante da qual emergem, duplamente, imagem e narração. Solo de articulação entre presente, passado e porvir: é pela memória que tal engendramento incide, despertando nela, no repetido, o que também se lhe desconhece, ainda que sendo passado adiante como tradição, pois “Quem se interessaria por uma fala nova, não transmitida?” O que importa não é dizer, é redizer, e nesse redizer, dizer a cada vez ainda uma primeira vez” (BLANCHOT, 2010: 49).

Pensar numa interrupção no presente nos volta a encontrar essa transmissibilidade ainda desconhecida, isso a que temos chamado de experiência, que aparece encarnada, como ímpeto de sangue, como um escândalo de nós, essa potência silenciosa que nos acomete como lampejos de uma coragem fazendo-se ver e ouvir no pensamento. Blanchot, contudo, vai além e parece exigir ainda mais desse esquecimento, de modo que ele não seja apenas uma função, mas “o enigma de uma mudança indefinida” (BLANCHOT, 2010: 51), afirmando se, segundo ele, como acontecimento, como caminho sem retorno que nos retire qualquer dado seguro; a radicalidade de uma dispersão, pela qual até a noção de esquecimento, tal como a acomodáramos em uma prática de memória, também seja arruinada. Esse seria o abismo de que fala e que muito nos remete ao que em *O livro por vir* designar como o escândalo: ao falar de Madame Edwarda, narrativa sobre uma prostituta de bordel, o crítico capta algo de escandaloso que comparece no texto, mas não pode ser situado, nem mesmo atribuído aos gestos obscenos descritos, senão à uma espécie de contradição de que esses gestos se imponham aos leitores como se portassem os mais altos valores, atingindo-os como em descompasso. A esse efeito é que Blanchot (2018) designa escandaloso, não à atribuição de valores morais aos gestos, mas a maneira mesma que eles se apresentam, “como evidência contrariante, incontestável e intolerável” (BLANCHOT, 2018: 280), deixando, por esse efeito, a prova mal situada de um escândalo. Prova essa, indeterminada, mas que deixa sua marca “O corpo se restabelece, mas a experiência do ferimento permanece. Cura-se a chaga, não se pode curar a essência de uma chaga” (BLANCHOT, 2018: 280).

Pensar uma "evidência contrariante", mais especificamente, a ideia de que um dado específico e irrefutável pode invalidar uma interpretação, aparece em Barthes ao enfatizar que a Pluralidade de Significados de um texto está na sua "abertura de significância", o que permite múltiplas leituras e interpretações, em vez de um único significado fixo facilmente refutado por uma "evidência" isolada. A intenção de um autor não é o critério final para interpretação de um texto. Ao ser lançado ao mundo, é o leitor que produz o sentido por meio de suas análises e circunstâncias culturais. Isso remove a autoridade de uma "evidência" única e objetiva de uma interpretação "correta". Muitos mitos modernos funcionam precisamente desse modo ao esvaziar signos de seu significado denotativo e preenchê-los com significados culturais e ideológicos, conotativos (BARTHES, 2012: 180). Logo, o mito não é refutado por fatos, mas analisado e “desmascarado” em sua construção ideológica. Portanto, a ideia de certa "evidência contrariante" se faria no bojo de uma análise de como os diferentes signos, códigos e contextos culturais geram múltiplos significados. A crítica barthesiana não busca provar ou refutar interpretações de forma conclusiva de um texto, de uma narração, de uma imagem, mas, sim, explorar a riqueza e a complexidade do processo de significação.

Desse modo, é nessa chaga, nessa prova indeterminada e escandalosa que acomete o pensamento e a escrita como o lampejo de uma coragem, como ímpeto de sangue, é que desejamos nos demorar.

A CORAGEM EM VERDADE, A VERDADE DA CORAGEM

Não se tratando apenas de dizer, mas de uma transmissibilidade se dando a transmitir, o que pode, afinal, uma aposta nesse limiar entre imagem, memória e narração, como modo e substrato para passar adiante um escândalo, uma coragem, uma chaga? Como afirmar a transmissão do escândalo, o escândalo em transmissão? Encontramos em Michel Foucault alguma ressonância com o pensar uma linguagem em ato, apresentada como gesto; um modo de dizer que, em seu modo



de dizer mesmo, se diga, se expresse e, que, essa apresentação seja ela uma coragem em exercício, operante, a coragem encarnada. A verdade da coragem. Verdade porque dita corajosamente, em risco. Seria essa uma das modalidades de dizer a verdade, a saber: *a parresia*.

Em *A coragem da verdade*, Foucault (2011) nos conta ter tido, como plano inicial, o perfazer um trajeto na história antiga das práticas de dizer a verdade sobre si mesmo, mas é com análise do conceito político de *parresia*, que vê-se aproximar do que considera ser a também análise “das relações de poder e de seu papel no jogo entre o sujeito e a verdade” (FOUCAULT, 2008: 9). É por essa análise que chegará à articulação entre os modos de verificação, as técnicas de governamentalidade e as práticas de si, ou seja, toca a problemática engendrada entre o sujeito e sua relação com a verdade, pela perspectiva do que venham a ser as práticas de governo e si e dos outros. Não se trataria, de modo algum, de analisar quais são as formas de discurso tais como ele é reconhecido como verdadeiro, mas sim: sob que forma, em seu ato de dizer a verdade, o indivíduo se constitui e é constituído pelos outros como sujeito que pronuncia um discurso de verdade, sob que forma se apresenta, a seus próprios olhos e aos olhos dos outros, quem diz a verdade, [qual é] a forma do sujeito que diz a verdade (FOUCAULT, 2008: 4). Desse modo, o que interessa a Foucault na análise da *parresia* é a produção da verdade e como se manifesta, em lugar de pensá-la em termos epistemológicos, isto é, “não se trata mais de formular para os discursos verdadeiros a questão das suas condições de possibilidade formais (...), mas as suas condições histórico culturais de existência” (GROSS, 2011: 303). Recupera essa noção de *parresia* e pensa seus desdobramentos tal como ela comparece ao longo da Antiguidade.

A *parresia* seria, então, uma modalidade de dizer a verdade na qual se diz tudo, tudo dessa verdade “sem mascará-la com o que quer que seja” (FOUCAULT, 2008: 11), modalidade na qual se manifesta e, manifestando-se, o faz corajosamente. Chama atenção, contudo, que há duas maneiras de entender o dizer tudo. Uma delas é a forma tagarela de dizer qualquer coisa que passe pela cabeça, sem que possa ser contida pelo parresiasta, um falatório; a outra, a que também nos interessa para este trabalho, é um modo de dizer desvencilhado do recurso da retórica, em que o parresiasta diz tudo da verdade por estar à ela ligado, ou seja, não diz sobre algo, não enfeita o discurso, não fala da boca pra fora, mas fala de maneira tal que, aquilo que pensa seja inseparável daquilo que diz, o que implica, de certa maneira, estar ligado também à maneira mesma como se vive. Desse modo, o dizer, o pensar e o viver se manifestam juntos nessa fala parresiástica e instauram uma modalidade do dizer. No entanto, para que essa fala não seja uma mera maneira de dizer o que se pensa, é necessário que aquilo que se pensa se manifeste de modo tal que, dizê-lo, arrisque o vínculo com o ouvinte, possa ferí-lo. Isto é, sendo o que se diz intrínseco à maneira mesma como se diz, em dizendo, o parresiasta o faz arriscando-se, corajosamente. E, por só poder dizê-lo assim, arrisca-se à violência do outro como resposta e, arrisca também, a relação pela qual um exercício de *parresia* pôde, inclusive, acontecer. Pode arriscar-se, no limite do exercício dessa coragem, a própria vida, no caso de o interlocutor não poder suportá-la. O jogo parresiástico se daria, por sua vez, pela também coragem do interlocutor em aceitar a verdade que lhe fere: É assim que se estabelecerá o verdadeiro jogo da *parresia*, a partir dessa espécie de pacto que faz que, se o parresiasta mostra sua coragem dizendo a verdade contra tudo e contra todos, aquele a que essa *parresia* é endereçada deve mostrar sua grandeza de alma aceitando que lhe digam a verdade. Essa espécie de pacto, entre aquele que assume o risco de dizer a verdade e aquele que aceita ouvi-la, está no cerne do que se poderia chamar de jogo parresiástico (FOUCAULT, 2008: 13)

Outro aspecto importante do parresiasta é que não seja um profissional dessa modalidade, se tratando, para Foucault, de um exercício muito mais difícil, por ser tanto uma maneira de ser como de fazer, uma atitude. Para tratar de sua complexidade, irá diferenciá-la de outras três modalidades de dizer a verdade encontradas na Antiguidade. São elas: o dizer a verdade da profecia, o da sabedoria e o do professor ou técnico. O profeta se difere do parresiasta, primeiramente, por não dizer em seu nome, mas desde uma posição intermediária, falando o que, de maneira geral, é a palavra de Deus, mediando, inclusive, uma relação temporal entre presente e futuro, bem como aquilo que o homem não sabe de si mesmo, uma verdade a desvelar; revelada, ainda, sob a forma de um enigma, ou seja, que precisaria, sobretudo, ser interpretada, “O parresiasta não deixa nada para interpretar. Claro, ele deixa algo para fazer: deixa àquele a quem ele se dirige a rude tarefa de ter a coragem de aceitar essa verdade, de reconhecê-la e dela fazer um princípio de conduta” (FOUCAULT, 2008: 16).

O dizer a verdade do sábio, por sua vez, também fala em seu próprio nome, tal como o parresiasta, e estaria mais próximo dele que o profeta, por não se tratar de um porta-voz, mas por falar a partir do seu modo de sabedoria. No entanto, o sábio é aquele que não precisaria falar, não urge que manifeste a sua sabedoria, sendo, de modo geral, um silencioso. Mas se difere do parresiasta na medida em que sua fala tem uma roupagem prescritiva, isto é, tende a falar daquilo que são as coisas, “não é na forma de um conselho ligado a uma conjuntura, mas a de um princípio geral de conduta” (FOUCAULT, 2008: 17), além de se situar em uma posição de quem responde, reservadamente, a endereçamentos que lhe sejam feitos, o que não acontece ao parresiasta, que seria aquele encarregado do dizer, cuja fala comportaria uma indeterminação e uma espécie de insuportabilidade ao interlocutor. Por fim, temos o dizer a verdade do professor ou técnico, que se trata de um saber, de uma *techné* que adquire e que, em alguma medida, tem a obrigação de transmitir, tal como lhe



transmitiram, como fruto de uma tradicionalidade, “(...) do mesmo modo, para que seu saber não morra depois dele, ele vai ter de transmiti-lo” (FOUCAULT, 2008: 24). Tal como o parresiasta, também é seu encargo o dizer, no entanto, sua fala não assume risco algum, e de modo geral, é uma fala que une, vincula e salvaguarda um saber comum, uma herança e seu passar adiante. A fala parresiática, diferentemente dessas outras modalidades de dizer a verdade: (...) assume o risco da hostilidade, da guerra, do ódio e da morte. E se é verdade que a verdade do parresiasta – [quando] é recebida, [quando] o outro, diante dele, aceita o pacto e joga o jogo da parresia – pode nesse momento unir e reconciliar, isso só ocorre depois de ter aberto um momento essencial, fundamental, estruturalmente necessário: a possibilidade do ódio e da dilaceração. (FOUCAULT, 2008: 24)

Foucault ressalta, então, que tais modos de verificação implicam personagens diferentes – o profeta, o sábio, o professor, o parresiasta –, modos de palavra distintos, bem como domínios também distintos: destino, ser, *tekné* e *ethos*, respectivamente.

Este último, desejamos discutir a fim de pensar a problemática da transmissibilidade que temos trabalhado até aqui: a transmissão de um *ethos*. É no cinismo que Michel Foucault perceberá uma forma de filosofia cujo modo de dizer a verdade está intrinsecamente ligado ao modo de viver. É na prática cínica em sua forma antiga que identificará, então, o modo de verificação do homem da *parresia*. Modo esse que não lhe é exclusivo, mas é aonde a palavra *parresia* é aplicada constantemente, no retrato do cinismo:

O cinismo não se contenta, portanto, com acoplar ou fazer se corresponderem numa harmonia ou numa homofonia um tipo de discurso e uma vida conforme apenas aos princípios enunciados no discurso. O cinismo vincula o modo de vida e verdade a um modo muito mais estrito, muito mais preciso. Ele faz da forma da existência um modo de tornar visível, nos gestos, nos corpos, na maneira de se vestir, na maneira de se conduzir e de viver, a própria verdade. Em suma, o cinismo faz da vida, da existência, do bíos, o que poderíamos chamar de uma aleturgia, uma manifestação da verdade (FOUCAULT, 2008: 150).

Segundo Foucault, a vida cínica é para a filosofia, desde a época helenística até o início do cristianismo, ao mesmo tempo familiar e estranha: ao passo que compartilha diversas características de filosofias da época, é também responsável por provocar no pensamento e nos modos de vida a experiência de um escândalo (FOUCAULT, 2008: 203). Foucault vai ainda nos mostrar alguns aspectos dessa vida cínica, aspectos esses aos quais os cínicos acabam por conceder uma reversão, transformando-os e devolvendo-os, estranhamente, à filosofia antiga. São eles: a vida não dissimulada, a vida independente ou sem mistura, a vida reta e a vida soberana. Destacaremos, contudo, o traço que mais nos interpela para esta escrita: o aspecto de uma vida soberana.

A vida soberana entendida tradicionalmente pela filosofia antiga estava atrelada a uma relação com o gozo e o prazer, superior a qualquer outra, pertencente e senhora de si mesma: “A vida soberana é uma vida em posse de si mesma, uma vida de que nenhum fragmento, nenhum elemento, escapa ao exercício do seu poder e da sua soberania sobre si mesma” (FOUCAULT, 2008: 238). Uma relação entre gozo, posse e prazer que, segundo Foucault, se abre a dois aspectos importantes que fazem desse modo de vida uma passagem de uma relação consigo para uma também relação com os outros. Seriam eles: pode ser uma relação pessoal em que se direciona ao outro um tipo de socorro ou ajuda, o endereçamento de uma lição, que apresenta-se aqui, como a relação entre mestre e aluno, bem como a do amigo com o amigo; e pode ser também um modo de relação com o outro de uma maneira mais abrangente, universal, direcionada à humanidade, a exemplo do sábio que, levando uma vida soberana, escreve textos que podem ser deixados para um alcance maior, uma lição para existência, de modo geral. Os dois aspectos, teriam, por sua vez, um caráter de obrigação da qual uma vida soberana não se poderia furtar e que para Foucault é a outra face de uma relação consigo “É o mesmo ato fundador de tomada de posse de si por si que, por um lado, vai me dar, a mim, o gozo de mim mesmo e, [por outro lado], me permitir ser útil aos outros quando eles estão em dificuldade ou na desgraça” (FOUCAULT, 2008: 241). O que os cínicos fazem desse aspecto de uma vida soberana, por sua vez, é levá-la ao limite, intensificá-lo, e assumem, então “(...) a afirmação arrogante de que o cínico é rei” (FOUCAULT, 2008: 241), produzindo uma imagem inversa, a de um “antirrei”, para devolver-lhes, desse modo, a sua precariedade:

O cínico é um verdadeiro rei, só que é um rei desconhecido, um rei ignorado, um rei que, voluntariamente, pela maneira como vive, pela opção de existência que fez, pelo despojamento e [a] renúncia a que se expõe, se esconde como rei. E nesse sentido ele é rei, mas rei em derrisão. É um rei de miséria, um rei que esconde sua soberania no despojamento. Não só na forma do despojamento, mas, como vimos da última vez,



também na da resistência voluntária, do trabalho perpétuo de si sobre si, pelo qual você leva sempre mais longe os limites do que pode suportar (FOUCAULT, 2008: 245)

O rei cínico, o rei zombateiro, admitiria, desse modo, três missões que se cruzam: uma é sua dedicação à miséria, é pela renúncia de si que o cuidado dos outros pode efetivar-se; uma missão médica em relação aos outros, ou seja, não mais legisla o outro, mas lhe direciona um tratamento, lhe concede instrumentos para sua felicidade; e, por fim, uma missão encarnada sob a forma de combate: “Ele é útil porque briga, é útil porque morde, é útil porque ataca” (FOUCAULT, 2008: 246).

Essa atitude cínica que diz-se expondo a vida que levam, expondo-se à vida: a coragem de verdade não se reduz à coragem do dizer a verdade, apenas, pois teríamos que por em questão esse estatuto de uma verdade a ser dita. O que é essa verdade senão a verdade de um modo de transmissão, a verdade de um escândalo em transmissão? A verdade aqui não se trata do conteúdo do dito, verídico ou não, mas é ela mesma transmitida verdadeiramente, como postura, como tomada de posição: parece só fazer sentido quando afirmada em coragem de dizer e agir – uma coragem em exercício, e por isso mesmo, uma verdade. O que se transmite, senão a coragem? Transmitir-se-ia a radicalidade da abertura, do choque causado pelo pensamento e, então, o pensamento como o que há de corajoso no dizer, porque opera causando rupturas. Seria esse o risco da narração: arriscar-se mostrando a vida, mostrando-se à vida?

Há, ainda, um paradoxo, um descabimento, uma espécie de descompasso no que transitem os cínicos, devolvendo aos filósofos um choque, expondo-os à distância, ao estranhamento entre o que são e o modo de vida que levam. Modo de vida esse que, causando um choque, uma deformação, chega aos filósofos e ao pensamento mesmo como a experiência de um escândalo: instauram o malogro, o descompasso, uma abertura. Ou melhor, o escândalo como experiência. Experiência essa, por sua vez, que comporta uma imagem, devolve aos filósofos uma imagem de si caricaturada, imagem estilhaçada, o seu espelho quebrado:

O cinismo desempenharia, de certo modo, o papel de espelho quebrado para a filosofia antiga. Espelho quebrado em que todo filósofo pode e deve se reconhecer, no qual ele pode e deve reconhecer a própria imagem da filosofia, o reflexo do que ela é e do que ela devia ser, o reflexo do que ele próprio é e do que ele próprio gostaria de ser. E, ao mesmo tempo, nesse espelho, ele percebe como que uma careta, uma deformação violenta, feia, sem graça, na qual ele não poderia em hipótese alguma se reconhecer nem reconhecer a filosofia. Tudo isso para dizer, simplesmente, que o cinismo foi percebido, creio, como a banalidade da filosofia, mas uma banalidade escandalosa. Da filosofia tomada, praticada, vestida em sua banalidade, ele fez um escândalo (FOUCAULT, 2008: 204).

Desse modo, parece haver algo de grande importância no modo de vida cínica para o temos afirmado até então, uma vez que traz consigo e faz operar a zona indefinida entre imagem e narração que tanto ensejamos para essa proposta: o modo de transmissibilidade cínica é um modo de dizer, pensar e viver indissociáveis que devolve ao mundo uma chaga, uma imagem em estilhaços. Ele ocorre nesse “entre” imagem e palavra, as conjugando de modo que, dizer e mostrar sejam inseparáveis. Um pensamento que se diz e se apresenta instaurando uma interrupção. Devolve um pensamento, uma linguagem em ato, e, nessa transmissibilidade, a imagem de um escândalo.

A IMAGEM, UM ESCÂNDALO

No ensaio de *Infância em Berlim*, chamado *A Lontra*, irrompe-se o que não podemos descrever, mas que no breve movimento da lontra que encantava e envolvia Walter Benjamin em longas esperas, podemos vislumbrar: (...) deixava-me ficar numa espera infundável em frente daquela profundidade escura e insondável, a fim de descobrir a lontra em algum ponto. Se, por fim, conseguia, certamente era apenas por um momento, pois logo o reluzente habitante daquela cisterna sumia de novo para dentro da noite aquosa (...) e meu futuro vinha ao meu encontro rumorejando à semelhança da cantiga de ninar entoada ao lado do berço (BENJAMIN, 2012: 95) O aparecimento da lontra, o escândalo: uma interrupção no tempo, no olhar, onde passado, presente e futuro se encostam e fazem qualquer tempo equivocar; quando o porvir vem ao encontro e de onde é impossível sair sem ser por ele atingido.

Naquele lugar a que Benjamin chama de “rincão profético”, pois para ele, “(...) como há plantas que, segundo dizem,



possuem o dom de nos fazer ver o futuro, também há lugares que tem esse mesmo poder. Em geral, são sítios abandonados, e também copas de árvores acudadas contra muros, becos sem saída ou entradas de jardim, onde ninguém jamais se detém. Em tais lugares, parece ser coisa do passado tudo o que nos espera” (BENJAMIN, 2012: 94). Junto a isso, um gesto que nos traz a obra de Walter Benjamin: a espera. O olhar atento do materialista histórico à espera do surgimento não menos incerto que arrebatador do animal vindo das profundezas escuras do zoológico, faz retumbar a segunda tese em *Sobre o conceito de História*:

O passado traz consigo um índice secreto que conduz à redenção. Não é à nossa volta que plana um pouco do ar respirado pelos que já passaram? Não é a voz de nossos amigos que por vezes é um eco das vozes daqueles que nos precederam na terra assombrada? E a beleza das mulheres de outras épocas não se encontra na de nossas amigas? Existe um acordo tácito entre as gerações passadas e a nossa. Na Terra, todos fomos esperados. (BENJAMIN, apud MATOS, trad. modificada, 2010: 27)

Mas em que consiste esta espera, essa atenção? Que pensamento é esse que irrompe e faz ecoar um acordo entre as gerações? Cabe, ainda, uma aposta de pensar por imagens em tempos em que os olhos não cessam de buscá-las, em que somos forjados nos imperativos do olhar? “(...) descobrir no espaço da ação política o espaço completo da imagem” (BENJAMIN, 2012: 34)... Se Benjamin nos alerta que tal espaço não é, de maneira alguma, o da imagem contemplativa, se esta espera não é contemplativa, que força seria essa, então, advinda de outros tempos que, em lugar de nos fazer pensá-los, duplica o gesto da espera, nos fazendo ser pensados e também esperados, arrancados de qualquer firmamento, por ele?

Seguimos nisso que nos parece ser ainda uma problemática da transmissibilidade: no espaço da ação política, somos agidos pelos ventos de outrora e esses a quem esperamos também nos esperam. Assaltamo-nos uns aos outros, presente e passado. É esse encontro o que nos interessa, o que desse choque nos estranha, nos move e nos pensa: o breve movimento da lontra atinge, transporta e imobiliza Walter Benjamin, como um raio, “Quando o pensamento para, bruscamente, numa constelação saturada de tensões, ele lhe comunica um choque, através do qual ela se cristaliza numa mônada. O materialista histórico aproxima-se de um objeto histórico somente quando ele o confronta enquanto mônada” (BENJAMIN, 2012: 251). De tempos outros arrancamos algumas imagens e por elas somos arrancados do nosso, confrontados, como herdeiros que somos desse materialismo que “(...) aproveita essa oportunidade para explodir uma época determinada para fora do curso homogêneo da história;” (BENJAMIN, 2012: 251).

A filosofia da história de Benjamin insiste nesses dois componentes da memória: na dinâmica infinita de *Erinnerung*, que submerge a memória individual e restrita, mas também na concentração do *Eingedenken*, que interrompe o rio, que recolhe, num só instante privilegiado, as migalhas dispersas do passado para oferece-las atenção no presente. (GAGNEBIN, 2013: 80)

Desejamos tomar esse duplo gesto também como coragem. Afinal, o que pode a emergência de um porvir, entre imagem e narração, no instante de perigo, senão apresentação corajosa do pensamento? Há no escândalo cínico, uma imagem devolvida aos filósofos como um espelho estilhaçado. Imagem que transmite corajosamente um escândalo, e, devolve, em susto e choque, em gesto, a distância entre os valores que discursam e a vida que levam. Ora, a que riscos, então, nos lança esta aposta, essas outras imagens, “(...) onde ninguém jamais se detém.” (BENJAMIN, 2012: 94), mas que nos devolvem o espelho variado da memória e o seu recompor infinito? Ao que isso nos abre quando apostamos que, para o fazer histórico, há espaço para uma política e ética da imaginação?

Gagnebin (2013) nos aponta, ainda, o caráter finito dessas imagens. Das muitas interpelações que se pode fazer ao passado, da entrega ao fluxo da narração e do sonho, de sua infinitude, há uma intensidade breve e imobilizadora que se nos dá numa vibração, como o relâmpago que se nos apresenta como a experiência do “despertar”. No limiar entre o sono e o acordar: uma imagem. Despertar esse que estilhaça o tempo cronológico e linear, nos devolvendo, porque não, a também imagem de um espelho quebrado. Rachando uma ordem temporal, essas imagens não se reduzem às lembranças, mas inserem no hoje, um estranhamento, “São igualmente finitas, porque o “eu” que nelas se diz, não fala somente para lembrar de si, mas também porque deve ceder lugar a algo outro que não si mesmo” (GAGNEBIN, 2013: 80). A retomada de uma força de outrora que não pôde ganhar passagem, mas encontra chance nesse confrontar, abrindo se, abrindo-nos ao porvir. Muricy esboça bem esse despertar na obra de Benjamin:



Quando Benjamin prefere os termos *Outrora* (das *Gewesene*) e *Agora* (das *Jetzt*), quer diluir a compreensão temporal fixadas nos termos passado/presente. Quer estabelecer entre estes uma relação que irá opor à temporal: uma relação dialética. Essa dialética expressa na fórmula *Dialektik im Stillstand*, não é de natureza temporal: é uma dialética figurativa, imobilizada. Esta dialética parada, como que à espreita, é onde *Outrora* e *Agora* instantaneamente se encontram, como escreve Benjamin, em um relâmpago. (MURICY, 2009: 245)

Didi-Huberman (2015) enfatiza, cotudo, que a imagem que emerge nesse encontro entre *Agora* e *Outrora* não se trata de forma alguma de uma imitação das coisas, mas "(...) o intervalo tornado visível, a linha de fratura entre as coisas" (DIDI-HUBERMAN, 2015: 126).

Desse modo, haveria no arriscar da linguagem, entre imagem e narração, indícios de uma coragem cínica frente aos perigos do conformismo no presente, que se apresenta também pela maneira como nos atentamos para esse passado. De modo que, o espreitarmos por esse intervalo tornado visível, pela linha de fratura entre as coisas, tem a ver com assumir o escândalo, a evidência contrariante que tanto temos insistido, como sendo imprescindível na aposta de um porvir experimentado como risco, mas também como chance de criação.

CONCLUSÃO

Da narração do encontro entre Clarice Lispector e o que nela despertou a linguagem flamenca é que ressaltamos, como ponto de partida para nosso problema, um certo modo de transmissão no qual o que parece ter efeito de experiência é não somente o dito na linguagem, mas o gesto encarnado, fazendo-se ver e provar aquilo que se diz. Prova e experiência essa, que são afirmadas aqui como, pela via da memória, a transmissibilidade de uma evidência contrariante, uma vez que, operam instaurando uma abertura ao porvir, deixando-nos indícios sim, mas não de fatos ou relatos de um acontecido, senão de uma indeterminação, ao que designamos com a ajuda de Maurice Blanchot e Michel Foucault, dentre muitas maneiras, de coragem de verdade, de escândalo. Maneiras que escolhemos para desenvolver o que para nós tem sido de grande importância para pensar o debate da Historiografia, quando consideramos e apostamos na inseparabilidade entre conhecimento histórico e trabalho de memória; trabalho esse que acontece no embate entre lembrança, esquecimento e narração.

Considerá-lo, por sua vez, leva-nos a tomar em conta, ainda, que tal conhecimento se produz e abre discussões para o campo de uma também política e ética de imaginação histórica, quando, junto a Walter Benjamin, entendemos que as imagens relampejantes do passado, que se apresentam nesse processo de transmissão, podem fazer operar, justo no limiar entre imagem e narração, um choque, uma experiência escandalosa ao presente. Choque esse capaz de desfazer uma ordem temporal estabelecida entre passado e presente, mesclando essas referências no instante imobilizador de um relâmpago. Sendo, então, a descoberta do espaço de ação política "o espaço completo da imagem" imprescindível, na construção de um conhecimento do passado que é finita e não dura mais que um relampejar, mas que nesse trabalho de memória, permite que seus estilhaços penetrem o presente abrindo chances ao seu porvir indeterminado. Logo, tivemos como eixo problemático justo esse entremeio no qual emergem e operam, inseparáveis, imagem e narração como sendo essa evidência indeterminada e contrariante, tão caras para pensar também esse encontro entre as gerações.

Desse modo, Walter Benjamin e Roland Barthes nos ajudaram a caminhar em uma compreensão de História que acontece, é decidida e disputada nas e pelas vicissitudes da narração. Se para Barthes o historiador é um narrador e suas análises interessam-se por apresentar, nas escolhas narrativas da história, o que nelas testemunha não a naturalização dos fatos, mas as lacunas que se recusam a quaisquer capturas de sentido, desviando-nos do óbvio, do já acomodado e preenchido de interpretação, para Benjamin é na ética do movimento do narrador que esse embate também acontece. É ao recolher a matéria prima de suas histórias movendo-se "para cima e para baixo nos degraus das experiências (BENJAMIN, 2012: 232)" que o materialista histórico pode proceder atento e resistente aos perigos de que a história siga o trilho do conformismo e dos vencedores, uma vez que é para a continuidade imprevisível da narração e incorporação de suas experiências às experiências dos ouvintes, em que consiste seu movimento de contar. Insiste na chance de que a narração não se esgote de sentido e possa ser continuada no risco mesmo que isso comporta.

Ainda com esses dois autores, pudemos também discutir uma perspectiva da linguagem que não sirva a imperativos que intentem submeter a sua ação. Com Benjamin, a linguagem fora tomada em seu caráter mágico, pelo qual ela não cumpriria uma função utilitária ou informativa, mas comportaria em sua expressão o caráter político, criador e infinito que lhe é



intrínseco tendo, inclusive, o passado, como condição de uma conversa. Ou seja, em seu aspecto expressivo, em exercício, como ato, em que consiste a sua magia. Barthes (2013), por sua vez, ao colocar em questão o modo fascista da língua que nos impõe a falar de determinado modo, nos chama a atenção para a chance de criação de uma linguagem outra, que se encaminharia muito mais pelas veredas da ficção. Desse modo, para o autor, há uma ilusão de objetividade no discurso histórico que consiste justo na ocultação de seu caráter narrativo, ocultação das escolhas que são feitas para a narração e que, tomada como fatos, produzem efeitos de realidade. Retomar o aspecto narrativo e ficcional da linguagem na produção historiográfica teria a ver com o encontrar, tal como o consideramos se produzir no texto literário, o seu “detalhe insignificante”, explorando e pondo em análise, inclusive, a riqueza e a complexidade dos processos de significação, pensados de modo inseparável aos códigos e contextos culturais em que são produzidos, podendo ainda desmascará-los em sua construção ideológica. Nessa abertura de significação a que se atenta Barthes estaria a evidência contrariante que temos trabalhado até aqui.

Nesse sentido, Giorgio Agamben e Maurice Blanchot intensificam ainda para esta discussão o que seria um legado imemorable da memória transmitido na linguagem. Aquilo que seria uma recordação que nada recorda, a abertura que constituiria a linguagem humana como tal. O que para Blanchot é o longínquo de todos nós: o que na memória e em seu trabalho é vigiado pelo esquecimento. Um esquecimento que, diferentemente de um nada, é a manutenção mesma de uma prova indeterminada que se dá a transmitir e pela qual o narrar, em sua força criadora, possa existir. A narrativa testemunhando, então, “um enigma de uma mudança indefinida” capaz de nos tirar de qualquer dado seguro e, nisso, consistiria o expor-se ao risco pela narração.

Por fim, é no intento de propormos uma linguagem, uma transmissibilidade e relação com o passado que não nos prive desse risco de que falamos, trouxemos Michel Foucault (2011) para o debate, com aquilo que nos apresenta, dentre um dos aspectos da vida cínica, um modo de dizer que, dizendo-se, expõem-se ao risco: o que chamará de “coragem de verdade”. Ou seja, a coragem de verdade seria não apenas um modo de dizer corajoso pelo que diz, mas um modo de dizer inseparável de um modo de viver, de mostrar e se expor. Nisso estaria o seu exercício corajoso.

Logo, em um dos aspectos da vida cínica o que já mencionamos como sendo uma “vida soberana”, que nos apoiamos: o rei cínico, o antirrei, teria como uma de suas características que o seu modo de vida fosse um combate. O bem que ele faz tem a ver com a agressividade que imprime, e não pelos conselhos que poderia oferecer. O combate que leva adiante se endereça à humanidade quanto a sua maneira também de viver, “São os vícios que afetam o gênero humano inteiro, são os vícios dos homens, e são os vícios que tomam forma, se baseiam [em] ou são a raiz de tantos hábitos, de maneiras de fazer, de leis de organizações políticas ou de convenções sociais que encontramos entre os homens” (FOUCAULT, 2011: 247). Desse modo, podemos entender que o combate cínico incide nas práticas de vida, na maneira como modos de pensar encarnam essas práticas e produzem os também modos de ser de um tempo, do que se faz com essa vida.

O combate cínico devolve, de forma intensificada para a filosofia, a imagem de um espelho estilhaçado, o seu escândalo escancarado, a evidência contrariante que temos apostado.

Dessa maneira, poderia o combate cínico, esse que briga e morde, nos ajudar a pensar um modo de transmissibilidade e relação com o passado e as práticas no presente que não seja apenas da ordem do dizer, mas que esse dizer seja também um gesto, uma atitude? Pode uma ética da transmissibilidade, no limiar entre imagem e narração, tendo a memória como solo de sua inscrição, nos abrir a tal exercício: admitir essa evidencia contrariante e a essa vida outra, corajosa, a que os cínicos nos apontam como prática de existência?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. Tradição do imemorable. *A potência do pensamento*. Trad.: Antonio Guerreiro e Claudio Oliveira. Belo Horizonte: Autentica editora, 2015.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Martins Fontes: São Paulo, 2012

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 2013.

BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. Perspectiva: São Paulo, 2020.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas v.1. Obras Magia e Técnica, Arte e Política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, p.37-50, 2012.



BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas v.2. Rua de Mão Única*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, p.17, 2012.

BLANCHOT, Maurice. A obra e o espaço da morte. *O Espaço Literário*. Rio de Janeiro:Rocco, 1987.81-144.

BLANCHOT, Maurice. Memória Esquecida. *A conversa infinita 3 – a ausência de livro*. Trad. João Moura Jr. São Paulo: Escuta, 2010.

BLANCHOT, Maurice. *O livro por vir*. Trad. Leila Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Conhecimento pela montagem. *Diante do tempo – história da arte e anacronismo das imagens*. Trad. Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Remontagem do tempo sofrido*. Trad.: Marcia Arbex e Vera Casa Nova. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

FOUCAULT, Michel. *A coragem da verdade*. Trad.: Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2011.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GROSS, Frédéric. Situação do curso. *A coragem da verdade*. Trad.: Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2011.

LISPECTOR, Clarice. *Todas as Crônicas*. Rocco Digital: 2018.

MATOS, Olgária Chain Feres. *Benjaminianas: cultura capitalista e fetichismo no contemporâneo*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MURICY, Kátia. A magia da linguagem. *Alegorias da dialética*. Rio de Janeiro: Nau editora, 2009.

ROLNIK, Suely. *À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia*. São Paulo: Boletim de Novidades Pulsional - Centro de Psicanálise, Ano V, no 41: 33-42, 1992.

NOTAS

ⁱ Uma referência do canto flamenco é o 'cantaor' Camarón de Isla: <https://www.youtube.com/watch?v=91VosWplMoE&t=40s> e da dança, a 'bailora' Carmen Amaya: https://www.youtube.com/watch?v=LToBHmnN2L8&list=RDLTToBHmnN2L8&start_radio=1



ENTRE TRADIÇÃO E RUPTURA: O PROJETO HISTORIOGRÁFICO DE JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES NA EXPLICAÇÃO DA FORMAÇÃO HISTÓRICA BRASILEIRA

ENTRE LA TRADICIÓN Y LA RUPTURA: EL PROYECTO HISTORIOGRÁFICO DE JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES PARA EXPLICAR LA FORMACIÓN HISTÓRICA DE BRASIL.

BETWEEN TRADITION AND RUPTURE: THE HISTORIOGRAPHICAL PROJECT OF JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES IN EXPLAINING THE HISTORICAL FORMATION OF BRAZIL

JUNIOR, PAULO ALVES

Professor Adjunto de Historiografia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (**UNILAB**). Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira

E-mail: pauloalvesjr@unilab.edu.br

RESUMO

O artigo analisa o projeto historiográfico de José Honório Rodrigues, destacando sua interpretação da formação histórica brasileira a partir das categorias de conciliação, conciliadores e história cruenta. A partir das obras *Aspirações Nacionais* (1963) e *Conciliação e Reforma Política no Brasil* (1965), demonstra-se como o autor identifica na conciliação um mecanismo que assegurou a permanência das elites no poder e bloqueou reformas estruturais ao longo do processo histórico brasileiro. Argumenta-se que a elite agrária, ancorada no tradicionalismo, operou de forma antirreformista, reprimindo as aspirações populares e transformando as manifestações dos setores subalternos em episódios de violência política. O texto evidencia também o uso da formulação goldmanniana de “visão social de mundo” como instrumento analítico para compreender a inserção social da produção honoriana. Conclui-se que o historiador oferece uma interpretação crítica da história do Brasil ao demonstrar que a ruptura com o atraso histórico somente será possível com a emergência de lideranças criadoras, de um Estado democrático substantivo e da participação efetiva do povo na vida política nacional.

PALAVRAS-CHAVE: José Honório Rodrigues; Historiografia brasileira; Conciliação política; Tradição e elites; História cruenta.

RESUMEN

El artículo analiza el proyecto historiográfico de José Honório Rodrigues, destacando su interpretación de la formación histórica brasileña a partir de las categorías de conciliación, conciliadores e historia cruenta. A partir de las obras *Aspiraciones Nacionales* (1963) y *Conciliación y Reforma Política en Brasil* (1965), se demuestra cómo el autor identifica en la conciliación un mecanismo que aseguró la permanencia de las élites en el poder y bloqueó reformas estructurales a lo largo del proceso histórico brasileño. Se argumenta que la élite agraria, anclada en el tradicionalismo, actuó de forma antirreformista, reprimiendo las aspiraciones populares y transformando las manifestaciones de los sectores subalternos en episodios de violencia política. El texto también evidencia el uso de la formulación goldmanniana de “visión social del mundo” como instrumento analítico para comprender la inserción social de la producción honoriana. Se concluye que el historiador ofrece una interpretación crítica de la historia de Brasil al demostrar que la superación del atraso histórico solo será posible con la emergencia de liderazgos creadores, de un Estado democrático sustantivo y de la participación efectiva del pueblo en la vida política nacional.

PALABRAS CLAVES: José Honório Rodrigues; Historiografía brasileña; Conciliación política; Tradición y élites; Historia cruenta.

ABSTRACT

The article examines the historiographical project of José Honório Rodrigues, highlighting his interpretation of Brazilian historical formation through the categories of conciliation, conciliators, and “bloody history.” Based on the works *Aspirações Nacionais* (1963) and *Conciliação e Reforma Política no Brasil* (1965), the study demonstrates how the author identifies conciliation as a mechanism that ensured the permanence of the elites in power and obstructed structural reforms throughout the Brazilian historical process. It argues that the agrarian elite, anchored in traditionalism, operated in an anti-reformist manner by suppressing popular aspirations and transforming the manifestations of subaltern sectors into episodes of political violence. The text also points to the use of Goldmann’s formulation of “social vision of the world” as an analytical tool for understanding the social insertion of Rodrigues’s intellectual production. It concludes that the historian offers a critical interpretation of Brazilian history by demonstrating that overcoming historical backwardness is only possible through the emergence of creative leaderships, a substantive democratic state, and the effective participation of the people in national political life.

KEYWORDS: José Honório Rodrigues; Brazilian historiography; Political conciliation; Tradition and elites; Bloody history.



INTRODUÇÃO

A reflexão historiográfica proposta por José Honório Rodrigues (1913-1987) insere-se no esforço de problematizar as condições de produção do conhecimento histórico no Brasil, ao articular categorias analíticas capazes de revelar as mediações entre estrutura social, cultura política e longa duração. Em suas obras de inflexão interpretativa, *Aspirações Nacionais* (1963) e *Conciliação e Reforma Política no Brasil* (1965), o autor desloca a narrativa histórica do registro descritivo para um horizonte explicativo, no qual a conciliação é compreendida como forma histórica de dominação e como dispositivo de reprodução das elites na temporalidade do Estado brasileiro. Ao historicizar o liberalismo oligárquico e suas manifestações, Rodrigues evidencia que o funcionamento do poder político não pode ser apreendido senão mediante a crítica das lógicas de exclusão social, dos mecanismos de violência simbólica e da constituição de uma memória nacional produzida desde o ponto de vista das classes dirigentes. Nesse sentido, seu projeto heurístico tensiona os limites epistemológicos da historiografia tradicional e reafirma a necessidade de pensar a história como campo atravessado por disputas de poder e por regimes de visibilidade do passado, reivindicando uma escrita histórica capaz de restituir centralidade analítica às contradições e às aspirações populares silenciadas.

A argumentação honoriana visa analisar a realidade social e política do país a partir do conhecimento adquirido como teórico da história, identificando no passado elementos explicativos do presente. Por isso, este artigo pretende investigar a base interpretativa do historiador, ou seja, a proposta heurística presente nessas obras, sendo a “conciliação” e o “conciliador” um categorias fundamentais para o entendimento político e social do Brasil e a “história cruenta” uma particularidade da dinâmica imanente do liberalismo brasileiro.

O historiador em tela foi professor e ensaísta, nasceu no Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1913, e faleceu na mesma cidade em 6 de abril de 1987. Era filho do comerciante Honório José Rodrigues e de Judith Pacheco Rodrigues. Fez os cursos ginásial e clássico no Externato Santo Antônio Maria Zacarias, Ginásio São Bento e Instituto Superior de Preparatórios. Ingressou na Faculdade de Direito da então Universidade do Brasil. Quando estudante, escrevia para a revista *A Época*, da Faculdade de Direito. Formou-se na turma de 1937.

Em 1978 houve debate a respeito do recém-lançado livro de José Honório Rodrigues, *História da História do Brasil*, em que, ao ser questionado se a obra poderia ser inserida no “projeto nacionalista” em que o autor se lançara a partir dos anos de 1950, Honório ofereceu uma resposta contundente:

Minha viragem para os problemas do presente, para fazer com que a história fique ligada, tente responder às indagações presentes, resulta de duas coisas: primeiro de certas influências de caráter filosófico, e da problemática nacional que vai se agravando; e da minha entrada para a Escola Superior de Guerra. Em 1955, quando entro na ESG, deparo com aquela problemática nacional toda, pois a escola nessa época era muito aberta, ouvia todas as tendências, e eu vivia até então num ambiente fechado, muito erudito. Senti que o historiador tinha que estar mais atualizado com o seu presente para que realmente pudesse buscar no passado aquilo que respondesse as interrogações do presente (RODRIGUES, 1986: 151).

Desse modo José Honório Rodrigues apresentava as motivações para a inflexão em sua produção intelectual. O historiador responsável por expressiva produção em teoria e metodologia da história abria espaço para o intelectual que procurava estabelecer um diálogo com os problemas e a complexidade da sociedade brasileira a partir do final da década de 1950, desse momento são as obras *“Aspirações nacionais”* (1963)ⁱ e *“Conciliação e reforma política no Brasil”* (1965), seu ponto de inflexão, pois o intuito é a intervenção a fim de denunciar os problemas perpetuados na sociedade que limitam as aspirações e necessidades mais prementes do povo brasileiro. Uma produção que objetiva, de forma imediata, interferir nos debates que o contexto sociopolítico do país impunha. Assim, as obras mencionadas vislumbram um roteiro interpretativo da sociedade brasileira, pois o autor explicita as condições em que a *conciliação* foi uma prática que pouco atendeu às aspirações nacionais.

Acompanhando o argumento de Honório, pretende-se apontar os artífices da política brasileira que em suas práticas foram conciliadores com o povo, discute como expressavam o movimento de liberalismo político em suas ações e resgata a conceituação honoriana a respeito da história cruenta. Entende-se que a relação entre história cruenta ou incruenta foi utilizada para explicitar o resultado de uma política conciliatória sem que houvesse qualquer melhoria para



maior parte da população. As tentativas de manifestação de descontentamento dos setores subalternos resultaram em medidas de violência por parte das lideranças tradicionais que tinham aversão a sucumbir às legítimas aspirações do povo brasileiro. A obra de José Honório Rodrigues busca identificar nos conciliadores ao longo da História do Brasil os que propunham um projeto de Estado-Nação que contemplasse as necessidades básicas e imediatas de uma parcela significativa do país.

A história do Brasil tornou-se cruenta quando houve manifestações por parte de setores subalternos que questionaram toda forma de liderança tradicionalista que enxerga o poder como prática de atendimento aos interesses de seus próprios representantes, isto é, os que se conciliavam somente entre seus pares de classe social. Outro aspecto que José Honório denuncia é que mesmo nos momentos de violência – história cruenta – houve intelectuais que tentaram minimizar a forma de ação da elite, sendo os responsáveis por uma tradição do pensamento conservador no Brasil.

Ao depararmos com uma produção intelectual que apresentou subsídios para melhor compreendermos as contradições da sociedade brasileira, cabe destacar que esta relaciona-se a certa concepção da realidade e sua análise pauta-se em determinado “chão social” que apresenta nexos com a realidade. Por isso, a formulação goldmanniana de “visão social do mundo”ⁱⁱ será utilizada na análise a fim de manter o vínculo de sua produção com as representações e ilações como intelectual dos grupos e classes sociais com quem trava um diálogo velado ou revelado.

LIMITES DA CONCILIAÇÃO: O TRADICIONALISMO DA ELITE DIRIGENTE

Se recuperarmos o processo de formação da sociedade brasileira e identificarmos como marco histórico plausível de análise o período originário da história brasileira de chegada de portugueses, o primeiro contato dos europeus com a civilização nativa, a relação de escambo, notaremos ali a prática conciliatória. Caramuru (Diogo Álvares) era o responsável pela seguinte façanha: conciliador não hostil e violento à população nativa, que também não tomava qualquer medida contrária aos interesses da Coroa Portuguesa, pois “vivia bem entre portugueses e indígenas” (RODRIGUES, 1965: 24). Assim começava a prática conciliatória, uma forma de manutenção dos pressupostos institucionais da política ao longo da história, uma defesa dos *status quo* encabeçada pelos conciliadores que não se aventuravam a agir para defender os interesses da maioria do povo brasileiro, mas que tentavam colocar em prática um modo de aproximação ou elo, mesmo que de forma arbitrária, entre os dois polos antagônicos na sociedade.

A política de conciliação mostra o quanto o espírito antirreformista dominou nossa história e a conciliação formal, partidária, visava a romper o círculo de ferro do Poder, para as facções divergentes, os dissidentes, pudessem dele fazer parte. Quando o acordo, feito sempre sem nenhum benefício nacional e popular, demorava muito, os dissidentes indignavam-se e conspiravam. Foi esse o papel dos liberais na história brasileira. Derrotados nas urnas e afastados do Poder, foram se tornando, além de indignados, intolerantes e construíram uma concepção conspiratória da História, que considerava indispensável a intervenção do ódio, da intriga, da impiedade, do ressentimento, da intolerância, da intransigência, da indignação para o sucesso inesperado e imprevisto, tal como sucedeu em várias partes, de suas forças minoritárias. (RODRIGUES, 1965: 11).

A ação derivada da liderança política não colocava em conflito os interesses da elite nacional, uma vez que seu supremo poder colidia contra qualquer grupo ou facção que elaborasse algum projeto questionador à ordem e a “conspiração” do ponto de vista teórico era o instrumento manipulador usado nesses momentos. José Honório aponta os limites dessa conciliação quanto ao modo de controle em direção do Estado brasileiro, pois impera no Brasil um tradicionalismo que ganha a força e encastela-se no poder político, utilizando-o “a ferro e fogo” mantendo o cenário político social sem alteração. Assim, a política de conciliação foi quase sempre uma mistificação e serviu para “tapear o curso da história”.

A prosa honoriana desvela os subterfúgios criados para que a sociedade não apresentasse condições de mudança. A fim de exemplificar uma sociedade em que as ondulações quase não existem, Honório identifica no Brasil uma estabilidade granítica que se perpetua, sendo o que melhor caracteriza esse continuísmo era o tradicionalismo:

As forças de resistência à mudança no Brasil são tradicionais e nelas se destacam a resistência jurídica a parlamentar, expressões intelectuais da estrutura econômico-social arcaica. (...) A produção



intelectual não deve falar em nome da Tradição, mas da Verdade. Uma produção intelectual *in statu pupilari* pode ter como missão engrandecer as elites e enfraquecer o povo. Pois é com ele, com suas virtudes e seus erros, que temos de contar para fabricar o destino brasileiro. (RODRIGUES, 1965: 13).

Sob essa perspectiva, o povo brasileiro oprimido pelas elites nunca encontrou um momento da história em que seu papel foi destacado, sendo a prática (quase como regra) apequená-lo. Honório idêntica momentos em que a conciliação foi uma prática das elites que não permitia maior ação dos setores subalternos e tomava de lance as aspirações do povo, impondo pequenas e pontuais mudanças como se fossem avanços expressivos. As coalizões e antagonismos entre as forças renovadoras que defendiam um sistema político com mais integração da sociedade e as lideranças arcaicas que defendiam os meios mais anti-povo foram o aspecto político dominante no Brasil e daí “as monstruosidades sociais e educacionais” (RODRIGUES, 1965: 103).

Essa forma tão violenta e pouco integradora (que tinha meta como satisfazer as necessidades da estrutura econômica portuguesa em pleno desenvolvimento) e o tradicionalismo da elite portuguesa eram os obstáculos a serem superados pelos conciliadores. O tradicionalismo foi empregado para justificar uma forma de ação estagnada, antiga, sem vínculo com a possível ampliação das peculiaridades de uma nova ação social; e compreendido como a reação original a deliberadas tendências reformistas, que no seu projeto originário apontavam para mudanças estruturais na sociedade.

Para esboçar o que representa uma aristocracia tradicional, basta identificar quanto manteve o poder final de veto, impedindo que as mudanças radicais fossem colocadas em prática, como as produzidas pelas reformas ou revoluções sociais, como explica Honório:

Se a violência não é o elemento histórico fundamental da vida brasileira, como o foi em outras partes, se as aspirações de tolerância predominavam, se a mestiçagem abrandou as relações sociais, a verdade é que nunca tivemos uma Revolução. O terror e a força foram utilizados no começo para manter submissos índios e negros e mais tarde para manter oprimido o povo ou derrotar suas aspirações. (RODRIGUES, 1965: 103).

Os representantes do tradicionalismo, tendo como expoentes os integrantes da aristocracia agrária arcaica, colocaram-se contrários a qualquer avanço da sociedade brasileira. Um exemplo é o contexto pós independência que, ao invés de criar um Estado autônomo, reproduziu todo o sistema político da Metrópole:

O Brasil foi o único país do Novo Mundo que fez a Independência com a instituição de um regime monárquico, idêntico ao da Metrópole. Não se recorreu a dinastia estrangeira, e a emancipação política assumiu a aparência de um desenvolvimento natural, freando as tendências à anarquia civil, e contribuindo para conservar intacto o patrimônio territorial da América Portuguesa. A consequência imediata da unidade foi o gigantismo dos problemas e das tarefas, desafio que, desde a Independência, tiveram de enfrentar as minorias dirigentes. Gigantismo acrescido de várias dificuldades, para uma população precocemente dispersada e que, no exclusivismo colonial e no isolamento nacional, só fez regredir, tornando-se insuficiente, econômica e espiritualmente. Revelava também, essa sua primeira ação política, uma capacidade muito plástica de acomodamento político, que se prende à contemporização e à capacidade de adaptação. A solução era facilitada pela própria reconstituição da sociedade patriarcal, dividida em duas castas, a dos senhores e dos escravos. (RODRIGUES, 1970: 56).

Assim, José Honório explica como as forças presas a um passado impediam a sociedade brasileira de ampliar sua organização social em sentido mais amplo, ou seja, atender as aspirações de um maior número de integrantes.

As colisões e antagonismos entre forças renovadoras e a liderança arcaica foram sempre o aspecto político dominante no Brasil e daí as monstruosidades sociais e educacionais que presenciamos. O processo histórico brasileiro tem sido dirigido por espectros num organismo vivo, que é o povo, responsável maior pelas maiores conquistas, a unidade linguística e política, a expansão e integridade territoriais, a homogeneidade cultural, a tolerância racial e religiosa. (...) Nenhuma reforma foi completa



e a própria Abolição não se concluiu com a reforma agrária, embora o retardamento tivesse impedido na abolição da escravatura a indenização dos proprietários. Os remendos dos fósseis são culpados da ressurreição dos problemas. Por isso a gerações sucessivas, jovens e velhos, ouvem sempre falar no *Brasil a beira do abismo*. (RODRIGUES, 1965: 18).

A interpretação de nosso atraso, do processo letárgico que impede as grandes reformas fica por conta da ação de uma elite pequena que não vislumbra qualquer possibilidade de mudança nos rumos sociais e políticos do país. Nesse sentido, seria necessário encontrarmos lideranças razoavelmente capazes de implementar tais reformas:

O processo histórico brasileiro compõe-se de mais de instantes de retardamento que de instantes de aceleração e a liderança tem sido mais dominadora que criadora. A metamorfose pode ainda demorar, embora o prazo histórico esteja se esgotando (...). Da luta entre uma facção composta de condutores cegos e outro que prefere conduzir uma caminhada reformista depende o destino do desenvolvimento do processo histórico do Brasil. A primeira é apenas dominadora, a outra é criadora. A revolução deve ser a vitória do contemporâneo e não a sobrevivência do arcaico (RODRIGUES, 1965: 19).

Segundo José Honório, os retardamentos e a impossibilidade de modernização são as características marcantes da elite agrária no controle do Estado, pois sua ação “assolada no tradicionalismo” (RODRIGUES, 1970: 58), impede o movimento em busca de aspectos reformadores do país. O grande obstáculo, sem dúvida, é a condição típica dessa liderança, que não contempla os setores subalternos e muito menos “reforma a sociedade brasileira”. (RODRIGUES, 1965: 21).

A respeito da conceituação do tradicionalismo recorrente na ação das lideranças políticas, a tematização de Karl Mannheim é elucidativa. Para o autor o tradicionalismo, como forma de expressão de certos intelectuais em um contexto de específico movimento social, representa um modo de avaliação social que a princípio é contrário ao movimento derivado da razão. Por isso o “aspecto mágico”, segundo Mannheim, é uma das bases teóricas que explica o tradicionalismo. O princípio de atuação no campo político expressa um liberalismo que era entendido como o direito do indivíduo agir como desejasse e achasse adequado e, especialmente, como o direito ao exercício irrestrito e inalienável dos “direitos dos homens”.

De acordo com os princípios e conceitos de direitos dos homens, é somente ao transgredir os direitos de seus concidadãos a liberdade de um homem sofre qualquer restrição. A igualdade é o corolário lógico desse tipo de liberdade – sem a suposição de igualdade política para todos os homens, ela é destituída de sentido. Na realidade, contudo, o liberalismo nunca pensou a igualdade como algo mais que um postulado. Ele certamente nunca a considerou como uma questão de fato empírica e, na verdade, nunca exigiu a igualdade na prática para todos os homens, exceto no curso de disputas econômicas e políticas. No entanto, o pensamento conservador deturpou esse postulado em uma declaração de fato, fazendo parecer que os liberais estivessem pretendendo que todos os homens eram, de fato e sob todos os aspectos iguais. (MANNHEIM, 1982: 121).

A condição de manter o tradicionalismo, controlando a esfera política antes da constituição de um sistema político razoavelmente organizado, é a base da ação política tradicional, em oposição à ação conservadora, que está associada a “um conjunto de circunstâncias concretas” (MANNHEIM, 1982: 2). No Brasil esse tradicionalismo fez com que a lógica da organização partidária – um exemplo é o que ocorreu durante quase todo o período imperial – fosse “naturalizada” e sua reprodução mantida como uma necessidade da “Nação” brasileira:

A política nacional exercida pelos dois partidos e suas combinações transitórias foi sempre antirreformista. Preferiu conciliar para não reformar. Unindo todos os interessados na defesa do *status quo* e dos privilégios, evitam-se as ameaças radicais e populares, que puseram em perigo a estabilidade institucional, especialmente entre 1831 e 1840. A conciliação e as ligas visam a defender a ordem e a estabilidade, nas estranhas combinações entre conservadores e liberais moderados. Com isto excluíram-se os radicais, os exaltados, que aspiravam às reformas de estrutura. (...) Deste ponto de vista,



nada foi feito no Império. Antiprogressistas – pois sabiam que progredir era reformar, os políticos imperiais eram desvinculados da realidade nacional e queriam que o povo fosse o que não era. Mas nada ou muito pouco fizeram para transformá-lo, educá-lo, beneficiá-lo sanitariamente. O povo era um fantasma. Antinacionais pela desvinculação, antiprogressistas pelo antirreformismo, liberal e conservador não foram imunes a alienação, sem notar a singularidade do país que dirigiam. Doutrinas políticas, estilos parlamentares, instituições, projetos de lei tudo seguia modelos europeus. (RODRIGUES, 1965: 5).

Esse modelo organizativo da política nacional representava, para a análise honoriana, os acordos e as relações desprezíveis que os setores que compunham a liderança durante o período do Império articulavam em troca da perpetuação de seus interesses. Assim, a composição de dois grupos políticos que ao longo do período imperial não apresentavam divergências consistentes ou mesmo que tivessem propostas antagônicas para levar adiante um projeto alternativo e integrador para a sociedade brasileira, naquele cenário não constituíam uma expressiva diferença, por exemplo entre Luzia ou Saquaremaⁱⁱⁱ. Além disso, práticas retrógradas e conservadoras estiveram presentes com frequência, não diferenciando o tipo de liderança encarregada de controlar o Estado, pois a lógica era invariavelmente a mesma. Para Honório:

O tradicionalismo, o irrealismo, o personalismo e a corrupção são defeitos da minoria e deles resultam as insuficiências populares. A arte de furar é nobre e antiga, praticada pelas minorias e não pelo povo. O povo não rouba, é roubado. Os antinacionais os caiados enfileiram-se na minoria, mas os segundos nascem do povo. Sempre se desrespeitou o princípio de que os grandes momentos criadores da nossa história – e não constituem exceção na história universal – resultam da colaboração íntima e estreita entre a liderança e povo. Cria-se uma tendência que só a liderança cruenta tem o monopólio do poder político. (RODRIGUES, 1965: 120).

Esse aperfeiçoamento de determinadas tendências nada mais é que o resultado de um aprimoramento societário que levou inexoravelmente a compartimentações no campo reflexivo à medida que havia a superação da ordem anterior. No Brasil, com a estrutura colonial sem uma vida dinâmica que ampliasse as relações de capital, seria inevitável que novas concepções sociais e intelectuais se consolidassem. Tal particularidade, no que diz respeito ao desenvolvimento das condições de identificação de um liberalismo político, ficou impossibilitada e mesmo o liberalismo econômico ficou limitado às restrições do Estado brasileiro.

Nesse sentido, a *consciência limite*^{iv} - que busca maior dinâmica e modernização do Estado, tendo como meta o “estabelecimento da unidade nacional, a participação do povo no governo do país, a incorporação do Estado na ordem econômica mundial e a solução das questões sociais” (MANNHEIM, 1982: 16) – no Brasil não figura como uma proposta entre as principais metas daqueles que controlam o Estado brasileiro, principalmente porque entre nós não ocorre o advento do povo no cenário político e social.

A relação entre sociedade e poder é forte a ponto de vigorar certa tendência de desenvolvimento das divisões em estreita relação com as tensões advindas das tentativas de solução de problemas fundamentais da estrutura social. Dessa forma, é fundamental o entendimento de generalização e consolidação do pensamento tradicionalista, principalmente devido ao “caráter dinâmico do mundo moderno e está dinâmica estando pautada pela diferenciação social, sendo a responsável em arrastar consigo o intelecto humano.” (MANNHEIM, 1982: 115).

Desse modo, nos parece correto, seguindo as prerrogativas de Mannheim, que o contexto sociológico em que o pensamento tradicionalista ganha espaço é o cenário onde o conflito de classes começa a ganhar maior repercussão. Florestan Fernandes (2006), em análise a respeito das “implicações socioeconômicas da independência”, explica como a ideologia liberal foi utilizada, não para o desenvolvimento de um “mercado livre”, mas para atender os interesses senhoriais em relação à “tutela colonial”. Para o autor:

Contudo, concretizada a independência e garantida a estabilidade do novo regime político, ela – ideologia liberal – se anula como polarização dinâmica específica dos interesses senhoriais (em consequência do desaparecimento das tensões provocadas pela “tutela colonial”), mas ganha força e importância crescentes como polarização dinâmica específica dos interesses de integração nacional



princípio da representação e da democratização do poder político no nível dos estamentos dominantes. (FERNANDES, 2006: 58).

Acreditamos que José Honório Rodrigues, na defesa das legítimas aspirações e interesses do povo, busca identificar como determinados atores do cenário político e social brasileiro tentaram realizar, no limite de suas possibilidades de ação, um projeto de conciliação com o povo. Para Honório, esse seria o mecanismo mais coerente, pois possibilitaria a tentativa de uma ação política que dinamizasse e modernizasse o Estado brasileiro, além disso, teríamos a possibilidade de ruptura com o conservantismo das lideranças oligárquicas que foram responsáveis por uma má administração do Estado, não impedindo o povo de ter seus interesses atendidos, o que resultou nas tentativas de organização dos movimentos que expressassem seus interesses, pois historicamente esse povo, sempre capado e sangrado.

Conclui-se que a interpretação de José Honório Rodrigues evidencia que a política de conciliação operou historicamente como mecanismo estruturante da dominação oligárquica, ao bloquear reformas substantivas e neutralizar as demandas populares, contribuindo para a perpetuação de um liberalismo restrito e excludente. Tal dinâmica consolidou uma elite dirigente cuja lógica antirreformista produziu tanto a naturalização das desigualdades quanto a recorrência de episódios de “história cruenta” sempre que os setores subalternos tensionaram os limites da ordem vigente. A contribuição honoriana reside, portanto, em demonstrar que a superação do atraso histórico brasileiro depende da constituição de lideranças criadoras e de um projeto nacional fundado na ampliação democrática do Estado, na participação política efetiva do povo e na ruptura com o tradicionalismo que historicamente capturou o poder e inviabilizou as legítimas aspirações nacionais.

REFERÊNCIAS

- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Globo. 2006.
- GOLDMANN, Lucien. *Le Dieu caché : étude sur la vision tragique dans les « Pensées » de Pascal et dans le théâtre de Racine*. 1ª ed. Paris: Gallimard. 1959.
- LOWY, Michel. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. 5ª ed. São Paulo, SP: Editora Cortez. 2003.
- MANNHEIM, Michel. *Sociologia (coleção grandes cientistas sociais – organização Marialice M. Foracchi)*. 1ª ed. São Paulo, SP: Editora Ática. 1982.
- MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 5ª ed. São Paulo, SP: Editora Hucitec. 2004.
- RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-político*. 1ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira. 1965.
- RODRIGUES, José Honório. *Aspirações Nacionais: interpretação histórico-político*. 4ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira. 1970.
- RODRIGUES, José Honório. *Tempo e Sociedade*. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 1986

NOTAS

ⁱ A primeira edição data de 1963, no presente artigo utilizaremos a 4ª edição da obra de 1970

ⁱⁱ Michel Lowy explica que: “Queremos insistir em dois aspectos para a compreensão da *visão social do mundo*: trata-se de um conjunto relativamente coerente de ideias sobre o homem, a sociedade, a história, e sua relação com a natureza e esta visão do mundo está ligada a certas posições sociais, isto é, aos interesses e à situação de certos grupos e classes sociais. As visões de mundo podem ser ideologias ou utopias. Elas podem combinar elementos ideológicos ou utópicos: por exemplo, a filosofia do iluminismo. Além do mais, uma mesma visão de mundo pode ser concebida de modo ideológico ou utópico. Enfim, a mesma visão de mundo pode ter um caráter utópico num dado momento histórico, para tornar-se ideológico, em seguida, numa ulterior, uma ideologia.” (Lowy, 2003: 13).



ⁱⁱⁱ Segundo Ilmar R. de Mattos (2004: 115): “Era comum ouvir-se dizer, em meados do século passado, não haver *nada tão parecido com um Saquarema que um Luzia no poder*. (...) O provérbio imperial chegou até nós. Não raro, políticos, homens de Estado, historiadores e demais cientistas sociais evocam-se para caracterizar, com base em uma ótica negativa, os partidos políticos no Brasil.”

^{iv} A *consciência limite* de Lucien Goldmann (GOLDMANN, 1959: 27), refere-se ao máximo de consciência possível que uma classe social pode atingir em um determinado momento histórico, dentro de seus limites sociais e estruturais. Essa consciência, ou "consciência possível", é a potencialidade de um grupo para compreender a estrutura de sua existência, indo além da consciência real (ou imediata) que se manifesta na experiência cotidiana e que muitas vezes é limitada por ilusões ou deformações. Goldmann analisa como a estrutura da vida social e a divisão do trabalho influenciam a formação dessa consciência, que busca desvendar as relações ocultas sob a superfície da realidade.



LITERATURA, HISTÓRIA GLOBAL DO CONHECIMENTO E A POESIA DE PATATIVA DO ASSARÉ: UM CAMINHO POSSÍVEL DE ANÁLISEⁱ

LITERATURA, HISTORIA GLOBAL DEL CONOCIMIENTO Y LA POESÍA DE PATATIVA DO ASSARÉ: UN POSIBLE CAMINO DE ANÁLISIS

LITERATURE, GLOBAL HISTORY OF KNOWLEDGE AND THE POETRY OF PATATIVA DO ASSARÉ: A POSSIBLE PATH OF ANALYSIS

GOMES, ASSIS DANIEL

pós-doutor em História Contemporânea pela Universidade de Évora, Portugal/ com instância de investigação pela Universidade de Salamanca, Espanha. Doutor em História pela Universidade Federal do Ceará. Professor colaborador do Mestrado acadêmico interdisciplinar em História e Letras da UECE/FECLESCBolsista do CNPq - Brasil (nº do processo: 305988/2024-7), Universidade Estadual do Ceará

E-mail: zumeboletim@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste texto é apresentar um caminho teórico-metodológico para se compreender a relação entre Literatura e história global do conhecimento. Para exemplificar tal proposta, realizamos um estudo de caso sobre a poesia de Patativa do Assaré. Para tanto, ponderamos em um primeiro momento, a partir da bibliografia sobre o tema, caminhos possíveis para se construir uma história global do conhecimento mediante o uso da literatura como fonte histórica, e, por fim, analisamos, como uma forma de demonstrar a proposta, algumas poesias contidas, por exemplo, no livro “Cante lá que eu canto cá: filosofia de um trovador nordestino” (1978). Baseamo-nos na perspectiva da história global do conhecimento, olhando a literatura como uma importante fonte histórica para esse campo do saber. Percebemos que possuímos uma gama de possibilidades ao se pensar a relação entre a história global, o conhecimento e a literatura, principalmente, quando a elegemos como *corpus* documental para a investigação histórica. Dessa forma, temos desafios a serem sanados quando tratamos um tipo específico de literatura, a saber, a poesia. Portanto, buscamos indicar um caminho útil para analisar as poesias nessa perspectiva histórica. Para isso, como estudo de caso utilizamos as poesias feitas por Patativa do Assaré, verificando a sua riqueza temática e a sua profundidade enquanto uma poesia social e uma filosofia do sertão.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura, História global do conhecimento, Patativa do Assaré.

RESUMEN

El objetivo de este texto es presentar un enfoque teórico y metodológico para comprender la relación entre la literatura y la historia global del conocimiento. Para ejemplificar esta propuesta, realizamos un estudio de caso sobre la poesía de Patativa do Assaré. Para ello, primero consideramos, con base en la bibliografía sobre el tema, posibles caminos para construir una historia global del conocimiento utilizando la literatura como fuente histórica. Finalmente, para demostrar la propuesta, analizamos algunos poemas contenidos, por ejemplo, en el libro "Cante lá que eu canto cá: filosofia de un trovador nordestino" (1978). Nos basamos en la perspectiva de la historia global del conocimiento, considerando la literatura como una fuente histórica importante para este campo del conocimiento. Nos dimos cuenta de que existen diversas posibilidades al considerar la relación entre la historia global, el conocimiento y la literatura, especialmente cuando la elegimos como *corpus* documental para la investigación histórica. Por lo tanto, nos enfrentamos a desafíos al abordar un tipo específico de literatura, a saber, la poesía. Por lo tanto, buscamos indicar un camino útil para analizar la poesía desde esta perspectiva histórica. Para ello, utilizamos como caso de estudio los poemas escritos por Patativa do Assaré, verificando su riqueza temática y profundidad como poesía social y filosofía del sertão.

PALABRAS CLAVES: Literatura, Historia Global del Conocimiento, Patativa do Assaré

ABSTRACT

The aim of this text is to present a theoretical and methodological approach to understanding the relationship between Literature and the global history of knowledge. To exemplify this proposal, we conducted a case study on the poetry of Patativa do Assaré. To this end, we first considered, based on the bibliography on the subject, possible paths to construct a global history of knowledge using literature as a historical source, and finally, as a way to demonstrate the proposal, we analyzed some poems contained, for example, in the book "Cante lá que eu canto cá: filosofia de um trovador nordestino" (1978). We based ourselves on the perspective of the global history of knowledge, viewing literature as an important historical source for this field of knowledge. We realized that we have a range of possibilities when considering the relationship between global history, knowledge, and literature, especially when we choose it as a documentary corpus for historical investigation. Therefore, we face challenges when dealing with a specific type of literature, namely, poetry. Therefore, we seek to indicate a useful path for analyzing poetry from this historical perspective. To this end, as a case study we use the poems written by Patativa do Assaré, verifying their thematic richness and depth as social poetry and a philosophy of the backlands.

KEYWORDS: Literature, Global History of Knowledge, Patativa do Assaré.



INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresentamos um caminho teórico e metodológico para se entender a relação da literatura e da história global do conhecimento, tendo como estudo de caso a poesia de Patativa do Assaré. Nesse intuito, analisamos algumas poesias contidas, por exemplo, no livro “Cante lá que eu canto cá: filosofia de um trovador nordestino”. Dessa forma, pensarmos tal problemática nos possibilita fazer uma reflexão sobre as condições efetivas de produção do saber histórico por meio da fonte literária, bem como compreendê-la enquanto uma forma de saber e um discurso sobre o mundo. Para isso, caminhamos pela história global do conhecimento, verificando os seus usos como fonte histórica. Nesse sentido, fizemos uma reflexão teórica que indica vias úteis para se pensar algumas temáticas e alguns caminhos sobre esse campo de investigação, bem como entender os desafios metodológicos referentes às particularidades desse *corpus* documental. Para isso, utilizamos as considerações de Conrad (2019), Rita et al (2020), Poskett (2022) e Burke (2019) como fio condutor para indicar uma trilha possível, principalmente, ao se pensar a poesia. Portanto, este artigo está dividido em duas partes: na primeira fizemos uma reflexão teórica-metodológica e na segunda trabalhamos um estudo de caso a partir da poesia de Patativa do Assaré.

LITERATURA E CONHECIMENTO

A literatura é um território global e/ ou suscetível de ser compreendido como fenômeno global. Neste sentido, é também objeto privilegiado de história global (RITA et al, 2020: 187).

Na citação acima, os autores nos apontam a importância da literatura como *corpus* documental de investigação para a história global, possibilitando-nos verificar os espaços abertos pelos territórios literários, cujos caminhos são frutíferos para se pensar as conexões, as intersecções e os cruzamentos. Nesse sentido, a literatura como fonte de pesquisa para a história global do conhecimento deve ser vista como caminhos para se compreender outras formas de circulação e produção do saber. Dessa forma, olhar os saberes e a ciência na fonte literária nos aproxima da necessidade de rever determinadas posições teóricas e metodológicas ainda arraigadas por uma perspectiva nacionalista e por um modelo fechado de narrar o conhecimento histórico. Por isso, consideramos urgente a necessidade, tendo como finalidade responder aos problemas emergentes no século XXI, de ampliar a visão sobre o saber, desconstruindo uma imagem restrita à ciência positivista e cientificista costurada desde o século XIX. Quando falamos de conhecimento pragmático, ou não, abarcamos tanto os temas convencionais da história da ciência e do conhecimento, como também os não convencionais, isso nos permite olhar o saber produzido pela *cultura popular*ⁱⁱ e usar a história global como um chave hermenêutica nessas investigações.

Consoante Berger e Luckmann (1987), devemos compreender que as realidades humanas são socialmente construídas, ou seja, nesse processo temos uma relação dialética entre as realidades estruturais e o empreendimento humano. Dessa forma, aquilo que nos é apresentado fora uma construção do saber sobre as experiências vividas no cotidiano e não ela em si, pois no ato de mediação de sentido promovido pela linguagem temos várias construções discursivas que reafirmam alguns campos epistemológicos e excluem outros; e em um trabalho inverso temos que buscar não apenas as semelhanças, mas também as rupturas promovendo uma arqueologia do saber (Foucault, 2002), entendendo os vários dispositivos construídos para a legitimação, a circulação e a produção de determinado campo do conhecimento. Além disso, ter clareza e consciência do impacto, uso e abuso do saber, seja ele científico ou prático, social ou não, na vida das pessoas é uma posição sociopolítica e ética do cientista. Para Pestre (2015), as ciências possuem limites e são produzidas com intenções práticas, por exemplo, a ciência moderna nasceu, alimentou e propagou formas diferenciadas de poder:

Au XX^e siècle, les savoirs scientifiques et techniques, et notamment les activités de laboratoire, sont et restent au cœur de la vie économique des nations. Cela ne s'est en rien réduit dans les dernières décennies et les États investissent toujours plus pour contrôler la frontière technoscientifique et la rendre plus productive et efficace. Les savoirs sur les populations ou la santé publique se sont eux aussi fortement accrus, et les économistes ont cherché à maîtriser la machine économique ou le bon fonctionnement des marchés – via la promotion des calculs en coût-bénéfice par exemple ou, plus récemment, le déploiement d'algorithmes financiers. (Pestre, 2015:125-126)ⁱⁱⁱ



Nessa perspectiva, a literatura pode nos indicar como esses saberes, consagrados por um cânone, ou não, são hibridizados, plurais e complexos, requerendo daquele que o transmite, ou instrumentaliza, usar as noções de tradução, redes, circulação e contato. Não podemos, para Latour (1994), reduzir a produção científica e o saber prático as questões sociais, mas compreender os trânsitos e as costuras que moldam e formam a sua existência no tempo, olhando as suas outras esferas, como a política, desmontando a ideia de neutralidade da ciência em relação ao seu uso em ações, atividades e necessidades públicas: “metade de nossa política é feita nas ciências e nas técnicas. A outra metade da natureza se faz nas sociedades. Se reunirmos as duas, a política renasce” (Latour, 1994:142).

Destacamos também que antes do século XIX o saber era pensado de outra maneira, buscava-se, por exemplo, contemplar o campo da imanência e da transcendência: “o ideal concreto das ciências desvaneceu-se a meio do século XIX, quando foi finalmente suplantado pelo mundo “abstracto” que, desde então, tem dominado as publicações científicas” (Kragh, 2001: 138). A partir dessa escolha se elegeu uma forma específica em se construir a história da ciência, olhando-a como um fenômeno sócio-cultural e um campo cognitivo autônomo, enfatizando as suas conexões com as atividades humanas, resguardando as suas especificidades. Para Gavroglu (2007), é preciso desconstruir uma dada homogeneização atrelada ao nome da disciplina, reforçando o seu caráter plural: “os historiadores das ciências estudam a história das ciências particulares. Mais precisamente, formam as histórias das ciências”. (Gavroglu, 2007: 24). A partir dos anos 1990 se reforçou uma forma diferente de pensar o conhecimento, fazendo uma crítica ao modelo de produção da história da ciência formulada no século XIX. Essas mudanças advieram a partir de novos campos que traçaram diferentes formas de produção do saber histórico, como a história global e a história do livro. A guinada da história da ciência para a do conhecimento, para Burke (2016), foi motivada por três desafios:

O primeiro deles sobrevém da consciência de que, no sentido moderno do termo, “ciência” é um conceito do século XIX, portanto aplicar o termo a atividades de busca do conhecimento em períodos anteriores a esse propicia o que há de mais odioso para um historiador, o anacronismo. O segundo desafio advém do surgimento do interesse acadêmico na cultura popular, incluindo os conhecimentos práticos de artesãos e curandeiros. O terceiro e mais fundamental desafio surge da ascensão da história global e da conseqüente necessidade de discutir as conquistas intelectuais das culturas não ocidentais. Essas conquistas talvez não se encaixem no modelo de “ciência” ocidental, porém se mantêm como contribuições ao conhecimento. (Burke, 2016:17).

Para Burke (2016), a história do conhecimento nos permite analisar esses saberes práticos que encontramos na chamada cultura popular, seguindo essa sugestão faremos na segunda parte deste texto uma breve reflexão sobre o conhecimento presente na poesia de Patativa do Assaré, dando visibilidade a essas fontes literárias como frutíferas para se pensar a produção e a circulação do saber mediante a história global. Nesse sentido, verificar como a operação historiográfica (Certeau, 1982) global do conhecimento em seu diálogo com o pensamento decolonial, torna-se um viés importante de análise para se pensar como se construiu um cânone literário, bem como a constituição de espaços legitimadores e definidores, do visível e do dizível, como as academias de letras e de literatura de cordel, olhando, por sua vez, as suas interconexões, as suas redes e os seus contatos na produção de um lugar transnacional e ao mesmo tempo global e local. Nesse sentido, para Hall (2006), ao se entender uma nova articulação entre o global e o local devemos levar em consideração que o local não se constitui, delimita-se e define-se por uma identidade enraizada, mas por novas identificações que transitam por várias escalas espaço-temporais.

Para Maurel (2013), quando pensamos a história global, temos que buscar visualizar as trocas, as influências sociais e culturais, as circulações de saberes e os elementos sócio-culturais presentes em suas fontes, pensando os temas elegidos para a investigação, como também que esse *corpus* documental foi produzido mediante essas particularidades. Dessa forma, para a produção do conhecimento mediante a fonte literária o investigador deve ter clareza sobre as circulações globais de sua produção, seu consumo e sua recepção. Os saberes, assim, pensados pela chave hermenêutica da história global nos impõe a produzir um conhecimento de cunho interdisciplinar, intepocal e interespaial, analisando os vários níveis e escalas do objeto. Para Conrad, a história global poderia ser definida de uma forma mais ampla como a seguinte: a história global “é uma forma de análise histórica que situa os fenômenos, os eventos e os processos em contextos globais” (2019: 16).

Para Riojas e Rinke (2017), nessa perspectiva se utiliza o enfoque transnacional e transdisciplinar que são usados para evidenciar os elementos locais e as suas particularidades, dando profundidade e solidez nas reflexões, respeitando os limites de análise e as conexões interculturais como um recurso de compreender a amplitude da temática e de sua dimensão global. Para isso, consoante Osterhammel (2015), a crítica ao eurocentrismo e a um ingênuo egocêntrico cultural são enfatizados, desmontando a ideia de neutralidade na produção do saber e de um cientista onisciente, ou seja, o global não é sinônimo de total.



La definición de Historia Global tendría por lo tanto dos partes: sería por una parte el análisis de procesos que se estudian mejor en un nivel global más que local, nacional o regional [lo que no la diferenciaría en nada de la Historia Mundial], por otra parte sería el estudio de los factores históricos que han llevado a la existencia de un mundo globalizado, es decir, un análisis diacrónico de la globalización. (Pérez, 2000: 05)^{iv}.

Portanto, temos várias definições de história global, sendo ele um campo aberto a propostas, por exemplo, temos aquelas que dialogam com outros campos da história como a micro-história e a história comparada. Seguimos o caminho que realça as relações, as interações e o contato suprarregional e transfronteiriço, bem como a que realça que ela não é uma nova disciplina, mas uma outra perspectiva (Hausberger, Pani, 2018; Conrad, 2019). Partimos dessa compreensão de história global para pensarmos o conhecimento mediante a fonte literária, olhando as suas possibilidades, os seus desafios e as suas tensões na operação do historiador usada em prol de tecer a narrativa histórica. Segundo Burke (2018), as pesquisas em história do conhecimento no Brasil tem utilizado dois conceitos que parecem ser úteis: “ordens do conhecimento”, em seu afã de pensar as redes e as conexões do saber, e “culturas do conhecimento”, ponderando sobre as influências culturais na forma como os sujeitos se apropriam do conhecimento. Consideramos também oportuno usar, nesse intuito, as contribuições de David Le Breton em sua “Antropologia dos sentidos” (2016) e “Antropologia das emoções”(2009), bem como de Erving Goffman em “Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise”(2012) como suportes analíticos para se investigar o conhecimento na fonte literária, seja na prosa ou na poesia. Ambos nos possibilitam compreender o conhecimento fabricado por lugares oficiais e não oficiais, ou os locais do conhecimento, como definiu Christian Jacob (2008). Esse *locus* é permeado pela incorporação no cotidiano desse saber e o seu refinamento, apropriação e recriação, visando torná-lo útil para resolver os dilemas diários das pessoas. Para Jacob,

Les lieux et leurs aménagements, les gestes accomplis (que nous ne séparons pas de la matérialité des supports et des instruments), les codes et les rites institutionnels qui gouvernent les interactions sociales dans toutes leurs dimensions, etc (In: GIARD, JACOB, PADIS, SEMPERE, 2008, p.46).

[...] Le parti pris a consisté à considérer les savoirs du point de vue de leur production et de leur construction, à les analyser comme le résultat d'un ensemble d'opérations se prêtant à une observation anthropologique et historique (In: GIARD, JACOB, PADIS, SEMPERE, 2008, p.45-46)^v.

Nesse sentido, orientamo-nos, também, pelo olhar do historiador português José Mattoso em sua defesa de usar a prática da contemplação como um recurso metodológico para a escrita da história. Para ele, não seria um retorno para o desejo de uma história total formulada por Georg Wilhelm Friedrich Hegel, mas o processo de emergi-la na dimensão da discursividade. Ela nos ajuda a construir uma narrativa histórica que busca conectar os traços e os indícios dos contatos e trânsitos entre culturas e sociedades, descentralizando-a e olhando a cultura como plural. O contemplar, como recurso metodológico, auxilia-nos a ver o dissidente, as rupturas e as fissuras dentro de uma narrativa de longa duração, desmontando e desconstruindo a ideia de que por meio dela e da narrativa histórica contaríamos a verdade absoluta e compreenderíamos a totalidade do sentido: “a visão contemplativa da História da Humanidade no seu conjunto não traz a revelação do sentido, mas a evidência de um mistério” (Mattoso, 2019, p.86), ou seja, “o processo construtivo da escrita devia ser mais da ordem da poética - no sentido aristotélico, entenda-se bem, não tanto no sentido moderno - do que da linguagem simplesmente assertiva” (Mattoso, 2019, p.89).

Quando olhamos a literatura como fonte histórica devemos ter o cuidado com a teoria do espelho, ou seja, não podemos ver na literatura o reflexo direto das experiências sócio-históricas, postura decorrente do realismo ingênuo. Dessa forma, os caminhos de análise da história global do conhecimento ao olhar a literatura deve ser mediante um diálogo inter e transdisciplinar, fazer uma análise dos aspectos internos e externos, bem como olhar a intertextualidade e interdiscursividade. Para Vieira, o texto literário deve ser usado pelos historiadores como uma “força heurística no que toca ao tempo-espaço do sujeito-autor, da obra e suas redes de criação, circulação e recepção”. (2025, p.09).

Nesse sentido, a literatura é um território global e uma fonte privilegiada para os estudos globais em que podemos encontrar fluxos e encontros, trânsitos subjetivos e transnacionais, contatos e redes forjadas em cotidianos moldados por diversas escalas. Por isso, para Rita [et al], “os territórios da literatura configuram-se como espaços abertos, por excelência, de interconexões, de interinfluências, de intersecções de cruzamentos, de interfecundações, quer de modelos, de gêneros, de correntes e de disciplinas de saber, quer ainda de mundividências”. (2020, p.187). A partir das sugestões dos referidos autores, delineamos um caminho importante para se analisar o conhecimento a partir da história global do conhecimento nas obras literárias, verificando as trocas, as influências sociais e culturais, as circulações de saberes e fazeres, olhando o Brasil por meio de sua literatura (poesia e prosa) como um circuito aberto, espaço de circulação e encontro transnacional, constituindo, segundo Maurel (2013), uma



“identidade glocal”, ou seja, uma identidade construída pelas relações entre os elementos locais e globais que costuraram determinado sentimento de pertencimento. Dessa forma, mudar os elementos e a costura pode criar outras formas de pensar, sentir e se identificar a identidade/diferença^{vi}, considerando a sua inventividade imerso em relações de poder e de força na sociedade e, de forma particular, pois tratamos o texto literário e a constituição de seu campo (Bourdieu, 2000, 1996).

Compreender isso é entender que os saberes transitam na vida cotidiana e são instrumentalizados no contato entre pessoas e culturas, em sua relação face a face e nos quadros de suas experiências tecidas nas interações sociais (Goffman, 2012), como os espaços de sociabilidade e religiosidade, por exemplo, as festas dos santos padroeiros da Igreja Católica: no Cariri cearense temos a devoção popular a Padre Cícero e ao pau de Santo Antônio em Barbalha. A intersubjetividade do mundo, ou seja, a consciência que não estamos sozinhos e precisamos do outro nas atividades mais simples do dia a dia, aponta-nos como o conhecimento se incorpora nessa rotina imersa nas temporalidades e nas condições de possibilidade delas decorrentes. Uma das fontes privilegiadas para verificarmos essa intersubjetividade para os(as) historiadores(as) é a literatura.

O historiador Roger Chartier em seu artigo “Literatura e História” (2000) indica duas formas de relacionar literatura e história, a primeira enfatiza os aspectos históricos e morfológicos do texto. Nesse sentido, verifica-se as negociações firmadas entre a criação literária e as práticas do mundo social. A segunda maneira nos faz descobrir “em alguns textos literários uma representação aguda e original dos próprios mecanismos que regem a produção e transmissão do mistério estético” (Chartier, 2000, p.198). Caminho esse seguido por alguns historiadores(as) no Brasil, como Sandra Jatahy Pesavento.

Para Pesavento (2000), em nossa contemporaneidade as questões da veracidade e da ficcionalidade relativas ao texto literário ainda são pertinentes, provocando diálogos entre a literatura e a história, desfazendo fronteiras e abrindo portas mediante uma posição interdisciplinar. Essa posição interdisciplinar também é uma característica da história global, promovendo um diálogo que nos auxilia a compreender as várias costuras que compõem um texto literário, por exemplo, a cultural, a econômica e a política.

Nesse sentido, destaca a importância de investigar o imaginário na literatura, compreendido em sua aproximação com o conceito de representação e do campo da história cultural. Para ela, “o imaginário é sistema produtor de idéias e imagens, que suporta, na sua feitura, as duas formas de apreensão do mundo: a racional e a conceitual que formam o conhecimento científico, e a das sensibilidades e emoções, que correspondem ao conhecimento sensível”. (Pesavento, 2006, p.12). Por exemplo, na poesia e na literatura de cordel podemos encontrar ricos indícios do imaginário sócio-cultural brasileiro, como na poesia de Patativa do Assaré.

De acordo com o dito acima, a literatura e a história são narrativas que possuem um referente, como as experiências sociais e cotidianas, produzindo, a partir dele, reflexões sobre a vida, bem como formas de explicá-la e transformá-la. A literatura possibilita ao historiador ver o mundo através de suas imagens sensíveis, em relação ao tipo de literatura que vamos trabalhar no estudo de caso, a poesia, ela aborda o mundo de “uma forma indireta, metafórica e alegórica” (Pesavento, 2006, p.22). Isso permite ao historiador outras temáticas que não foram possíveis com o texto em prosa, bem como construir abordagens e metodologias para se ter acesso às sensibilidades: “a literatura registra a vida. Literatura é, sobretudo, impressão de vida” (Pesavento, 2006, p.23). A produção do conhecimento, a sua circulação e o seu consumo são movidos também pelo imaginário, pelas sensibilidades e emoções; vemos tais elementos no texto literário é possível, pois nele temos formas de usos, conexões e contatos sobre as maneiras de pensar e agir em determinado tempo histórico.

Para Guerrero e Pinzón (2022), não se tinha uma distinção nítida entre a história e a literatura na América Latina no século XIX, os seus limites não eram definidos, permitindo ao historiador e ao escritor transitar por essas searas, bem como dialogar métodos diferenciados em sua narrativa. Com a criação do cânone literário no século XIX e com uma ciência histórica, temos em ambas como função a produção de textos sobre a nacionalidade, bem como a ênfase no futuro e no discurso do progresso. Para os referidos autores,

La revisión del pasado y sus interpretaciones fueron, en el siglo XIX, muy complejas. Sintetizando, hubo por lo menos dos grandes corrientes. Una liberal con la que se cuestionó el pasado anterior a los procesos emancipatorios. Las llamadas Conquista y Colonia fueron revisadas bajo una óptica cobijada por la “leyenda negra” antiespañola, en la que se responsabilizaba a España de haber legado a las nuevas repúblicas vicios, males y problemas. En ese sentido, el lado más extremo se proponía hacer desaparecer ese pasado español y ubicar como punto cero de la historia la Independencia. La otra corriente, de tendencia conservadora, revalorizó el pasado español e indicaba que no se podía entender el presente decimonónico sin reconocer el legado que dejó España durante la Colonia. Esta corriente puede verse claramente en el llamado hispanismo. (Guerrero, Pinzón, 2022: 18)^{vii}



Olhando, outrossim, essas complexidades de narrativas históricas, em um tempo em que não se tinham definições e se estava estruturando o que se pensava e como deveria ser a ciência histórica no modelo de saber científico pregado naquele momento, entendemos tais relações de força. Para Bentivoglio e Lopes (2013), no século XIX na Europa vivenciou uma transformação no regime de historicidade, a construção de normas e exigências em relação à profissão de historiador, como a constituição dos cursos de pós-graduação. O que Guerrero e Pinzón (2022) apontam é que na América Latina essas inovações ainda não se tinham chegado e nem as qualificações necessárias para o seu ofício, sendo uma tarefa feita pelos profissionais liberais e pelos sacerdotes, por exemplo. Nesse processo de torná-la uma ciência positiva, buscou-se diferenciá-la da filosofia e da literatura, dos elementos da ficção e da subjetividade. Tal diferenciação demarca as fronteiras entre as disciplinas ainda enfatizadas hoje por alguns historiadores: “a história difere da literatura em sua aderência aos padrões de evidência que são bem diferentes dos padrões de avaliação que prevalecem na literatura. É nos seus aspectos de evidência ou de justificação que a história e a literatura, ao que parece, mais se afastam” (Megill, 2016:269).

Essas digressões sobre as formas de escrita da história na Europa e América Latina no século XIX é importante para entendermos que a literatura era usada de diferentes formas pelos historiadores, seja no intuito de uma aproximação, ou afastamento, e que o romance nacionalista foi usado como uma forma de divulgar o saber histórico e os elementos utilizados para a construção da identidade nacional. Nesse sentido, quando pensamos uma história global do conhecimento buscamos desconstruir esse vies nacionalista, indicando as conexões e os contatos presentes na literatura que nos mostra aspectos transnacionais e globais. Essa postura também nos orienta por outro caminho para se pesquisar a literatura, por exemplo, um diálogo profícuo com a literatura comparada e a literatura vista pelos estudos globais.

Seguindo as ideias de Peter Burke (2016) que não existe uma história global do conhecimento no singular, mas “existem apenas histórias, no plural, de conhecimentos, também no plural” (2016:19), compreendemos que a literatura, enquanto um objeto de estudos da história global do conhecimento, deve ser olhada em sua pluralidade e diversidade, confrontando os elementos internos e externos, por exemplo, seja analisando um romance de Machado de Assis ou uma poesia de Patativa do Assaré.

Nesse sentido, pensarmos no saber, em seu estatuto e em suas formas de apreensão, dentre outras questões, abre-nos uma gama de possibilidades. Quando falamos em olhar tais questões em textos poéticos, temos que captar as questões da linguagem e a estruturação usada em sua tessitura. Dessa forma, entendemos ciência como também uma forma de arte, ou seja, a organização do saber é feita em uma estrutura que provoca curiosidade e possibilita a sua apreensão. No entanto, as formas de ordenação se alinham às delimitações do campo e à jurisdição de validação, excluindo aqueles saberes que não se enquadram nos definidores de ciência construídos por determinados grupos de intelectuais em dado momento da modernidade. Não podemos cair no mito da totalidade, mas, para Zumthor,

Pode-se reivindicar uma visão global, não total. Oponho assim “totalidade”, designando um conjunto orgânico dado por fechado, a “globalidade”, que conota abertura progressividade, energia movente. Globalidade implica coesões mais frouxas, menos convenção, menos relações causais, e um eixo duplo de polarização: em direção ao passado com o qual nos comprometemos, pesquisadores historiadores; e em rumo ao próprio ato pelo qual, nesse momento, “passamos”. Cada um de nós conserva o desejo recalcado de encontrar alguma doutrina totalizante, que corresponderia à idéia medieval de ciência.(2007: 102).

Sobre a relação entre história e literatura, de uma forma mais ampla, temos uma discussão longa, que nos faz pensar a importância de sua aproximação, mas também os elementos que as diferenciam. Isso é importante destacar como uma forma de entendermos de uma maneira mais clara o seu uso como fonte histórica. Temos uma gama de debates sobre a literatura como *corpus documental* para o conhecimento histórico, textos esses de caráter teórico e metodológico que nos auxiliam a entender as complexidades dessa relação, fazendo discursos sobre o binômio verdade *versus* ficção, como também os que abordam caminhos mais pragmáticos para instrumentalizar o olhar do historiador e operacionalizá-lo por meio de uma técnica que o permita analisar essa fonte de pesquisa, por exemplo, destacamos o artigo “A fonte fecunda” (2009) de Antonio Celso Ferreira e o livro “História e Literatura: o uso de obras literárias como fontes históricas” (2023) de Julio Bentivoglio e Alves Kelly. Ambas as obras nos fornecem pistas valiosas para os procedimentos analíticos usados nessa fonte, destacando as particularidades pertinentes à ciência histórica. Em relação à última obra citada acima, os autores olham de uma forma particular o romance como documento-monumento (Le Goff, 1996), mas também realçam que essas considerações podem ser também usadas para analisar alguns aspectos da poesia. Por exemplo, destacamos os seguintes elementos metodológicos citados: análise do conteúdo mediante um quadro teórico, ter conhecimento sobre a fonte analisada, o seu processo de produção, a sua circulação, e conhecer o autor, a sua literatura, os seus críticos, bem como conhecer o cânone e a crítica literária sobre a obra e o autor pesquisado; ter conhecimento sobre o estilo literário e, por fim, realizar um estudo multi e interdisciplinar (Bentivoglio, Kelly, 2023).



Dessa forma, olhar a circularidade, os encontros e os contatos da obra e de seu autor, empreender uma comparação e visualizar como as influências transnacionais estão presentes na forma em que o conhecimento é apresentado na literatura; seja um conhecimento popular, por exemplo, da medicina e das práticas populares de cura, ou mediante o saber científico médico com a instituição e ampliação de espaços do cuidado, como hospitais e práticas profiláticas que adentraram o espaço privado e público. A leitura de uma obra literária é fruto de várias obras lidas pelo autor e de várias leituras de mundo, fazendo-nos compreender como esse *corpus* documental é privilegiado para os estudos da história global do conhecimento:

Ao ler um livro, na realidade leem muitos livros distintos, numa espécie de quebra-cabeça livresco, em que as histórias se cruzam, misturam-se, combinam-se. O leitor e a leitura são levados a criar finais para cada uma das histórias que ficam em aberto: as leitoras e os leitores assumem parte da criação e seu papel, então, se torna explicitamente ativo. (Pinto, 2020: 28).

Nesse sentido, para Navas(2020), ao verificarmos como os textos literários trabalham temas científicos, podemos nos atentar aos personagens e como eles abordam essas temáticas, as narrativas que encontramos sobre as descobertas científicas ou o uso da ciência e dos saberes práticos no cotidiano das pessoas, como apresentam os objetos tecnológicos e o impacto em suas experiências sócio-culturais. Por exemplo, no conto “Alienista” de Machado de Assis. Para Dosse (2012), deve-se construir uma poética do saber histórico, essa postura não seria o retorno ao programa de produção do conhecimento costurado pela *linguistic turn*, mas se orientar pelas sugestões de Jacques Rancière, Arlette Farge e Paul Ricoeur que associam em suas operações historiográficas os elementos científicos, narrativos e políticos na edificação de certo regime de verdade.

A literatura também é uma forma de conhecimento, sendo esse um elemento a ser investigado. Para Santaella (2020), temos várias formas de conhecimento e não apenas o saber científico. Dessa forma, a referida autora compreende a literatura como uma ciência prática, ponderando que “a incerteza e indeterminação também rondam o fazer das ciências”(Santaella, 2020:19) e não apenas da arte literária. Dessa forma, a literatura é um conhecimento. Por isso, temos que ponderar sobre a sua forma de produção, o lugar social (Certeau, 1980) de seus produtores, as redes e as conexões que favoreceram a sua feitura, permeadas, por sua vez, pelas tensões do campo, pelos diálogos e pelas negociações em prol de promover a sua circulação e o seu consumo. Portanto, permeada pelas relações de poder e saber, os(as) escritores(as) excluem temas e incorporam outros, essa escolha se faz de forma aberta e livre, como também por meio das imposições do mundo sócio-cultural, econômico e literário que se está inserido. Essa exclusão e inclusão indicam caminhos de leituras e formas de ver o mundo, impactando, por exemplo, na construção da subjetividade daqueles(as) que a consomem.

O SABER NA POESIA DE PATATIVA DO ASSARÉ

Na Grécia antiga os poetas eram reverenciados como aqueles que apresentavam um saber, a sua voz não provinha apenas de um som produzido pelo corpo que expunha determinado tema, mas sua arte era fundamentada pela tradição que os colocava como aqueles que teciam uma narrativa que dava sentido às coisas e a existência dos que moravam em dada espacialidade. Sua voz, movida pelo som e pelas performances, tocavam temas políticos, morais, religiosos e éticos, buscando propagar os traços de ensinamentos deixados pela tradição oral que ainda eram úteis no presente.

Em suas poesias à vida e os efeitos dos que viviam em sua sociedade eram expostos mediante a exposição dos versos, para Chauí, destacando que “o mundo é tecido por mudanças e repetições intermináveis” (2000: 23). No entanto, esses poetas gregos buscavam as explicações para as mudanças e as permanências do mundo cosmogônico. A filosofia nasceu na Grécia quando se buscou essa explicação da ordenação do mundo por meio do pensamento racional (cosmologia). Os chamados filósofos físicos partiam da observação da natureza para refletir sobre as questões naquele momento pertinentes, buscavam o princípio originário de todas as coisas por meio do olhar atento para o seu cotidiano. A partir de Sócrates, temos uma mudança de olhar, ao se destacar a importância do filosofar sobre si mesmo (dimensão da interioridade), de construir uma forma de pensar o ser humano e o seu estar no mundo social (dimensão política e social), constituindo uma filosofia política que tem como pauta refletir sobre as condições de governo e de existência da cidade (polis) (dimensão da coletividade).

A partir do posto, Patativa do Assaré se aproxima dos poetas gregos, quando também elege como principal meio de exposição de seu pensamento a poesia oral e a sua construção por meio de um processo mnemônico. Entretanto, não elege como meio de explicação sobre o seu cotidiano o viés da cosmologia e não buscou uma causa divina para justificar as mazelas humanas. Ele também se aproxima dos filósofos físicos (pré-socráticos) quando usa da observação do cotidiano, da natureza e do seu meio



para retirar os temas e os materiais para ruminar o seu pensamento e transformá-lo em poesia. Todavia, Patativa do Assaré não buscou um elemento físico para explicar o *arché* da natureza. Portanto, semelhante aqueles que seguiram o pensamento socrático, Patativa fez uma reflexão política e social em sua poesia, olhando os seres humanos em sua singularidade e compreendendo que as relações de saber-poder que emergem no cotidiano social advém das escolhas políticas dos homens e das mulheres em determinado momento histórico.

Antônio Gonçalves da Silva nasceu em Assaré em 1909 e morreu em 2002. Esse poeta teve a oportunidade de atravessar o século XX, experimentar e sentir os eventos, os acontecimentos e as mudanças que ocorreram nesse período na história do Brasil, utilizando desses elementos como sementes a serem plantadas em sua roça poética. Cego de um dos olhos, contemplou a Serra de Santana em Assaré onde nasceu de uma forma particular, por exemplo, vendo-a de uma forma poética por meio de uma contemplação de suas belezas e dos desafios sociais do sertão cearense. Esse espaço afetivo também era o seu espaço do saber, era durante o manejo de suas roças que ele produzia a sua poesia, que ele construía versos e estrofes, que refletia sobre a sua vida e existência, as demandas sociais e culturais de sua comunidade. Para Feitosa (2003:27), “toda a trajetória de vida de Patativa tem uma “mensagem a comunicar”. Ela encontra-se estruturada na forma de discurso e é comunicada ao longo de suas poesias e no discurso “preferencial” que construiu para sua autobiografia”.

Em entrevista a Gilmar de Carvalho, Patativa do Assaré destacou a importância de sua arte:

É porque... olha, é preciso um grande cuidado porque a poesia, a beleza da poesia não consiste na linguagem, viu? É um segredo natural. Consiste no poeta saber dizer com precisão aquilo que ele pensou, aquilo que ele quer, quer na linguagem matuta ou quer na linguagem certa, é a mesma coisa, viu? Então, do jeito que eu faço essa poesia, esse soneto, como esse que eu recitei agora e muitos outros que eu tenho, num mesmo instante eu faço a poesia matuta também, apresentando como você já conhece “A aposentadoria de Mané do Riachão” ou não? (ASSARÉ, 2009: 60).

Patativa do Assaré, portanto, denomina-se um “poeta social” que falava sobre o seu sertão, o Brasil e o Nordeste, tendo claras posições políticas em suas cobranças em prol da construção de uma nação mais justa e fraterna, reforçava uma verdade pautada na experiência, nas observações que fazia e aceitava intersubjetivamente, bem como produzida e compartilhada coletivamente. Ele olhava para a sua própria poesia de uma forma crítica, no próprio ato de escolher quais delas deixaria no campo da oralidade ou passaria para o da escritura. Para Teixeira (2016), o riso, e acrescento, a ironia no sentido socrático, é que torna alguém um filósofo. Patativa possuía ambas as características.

Conforme Debs(2001), a dimensão mais forte na obra desse poeta era a sua preocupação em tratar o cotidiano sertanejo, as emoções e as sensibilidades embaladas pela sonoridade dos versos que causavam um sentimento de saudade e de pertencimento a uma espacialidade e a um identidade regional, sendo assim as marcas orais e regionais elementos fundamentais para se compreender a sua obra: “essas marcas da oralidade confirmam, a origem rural do poeta e reforçam o caráter sertanejo do universo descrito” (Debs, 2001, p.22). Nela temos o camponês nordestino caracterizado como digno, íntegro e modesto, em contraponto ao cidadão urbano, principalmente, aquele encontrado no sul do Brasil. Dessa forma, o saber produzido e divulgado pela poesia oral de Patativa era marcado pela itinerância do poeta, cujos traços do contato e das interconexões se fazem ressoar em suas temáticas e na forma como as constrói, por exemplo, sua viagem ao Pará e a sua parceria com o poeta e folclorista José Carvalho de Brito.

Destacamos duas de suas obras, pois tratam de uma forma direta sobre a identidade nordestina e brasileira, como também aponta as suas reflexões filosóficas por meio de versos que tratam temas sociais, políticos e culturais: “Inspiração Nordestina: cantos do Patativa” publicada em 1957, e “Cante lá que eu canto cá: filosofia de um trovador nordestino”, cuja primeira edição é de 1978.

Algumas ideias abordadas na poesia de Patativa nos faz pensar sobre o seu amor pelo Brasil, que por meio de seu espaço de experiência projeta expectativa para o futuro dessa nação. Isso não se faz isolado no mundo e sem expressar o que se pensa, pois as transformações não acontecem sem movimentação, sem cobrança, sem crítica. Para Santos, ele tinha o compromisso em mostrar uma verdade filosófica:

Por meio dessa filosofia. Patativa do Assaré não coloca a sua poesia como “literatura” no sentido atual, moderno da palavra. Seu objetivo não é obedecer, corresponder aos critérios que estão na base do cânone da Literatura oficial (ficção, originalidade e estética), mas estabelecer sua palavra poética enquanto verdade e dispor a sua estética (ritmo e invenção) ao serviço da expressão da realidade/verdade da vida do povo. (2011:80)



Dessa forma, na produção de sua poesia com temáticas sobre a ciência ou a sua poesia como saber, Patativa tem o maior cuidado na forma como se expressa, compreendendo as particularidades de seu público, manejando narrativas e signos da tradição oral e do imaginário nordestino, reinventando-os e dando-os visibilidade. Nesse exercício poético e nessa atividade do filosofar Patativano, ele “escreve sobre o que vive, daí mais uma vez essa solda entre natureza e cultura. Essa dicotomia é algo que não deve constar de suas preocupações, porque seu filosofar vai na direção da discussão de uma práxis” (Carvalho, 2009: 138).

Nessas redes sociais que se incorporou desde a sua volta de Belém do Pará, com o seu acolhimento nos círculos literários e dos pesquisadores cearenses do chamado, à época, folclore, por exemplo, na Casa de Juvenal Galeno, ele se insere em um lugar privilegiado, torna-se resquício de práticas consideradas em processo de extinção, sua poesia reviveu maneiras de produzir a poesia considerada morta em algumas regiões brasileiras. Nesse sentido, tornou-se um objeto de investigação para os folcloristas, os cientistas sociais, os historiadores e outros profissionais que se debruçaram com essa temática. Dessa forma, Patativa do Assaré conseguiu se mobilizar nessas teias e relações de poder, ao mesmo tempo se colocando como objeto e sujeito do conhecimento, compreendendo que “o saber permanece ligado a um poder que o autoriza” (Certeau, 1995: 58). Além disso, o seu contato com intelectuais internacionais como Raymond Cantel, professor da Universidade de Sorbonne - França, e Colin Hanfrey, docente da Universidade de Liverpool - Inglaterra, que também foram divulgadores e promoveram a circulação de sua poesia na Europa e em suas respectivas instituições, é um indício de suas redes transnacionais.

Portanto, o reconhecimento da poesia de Patativa como uma filosofia emerge desde a publicação do seu livro “Cante lá que canto cá” que possui como subtítulo o seguinte “Filosofia de um trovador nordestino”, desconstruindo, assim, a ideia canônica de restringir o trabalho filosófico a Europa e aos europeus, realçando que no sertão Nordeste temos filósofos como os poetas gregos e os filósofos pré-socráticos que observavam a natureza como ponto de partida para o seu filosofar:

O título do livro Cante lá que eu canto cá, idêntica denominação de um de seus poemas mais sugestivos, ainda inédito, foi ideia da professora Edith Menezes, integrante da equipe do Centro de Documentação, Estudos e Pesquisas, da Fundação Padre Ibiapina. O subtítulo “Filosofia de um trovador nordestino”, foi acrescido por sugestão do professor Plácido Cidade Nuvens, a partir do poema “Filosofia de um trovador Sertanejo”. O livro foi parcialmente custeado pela Fundação Padre Ibiapina, que era presidida pelo então Bispo do Crato, Dom Vicente de Araújo Matos. (NUVENS, 1995: 94).

Nessa poesia, “Filosofia de um trovador sertanejo”, convida-nos, primeiramente, a escutá-lo, que ele vai filosofar sobre o mundo, as existências e os dilemas presentes no sertão. Pois, se outras pessoas podem construir essa reflexão, ele também a pode. Nesse tipo de narrativa, ligada à oralidade e a performance do repente, Patativa pede licença a sua plateia para contar a sua história e produzir o seu saber por meio da arte poética. Nesse sentido, aproximou-se da filosofia de Platão mediada por uma interpretação cristã e de outras escolas platônicas que entendiam o mundo exterior como ilusões, e, por isso, reforçava que se deveria dedicar ao eterno, ao sagrado e não aos desejos terrenos, bem como entender o mundo como uma prisão da alma. Para Patativa do Assaré,

*O mundo é uma cadeia
Onde se vêve a pená;
Nós somo os prisionero
Deste carce universá;
Vivendo nesta prisão,
Tudo de argema nas moço,
Os grião é as doença;
Dentro deste calabozo
Sofre o véio e sofre o moço,
Que a vida é dura sentença! (2014: 183).*

Nesse sentido, a filosofia cristã na poesia de Patativa produz uma forma sertaneja de ver e narrar o ato criador de Deus, bem como os mitos em torno do pecado original, segundo o viés do pensamento de Santo Agostinho. Nesse ato criativo, poético e reflexivo, ele não definiu doutrina e não reafirmou dogmas, mas fez filosofia e “teologia como um modo livre de falar de Deus” (Brito, 2010: 148), travando uma variedade de temas, como a origem do mal e o destino da humanidade. Em relação a essa poesia é importante compreender que o seu público é específico. Segundo Brito, “a abertura sugere que o poeta esteja na casa de pessoas influentes, de “cultura”. O próprio tema “coisa da filosofia” pode indicar isso, como se o poeta fosse desafiado a



mostrar seu saber. A expressão de tratamento “seu dotô” indica que o interlocutor é de classe social superior à do cantador” (2010: 151-152).

Podemos encontrar essas temáticas também na literatura de cordel. Compreendemos que o cordel “é um folheto com poemas rimados, que trata de temas diversos, que vão de romances, histórias de valentia, humor, oração, até aos últimos acontecimentos do dia a dia” (Lacerda; Menezes Neto, 2010: 224). Essa literatura de cunho informativo e de diversão trazia uma variedade de temas que brotavam do interesse de seu público e da circularidade de sua produção. Os temas que mais se vendiam se tornavam mais rotineiros nos folhetos. Os referidos autores, destacam que também eles eram usados como uma forma de alfabetizar o interior do sertão nordestino, de transmitir uma mensagem, contar causos e fatos históricos. Por exemplo, temos a literatura de cordel “O padre Henrique e o dragão da maldade” de Patativa do Assaré, produção essa feita a pedido de Dom Helder Camara em prol de denunciar e informar a população nordestina do assassinato do Padre Henrique em 1969 em Recife fruto da política de repressão e perseguição da ditadura civil-militar, bem como do endurecimento dessas medidas após o AI-5 (1968).

*O Padre Antonio Henrique
muito jovem e inteligente
a 27 de Maio
foi morto barbaramente
no ano 69
da nossa era presente [...]*

*Nesse clima de tristeza
os dias iam passando
porém nosso Padre Henrique
sempre a verdade explicando
e ameaças contra a igreja
chegava de vez em quando*

*Por causa do seu trabalho
que só o que é bom almeja
o espírito da maldade
que tudo estraga e fareja
fez tristes acusações
contra D.Hélder e a igreja. (Assaré, 2024: 62-63)*

A performatividade na poesia de Patativa transmite uma mensagem através dos recursos e da linguagem do aqui e agora, do meio em que vive, de uma gama de emoções. Promovendo, assim, essa comunicação vocal por meio da exterioridade, elementos e situações concretas que davam alicerce à temática, e da interioridade, sua reflexão sobre o visto, em um movimento em que se misturava as ideias, as memórias, as imagens, os sons e o corpo. Consoante Le Breton, “um homem que pensa é sempre um homem afetado, alguém que reúne o fio de sua memória impregnado de certo olhar sobre o mundo e sobre os outros” (2009: 116-117). Essa definição sensível sobre o vivido, é fundamental para compreendermos como as experiências sociais modificam a forma como nos comportamos nas relações interpessoais. A não fixidez das emoções, faz com que ela consiga se diluir quando se quer: “as emoções são, portanto, emanações sociais ligadas a circunstâncias morais a sensibilidade particular do indivíduo” (Le Breton, 2009: 120). Essas particularidades mostram o Patativa como um poeta oral e das emoções¹. A sua voz transmitida por meio de seus versos e das performances realizadas como uma forma de transmitir as suas mensagens o torna um profeta entre os seus conterrâneos, um profeta que enfatiza em sua poesia social a justiça e a dignidade para os sertanejos nordestinos. Para Brito, a concepção de justiça de Patativa está ligada a sua concepção do cristianismo primitivo, bem como “em Patativa, utopia e realidade declamam o porvir” (Brito, 2010: 16).

¹ Para Zumthor, “os poetas orais podem sofrer, ao longo do tempo, a influência de certos procedimentos linguísticos, de certos temas próprios às obras escritas: a intertextualidade varia então de registro a registro. De qualquer maneira, e salvo exceções, a poesia oral hoje se exerce em contato com o universo da escrita. Isto não implica necessariamente um contato com a poesia escrita, embora em um prazo mais ou menos longo este contato possa ocorrer. Nesta situação de coexistência, classificaremos preferencialmente os fatos conforme o ponto de impacto da escrita sobre a comunicação poética oral se situe na produção, na conservação, ou na repetição do poema” (1993: 39).



A poesia de Patativa é repleta de imagens e discursos que procuram definir o Nordeste enquanto região, participando, outrossim, desse empreendimento feito pelos intelectuais brasileiros no século XX. Nesse sentido, ao se pesquisar a construção de um saber sobre o Nordeste e o seu povo, deve-se verificar a movência dessa identidade em construção, descartando um pertencimento essencializado, homogêneo e eterno. Isso garante compreender o papel de Patativa nessa operação e invenção. Portanto, seguindo as sugestões do Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011, 2013), suas práticas e seus discursos poéticos edificaram e definiram novas espacialidades e tipologias. Para isso, cingia-se de uma forma de tecer os seus versos que permite enxergar a fluidez das fronteiras, as rachaduras e as possibilidades para além dos padrões da poesia erudita e da literatura de cordel. Dessa forma, os discursos sobre o Nordeste são moventes, são itinerantes e marcados pelas emoções dos retirantes das secas, bem como do sentimento da saudade daqueles que partiram do sertão.

Nessa literatura, os conhecimentos práticos, a ciência e a tecnologia são abordados usando estratégias de transmissão: utiliza uma forma simples, ou seja, a linguagem matuta. Por exemplo, na poesia “Ingém de Ferro” Patativa do Assaré aborda o ingresso de uma nova tecnologia nos engenhos de cana de açúcar no Cariri cearense, como também as expectativas que essa nova tecnologia aumentasse a produção e a qualidade do produto, podendo melhorar a rentabilidade e a competitividade dessas indústrias no Ceará e no Brasil. O referido poeta aborda como o engenho de ferro representava o progresso para o Cariri, mas o seu ingresso também fez essa região perder determinadas práticas sociais e culturais que se construíram em torno do trabalho manual com o engenho de pau. Esse olhar nostálgico, que apontava para as suas memórias, indicava as mudanças que a ciência e a tecnologia estavam fazendo na região, introduzindo o capitalismo e a aceleração que advém dele.

*Mode esta suberba sua
Ninguém vê mais nas muage
Nas bela noite de lua,
Aquele camaradagem
De todos trabaiadô.
Um, falando em seu amô
Outro, dizendo uma rima,
Nas mais doce brincadera,
Deitado na bagaceira,
Tudo de papo pra cima.*

*Esse tempo que passou,
Tão bom e tão divertido,
Foi você quem acabou,
Esguerando! Esgueirando!
Come come interessêro!
Lá dos confim do estrangêro,
Com seu baruio indecente,
Você vem todo preverso,
com história do progresso
Mode dá desgosto à gente!. (Assaré, 2014: 350).*

Dessa forma, Patativa do Assaré criticava a forma colonizada de pensar de alguns cearense que valorizavam os projetos e as ideias de fora, desprezando as de seus patrícios. Por exemplo, a ideologia do progresso que incorporava na vida do sertanejo novos hábitos e costumes, desmobilizando as suas relações cotidianas e de sociabilidade fincadas em uma relação coletiva e social diferente do espírito do capitalismo. Ao pedir licença para falar, ele afirmava que o pensamento moderno ocidental é abissal, que ao prover determinada visibilidade e invisibilidade sobre alguém, fomentava a exclusão, que ao definir maneiras de saber e agir, ocasionaram uma representação sobre a realidade social que é incorporada ao imaginário de quem tem acesso a essa informação, ajudando a moldar sua subjetividade e influenciando em sua tomada de decisão. Esses universos distintos eram criados mediante um binarismo de existência e identidade, para que um se apresentasse, o outro deveria ser excluído, necessariamente. Patativa na poesia destacada acima nos apresenta esse sentimento de revolta devido ao ingresso da tecnologia vinda de fora, como as proposições dos territórios coloniais não são bem vistas e que os paradigmas e os projetos de desenvolvimento vindos de fora são aceitos sem nenhuma objeção por parte de uma parcela considerável da população. Para Santos (2009), no pensamento abissal não é possível a “co-presença dos dois lados da linha” (2009: 24). Para o referido autor, o conhecimento e o direito são o exemplo do pensamento abissal global. Destacamos o que ele sinaliza sobre o conhecimento em suas disputas epistemológicas modernas a fim de definir o que é saber ou não. Essa busca pela validade se faz por meio das relações de força e de poder, construindo objetos, circunstâncias e métodos. Para ele, “no campo do conhecimento, o pensamento abissal consiste na concessão à ciência moderna do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, em detrimento de dois conhecimentos alternativos: a filosofia e a teologia” (Santos, 2009: 25).



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Portanto, construir uma história global do conhecimento por meio da literatura nos possibilita ver os imaginários e as sensibilidades que são traçadas em suas narrativas, aponta-nos indícios históricos, estéticos e sociais. Vendo, assim, as questões externas e internas do texto, mobilizando uma hermenêutica que busca decifrar formas de interpretação e de sentido que o transitam, vendo o contato e a transnacionalidade presente nas obras literárias. Esse desmonte de uma narrativa nacionalista e de um olhar restrito a produção literária, faz-nos ver como é possível promover uma narrativa histórica que trabalha as questões locais em suas conexões com as globais, sem desconsiderar as suas particularidades, bem como enfatizando as influências e trânsitos de ideias, sujeitos, dentre outros, que possibilitaram a sua construção.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. Cultura popular, um conceito e várias histórias. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. *Ensino de História: Conceitos, Temáticas e Metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 83-102.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste, 1920-1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013.
- ASSARÉ, Patativa do. *Cante lá que eu canto cá*. 18° ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- ASSARÉ, Patativa do. *Inspiração Nordestina*. São Paulo: Hedra, 2003.
- ASSARÉ, Patativa do. *Cordéis*. Fortaleza: Editora UFC, 2024.
- BENTIVOGLIO, Julio; ANDRADE, Kelly Alves. *História e literatura: o uso de obras literárias como fontes históricas*. Vitória: Editora Milfontes, 2023.
- BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio (orgs). *A constituição da história como ciência: de Ranke a Braudel*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.
- BRITO, Antonio Iraldo Alves de. Sonoridade sertaneja: O perfil de Patativa do Assaré. *Revista Trama Interdisciplinar*, v. 15, n. 1, p. 35-57, 2024. Link: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/16222>.
- BRITO, Antonio Iraldo Alves de. *Patativa do Assaré: porta-voz de um povo, as marcas do sagrado em sua obra*. São Paulo: Paulus, 2010.
- BRITO, Antonio Iraldo Alves de; PINHEIRO, Maria do Socorro. *Um sertão encantado: homenagem aos 110 anos de Patativa do Assaré*. São Paulo, SP: Árvore Digital Editora, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOUCHERON, Patrick (org). *Por uma história-mundo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- BURKE, Peter. *O que é história do conhecimento?* São Paulo: Editora UNESP, 2016.
- BURKE, Peter. Escrevendo a história do conhecimento no Brasil. *História, ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.25, n.3, jul-set, 2018, p.859-869. Link: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702018000400014>.
- CARVALHO, Francisco Gilmar Cavalcante de. *Cem Patativa*. Fortaleza, OMNI Ed., 2009.



- CARVALHO, Francisco Gilmar Cavalcante de. *Patativa do Assaré: uma biografia*. 2017.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. A beleza do morto. In: CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. São Paulo: Papyrus, 1995. p. 55-85.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHARTIER, Roger. Verdade e prova: História, retórica, literatura, memória. *Revista de História*, São Paulo, n. 181, p. 1–22, 2022. Link: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/181759/180599>.
- CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. São Paulo: Artmed, 2001.
- CHARTIER, Roger. Literatura e História. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.1, p.197-216, 2000. Link: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/QZRqTbVPF8H4sXPyrP4RQ7M/?format=pdf&lang=pt>
- CHAUI, Marilena de Souza. *Convite à filosofia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- CONRAD, Sebastian. *O que é a História Global?* Lisboa: Edições 70, 2019.
- DOSSE, François. *A história*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- DEBS, Sylvie. Patativa do Assaré: uma voz do Nordeste. In: DEBS, Sylvie(org). *Patativa do Assaré*. São Paulo: Hedras, 2001, p. 9-37.
- FEITOSA, Luiz Tadeu. *Patativa do Assaré: a trajetória de um canto*. São Paulo: Escrituras, 2003.
- FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009, p. 61-92.
- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GAVROGLU, Kostas. *O passado das ciências como História*. Porto: Porto Editora, 2007.
- GOMES, Assis Daniel. *Por uma história global da ciência: intelectuais, natureza e educação no sertão nordestino*. 1. ed. Rio Grande: Editora da FURG, 2025.
- GOMES, Assis Daniel. A hermenêutica simbólica de Paul Ricoeur e a sua contribuição para uma História Global da Mística. *Tear Online*, n.13, v.2, 2025, 181–196. Link: <https://revistas.est.edu.br/tear/article/view/3038>.
- GOMES, Assis Daniel (Org). *Ciência, gênero e raça: olhares a partir dos estudos globais*. Foz do Iguaçu, PR: CLAE e-Books, 2025.
- GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GUERRERO, José David Cortés; PINZÓN, Felipe Martínez. Historia y literatura: leer el pasado con los ojos en el futuro. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la cultura*, v.49, n.1, 2022, p.17-29. Link: <https://www.redalyc.org/journal/1271/127169598001/127169598001.pdf>
- GIARD, Luce; JACOB, Christian; PADIS, Marc-Olivier; SEMPERE, Diane. Les lieux de savoir: Pour une nouvelle cartographie des savoirs. *Esprit*, n. 348, 2008, p. 42-59. Link: <https://www.jstor.org/stable/24267287>.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HAUSBERGER, Bernd; PANI, Erika. Historia global. *Historia Mexicana*. V. 68, n. 1, 2018, p. 177-196. Link: <https://www.redalyc.org/journal/600/60057247004/60057247004.pdf>
- KRAGH, Helge. *Introdução à historiografia da ciência*. Porto editora. Porto. 2001.
- LACERDA, Franciane Gama; MENEZES NETO, Geraldo Magella de. Ensino e pesquisa em História: a literatura de cordel na sala de aula. *Outros tempos*, v.7, n.10, 2010, p.217-236. Link: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/107
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1994.



- LE GOFF, J. *História e Memória*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.
- LE BRETON, David. *Antropologia dos sentidos*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- LE BRETON, David. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MAUREL, Chloé. Pourquoi l'histoire globale? *Cahiers d'histoire: Revue d'histoire critique*, n.121, 2013, p.13-19. Link: <https://hal.science/hal-00879993>
- MATTOSO, José. *A escrita da história*. Lisboa: Temas e debates, 2019.
- MEGILL, Allan. Historiologia/filosofia da escrita histórica. In: MALERBA, Jurandir. *História e narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis: Vozes, 2016, p.35-44.
- NAVAS, Diana. Literatura e ciência: campos antagônicos ou complementares? *Cien.Cult*, v.72, n.1, São Paulo, jan/mar, 2020, p.37-40. Link: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252020000100012.
- NUVENS, Plácido Cidade. *Patativa e o universo fascinante do sertão*. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 1995.
- OSTERHAMMEL, Jürgen. *La transformación del mundo*. Una historia global del siglo XIX. Barcelona: Crítica, 2015.
- PLATÃO. *O mito da caverna*. São Paulo: Edipro, 2019.
- PESAVENTO, S. J. O mundo como texto: leituras da história e da literatura. *Revista História Da Educação*, v.7, n.14, 2012, p. 31-45. Link: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30220>.
- PESAVENTO, S. J. Relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (séculos XIX e XX). *Anos 90*, n.3, v.4, 1995, 115-127. Link: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6158>.
- PESAVENTO, S. J. O mundo como texto: leituras da história e da literatura. *Revista História Da Educação*, n.7, v.14, 2012, 31-45. Link: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30220>.
- PESAVENTO, S. J. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. *Revista de História das ideias*, v.21, 2000, p.33-57. Link: https://ap1.sib.uc.pt/bitstream/10316.2/41745/1/fronteiras_da_ficcao.pdf.
- PESAVENTO, S. J. História e literatura: uma velha-nova história In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; COSTA, Cléria Botelho da (org). *História e Literatura: identidades e fronteiras*. Uberlândia: EDUFU, 2006, p.11-28.
- PESTRE, Dominique et al. *Histoire des sciences et des savoirs*, t.3: le siècle des technosciences. Paris: Seuil. 2015.
- PESTRE, Dominique. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. *Cadernos IG/Unicamp*, v.6, n.1, 1996, p.03-56. Link: <https://pt.scribd.com/document/349363944/PESTRE-Dominique-Por-uma-nova-historia-social-e-cultural-das-ciencias-cadernos-UNICAMP-pdf>
- PÉREZ, J.Manuel Santos. Historia global, historia mundial. Algunos aspectos de la formación histórica de un mundo globalizado. *Revista de Ciencias Sociales*, n.16-17, 2000, p.1-25. Link: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5762004>.
- PINHEIRO, Maria do Socorro. *A criação poética de Patativa do Assaré*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.
- PINTO, Júlio Pimentel. Do fingimento à imaginação moral: diálogos entre história e literatura. *Tempo*, v. 26, p. 25-42, 2020. Link: <https://www.scielo.br/j/tem/a/Wjx9bsNBkk6gz3fCXKdKpqc/?format=html&lang=pt>.
- POSKETT, James. *Horizontes, uma história global da ciência*. Lisboa: Bertrand, 2022.
- TEIXEIRA, João de Fernandes. *Por que estudar filosofia?* São Paulo: Paulus, 2016.
- RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica*. Rio de Janeiro: Imago, 1978.
- RITA, Annabela [et. al]. *História Global da Literatura Portuguesa*. "e-LCV" [Em linha]. Nº 5, 2020, p. 186-188. Link: <http://e-lcv.online/index.php/revista/article/view/154?articlesBySameAuthorPage=2>.
- RIOJAS, Carlos; RINKE, Stefan. Historia Global: perspectivas y tensiones. *Verlag Hans-Dieter Heinz, Akademischer Verlag Stuttgart*, 2017.



SANTAELLA, Lucia. Literatura como forma de conhecimento. *Cien.Cult*, v.72, n.1, São Paulo, jan/mar, 2020, p.19-23. Link: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252020000100008.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SANTOS, Francisca Pereira dos. *Água da mesma onda: a peleja poética epistolar entre a poetisa Bastinha e o poeta Patativa do Assaré*. Fortaleza: Tipografia Iris, 2011.

VIEIRA, Beatriz de Moraes. História e literatura: múltiplas questões e possibilidades. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.38, n.85, 2025, p.1-32. Link: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/63211>.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a "literatura" medieval*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

ZUMTHOR, Paul. *Escritura e nomadismo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. São Paulo: Hucitec, 1997.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

NOTAS

ⁱ Destacamos que esse artigo é fruto do projeto de pesquisa “Por uma história global: seca, conhecimento e gênero na literatura de Patativa do Assaré (Ceará, 1956-1994)”, financiado pelo CNPQ e Funcap (Processo: 305988/2024-7). O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (nº do processo: 305988/2024-7) e da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap - Ce). Assis Daniel Gomes é historiador, filósofo e teólogo; pós-doutor em História Contemporânea pela Universidade de Évora, Portugal/ com instância de investigação pela Universidade de Salamanca, Espanha. Doutor em História pela Universidade Federal do Ceará. Professor colaborador do Mestrado acadêmico interdisciplinar em História e Letras da UECE/FECLESC. E-mail: assis.gomes@uece.br; zumeboletim@gmail.com; CV: <http://lattes.cnpq.br/7165519531747735>.

ⁱⁱ Para Abreu, “Cultura popular não é um conjunto fixo de práticas, objetos ou textos, nem um conceito definido aplicável a qualquer período histórico. Cultura popular não se conceitua, enfrenta-se. É algo que precisa sempre ser contextualizado e pensado a partir de alguma experiência social e cultural, seja no passado ou no presente; na documentação histórica ou na sala de aula”. (2003: 14).

ⁱⁱⁱ “No século XX, os conhecimentos científicos e técnicos, e especialmente as atividades de laboratório, estão e continuam no centro da vida econômica das nações. Isso não diminuiu nas últimas décadas, e os Estados continuam investindo cada vez mais para controlar a fronteira tecnocientífica e torná-la mais produtiva e eficiente. Os conhecimentos sobre populações ou saúde pública também aumentaram significativamente, e os economistas buscaram dominar a máquina econômica ou o bom funcionamento dos mercados – por exemplo, por meio da promoção de cálculos de custo-benefício ou, mais recentemente, da implantação de algoritmos financeiros” (Tradução nossa).

^{iv} “A definição de História Global teria, portanto, duas partes: por um lado, seria a análise de processos que são melhor estudados a nível global do que a nível local, nacional ou regional [o que não a diferenciaria em nada da História Mundial]; por outro lado, seria o estudo dos fatores históricos que levaram à existência de um mundo globalizado, ou seja, uma análise diacrônica da globalização” (Tradução nossa).

^v “Os lugares e seus arranjos, os gestos realizados (que não separamos da materialidade dos suportes e instrumentos), os códigos e ritos institucionais que governam as interações sociais em todas as suas dimensões, etc.” (C. Jacob, p.46, tradução nossa).[...] “A abordagem adotada consistiu em considerar os saberes do ponto de vista de sua produção e construção, analisando-os como o resultado de um conjunto de operações sujeitas a uma observação antropológica e histórica” (C. Jacob, p.45-46, tradução nossa).

^{vi} Conforme Hall (2006), a diferenciação é marcada pela demarcação de fronteiras, de distinções e pela defesa das relações de poder em seu processo de existência: “o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca inocentes” (Hall, 2006: 81).

^{vii} “A revisão do passado e as suas interpretações foram extremamente complexas no século XIX. Em síntese, existiam pelo menos duas correntes principais. Uma, liberal, questionava o passado anterior aos processos de emancipação. Os chamados períodos da Conquista e Colonial eram revistos na óptica da “Lenda Negra” anti-espanhola, que responsabilizava a Espanha por legar vícios, males e problemas às novas repúblicas. Neste sentido, a facção mais radical procurou apagar este passado espanhol e estabelecer a Independência como ponto de partida da história. A outra



corrente, de pendur conservador, revalorizava o passado espanhol e defendia que o presente do século XIX não podia ser compreendido sem reconhecer o legado deixado pela Espanha durante o período colonial. Esta corrente é claramente visível naquilo que se conhece por Hispanismo”. (Tradução nossa).



CONTRIBUIÇÕES DE ALTIVA PILATTI BALHANA PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA REGIONAL NO BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE (1958-1969)

CONTRIBUCIONES DE ALTIVA PILATTI BALHANA A LA ESCRITURA DE LA HISTORIA REGIONAL EN EL BOLETÍN DEL INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO Y ETNOGRÁFICO DE PARANÁ (1958-1969)

CONTRIBUTIONS BY ALTIVA PILATTI BALHANA TO THE WRITING OF REGIONAL HISTORY IN THE BULLETIN OF THE HISTORICAL, GEOGRAPHICAL, AND ETHNOGRAPHIC INSTITUTE OF PARANÁ (1958-1969)

BOGO, MEG MONIQUE MARIA DIAS

Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

E-mail: meg.dias@unesp.br

RESUMO

O artigo investiga as contribuições de Altiva Pilatti Balhana para a escrita da história regional, com ênfase nos estudos publicados no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Os textos “Inserção do homem no quadro ecológico” (1958) e “Formação da População Paranaense” (1969) representam diferentes momentos de sua trajetória intelectual e refletem transformações significativas tanto em sua prática historiográfica quanto no desenvolvimento do campo da história no ambiente universitário do Paraná. Produzidos entre o período anterior à criação do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (1959) e o processo de consolidação da Linha de Pesquisa em História Demográfica (1969), esses estudos acompanham a afirmação do Dehis como referência nacional na produção historiográfica e na implantação do programa de pós-graduação na década de 1970. Entre 1969 e 1971, Altiva Balhana exerceu o cargo de secretária do IHGEP, vindo a ocupar a vice-presidência entre 1975 e 1977. As leituras do corpus documental apontam para importantes inovações teóricas e metodológicas em sua escrita, reafirmando a relevância de sua contribuição para a atualização da historiografia regional.

PALAVRAS-CHAVE: História regional; Altiva Balhana; Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.

RESUMEN

El artículo investiga las contribuciones de Altiva Pilatti Balhana a la escritura de la historia regional, con énfasis en los estudios publicados en el Boletín del Instituto Histórico, Geográfico y Etnográfico Paranaense. Los textos «Inserção do homem no quadro ecológico» (1958) y «Formação da População Paranaense» (1969) representan diferentes momentos de su trayectoria intelectual y reflejan transformaciones significativas tanto en su práctica historiográfica como en el desarrollo del campo de la historia en el ámbito universitario de Paraná. Producidos entre el período anterior a la creación del Departamento de Historia de la Universidad Federal de Paraná (1959) y el proceso de consolidación de la Línea de Investigación en Historia Demográfica (1969), estos estudios acompañan la afirmación de Dehis como referencia nacional en la producción historiográfica y en la implantación del programa de posgrado en la década de 1970. Entre 1969 y 1971, Altiva Balhana ocupó el cargo de secretaria del IHGEP, llegando a ocupar la vicepresidencia entre 1975 y 1977. Las lecturas del corpus documental apuntan a importantes innovaciones teóricas y metodológicas en su escritura, reafirmando la relevancia de su contribución a la actualización de la historiografía regional.

PALABRAS CLAVES: Historia regional; Altiva Balhana; Instituto Histórico, Geográfico y Etnográfico de Paraná.

ABSTRACT

The article investigates Altiva Pilatti Balhana's contributions to regional history writing, with an emphasis on studies published in the Bulletin of the Historical, Geographical, and Ethnographic Institute of Paraná. The texts "Inserção do homem no quadro ecológico" (The Insertion of Man into the Ecological Framework) (1958) and "Formação da População Paranaense" (The Formation of the Population of Paraná) (1969) represent different moments in her intellectual trajectory and reflect significant transformations both in her historiographical practice and in the development of the field of history in the university environment of Paraná. Produced between the period prior to the creation of the History Department at the Federal University of Paraná (1959) and the consolidation of the Demographic History Research Line (1969), these studies accompany Dehis' affirmation as a national reference in historiographical production and in the implementation of the graduate program in the 1970s. Between 1969 and 1971, Altiva Balhana held the position of secretary of the IHGEP, going on to occupy the vice-presidency between 1975 and 1977. Readings of the documentary corpus point to important theoretical and methodological innovations in her writing, reaffirming the relevance of her contribution to the updating of regional historiography.

KEYWORDS: Regional history; Altiva Balhana; Historical, Geographical, and Ethnographic Institute of Paraná.



INTRODUÇÃO

O Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaenseⁱ consolidou-se como um espaço social privilegiado para a produção e difusão da história regional, funcionando também como observatório das redes de sociabilidades intelectuais no Paranáⁱⁱ. Mesmo após a separação dos cursos de História e Geografia, em 1955ⁱⁱⁱ, e a criação do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, em 1959^{iv} — marcos decisivos no processo de profissionalização da disciplina e da atuação dos historiadores —, o Instituto manteve-se como um importante ambiente de trânsito intelectual e interlocução acadêmica. Historiadores universitários continuaram a publicar seus trabalhos em seus boletins, compartilharam referências teóricas e metodológicas e estabeleceram vínculos duradouros com a pesquisa histórica desenvolvida no estado.

Nesse contexto, compreender a produção intelectual vinculada ao Instituto exige uma abordagem que considere sua inserção nos processos históricos e conjunturais mais amplos — em níveis regional, nacional e internacional. O estado da arte desta pesquisa implica, portanto, articular o processo de profissionalização dos intelectuais às redes que estruturam o campo historiográfico, compreendendo a historiografia como um campo em constante transformação, tensionado por dinâmicas múltiplas.

Torna-se, assim, indispensável considerar a circulação de ideias e o engajamento dos historiadores nas transformações de seu tempo^v. As transferências culturais e as apropriações intelectuais devem ser compreendidas como processos dinâmicos e multifacetados^{vi}. Mais do que o simples deslocamento de bens simbólicos entre diferentes espaços, trata-se de interações complexas que envolvem reelaborações, ressignificações e adaptações. São essas interações que configuram, de forma contínua, os sentidos compartilhados entre diferentes realidades culturais e tornam possível a construção de tradições historiográficas conectadas às experiências locais e globais.

O esforço de renovação do Instituto e a retomada das publicações de seu periódico a partir de 1950^{vii}, foram ações coordenadas pelo Conselho da Presidência e esteve inserida no contexto local das celebrações pelo cinquentenário da instituição (1950) e pelo centenário da emancipação político-administrativa do Paraná (1953). Essas datas comemorativas serviram como catalisadoras para a mobilização de instituições culturais de modo a fomentar a valorização da produção histórica local/regional. No caso do instituto paranaense, destacou-se o engajamento de novos sócios, em especial professores vinculados ao curso de História e Geografia da Universidade do Paraná, cuja atuação promoveu uma reaproximação entre o Instituto e os debates acadêmicos em curso. Essa interlocução, que se intensificou ao longo da década de 1950, contribuiu decisivamente para a reconfiguração da escrita da história dentro do Instituto, aproximando-a de referenciais teóricos e metodológicos mais atualizados, em sintonia com transformações observadas no campo historiográfico nacional.

A década de cinquenta do século XX marca a adesão do instituto paranaense à uma história produzida pelos novos sócios e sócias advindos do campo universitário, o que pode ser verificado nos textos publicados no *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense* e que serão aqui analisados. É importante destacar que a aproximação entre o Instituto e a universidade gerou benefícios mútuos. De um lado, o Departamento de História passou a contar com o capital social e simbólico de instituições culturais consolidadas, como o IHGEP, para legitimar e dar maior alcance ao discurso regional formulado por seus sócios. De outro, o Instituto fortaleceu suas alianças com a universidade e incorporou, entre as narrativas de história regional que difundia, a produção historiográfica acadêmica em ascensão, especialmente os estudos voltados à formação da população paranaense à luz dos princípios da demografia histórica. Essa interlocução representou para o IHGEP contribuição decisiva para a renovação dos estudos sobre a história regional do Paraná. O *status* do periódico do IHGEP era, assim, legitimado por agentes inseridos no campo da história enquanto disciplina institucionalizada, o que reforça a perspectiva de Pierre Bourdieu (2011), segundo o qual é no embate entre instituições acadêmicas diferentes, e por meio das performatividades do sujeito acadêmico-universitário, que se revelam as múltiplas formas de sociabilidade do *homo academicus*^{viii} e as estratégias de consagração no campo científico.

A atuação dos historiadores “profissionais”, advindos do espaço universitário, no âmbito do instituto paranaense, é confirmada neste capítulo a partir das publicações de estudos no *Boletim do IHGEP*, realizados pela Professora Altiva Pilatti Balhana^{ix}. Os textos “Inserção do homem no quadro ecológico” (1958) e “Formação da População Paranaense” (1969) refletem diferentes fases da sua trajetória profissional, versões distintas de suas experiências historiográficas e também dizem do desenvolvimento do campo da história no espaço universitário. Essas produções ilustram a incorporação progressiva de referenciais metodológicos mais sofisticados à escrita da história, como os da demografia histórica, e demonstram o esforço de articulação entre história regional e renovação historiográfica, ancorado na



interlocução entre universidade e instituto. Nesse sentido, Balhana atua como figura-chave na mediação entre duas instâncias de produção do saber histórico, contribuindo para a legitimação acadêmica de temas e abordagens até então negligenciados pela historiografia tradicional.

A proposta consiste em ler os textos aqui reunidos em sua historicidade, ou seja, “devolvê-los ao tempo em que foram produzidos, alargando, dessa forma, os sentidos de uma disciplina que possui ela mesma a sua história”^x. Além disso, considerados os periódicos e o próprio Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense como espaços de sociabilidades e da prática histórica, tem-se a constituição de relações sociais estabelecidas entre intelectuais e suas produções como um meio capaz de tornar simbólicos estes espaços, tornando-os basilares na fundamentação do processo histórico e social da escrita da história local e regional. Neste caso, é importante considerar o lugar social de onde se enuncia a escrita da história aqui analisada, pois, como ensinou Michel de Certeau, “todo sistema de pensamento está referido a lugares sociais, econômicos, culturais, etc.”^{xi}, e, assim, não existem considerações capazes de suprimir a peculiaridade do lugar de onde se fala.

Os estudos publicados por Altiva Balhana e analisados nesse estudo situam-se entre o período anterior à criação do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná — Dehis/UFPR (1959)⁷ e o contexto de consolidação da Linha de Pesquisa em História Demográfica (1969), fundamental para que o Dehis se firmasse como um centro de difusão da produção historiográfica para todo o estado e país, bem como para o estabelecimento, na UFPR, do programa de Mestrado em História na década de 1970⁸. A realização desse estudo é, portanto, uma possibilidade de demonstrar como a historiografia produzida por Altiva Balhana articula-se com outros espaços de produção científica como o Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense, instituição de destaque na divulgação de narrativas voltadas à construção de uma história regional.

PRIMEIRA PUBLICAÇÃO (1958): FASE GEOHISTÓRICA

Após conquistar a função de professora assistente no curso de História e Geografia da Universidade do Paraná^{xii}, Altiva Pilatti Balhana tornou-se, desde outubro de 1957^{xiii}, sócia do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP), localizado em Curitiba, confirmando a relação direta entre os professores do quadro de docentes da Universidade e o Instituto daquela localidade^{xiv}. Um ano depois da sua filiação, num contexto em que o campo da história iniciava o seu processo de autonomia no espaço universitário^{xv} e imprimia-se uma nova dinâmica profissional ao ofício, teve o seu texto, “Inserção do homem no quadro ecológico”^{xvi}, selecionado para publicação no *Boletim* do IHGEP, pela redatora Marília Duarte Nunes^{xvii}. Naquela altura, além de publicarem no periódico, alguns docentes universitários, como sócios, também ocupavam funções na diretoria do instituto local. Fato é que entre 1955 e 1957, enquanto o Professor Brasil Pinheiro Machado desempenhava a função de 1.º vice-presidente, a Professora Cecília Maria Westphalen ocupou o cargo de 2.ª Secretária do IHGEP, o que demonstra o destaque que esses novos sócios passaram a ter na vida do instituto paranaense.

O primeiro texto de Altiva Balhana publicado no *Boletim do IHGEP* foi “Inserção do homem no quadro ecológico”. O material circulou no volume VII, fascículo 3-4, correspondente a julho-dezembro de 1957^{xviii}, com 68 páginas, e foi impresso pela Papelaria Requião em 1958^{xix}. O exemplar foi publicado em Curitiba quando o Instituto ainda se abrigava nas dependências do Centro de Estudos Bandeirantes (CEB), na rua Quinze de Novembro, 1050. O feito foi realizado durante o exercício da diretoria composta por Dr. Aluizio França (presidente), Dr. Brasil Pinheiro Machado (1º Vice-Presidente), Antônio Batista Ribas (2º Vice-Presidente), Prof. Oldemar Blasi (3º Vice-Presidente), Dr. José Pereira Macedo (1º Secretário), Profa. Cecília Maria Westphalen (2ª Secretária) e Dr. Carlos Stellfeld (Tesoureiro), figuras representativas do ambiente político e universitário local.

A presença de algumas dessas figuras na diretoria do Instituto reforça o caráter de articulação entre o campo acadêmico e as instituições culturais, especialmente para as questões de identidade regional, revelando a aproximação do processo de profissionalização dos intelectuais às redes que estruturam o campo historiográfico. O contexto institucional em que se insere esse exemplar revela uma conjuntura de valorização da produção intelectual voltada à história, à geografia e à etnografia do Paraná, alinhada a um projeto de fortalecimento das narrativas regionais por meio da legitimação acadêmica. A inserção de Altiva Balhana nesse circuito editorial evidencia não apenas sua atuação como pesquisadora universitária, mas também sua interlocução com um espaço institucional que buscava se renovar por meio da incorporação de novos referenciais teóricos e metodológicos, como aqueles mobilizados por ela em sua abordagem geohistórica.



A publicação do exemplar foi oportunidade para divulgar as atividades realizadas pelos professores licenciados pela FFCL-UP durante um Curso de Extensão Cultural promovido, em maio de 1957, pelo Departamento de Geografia e História do Colégio Estadual do Paraná, instituição referência de ensino na capital paranaense^{xx}. Destinado a professores de Geografia e História do ensino secundário, o curso teve como tema “Estudos Paranaenses”, e foi ministrado por docentes licenciados pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná. Ressalte-se, ainda, que o Colégio desempenhava papel central na formação do corpo docente da Faculdade e da Universidade, uma vez que muitos de seus professores eram recrutados para integrar o magistério superior^{xxi}, incluindo-se a própria Balhana, que por lá lecionou entre 1952-1957^{xxii}.

O Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense associou-se a esta iniciativa, publicando na referida edição do *Boletim*, alguns dos trabalhos apresentados ao longo daquela atividade^{xxiii}. Além do texto de Altiva Balhana, outros trabalhos apresentados no Curso de Extensão Cultural publicados no referido *Boletim* foram: “Sinopse da Geologia do Estado do Paraná”, dos geógrafos João José Bigarella e Riad Salamuni; “Estado do Paraná: aspectos geo-econômicos”, de Arthur Barthelme; “Paraná-Zona de Trânsito”, da historiadora Cecília Maria Westphalen e “Aspectos da Literatura Brasileira no Paraná”, de Adelaide Mattana Villa^{xxiv}. Assim, o *Boletim* reúne trabalhos que contemplam uma diversidade de abordagens temáticas que, embora distintas, convergem na intenção de oferecer um panorama fundamentado sobre o Paraná.

Quanto ao conteúdo do artigo de Balhana, trata-se da transcrição de uma aula voltada a professores do ensino secundário, na qual a historiadora privilegiou uma análise sobre o “enquadramento do homem neste meio deveras singular”^{xxv}. A historiadora propôs uma reflexão sobre as interações entre o homem e o ambiente natural, observando as trocas recíprocas entre sociedade e meio físico. A partir da observação das trocas recíprocas entre o ser humano e o ambiente, Balhana procurou demonstrar em que medida “as condições do meio físico paranaense influenciaram o seu povoamento, a fixação humana em suas terras, o aproveitamento de suas reais possibilidades econômicas, os sistemas de trabalho, etc.”^{xxvi}

A perspectiva de pesquisa adotada por Balhana aproxima-se dos métodos da geografia humana amplamente difundidos no Brasil, sobretudo daqueles vinculados à tradição metodológica francesa dos estudos regionais desenvolvidos por Paul Vidal de La Blache e divulgados no Brasil por autores como Pierre Monbeig^{xxvii}. A chamada geo-história do Brasil formulada por Pierre Monbeig insere-se na linhagem intelectual inaugurada por Vidal de La Blache, reconhecido por sua atenção à observação geográfica das paisagens e à análise documental voltada à constituição dos territórios e regiões^{xxviii}. O conceito de geo-história, nesse contexto, refere-se a uma abordagem que busca “identificar as lógicas particulares da configuração do território em suas formas mais duráveis”^{xxix}. A essa perspectiva somam-se os estudos sobre a paisagem^{xxx}, com ênfase nas transformações provocadas pela ação humana — uma preocupação já presente nos trabalhos pioneiros de Marc Bloch e Lucien Febvre, cujas contribuições marcaram o diálogo entre história e geografia nas primeiras duas gerações da Escola dos Annales^{xxxi}.

A incorporação da tradição dos estudos geográficos, especialmente aqueles vinculados à tradição francesa, na escrita da história brasileira, parece não ser incomum, como destaca Otávio Erbereli Júnior^{xxxii} ao analisar o papel da produção historiográfica de Alice Piffer Canabrava (1935-1951). Para este historiador, essa seria uma característica presente na historiografia brasileira daquele período, sobretudo aquela produzida no contexto de profissionalização da área no campo^{xxxiii} universitário, momento em que os saberes histórico e geográfico ainda eram integrados. Essa presença também pode ser verificada por análise do material produzido por Balhana, ao demonstrar que um dos elementos incorporados da tradição geográfica em sua obra está ligado à necessidade de observação do geógrafo; é através deste olhar que Balhana desenvolve suas impressões históricas. Em sua conferência, fica evidente que o olhar da historiadora estabeleceu-se a partir da análise das habitações da região estudada.

É um aspecto típico do meio paranaense que evidencia a madeira como força econômica, mas também elemento integrante da vida do homem, que entre as suas múltiplas aplicações [...] a utilizada como material de construção daquilo que é a marca da presença humana na paisagem geográfica [...] a habitação [...] casa de madeira [que] vem sendo ultimamente substituída por aquela construída de tijolos [...] a casa de madeira vem desaparecendo das cidades, reduzida a sua área de extensão às zonas de mata^{xxxiv}.

Aqui, claramente Balhana mobiliza seus conhecimentos em Geografia Humana, especialmente seu diálogo com o trabalho de Pierre Monbeig, para quem essa área do conhecimento “pesquisa aquilo que o homem acrescentou à paisagem da Terra, ela estuda o homem como fabricante de paisagem, como transformador da fisionomia terrestre”^{xxxv}. Um dos



pontos ressaltados pela historiadora é o papel da madeira como força motriz da economia regional, indicando que a habitação — enquanto vestígio material — funciona como um marcador das transformações humanas sobre os ambientes naturais. Essa abordagem está alinhada à originalidade interpretativa proposta por Monbeig ao analisar as dinâmicas econômicas do Brasil a partir das relações entre espaço, recursos naturais e desenvolvimento do capitalismo^{xxxvi}.

Pierre Monbeig (1908-1987) esteve no Brasil de 1935 a 1946, na fundação do curso de geografia na Universidade de São Paulo. Durante este período, publicou diversos artigos nos periódicos de geografia e dois livros, *Ensaio de Geografia Humana Brasileira* (1940) e *La crise des sciences de l'Homme* (1943). Após sua volta à França, publicou *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira*. O alcance teórico-metodológico desenvolvido por geógrafos franceses teve ampla adesão nas pesquisas realizadas no Brasil entre os anos 1930 e 1940, especialmente por meio da difusão dos estudos regionais inspirados em Paul Vidal de La Blache^{xxxvii}. Essa vertente ganhou projeção com a atuação de Pierre Monbeig e de outros pesquisadores, como Leo Waibel, cujos trabalhos sobre as paisagens agrárias — tanto em suas dimensões econômicas quanto culturais — contribuíram significativamente para a consolidação da geografia humana no país^{xxxviii}.

Para Marieta de Moraes Ferreira existia uma diferença importante na herança francesa da Geografia e da História no Brasil. Para a historiadora, os geógrafos estabeleceram laços mais profundos com o país, tendo permanecido mais tempo por aqui e se responsabilizando pela criação de instituições e produção de materiais de pesquisa num contexto em que a geografia era “incipiente” e a pesquisa praticamente inexistente^{xxxix}. Além disso, um movimento mais amplo identificado por Patrícia Aranha^{xl}, que analisa a consolidação autônoma do campo da Geografia nas universidades brasileiras, demonstra que a separação entre os cursos de História e Geografia, particularmente na Universidade de São Paulo, foi encabeçada pelos próprios geógrafos, que já haviam consolidado um corpo de práticas e saberes fortemente enraizados em expedientes técnicos, como levantamentos topográficos, geológicos e econômicos, muitas vezes associados a políticas estatais de ocupação territorial, o que tornava inadequada sua subordinação à matriz pedagógica da História^{xli}.

No caso do Paraná, a aproximação de Altiva Balhana com referenciais geográficos pode estar relacionada às particularidades do currículo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, onde obteve sua formação acadêmica. Conforme demonstra Diogo Roiz, a partir da análise de documentos como “diários de classe” e “cadernetas de frequência e matéria lecionada”, o curso de Geografia e História apresentava, a partir do segundo ano, “um direcionamento mais localizado, com ênfase no Brasil, no espaço geográfico paranaense e na história do Paraná e do sul do país”^{xlii}. A disciplina de Geografia Humana, por exemplo, aborda tanto fundamentos teóricos e metodológicos das principais escolas geográficas quanto reflexões sobre a relação entre homem e meio, além de debates conceituais centrais à área^{xliii}. A esse conjunto de conteúdos somavam-se discussões sobre a realidade regional, perspectiva que mais tarde viria a informar, sob novas configurações teórico-metodológicas, os estudos históricos desenvolvidos no Departamento de História da UFPR. Essa articulação entre Geografia e História, portanto, não se deu apenas por afinidades temáticas, mas foi também resultado de uma formação acadêmica marcada por cruzamentos disciplinares e por uma ênfase no conhecimento do espaço regional como base para a análise histórica — orientação que também era defendida por Brasil Pinheiro Machado, inicialmente professor de História do Brasil e, posteriormente, colega de trabalho.

Além das contribuições da Geografia Humana, também é possível verificar no estudo “A inserção do homem no quadro ecológico” de Altiva Balhana, a contribuição da Geografia Física^{xliv}, o que acontecia por meio da aproximação de sua produção aos estudos de Reinhard Maack (1892-1969), que fora seu professor na FFCL-UP e possivelmente colaborou para a difusão dessa perspectiva geográfica^{xlv}. Maack foi um geógrafo com sensibilidade para o histórico; defendia a necessidade da integração que deveria existir entre o meio geográfico e a realidade histórica, como constituindo uma única tessitura. Teve sempre presente em sua pesquisa o sentido de comunidade, com a percepção dos elementos físicos, biológicos, geológicos e climatológicos, estudando o mútuo jogo dessas forças e as suas transformações, destacando a ação que os seus diferentes componentes exercem na dinâmica do ecossistema^{xlvi}.

Em sua proposta, Balhana descreveu as condições do meio físico, destacando “os aspectos mais característicos do relevo, hidrografia, clima e fitogeografia do Paraná”^{xlvii}, aspectos que teriam determinado “as atividades humanas, ligadas naturalmente às possibilidades oferecidas pelas riquezas exploráveis região”^{xlviii}. Para oferecer um quadro natural característico pela sua singularidade, a proposta de Balhana se aproximava das concepções de Reinhardt Maack, especialmente do estudo que este desenvolveu no contexto da Associação dos Geógrafos Brasileiros, e publicado na *Revista de Geografia*, intitulado “Notas preliminares sobre clima, solos e vegetação do Estado do Paraná” (1950), o que demonstra que sua produção estava interligada com as principais tendências daquele contexto.

Delimitar as feições características do território paranaense, entendido como zona de transição^{xlix}, era uma maneira de validar o estudo de suas condições climáticas, através das diferenciações fundamentais na estrutura das comunidades humanas correspondentes a cada uma das áreas climáticas, que se poderia distinguir desde a diversidade na forma do



povoamento, no sistema de trabalho, na organização social-econômica, até mesmo a caracterização dos gêneros de vida e dos tipos regionais¹.

Sobre as condições fitogeográficas que Balhana propôs em sua análise, a abordagem também parece ser inspirada em pesquisas realizadas por Reinhard Maack, que além de outras atividades, também desempenhou a função de sócio da Associação dos Geógrafos Brasileiros, instituição com a qual o IHGEP passou a dialogar com mais proximidade a partir da renovação de seu quadro associativo na década de 1940 e 1950. Além disso, Maack foi docente na Universidade do Paraná, nas cadeiras de geologia e paleontologia, e, depois, de geografia física, no curso de Geografia e História, na antiga FFCL-UP; ou seja, ele foi professor de Altiva Balhana, e de acordo com Rafael Benthienⁱⁱ também se configurou como um dos nomes centrais do curso.

Mapa fitogeográfico do Estado do Paraná, publicado em 1950 pelo Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (IBPT), por exemplo, é um empreendimento realizado por Maack que analisa as áreas de matas secundárias a partir dos estudos de reconhecimento das paisagens no Estado do Paraná. Na pesquisa de Balhana, o revestimento vegetal é visualizado na fazenda de gado, zonas de mata, experiências de colonização agrícola e pastoril, erva-mate (paisagem industrial)ⁱⁱⁱ. A ênfase na distribuição das áreas de matas, ou seja, na diversificação do revestimento vegetal dos campos aproxima-se das questões lançadas por Maack, responsável pelas bases geográficas fundamentais do Estado do Paraná, a partir da análise dos fatores geológicos e geográficos que interferem no complexo ecológico.

Outra fonte para a pesquisa da historiadora paranaense foi *Esboço da geomorfologia do Estado do Paraná*, estudo do renomado geólogo brasileiro João Bigarella, conhecido por suas contribuições significativas para a compreensão da geologia e geomorfologia do estado do Paraná. A obra fornece uma visão geral da geomorfologia do estado, abordando aspectos relacionados ao relevo, hidrografia, clima e fitogeografia, e sua relação na ocupação humana e nas atividades econômicas da região. Autor de diversos trabalhos e pesquisas relacionados à geologia, suas contribuições incluem estudos sobre a formação geológica do Paraná e suas influências no meio ambiente, na história natural e na ocupação humana da região, de modo que essa leitura teve impacto significativo no entendimento da geografia e história do Paraná conforme definidos pela historiadora. A influência de João Bigarella no cenário intelectual regional pode ser verificada por sua participação no Curso de Extensão Cultural e pela publicação de seu estudo em co-autoria com Riad Salamuni, “Sinopse da Geologia do Estado do Paraná”, no *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense* (1958), mesma edição em que foi publicado o estudo de Altiva Balhana.

No primeiro texto de autoria de Altiva Balhana publicado no *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, a aproximação com a geografia é bastante presente e parece ter sido uma inovação da escrita interdisciplinar da autora, ou seja, pensar as transformações humanas a partir do meio físico em que os paranaenses habitam. Portanto, a geografia desempenhou um papel fundamental na produção da escrita da história regional elaborada pela professora Altiva, pois sua narrativa era capaz de fornecer um contexto espacial e influenciar a interpretação dos eventos históricos, colaborando especialmente com reflexões sobre como o ambiente físico moldou as ações e decisões das sociedades paranaenses ao longo do tempo. Portanto, a historiadora explora como as condições geográficas moldaram a interação entre o homem e o ambiente no contexto específico do Paraná. Isso remete à forte relação de sua pesquisa com os métodos da geografia humana, principalmente quando propõe explorar os aspectos geográficos que influenciam o desenvolvimento humano e as atividades econômicas na região. Utilizando-se de observação e de fontes bibliográficas para embasar o conteúdo apresentado, sua produção historiográfica esteve em diálogo com a especificidade regional como estratégia para sua escrita.

Soma-se a tais experiências historiográficas, o fato da atividade realizada por Balhana, revelar um momento em que o curso de História e Geografia da FFCL-PR tinha um caráter mais didático e se direcionava com maior ênfase à formação de professores para o ensino, sobretudo para o ensino secundário. Esse período antecede o vínculo definitivo que a professora estabelecerá a partir de 1958 e 1959 com os arquivos nos estágios realizados em museus e centros de pesquisa europeus, como a Università degli Studi di Firenze, Itália, onde anos depois obtém a livre-docência (1978). Tais experiências modificaram significativamente a sua prática historiográfica, de modo que os desdobramentos dessa renovação seriam visíveis nas questões relativas ao método de pesquisa em história (especialmente o demográfico) e o aprofundamento de estudos sobre a imigração no Paraná, temática da qual se tornaria referência nacional e internacional.



SEGUNDA PUBLICAÇÃO (1969): TRANSIÇÃO METODOLÓGICA E A RENOVAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA PARANAENSE

Dez anos após sua primeira contribuição ao Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, a historiadora Altiva Pilatti Balhana voltou a ter um estudo selecionado para publicação no mesmo periódico. No volume X do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná — publicado em Curitiba em 1969, já na nova sede da instituição, localizada à rua José Loureiro, n.º 43 — foi incluído o artigo de sua autoria intitulado “Formação da População Paranaense”. Essa edição, que teve como diretor do Boletim o sr. José Gonzaga Vieira também reuniu trabalhos relevantes como “A propósito de ‘Divertimento Admirável’”, de Alvir Rieseberg; um trecho da História do Caminho do Itupava, de Júlio Estrella Moreira; “Notícias sobre as grutas calcárias do Paraná”, de Osvaldo Pilotto; “A origem do chimarrão”, de Fredericindo Marés de Souza; “Achegas à Bibliografia Paranaense”, de Newton Carneiro; “Estelário o Brasil”, de Heitor Stockler; “O Pelourinho de Curitiba”, de Alô Guimarães; e “Guaratuba e os Guarás”, de Heitor Borges de Macedo. O exemplar incluiu ainda a ata da sessão solene de posse de novos sócios, realizada em 24 de maio de 1968, com discurso do professor Júlio Estrella Moreira, além do relatório da diretoria e da seção de documentos.

Cabe destacar que o período de 1 de abril de 1964 à 15 de março de 1985 corresponde, na história política brasileira, a um momento de vitória das forças conservadoras, que através de um golpe de Estado, depuseram o então Presidente da República João Goulart, instaurando uma ditadura, hoje considerada por uma nova historiografia como civil-militar. Embora não seja objetivo deste trabalho analisar o envolvimento direto do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense com a ditadura civil-militar, tampouco o posicionamento da elite intelectual vinculada à instituição diante do novo cenário político, ou ainda as relações de poder estabelecidas entre seus membros e o regime no contexto regional, é fundamental reconhecer que o Instituto atravessou diferentes períodos e mudanças de regime ao longo de sua história. Nesse percurso, vale destacar que suas ações editoriais foram interrompidas nos primeiros anos do governo ditatorial, entre 1964 e 1966. A partir de 1967, no entanto, o Boletim voltou a ser publicado e manteve uma sequência editorial ininterrupta até 1981, demonstrando tanto a resiliência institucional quanto a capacidade de adaptação do IHGEP em meio ao novo regime político.

Nos primeiros anos da ditadura, especialmente durante o ciclo do “milagre econômico” (1968–1973), o governo federal promoveu investimentos em setores estratégicos e em infraestrutura, inclusive no campo cultural, desde que essas iniciativas estivessem dentro de uma lógica de neutralidade técnica e não confrontassem o regime. A nomeação de sócios honorários, a participação de autoridades locais em eventos do Instituto e a presença de figuras públicas em cerimônias indicam articulação com o campo político dominante, característica que podia assegurar respaldo indireto ou explícito do regime.

Esse período também foi marcado, no âmbito universitário, pela consolidação da História como disciplina acadêmica e pela crescente profissionalização do historiador, marcada sobretudo pelo fortalecimento da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). Essa transformação alterou o status do pesquisador, com o surgimento de um novo perfil profissional — não mais restrito ao ensino, mas também dedicado à pesquisa sistemática. Com isso, buscava-se renovar a historiografia paranaense, por meio de novas abordagens e formas de se relacionar com o passado.

No caso da contribuição de Altiva Balhana, é relevante considerar seu papel como secretária do IHGEP no período de 1969 a 1971. Essa função administrativa, exercida paralelamente à sua docência no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, sugere uma inserção ativa tanto na esfera acadêmica quanto nas dinâmicas institucionais do Instituto. Sua posição pode ter favorecido a seleção de seu estudo para o Boletim, revelando não apenas as redes de sociabilidade intelectual que construía, mas também o modo como articula sua presença nos espaços de produção e circulação do conhecimento histórico. Mais do que uma colaboradora eventual, Altiva atuava como uma agente da organização institucional e da consolidação do IHGEP como espaço estratégico para o campo historiográfico, de transferências culturais, de elaboração da história regional e de outros saberes.

A publicação em questão, “Formação da população paranaense”, trata-se de texto escrito por Balhana quando ainda era assistente da cadeira de História da América; o conteúdo refere-se à proposta de uma análise quantitativa da população paranaense, de modo a compreender a composição social e étnica do estado, especialmente o contingente de negros, indígenas e europeus, com vias de traçar a transformação demográfica paranaense desde o século XVII, que se consolidaria com a imigração europeia a partir o século XIX, e imprimiu uma especificidade paranaense no contexto nacional. Além da abordagem demográfica, o estudo de Balhana reflete uma preocupação explícita com a dimensão arquivística da pesquisa histórica. Sua investigação dialoga com uma tradição local de valorização da documentação como



fonte para a escrita da história, reconhecendo o legado de nomes como Francisco Negrão — e seu trabalho no Arquivo da Câmara Municipal de Curitiba com as Atas da Câmara Municipal de Curitiba —, Moysés Marcondes, com a publicação de Documentos para a História do Paraná, e ainda Romário Martins e Ermelino de Leão, que reuniram documentação voltada à defesa dos direitos territoriais do Paraná em litígio com Santa Catarina.

Ao reconhecer a organização dos arquivos como parte indissociável do ofício do historiador, especialmente em meio ao incentivo crescente à pesquisa universitária, Balhana entende que o trabalho documental marca uma virada metodológica. Tal virada implica o deslocamento para uma temporalidade de longa duração, ancorada na constituição e análise das séries documentais. A exploração de acervos até então pouco utilizados é apresentada como uma via para o reordenamento da história regional, permitindo o surgimento de novos problemas, objetos e agentes históricos. A autora também denuncia a fragilidade da infraestrutura arquivística brasileira, afirmando ser fundamental compreender que “nenhum país teve historiografia significativa, sem haver primeiro realizado o levantamento e arrolamento exaustivo de suas fontes históricas”. O problema da pesquisa histórica no Brasil e a situação dos arquivos foram centrais nos debates liderados pelo historiador José Honório Rodrigues, anos depois dessa publicação, especificamente na mesa-redonda realizada no dia 6 de julho de 1971, durante a XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, associação à qual a Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) era associada.

Sobre o texto “Formação da População Paranaense”, publicado em 1969, o estudo fornece informações sobre a população do Paraná, incluindo dados demográficos e características da população ao longo do tempo. Entre os materiais localizados e que permitiu reconsiderar os dados estatísticos da composição demográfica da população paranaense estão o primeiro censo completo da série relativa à Capitania de São Paulo realizado em 1772; os autos de inventários das famílias; da Matrícula Geral de Escravos do Círculo da Collectoria da cidade de Paranaguá, realizada em 1844; a Receita Pública Ordinária da Província, conforme Relatório da Tesouraria Provincial; Relatórios dos Administradores das minas do século XVII, e de outros referenciais bibliográficos. A pesquisa destaca as transformações da população paranaense ao longo dos séculos e enfatiza que as mudanças demográficas estão fundamentadas em atividades econômicas que influenciaram o crescimento e a distribuição da população.

Os documentos utilizados na elaboração do estudo aqui analisado foram levantados durante a execução do projeto “Levantamento de fontes para a história demográfica do Paraná”, realizado pelo Departamento de História da UFPR a fim de fomentar o desenvolvimento de pesquisas no curso de história, trabalho sob direção da professora Altiva Balhana. A coleta dos documentos aconteceu no Departamento do Arquivo de São Paulo, onde a historiadora localizou, “as dez caixas relativas à ‘População’ do planalto curitibano”.

Balhana (1969), em seu estudo de história demográfica, valeu-se de fontes que não eram usadas na historiografia tradicional paranaense. A coordenação dos dados, por meio da constituição das séries, aos moldes da historiografia à la Annales, sinônimo de científica, enfatizava uma atividade sistemática que orientaria desde então a sua prática historiadora. Com os elementos numéricos, extraídos de fontes primárias, censos antigos, autos de inventário e matrículas de escravos, seria possível não só a caracterização geral de uma população histórica quanto ao seu efeito global, curvas de crescimento ou de declínio, gráficos mais complexos, fornecimento de dados valiosos para compreender a população e sua evolução ao longo do tempo. Através da demografia era ainda possível determinar a estrutura social e ocupacional, enfim, uma série de outras características econômicas, sociais e culturais de uma comunidade, mesmo para um passado remoto.

Assim, a partir da documentação levantada e da realização dos estudos demográficos realizados foi possível a própria historiadora renovar as suas interpretações sobre a história do Paraná, como, por exemplo, a que foi divulgada pela própria professora Altiva Balhana em artigo intitulado “Aspectos da Geografia Humana”, publicado em 1955. Nesta pesquisa, ao concluir suas análises sobre a contribuição da tríade indígena, branco e negro para a formação da população paranaense, a historiadora escrevia: “bem menor foi a contribuição do elemento negro na formação étnica paranaense”. Isso teria acontecido porque no Paraná não se desenvolveram, a princípio, as grandes fazendas de lavoura que concentram enorme “escravaria”; além disso era difundido que “as atividades econômicas dominantes no Paraná até a época da abolição, não exigiam um grande número de braços de escravos”. No mesmo artigo, a professora ressaltou a importância do indígena, relacionando-o ao movimento das bandeiras, na criação do gado e mais tarde na colheita da erva-mate, e enfatizou a contribuição da imigração europeia após o século XIX, sendo para ela a contribuição do elemento branco a mais importante na composição paranaense, que de variada procedência, vem entrando no Brasil desde o tempo do descobrimento.

Ao falar sobre a presença do negro no Paraná, alegando ser esta menos significativa, a historiadora hierarquizava as contribuições dos elementos étnicos na composição da população paranaense, constituída a partir das características econômicas da região. Essas indagações compuseram o discurso que delineou a formação social e histórica no estudo



regional paranaense. Um dos temas profundamente tratados na produção intelectual foram as questões relacionadas à identidade paranaense e sua herança sociológica calcada na miscigenação, num contexto em que o estudo social e histórico não estava vinculado às suas especificidades disciplinares.

As análises sobre as interpretações da importância do negro na formação histórica do Paraná seriam desafiadas mediante a prática da moderna historiografia, quando o uso de novas fontes e leituras estabelecidas ofereceram uma visão mais abrangente do passado. Na década de 1960, estudos como os de Octávio Ianni atestariam a presença da escravidão no Paraná, contestando as definições amplamente divulgadas até então, como, por exemplo, a tese defendida por Wilson Martins que publicou em 1955 *Um Brasil Diferente*. A obra, dedicada a Bento Munhoz da Rocha Neto, professor de História da América do DEHIS-UFPR, que à época ocupava o cargo de governador do estado do Paraná, foi alvo de algumas polêmicas por definir o Paraná “[...] sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição não é brasileira”.

Cabe lembrar que Wilson Martins, conforme discurso proferido pelo Prof. Julio Estrela Moreira por ocasião da posse dos novos sócios do IHGEP, realizada em sessão solene em 24 de maio de 1969, foi acolhido entre os novos associados do ano de 1968, eleitos pela unanimidade de votos dos membros do seu conselho diretor. Tal presença sugere a existência no interior mesmo do instituto de uma disputa por interpretações sobre a história da formação social do Paraná.

A superação de determinadas narrativas acompanhava as modificações interpretativas que se desdobraram a partir do uso das fontes primárias, documentação da história colonial e imperial paranaense levantada, localizada e identificada em arquivos pelo trabalho de pesquisa dos professores universitários. Valendo-se dessa prática, Altiva Balhana (1969) desafiou interpretações anteriores sobre a importância dos diferentes grupos étnicos da formação da população paranaense, e renovou seu próprio olhar sobre a questão realizando novas pesquisas e contribuindo para uma visão mais abrangente do passado. Balhana foi pioneira na utilização de fontes e metodologias na historiografia paranaense, o que a tornou uma referência em estudos sobre imigração e demografia histórica; essa contribuição foi fundamental para a consolidação da história regional do Paraná.

Essa mudança interpretativa a partir da realização de pesquisas sobre as transformações que se operavam no Paraná Tradicional, na qual o português, o índio e o negro caracterizam o quadro demográfico, também pode ser observada no artigo que Altiva Balhana publicou em 1969 no *Boletim do IHGEP*, quando mediante a documentação selecionada foi possível verificar que a “participação econômica e social de escravos, índios e africanos, e seus descendentes, na formação do efetivo populacional paranaense, foi bastante significativa durante um longo período, imprimindo-lhe características que o identificam com aquelas do modelo clássico de formação da população brasileira”. Entretanto, tais características tornaram-se menos visíveis, especialmente porque o quadro demográfico do Paraná foi substancialmente alterado durante a segunda metade do século XIX pelas transformações econômicas da sociedade tradicional paranaense.

Seriam essas transformações econômicas que fizeram com que os novos elementos étnicos, principalmente europeus, se somassem à tríade étnica fundamental: índio, português e negro. Neste caso, os contingentes de imigrantes imprimiram à população paranaense sua principal característica, ou seja, “a grande variedade étnica, constituindo o quadro populacional paranaense verdadeiro mosaico étnico-cultural, no qual estão representados povos e culturas os mais diversos”.

Essa proposta de articulação entre história demográfica e história regional está relacionada diretamente com a pesquisa de Maria Luiza Marcílio, publicada em 1968, intitulada *La Ville de São Paulo: peuplement et population 1750-1850*, orientada por Pierre Chaunu e elaborada com base nos recenseamentos da capitania de São Paulo, de 1765, 1798 e 1836, e nos registros paroquiais da Sé de São Paulo. Por sua vez, é importante salientar que as análises demográficas realizadas no Paraná, conhecidas por sua “aridez”, buscaram, mais tarde, refúgio na história social e econômica e na história da população, utilizando dados demográficos e métodos de reconstituição das famílias como base para outras análises, escapando de críticas mais contundentes.

Essa inflexão pode ser observada anos mais tarde em texto intitulado “Raízes Luso-Africanas da População Paranaense”, publicado em 1988 por Altiva Balhana e Cecília Westphalen. Elaborado para o I Colóquio Internacional População no Mundo de Expressão Portuguesa, realizado em Recife, esse estudo representa um ponto de inflexão nas abordagens historiográficas sobre o Paraná. Nele, as autoras ampliam o escopo da análise demográfica para incorporar questões relativas à presença africana e suas contribuições culturais e sociais — temas historicamente marginalizados nas narrativas locais. O texto simboliza uma abertura para novas interpretações sobre a formação populacional do estado, valorizando conexões atlânticas e matrizes culturais não europeias, e consolidando a transição da história demográfica para abordagens mais complexas e inclusivas da história da população.



A abordagem por uma demografia histórica e econômica de fundo social está presente em “Formação da População Paranaense”, onde a autora demonstra que a utilização da mão de obra africana, embora numericamente inferior à de outras regiões brasileiras, teve papel significativo na constituição dos sistemas produtivos do Paraná colonial e imperial. A leitura da população negra como força de trabalho — com análise de sua inserção em circuitos econômicos — aproxima Balhana da vertente da história econômica com viés estruturalista, alinhada aos aportes das gerações dos *Annales*, que articulavam economia, sociedade e demografia na longa duração. Ao explorar a formação da população paranaense por meio da presença de africanos e lusos — com destaque para o uso de genealogias, testamentos e documentos eclesiásticos — Balhana constroi um panorama que ultrapassa o recorte numérico e evidencia a constituição sócio-histórica da população.

A análise da produção científica dos pesquisadores do Dehis permite afirmar que após a criação do Departamento de História em 1959 e durante a década de 1960 os professores direcionam seus esforços para o curso de graduação, dedicando-se às atividades do magistério e mantendo em andamento pesquisas em torno da história do Paraná. Ressalta-se também que os sucessivos contatos mantidos por esses professores com outros centros de excelência nacionais, como a Universidade de São Paulo, e internacionais, especialmente com a França, resultaram em definições teórico-metodológicas que nortearam as pesquisas da época e permitiram que, na década seguinte, esse grupo se sentisse credenciado para assumir as tarefas de criação de um curso de pós-graduação, a nível de mestrado. Nomes como Louis Henry e Frédéric Mauro estiveram, no decorrer da década de 1970 ministrando cursos na Universidade Federal do Paraná, participações que somadas à de Fernand Braudel, são perceptíveis na produção científica de vários professores. Dentre os recortes em torno dos quais iriam se desenvolver a maioria das pesquisas para as dissertações de mestrado, predominaram temas relativos à História Demográfica e à História Econômica. A produção demográfica se inspirava nas propostas francesas (Institut National d’Études Démographiques) e inglesas (“grupo Cambridge”) e seguia as técnicas propostas por Louis Henry, Michel Fleury e Peter Laslett. Por sua vez, os historiadores da História Econômica, seguiam, principalmente, as indicações teórico-metodológicas de Frédéric Mauro, discípulo de Fernand Braudel.

As motivações que determinaram a necessidade de ampliar os conhecimentos de demografia do presente e do passado foram múltiplas. Nos países subdesenvolvidos foi, sobretudo, a formulação de políticas econômico-sociais e de programas de desenvolvimento regional e nacional que passaram a exigir estudos de população mais extensos e profundos. Eram necessárias análises demográficas não só da situação presente, mas também aquelas destinadas ao conhecimento das tendências seculares da população e dos fatores que condicionaram a atual distribuição geográfica do povoamento e das atividades socioeconômicas, indispensáveis à compreensão do desigual desenvolvimento regional.

O contato com a Historiografia francesa foi crucial, tanto nas preocupações relativas ao ofício do historiador, a história problema, quanto no alargamento da noção de fontes proposto pelos *Annales*, sobretudo no que se refere à documentação e à organização dos arquivos. A partir desse contato, Balhana estabelece uma nova relação com a documentação, adequando o uso da metodologia francesa da história demográfica à realidade paranaense. A possibilidade de se escrever a História a partir de fontes inéditas, delimitando objetos em História Regional, foi ampliada a partir de acervos repletos de possibilidades de pesquisa, provocando um apreço pelos arquivos.

Assim, utilizando-se de técnicas quantitativas para analisar a população do Paraná, o estudo publicado no periódico do instituto paranaense em 1969 fornece dados valiosos para compreender as transformações da prática historiográfica de Altiva Balhana, e, a partir dela, verificar o desenvolvimento demográfico, a estrutura social e ocupacional e outras características econômicas, sociais e culturais da região.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As análises realizadas neste artigo permitiram evidenciar a centralidade da trajetória de Altiva Pilatti Balhana na renovação da escrita da história regional paranaense durante as décadas de 1950 e 1960. Sua atuação no Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP), articulada à sua inserção na universidade, revela a potência das conexões entre espaços institucionais diversos na constituição do saber histórico. Além de publicar no Boletim do IHGEP, Altiva Balhana também desempenhou papéis administrativos relevantes, como secretária (1969-1971) e vice-presidente (1975-1977). Isso indica seu engajamento com a organização e a consolidação do Instituto como um espaço da produção de história regional, além de destacar sua importância na promoção do conhecimento histórico. Entende-se que a aproximação de Altiva Balhana ao IHGEP foi uma relação mutuamente enriquecedora que transcende a simples participação como sócia, contribuindo para a atualização da historiografia regional paranaense produzida no instituto e reforçando a relevância do IHGEP como um espaço de transferências culturais importante para a história do Paraná. Essa



parceria ilustra como diferentes instituições podem se complementar e se organizar em rede para produzir e difundir conhecimentos históricos e um juntos difundir um nós historiográfico.

Ao publicar no Boletim do IHGEP, Balhana contribuiu para a reconfiguração do periódico como espaço de experimentação metodológica e atualização teórica. Sua produção transitou da geo-história — influenciada pela tradição francesa da geografia humana — para a demografia histórica, incorporando práticas inovadoras de análise de fontes, uso de séries documentais e tratamento quantitativo da informação. Tal mudança marca não apenas sua trajetória intelectual, mas também um momento de inflexão na historiografia paranaense, cada vez mais comprometida com a crítica documental, o rigor metodológico e o diálogo com correntes historiográficas internacionais.

Balhana, quando desafiou as interpretações tradicionais sobre a formação da população do Paraná — especialmente no que tange à presença negra —, antecipou debates fundamentais que só ganharam fôlego nas décadas seguintes. Sua obra reafirma a importância da escrita da história ancorada nos arquivos, atenta às dinâmicas da população e sensível às tensões entre identidade e discurso histórico.

Portanto, reconhecer a contribuição de Altiva Balhana é também reconhecer o papel das mulheres intelectuais nos processos de institucionalização da história como disciplina acadêmica e na construção de uma historiografia regional crítica, documentada e aberta à pluralidade das experiências históricas.

FONTES

Ata de reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná. 14 de novembro de 1969. Caderno de Atas n. 1. (2/12/1964 — 14/04/1972), p. 40-46. Arquivo do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Edição comemorativa ao centenário de morte do Marquês do Paraná. Curitiba. Papelaria Requião & Ltda. Volume VII — Jan. jun. de 1957. 50 p. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Curitiba.

Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba. Vol. VII, Fasc. 3-4, 68 p. 1958. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Curitiba.

Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba. Volume X. 1969. 115 p. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Curitiba.

BALHANA, Altiva Pilatti. A inserção do homem no quadro ecológico. In: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Curitiba. Vol. VII, Fasc. 3-4, 1958, p. 22-30. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Curitiba.

BALHANA, Altiva. Formação da população paranaense. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Curitiba. Volume X. 1969. p. 40-51. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Curitiba.

Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Cap. I. Do Instituto e sua finalidade, Art. 1º, 1999, p.3-12. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Curitiba.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

ALMEIDA, Letícia. A construção da História Demográfica na historiografia paranaense: a historiadora Altiva Pilatti Balhana. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Ponta Grossa. UEPG, 2017.

ALVES, Gilberto Luiz; FERREIRA, Marieta de Moraes. *História da geografia no Brasil: institucionalização e trajetórias*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

ARANHA, Patrícia. *Geografia como profissão: campo, autorrepresentação e historiografia (1934-1955)*. Stuttgart: Heinz, 2020.

_____. Um divórcio em dois tempos: a separação do curso universitário de Geografia e História. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Universidades e Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.



- BACELLAR, Carlos A. P.; BASSANEZI, Maria S. C. B.; SCOTT, Ana S. V. Quarenta Anos de Demografia Histórica. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, v. 22, n. 2, jul-dez/2005, p. 339-350.
- BALHANA, Altiva Pilatti. Aspectos da Geografia Humana do Paraná. *Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas*. IBPT. Boletim n. 35. Tipografia João Haupt & Cia. Ltda – Curitiba. 1955. p. 19.
- BALHANA, A; WESTPHALEN, C. Levantamento e Arrolamento de Arquivos. *Separata do Boletim* n. 10, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1970.
- Curriculum Vitae Altiva Pilatti Balhana. Curitiba. 1999. Arquivo Público do Estado do Paraná. Sala Cecília Maria Westphalen. Biblioteca de Apoio. Pasta PI 015. Caixa 22.
- BOURDIEU, P. *Homo academicus*. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.
- BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo, ed. Universidade Estadual Paulista, 1991.
- BENTHIEN, Rafael Faraco. Sobre Ensino e Pesquisa. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.41, nº 86, 2021.
- CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 66.
- CÓRDOVA, Maria Julieta Weber. *Tinguís, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense*. Curitiba, 2009.
- DEFFONTAINES, Pierre. O que é Geografia Humana. *Boletim do Conselho Nacional de Geografia*. Rio de Janeiro, n. 3, p. 13-17, 1943. p. 13.
- DOSSE, François. *A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- ESPAGNE, Michel. La notion de transfert culturel, *Revue Sciences/Lettres* [En ligne], 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rsl/219>. Acesso em dez. 2024.
- ETGES, Virgínia. Geografia agrária: a contribuição de Léo Waibel. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. Acesso em: 03 nov. 2023.
- FERNANDES, Loureiro; NUNES, Marília Duarte. *Oitenta anos de vida do museu paranaense (1876-1956)*. Curitiba. 1956. Edição Comemorativa ao 80º aniversário de fundação do Museu Paranaense.
- FAGUNDES, B. F. L. *O auge da história: história do curso de história da UFPR*. São Paulo: Letra & Voz, 2019.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Perfis e trajetórias dos professores universitários do curso de história no Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, A. J. B. (org.). *A universidade e lugares de memória*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- GUIMARÃES, Odah. Reinhard Maack e o espaço ecológico do estado do Paraná. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, Curitiba, v. XLVI, 1989, p.55-72.
- GRAF, Márcia Elisa de Campos. População escrava da Província do Paraná a partir das listas de classificação para emancipação. 1873-1886. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1974. 187 p.
- GONTIJO, Rebeca. A história da historiografia, 1940-1970: apontamentos sobre sua escrita. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH*. São Paulo: ANPUH, 2011.
- HARTOG, F. *Evidência da história*. O que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo: Difusão européia do Livro, 1962.
- LAPA, José Roberto do Amaral. Alguns Problemas da Atual Historiografia Brasileira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (11), 1972.
- LEI Nº 2.594, DE 8 DE SETEMBRO DE 1955. Dispõe sobre o desdobramento dos Cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia.



LIRA, Larissa Alves de. Pierre Monbeig e a geo-história do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.26, n.2, abr.-jun. 2019, p.649-656.

_____. *Pierre Monbeig e a formação da geografia no Brasil (1925-1956): Uma geo-história dos saberes*. São Paulo: Alameda, 2021.

MACHADO, D. V. Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998. Tese (Doutorado em História). UNESP, Assis, 2016.

_____. Altiva Pilatti Balhana (1928-2009). Catálogo de Teses e Dissertações em História defendidos entre 1942-2000. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/>. Acesso em dez. 2024.

MARCHI, Euclides; BONI, Maria Ignês M. de; SIQUEIRA, Márcia D.; NADALIN, Sérgio. Trinta anos de historiografia: um exercício de avaliação. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 133-141, set. 92/ ago. 93. p. 135.

MARTINS, Wilson. *Um Brasil Diferente: Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. São Paulo: Anhembi, 1955.

MELLO, Amarílio Iop de. Reinhard Maack: a trajetória intelectual de um alemão na academia paranaense. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2002.

MOREIRA, Julio Estrela. Posse dos novos consócios do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, realizada em sessão solene do dia 24 de maio de 1968. p. 109.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

Museu do Índio: 30 anos 1953-1983. Edição Comemorativa. Rio de Janeiro, 1983.

RODRIGUES, Mara C. de M. O papel da universidade no “campo da história”: o curso de Geografia e História da UPA/URGS na década de 1940. *MÉTIS: história e cultura*, v.2, n.2, p. 75-102, jul./dez. 2002.

_____. A formação superior em história na UPA/URGS/UFRGS de 1943-1971. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 11, p. 122-139, abr. 2013.

ROIZ, Diogo da S. A escrita e o ofício da história no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná (1938-1948). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 19, 2019, p.13.

SANCHES NETO, Miguel (Org.). *Wilson Martins*. n. 8. Curitiba: UFPR, p. 232, 1997. (Série Paranaenses).

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Preços de escravos na Província do Paraná: 1861-1887 (estudo sobre as escrituras de compra e venda de escravos). Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-Graduação - Mestrado em História do Brasil, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1974. 131 p.

SAPIRO, Giséle. *Os intelectuais: autonomização, profissionalização, internacionalização*. Edusp: São Paulo, 2025.

SILVA, Bruna. Associações de historiadores no Brasil: a SBPH entre lugares, normas e grupos. Tese (Doutorado em História). Universidade do Oeste do Paraná. UNIOESTE. 2019. 293 f.

SIMÕES DE PAULA, Maria Regina da Cunha Rodrigues. *Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH*. Porto Alegre, setembro, 1967. p. 7-20.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Paraná – Zona de Trânsito. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba: Papeleria Requião Ltda, v. VII, Fasc. 3-4, p. 45-55, 1957.

WESTPHALEN, Cecília. M. et. al. “Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964 [registrando sua constituição em princípios de maio de 1959]”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 50, n. 1, p. 285-315, 2009.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MEQUELUSSE, Jair. Estado atual da pesquisa histórica no Brasil. *Separata da Revista de História*, n. 88. São Paulo, Brasil. 1971, p. 353-368.



NOTAS

- ⁱ O Instituto Histórico e Geográfico do Paraná foi fundado em 1900 com a denominação, até 3 de abril de 1947, de Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. A partir desse momento passou a ser Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, assim permanecendo até 29 de junho de 1999. *Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*. Cap. I. Do Instituto e sua finalidade, Art. 1º, 1999, p. 3. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Curitiba.
- ⁱⁱ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ⁱⁱⁱ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ^{iv} A criação do DEHIS é datada a partir do relatório produzido por Westphalen em 1959, mas há indícios de que a separação demorou bem mais. A primeira anotação em ata dos trabalhos do Departamento de História da UFPR só foi produzida a 2 de dezembro de 1964, mesmo que o Departamento informalmente já estivesse em atividade desde 1959 (WESTPHALEN *et. al.*, 2009). Moeller e Maranhão (1988) justificam o fato afirmando genericamente que a Universidade do Paraná não teve “condições operacionais” para a separação dos cursos até 1964. Essa separação só ocorreu em 1964, levando conseqüentemente à criação de novas disciplinas (FAGUNDES, 2019, p. 91).
- ^v SAPIRO, Gisèle. *Os intelectuais: autonomização, profissionalização, internacionalização*. Edusp: São Paulo, 2025.
- ^{vi} ESPAGNE, Michel. La notion de transfert culturel, *Revue Sciences/Lettres* [En ligne], 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rsl/219>. Acesso em dez. 2024.
- ^{vii} A publicação do volume IV do *Boletim do IHGEP* cumpria a seqüência do antigo *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, publicado entre 1918-1925.
- ^{viii} BOURDIEU, P. *Homo academicus*. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.
- ^{ix} Altiva Pilatti Balhana (1928-2009). Graduiu-se entre 1947 – 1950 Bacharel em História e Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná. Em 1951 foi nomeada professora assistente da Cadeira de História da América na mesma instituição. Pioneira nos estudos de História Demográfica no Brasil, pesquisou acerca da formação social do Paraná, especializando-se em imigração italiana. Realizou estudos na Università degli Studi di Firenze, Itália, onde obteve a livre-docência. Em 1978, tornou-se Professora Titular de História da América no Departamento de História da UFPR; entre 1979/1985, atuou também como coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História na mesma instituição. Em 1981 tornou-se sócia fundadora da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) e da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Nesta última instituição foi, com Cecília Westphalen e Maria Beatriz Nizza da Silva, responsável pela criação da *Revista da SBPH* que circulou entre 1983 e 2002. Os dados aqui compilados podem ser encontrados em: *Curriculum Vitae Altiva Pilatti Balhana*. Curitiba. 1999; MACHADO, Daiane Vaz. Altiva Pilatti Balhana (1928-2009). *Catálogo de Teses e Dissertações em História defendidos entre 1942-2000*; ALMEIDA, 2017. Sobre a *Revista da SBPH*, consultar: SILVA, 2019.
- ^x HARTOG, F. *Evidência da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 16.
- ^{xi} CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 66.
- ^{xii} Altiva Balhana iniciou em 1951 sua carreira como docente da Universidade do Paraná. In: *Relação dos professores que exerceram suas atividades no departamento de história/UFPR, 1959-2009*. Relato Histórico. *Revista História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, p. 317-319, jan./jun. 2009. A professora conciliava a sua atuação no ensino superior com a docência de História e Geografia no Colégio Estadual do Paraná e no Instituto de Educação entre 1952-1957. In: LEAL, Leticia. *A construção da História Demográfica na historiografia paranaense: a historiadora Altiva Pilatti Balhana*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, 2017. p. 41.
- ^{xiii} *Lista Nominativa dos Sócios do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Curitiba.
- ^{xiv} Os estudos de Mara Rodrigues (2002) e (2013) foram importantes para a nossa reflexão sobre a questão da prática da docência na universidade funcionar como credencial para a filiação no Instituto. Entre 1938 e 1995 foram contratados pelo sistema de cátedras e departamentos, 49 professores para atuarem no curso de história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, depois Universidade Federal do Paraná. Deste total, na documentação consultada foram localizados a presença de 28 professores que atuavam como sócios do IHGEP, dos quais 8 publicaram textos no *Boletim do IHGEP* entre 1950-1995, a saber: Bento Munhoz da Rocha Neto, Brasil Pinheiro Machado, Cecília Maria Westphalen, Altiva Pilatti Balhana, Ruy Wachowicz, Márcia Elisa de Campos Graf, Odah Regina Guimarães e Beatriz Pellizzetti Lolla.
- ^{xv} Os cursos seriam separados a partir da regulamentação da Lei. N. 2.594/1955. (FAGUNDES, 2019, p. 92).



- ^{xvi} BALHANA, Altiva. A inserção do homem no quadro ecológico. In: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Curitiba. Vol. VII, Fasc. 3-4, jul. dez. 1957. Publicado em 1958. Fasc. 3-4. p. 22-30.
- ^{xvii} Marília Duarte Nunes atuou na seção de Antropologia do Museu Paranaense, desenvolvendo estudos com Loureiro Fernandes. In: FERNANDES, Loureiro; NUNES, Marília Duarte. *Oitenta anos de vida do museu paranaense (1876-1956)*. Curitiba. 1956. Edição Comemorativa ao 80º aniversário de fundação do Museu Paranaense; Por seu destaque na área, ocupou a direção do Museu do Índio, na função de Museóloga-Assessor II no ano de 1983. In: *Museu do Índio: 30 anos 1953-1983*. Edição Comemorativa. Rio de Janeiro, 1983.
- ^{xviii} Os fascículos 1 e 2 foram publicados em 1957, no volume VI, que contemplou em suas páginas uma edição especial referente ao Centenário de Morte do Marquês do Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão — figura de alto relevo na história político-administrativa que atuou de forma decisiva quando dos debates, no Parlamento, dos históricos projetos para a criação da Província do Paraná. In: Noticiário. O primeiro centenário de morte de Honório Hermeto Carneiro Leão. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Edição comemorativa ao centenário de morte do Marquês do Paraná. Volume VII - Jan. jun. de 1957, publicado em 1958. Papelaria Requião, p. 49-50.
- ^{xix} A Papelaria Requião foi responsável pela publicação de alguns volumes do *Boletim do IHGEP* nos anos de 1951, 1953, 1956, 1958 e 1967. A primeira livraria da família Requião foi aberta em 1900, na cidade de Curitiba, na Rua XV de Novembro, com o nome de Livraria Econômica. AURELIANO, Valquir e CARVALHO, Joyce. Papelaria fecha as portas após 84 anos. *Tribuna do Paraná*. Curitiba, 22 mai. 2004.
- ^{xx} A trajetória do atual Colégio Estadual do Paraná remonta a 1843, com a fundação do Liceu de Curitiba, criado ainda sob a jurisdição da província de São Paulo. Posteriormente, a instituição recebeu a denominação de Liceu Paranaense, mantida até 1876, quando passou a ser designado Instituto Paranaense. Em 1892, foi transformada em Ginásio Paranaense e, em 1942, adotou o nome de Colégio Paranaense. No ano seguinte, em 25 de março de 1943, passou a ser oficialmente reconhecida como Colégio Estadual do Paraná (FAGUNDES, 2019, p. 39).
- ^{xxi} FAGUNDES, 2019, p.40.
- ^{xxii} LEAL, 2017.
- ^{xxiii} *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, v. VII, 1958, p. 3.
- ^{xxiv} *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Curitiba. Vol. VII, Fasc. 3-4, 1958. 68 f.
- ^{xxv} BALHANA, 1958, p. 22.
- ^{xxvi} Idem, ibidem.
- ^{xxvii} Também foram seguidores da teoria de La Blache, Pierre Deffontaines, Francis Ruellan e outros.
- ^{xxviii} Larissa Alves de Lira também ressalta a importância do debate sobre a geo-história para Fernand Braudel, que com Monbeig fez parte da segunda missão francesa enviada à Universidade de São Paulo, em 1935. Essa missão foi organizada por um grupo de intelectuais brasileiros que girava em torno do jornal *O Estado de São Paulo* e pela diplomacia francesa. (PETITJEAN, 1992 apud LIRA, 2019, p. 655). In: LIRA, Larissa Alves de. Pierre Monbeig e a geo-história do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, abr.-jun. 2019, p. 649-656
- ^{xxix} DROULERS, 2001, p. 273 apud LIRA, 2019.
- ^{xxx} O estudo da paisagem constitui um dos mais antigos métodos de estudo do meio natural pertencente à Geografia Humana e à Geografia Física. A noção de paisagem originou-se com os geógrafos alemães no século XIX e o seu conceito é de natureza fisionômica, estando ligada ao método de observações e descrições em viagens de descobrimentos realizadas naqueles séculos pelos europeus. LIRA, Larissa Alves de. Pierre Monbeig e a geo-história do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.26, n.2, abr.-jun. 2019, p.649-656; ERBERELI JÚNIOR, Otávio. A Geografia na escrita da História de Alice Piffer Canabrava (1935-1951). *Anais XXVII Simpósio Nacional de História*. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal – RN, 22 a 26 de julho de 2013.
- ^{xxxi} RIBEIRO, 2008, p. 135 apud ERBERELI, 2013. O marco inicial da Escola dos Annales foi o lançamento da revista *Annales d'histoire Économique et Sociale* em 1929, que se estabeleceu como porta-voz de uma “Nova História” e como crítica atenta à história considerada “tradicional”. Os principais ataques foram destinados ao Historicismo Alemão e à Escola Metódica francesa e foram feitos, sobretudo, por Febvre entre 1930 e 1940. Posteriormente, ao minimizar a história política, diplomática, militar ou eclesiástica que evidenciava o indivíduo e o fato histórico, a Nova História, nascida dos Annales nos anos 60, optou por privilegiar o “fato social total” em todas as suas dimensões econômicas, sociais e culturais. Mais informações sobre a questão, consultar: (BURKE, 1991); (DOSSE, 1992).
- ^{xxxii} ERBERELI JÚNIOR, Otávio. A Geografia na escrita da História de Alice Piffer Canabrava (1935-1951). *Anais XXVII Simpósio Nacional de História*. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal – RN, 22 a 26 de julho de 2013; ERBERELI JÚNIOR, Otávio. *A escrita da história entre dois mundos: uma análise da produção de Alice Piffer Canabrava (1935-1961)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014.
- ^{xxxiii} BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. p. 122-155.
- ^{xxxiv} BALHANA, 1958, p. 30. [Grifo nosso].



- ^{xxxv} DEFFONTAINES, Pierre. O que é Geografia Humana. *Boletim do Conselho Nacional de Geografia*. Rio de Janeiro, n. 3, p. 13-17, 1943. p. 13.
- ^{xxxvi} LIRA, Larissa Alves. *Pierre Monbeig e a Formação da geografia no Brasil (1925-1956): Uma geo-história dos saberes*, São Paulo: Alameda, 2021.
- ^{xxxvii} ALVES, Gilberto Luiz; FERREIRA, Marieta de Moraes. *História da geografia no Brasil: institucionalização e trajetórias*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.
- ^{xxxviii} Leo Waibel (1888-1951), geógrafo alemão com destaque no Brasil, trazido ao país a cargo do Conselho Nacional de Geografia para realização de estudos nas frentes pioneiras. Sua produção bibliográfica no Brasil é dispersa em vários artigos publicados, além dos livros *A Colonização dos campos do Estado do Paraná* (1949) e *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil* (1958). A contribuição mais importante de Leo Waibel foi à Geografia Agrária brasileira, estabelecendo uma tipologia de sistemas agrícolas. ETGES, Virgínia. *Geografia agrária: a contribuição de Leo Waibel*. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. Acesso em: 03 nov. 2023.
- ^{xxxix} FERREIRA, Marieta de Moraes. Perfis e trajetórias dos professores universitários do curso de história no Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, A. J. B. (org.). *A universidade e lugares de memória*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, pp 250-260. p. 72-73.
- ^{xl} ARANHA, Patrícia. *Geografia como profissão: campo, autorrepresentação e historiografia (1934-1955)*. Stuttgart: Heinz, 2020. _____. Um divórcio em dois tempos: a separação do curso universitário de Geografia e História. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Universidades e Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.
- ^{xli} Nesse contexto, a separação dos cursos aparece não apenas como uma reorganização administrativa, mas como uma reivindicação por reconhecimento de um campo científico autônomo. Ainda assim, é possível perceber, nos textos do *Boletim*, a convivência entre abordagens oriundas de tradições distintas. A vinculação compulsória à licenciatura em História, voltada majoritariamente para a formação de professores, era percebida como uma limitação à amplitude e à especificidade da atuação geográfica. (ARANHA, 2020).
- ^{xlii} ROIZ, Diogo da S. A escrita e o ofício da história no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná (1938-1948). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 19, 2019, p.13.
- ^{xliiii} Além de Geografia Humana, outra disciplina que compunha o currículo do curso de licenciatura de geografia e história da Universidade do Paraná era Geografia Física, ministrada no primeiro e no segundo ano. ROIZ, D. A escrita e o ofício da história no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná (1938-1948). *Revista Brasileira de História de Educação*, Maringá, v. 19, p.1-24. 2019. p. 13.
- ^{xliv} Segundo Mendonça (1989), até a década de cinquenta do século XX, a Geografia Física caracterizou-se por estudos dos aspectos do quadro natural. Neste sentido, os seres humanos são entendidos enquanto produtores de ações transformadoras do quadro natural, influenciando e sendo influenciado por ele.
- ^{xlv} MELLO, 2002, p. 142.
- ^{xlvi} GUIMARÃES, Odah. Reinhard Maack e o espaço ecológico do estado do Paraná. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, v. XLVI, 1989, p.55-72.
- ^{xlvii} BALHANA, 1958, p. 22.
- ^{xlviii} Idem, p.27.
- ^{xlix} Foi o historiador Jaime Cortesão que enunciou a tese considerando o Paraná como zona tipicamente de trânsito, em seu curso de extensão universitária sobre “Fundamentos históricos do Paraná”, realizado na FFCL-UP. WESTPHALEN, Cecília Maria. Paraná — Zona de Trânsito. In: *Boletim do IHGEP*, v. VII, fasc. 3-4, 1958, p. 45.
- ^l BALHANA, 1958, p. 24.
- ^{li} BENTHIEN, R. Sobre ensino e pesquisa. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 41, n. 86, 2021.
- ^{lii} BALHANA, 1958.

